

ANAIS  
OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA  
Londrina Paraná Brasil, 17 a 19 de outubro de 2000.

# ORNAs

OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS



**PROCODER II**  
Programa Cooperativo de  
Desenvolvimento Rural do Cone Sul

*Secretaria da Agricultura e  
do Abastecimento do Paraná*



**FUNDAÇÃO  
ARAUCÁRIA**



IBGE

**IBGE**

BIC	1000
F	1000
E:	1000

# **OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS**

**2000**

00005865

11CA  
E5D  
850



**INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ**



VINCULADO À SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

Rodovia Celso Garcia Cid, km 375 – Fone: (43) 376-2000 – Fax: (43)376-2101  
Cx. Postal 481 – Cep: 86001-970 – LONDRINA – PARANÁ – BRASIL

Visite o site do IAPAR: <http://www.pr.gov.br/iapar>

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

Diretor-Presidente: Florindo Dalberto

## **PRODUÇÃO**

Impressão: Editorial Mídia

Tiragem: 600 exemplares

Direitos Autorais: Reservado ao IAPAR

O74

ORNAs, ocupações rurais não-agrícolas : anais : oficina  
de atualização temática. – Londrina, PR : IAPAR,  
2000.

217 p. ; 26 cm

ISBN 85-88184-01-X

1. Posse da terra – América Latina. 2. Economia  
agrícola – América Latina. 3. América Latina – Condi-  
ções rurais. I. Instituto Agronômico do Paraná.

CDD-307.72098

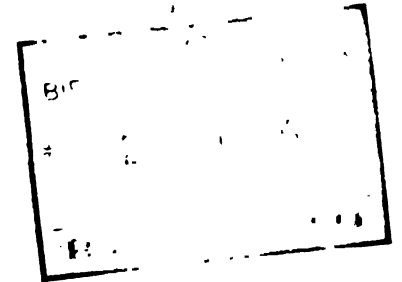
**UNICAMP**

## **Coordenação Geral**

**Marcelo Duncan A. Guimarães** - Secretário Executivo do PROCODER II

## **Coordenação Técnica**

Engenheiro Agrônomo **Dr. Mauro Eduardo Del Grossi**  
Engenheiro Agrônomo **Dr. Antonio Carlos Laurenti**  
Economista MSc **Moacyr Doretto**  
Engenheiro Agrônomo **Dimas Soares Junior**  
Engenheiro Agrônomo MSc **Adelar Antônio Motter**



## **Equipe de Apoio**

**José da Silva Pereira**  
**Altair Sebastião Dorigo**  
**Flávio Oliveira dos Santos**  
**Maria do Carmo Abrahão Brauko**  
**Isaura Pereira Granzotti**  
**Neide B. Correa**  
**Selma Maria Gallo**  
**Anaís Kazuya Saldanha**  
**João Gustavo Farias**  
**Kelly Himeka Kato**  
**Patrícia Renata Anequini**  
**Renata Carolina Ramos**

# Anais

## Oficina de Atualização Temática: OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS (ORNAs)

### PROMOÇÃO



Instituto Interamericano de Cooperación para a Agricultura, criado pelo Conselho Diretor da União Pan-Americana para promover o desenvolvimento agrícola e bem-estar rural por meio de acordos de cooperação técnica.



Programa que interliga uma rede de instituições públicas dos países do CONASUL que, com apoio do IICA, visa intercambiar conhecimentos, experiências e a promoção de ações recíprocas nas áreas de desenvolvimento sustentável e combate à pobreza no meio rural.

### ORGANIZAÇÃO



Instituto Agronômico do Paraná, instituição ligada à Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento que, por meio da pesquisa, visa a gerar, adaptar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentado da agricultura paranaense.

### APOIO

*Secretaria da Agricultura e  
do Abastecimento do Paraná*

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Governo do Paraná.



Projeto do Governo do Estado do Paraná, em parceria com o Banco Mundial, para redução da pobreza no meio rural e promoção da conservação e melhoria dos recursos naturais.



Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, órgão que promove estudos, seminários, workshops e conferências sobre reforma agrária e agricultura familiar. Vincula-se ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MARA e atua com apoio do IICA.



Instituição paranaense de amparo à pesquisa básica e/ou aplicada, eventos, publicações técnico-científicas e à formação de recursos humanos, por meio do custeio de iniciativas de instituições públicas ou privadas.

## APRESENTAÇÃO

Uma das principais mudanças no ambiente onde atuam diferentes instituições associadas ao desenvolvimento rural do países do cone sul da América Latina, é a perda da exclusividade que as atividades agrícolas detinham quanto a ocupação e renda da população economicamente ativa do meio rural.

Essa mudança advém do contínuo declínio da capacidade da agropecuária de manter e gerar postos de trabalho e da recente expansão do contingente de pessoas com ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs), a qual, inclusive, aponta para a supressão do predomínio das atividades agrícolas no meio rural.

Além de enunciar uma nova ruralidade tal expansão tem se mostrado virtuosa, pois tem evitado que parcelas crescentes de trabalhadores desalojados da agricultura sejam compelidas para as cidades. Ademais, a gradativa dissociação entre a desocupação agrícola e o êxodo rural, forjada pelo avanço das ORNAs, indica que, na atualidade, a zona rural configura-se num ambiente dinâmico de criação de postos de ocupação de mão-de-obra e de agregação de valor. Portanto, retomar de forma crescente e atualizada a multifuncionalidade do espaço rural apresenta-se como a diretriz básica das agências públicas comprometidas com o desenvolvimento e mitigação da pobreza rural.

A abordagem de tal temática de forma circunstanciada tem sido uma das prioridades do PROCODER II, conforme deliberação da VII Reunião de seu Conselho Assessor realizada em Santiago do Chile.

Nesse sentido o PROCODER somou esforços com o Instituto Agronômico do Paraná-IAPAR para realizar a **Oficina de Atualização Temática: Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNAs)** na cidade de Londrina, Paraná, Brasil, durante o período de 17 à 19 de Outubro de 2000.

Comissão Organizadora

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	V
TERCEIRIZAÇÃO DOS TRABALHOS AGRÁRIOS E O “NOVO RURAL” .....	1
OCUPAÇÕES E RENDAS RURAIS NO BRASIL .....	35
EMPLEO RURAL, GRUPOS ETARIOS Y GÉNERO .....	55
RELATO DOS GRUPOS DE DEBATE .....	67
VILA RURAL .. .....	71
OCUPAÇÃO PRINCIPAL DAS PESSOAS E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS DAS FAMÍLIAS MORADORAS NAS VILAS RURAIS DO PARANÁ EM 1999 .....	75
FÁBRICA DO AGRICULTOR .....	81
A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG NO CONTEXTO DO TURISMO RURAL MINEIRO .....	105
DIFERENCIAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NA AGRICULTURA PARANAENSE .....	113
DESARROLLO SUSTENTADO DE LOS MUNICIPIOS: EL CASO DE LA AGROINDUSTRIA ALIMENTICIA COMO ALTERNATIVA DE RENTA DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES .....	125
ROTEIRO DE VISITA A CASOS LOCAIS .....	143
EM QUÊ CONSISTE O FAMILIAR DA AGRICULTUA FAMILIAR? .....	153
O NOVO RURAL BRASILEIRO .....	165
POLÍTICAS NÃO-AGRÍCOLAS PARA O NOVO RURAL BRASILEIRO .....	175
EL EMPLEO RURAL NO AGRICOLA Y LOS PROYECTOS COMO POLITICA RURAL .....	191
ÍNDICE DE AUTORES .....	205







# TERCEIRIZAÇÃO DOS TRABALHOS AGRÁRIOS E O “NOVO RURAL”

Antonio Carlos Laurenti\*

## RESUMO

Os principais objetivos deste trabalho são evidenciar, primeiro, que a supremacia das atividades agrícolas no meio rural quanto a ocupação e renda da PEA vem sendo gradualmente removida e que essa mudança advém do contínuo declínio da capacidade da agropecuária de manter e gerar postos de trabalho e da recente expansão do contingente de pessoas com ocupações rurais não-agrícolas (ONAs). Segundo, que a terceirização da execução dos trabalhos agrários sinaliza para a continuidade do declínio do total de pessoas ocupadas na agricultura e para a consolidação de um segmento de serviços diretamente vinculado a agropecuária. Terceiro, que prospectivamente tais movimentos apontam para a consolidação da multifuncionalidade do espaço rural e, portanto, para a crescente irrelevância da delimitação *rural-urbano* para o delineamento da dinâmica da ocupação e renda das pessoas.

Para tanto, recorre-se aos dados das PNADs e dos Censos Agropecuários no sentido de descrever a evolução da população rural e a atual expressão empírica do processo de terceirização parcial no cenário agrário brasileiro. Em complemento, efetua-se uma sucinta resenha dos impactos do progresso técnico no elenco dos trabalhos agrários.

Dentre as principais constatações aponta-se primeiro que, o acelerado crescimento do total de pessoas residentes nas áreas rurais e com ocupações não-agrícolas, no período 1992-1998, permite afirmar que a atual multifuncionalidade do espaço rural brasileiro autoriza a confecção de uma agenda eclética de políticas públicas para se fomentar o desenvolvimento e/ou mitigar a pobreza rural. Em segundo, que a delimitação de um segmento de serviços diretamente vinculado à produção agropecuária constitui-se numa conduta apropriada para se completar a especificação da composição do “novo rural” brasileiro.

Por fim, vislumbra-se que as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural cederão lugar para intervenções de caráter regional ou local, pois estima-se que ao final do próximo decênio, a população rural passará a experimentar um crescimento absoluto, principalmente devido ao aumento do contingente de pessoas com atividades não-agrícolas, o qual deverá ser majoritário no meio rural a partir do ano de 2010.

**Palavras chave:** terceirização, “novo rural”, população rural, progresso técnico, desenvolvimento rural.

## INTRODUÇÃO

A predominância das atividades agrícolas quanto a ocupação e renda da PEA domiciliada no meio rural vem diminuindo, com intensidade desigual, em todo o Brasil<sup>1</sup>. Em termos gerais, essa transformação tem contado com o contínuo declínio da capacidade da agropecuária de reter postos de trabalho e com a ascensão, recente, de atividades geradoras de ocupações rurais não-agrícolas (ORNAs).

\* Doutor em Ciências Econômicas, pesquisador da Área Técnica de Socioeconomia - IAPAR.

<sup>1</sup> A respeito da evolução de diversos segmentos da população com domicílio situado no meio rural ver o livro intitulado *O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional*, volume 1/ editores Clayton Campanhola e José Graziano da Silva – Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. Capítulo I. p 15-65.

Tais tendências enunciam o aparecimento de uma nova ruralidade<sup>2</sup>, expressa entre outros aspectos, na remoção da exclusividade da agropecuária no espaço rural, que se apresenta virtuosa, pois a expansão das ORNAs, além da redução do desemprego, também traz como resultado desejável a preservação dos domicílios rurais, isto é, contribui para que parcelas crescentes das famílias de trabalhadores desalojados da agricultura mantenham sua moradia no meio rural.

Ademais, a gradativa dissociação entre a desocupação agrícola e o êxodo rural, propiciada pelo avanço das ORNAs, indica que o meio rural configura-se num ambiente dinâmico de criação de postos de ocupação de mão-de-obra e de agregação de valor. Isto indica que o fomento da multifuncionalidade<sup>3</sup> do espaço rural deve se constituir na diretriz básica das agências públicas comprometidas com o desenvolvimento e mitigação da pobreza rural.

Esse reajuste da agenda pública com base nessa diretriz já se encontra atrasado entre nós, pois, desde 1985 o meio rural brasileiro vem consolidando uma nova e mais ampla pauta, resultante do gradativo alargamento do elenco de atividades que podem ser agrupadas, segundo José Graziano da Silva (2000), em três “subsetores”, a saber:

- a) produção de “commodities” calcada em sistemas de produção modernizados e articulado às agroindústrias;
- b) atividades não-agrícolas associadas principalmente a prestação de serviços industriais ou não; e,
- c) “novas” atividades agropecuárias abastecendo “nichos” de mercado.”

A proposição de reajuste da agenda pública, em conformidade com o expandido e diversificado elenco de atividades econômicas o qual, inclusive, ensejou a denominação, pelo autor acima mencionado, de “novo rural” para o atual contorno do meio rural brasileiro, está fundada nas tendências inicialmente citadas e relativas a evolução, observada nas duas derradeiras década deste milênio, da população rural brasileira, principalmente daquela com dez anos ou mais de idade.

Entretanto, a despeito do teor persuasivo das análises de tendências de crescimento da população domiciliada no meio rural brasileiro inicialmente mencionadas, pretende-se neste

<sup>2</sup> Segundo Elena SARACENO (1994), a ruralidade é um conceito ainda não consolidado em decorrência do pragmatismo que tem predominado nos critérios de caracterização da diferenciação espacial, possivelmente associado à própria dificuldade de se especificar um conjunto de indicadores capaz de delimitar os deslocamentos de recursos que acompanham o processo de modernização.

Trata-se de um conceito cuja abrangência transborda a difusão de atividades não-agrícolas no meio rural, pois inclui uma noção de desenvolvimento regional fundado na integração sistêmica de atividades dos distintos setores da economia e envolve a noção de desenvolvimento com base nos recursos locais. Ou melhor, tal conceito não suscita medidas de política pública de teor compensatório ou assistencialista típicas das tradicionais políticas de desenvolvimento rural calcadas nas atividades agropecuárias.

Ademais, para o IICA (1999), a noção de “nova ruralidade” suscita a *“necesidad de definiciones de políticas sobre la concepción, estrategias y prioridades del desarrollo nacional y regional, sus implicaciones con la cadena agroproductiva-comercial y lo rural y los relacionamientos con los programas y políticas de reformas económicas, reformas del Estado, políticas macroeconómicas, y otras que inciden en la ruralidad...”*, tendo como fundamentos básicos *“el desarrollo humano como objetivo central del desarrollo; El crecimiento económico con equidad; el desarrollo rural sostenido más allá del enfoque compensatório y asistencial; el capital social como sustento de las estrategias de desarrollo; e, ... una nueva institucionalidad articuladora e gestora do processo de transformación...”*.

<sup>3</sup> Refere-se a atual condição do meio rural de sediar, além das atividades agrícolas, um elenco de atividades não-agrícolas, que de acordo com J. WELLER (1997) estão associadas:

- a) diretamente à produção de bens e serviços agropecuários ou, indiretamente, ao seu comércio, transformação e transporte, bem como ao consumo de insumos não-agrícolas utilizados nesses últimos processos;
- b) ao consumo final da população rural. Estas atividades incluem a produção de bens e serviços não-agrícolas sediados tanto na zona rural como na urbana e os serviços auxiliares afins (transporte, comércio varejista etc.);
- c) ao excedente de mão-de-obra disponível no setor camponês que se denominou “setor de refúgio”. Inclui tanto o trabalho efetuado no recinto do estabelecimento agropecuário como o trabalho complementar, assalariado e estacional dos membros familiares com ocupações remuneradas e situadas fora de suas unidades produtivas;
- d) à demanda final não-agrícola da população urbana. Inclui o artesanato, o turismo rural etc., que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser elaborados no recinto dos estabelecimentos agropecuários;
- e) aos serviços públicos nas zonas rurais.

artigo aportar evidências adicionais em prol da confecção de uma agenda diversificada de desenvolvimento rural. Mais especificamente, pretende-se apontar o desenvolvimento das agências especializadas na execução dos trabalhos agrários diretos como uma inovação organizacional que, embora também implique numa redução de postos de trabalho agrícolas, favorece a composição de uma economia familiar diversificada (pluriativa) juntamente com a manutenção das unidades agrícolas de pequena escala no agronegócio.

Nestes termos, apresenta-se sucintamente na parte seguinte, a evolução dos principais agregados populacionais para a década dos noventas, com a inclusão dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD de 1998. Efetua-se essa apresentação abordando-se a Federação como um todo, as Grandes Regiões modificadas<sup>4</sup> e, em particular, o Estado do Paraná. Nesta parte, busca-se primeiro, evidenciar a relevância da dissociação entre os processos de evasão de pessoas do meio agrícola e o de urbanização da população, assim como expor a composição atual e futura (projeção para 2010) dos agregados de pessoas domiciliadas no meio rural e vinculadas aos ramos de atividades agrícola e não-agrícola. Em segundo, mostrar a incidência regional dos principais movimentos observados para a Federação, notadamente em função das grandes diferenças regionais quanto ao tamanho da população e estágio de desenvolvimento econômico. A intenção básica é salientar a crescente irrelevância da delimitação dicotômica *urbano-industrial e rural-agrícola* e, por conseguinte, a pertinência de políticas públicas de amplitude regional e de teor mais eclético para o meio rural brasileiro.

A terceira parte é dedicada à argumentação de que a continuidade do declínio dos postos de trabalho na produção conta, além da difusão das inovações tecnológicas, com as inovações organizacionais, que atualmente concorrem, decisivamente, para redução de postos de ocupação de mão-de-obra no âmbito da produção agrícola. Inicialmente, abordam-se alguns efeitos das inovações tecnológicas sobre o elenco das operações agrícolas, elegendo-se a *simplificação das tarefas agrícolas* como uma das causas da redução do contingente de pessoas ocupadas na produção agrícola. Posteriormente, averigua-se a terceirização parcial dos trabalhos agrários diretos como processo precursor de um padrão agrícola demarcado pela entradas das agências de serviços e pela maior flexibilização das modernas unidades agrícolas produtoras de cereais e grãos, com ênfase nas implicações quanto a permanência e diferenciação da agricultura familiar. Encerra esta parte a descrição da atual expressão empírica do processo de *terceirização parcial* no cenário agrário brasileiro e, especialmente, no Estado do Paraná.

Na quarta e conclusiva parte, associa-se às principais constatações alguns comentários com o objetivo de se prover subsídios para uma política pública que fomente o avanço da pluriatividade das famílias com domicílio rural. Mais diretamente, argumenta-se em prol da confecção de uma agenda de políticas fundadas na noção de estabelecimento agropecuário expandido, onde se concilie medidas que facultem a consolidação de um segmento de serviços diretamente vinculados à produção agropecuária sustentável e a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural.

## **EVOLUÇÃO DO TOTAL DAS PESSOAS OCUPADAS NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NAS ÁREAS RURAIS DO BRASIL**

A recontabilização dos diversos agrupamentos populacionais do Brasil, a partir dos relatórios das PNADs, permite evidenciar, através das informações contidas nas Tabelas 01 e 02

---

<sup>4</sup> Sobre essa nova regionalização consultar o artigo de Ângela KAGEYAMA & José Maria da SILVEIRA (1997).

(e pelos Gráficos do Anexo I), que nos anos noventas a dinâmica demográfica nas áreas rurais tem-se diferenciado daquela que vigorava nas décadas imediatamente precedentes<sup>5</sup>. O movimento que distingue a década dos noventas é a expansão acelerada do contingente de pessoas residentes no meio rural e vinculadas às atividades não-agrícolas, que praticamente propiciou a desaceleração do êxodo rural e o lento crescimento da população rural em idade ativa. Isto, num contexto de redução do total da população ocupada, em função da continuidade do declínio absoluto da população ocupada na agropecuária.

**Tabela 01. Evolução da população, segundo a situação de domicílio, Brasil, Grandes Regiões e Estado do Paraná, 1992-2010.**

Grande Região e Situação de domicílio	Ano							Taxa de crescimento <sup>b</sup> 1992-1998	
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	2010 <sup>a</sup>		
	1.000 pessoas							% anual	
Brasil	Total	145.447	147.616	151.923	154.025	156.128	158.232	187.293	1,4***
	Urbana	113.449	115.692	120.119	122.388	124.336	125.911	155.679	1,8***
	Rural	31.999	31.925	31.803	31.637	31.792	32.322	32.512	0,0
Nordeste	Total	42.985	43.481	44.468	44.951	45.448	45.925	52.433	1,1***
	Urbana	26.315	26.914	28.012	28.575	28.971	29.150	36.061	1,8***
	Rural	16.670	16.567	16.456	16.376	16.477	16.775	16.753	0,0
Sudeste (-SP)	Total	31.529	31.906	32.657	33.025	33.401	33.764	38.729	1,1***
	Urbana	26.265	26.626	27.277	27.702	28.073	28.343	33.091	1,3***
	Rural	5.263	5.280	5.380	5.323	5.328	5.421	5.680	0,4***
São Paulo	Total	32.202	32.750	33.834	34.360	34.879	35.411	42.818	1,6***
	Urbana	30.002	30.417	31.469	32.088	32.486	33.034	40.162	1,6***
	Rural	2.200	2.333	2.365	2.272	2.393	2.376	2.669	1,0*
Centro-Oeste	Total	10.659	10.918	11.428	11.674	11.910	12.163	15.831	2,2***
	Urbana	8.441	8.648	9.122	9.283	9.592	9.731	13.019	2,5***
	Rural	2.218	2.271	2.306	2.391	2.318	2.432	2.841	1,3***
Sul	Total	22.444	22.746	23.345	23.637	23.932	24.223	28.220	1,3***
	Urbana	16.798	17.273	18.048	18.362	18.657	18.905	23.953	2,0***
	Rural	5.646	5.473	5.297	5.275	5.275	5.318	4.707	-1,0***
Paraná	<b>Total</b>	<b>8.577</b>	<b>8.697</b>	<b>8.936</b>	<b>9.053</b>	<b>9.170</b>	<b>9.287</b>	<b>10.889</b>	<b>1,3***</b>
	Urbana	6.436	6.679	7.020	7.185	7.241	7.356	9.585	2,2***
	Rural	2.141	2.018	1.916	1.868	1.929	1.930	1.578	-1,7**

Fonte – Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Janeiro 1999.

a) População esperada para o ano 2010 considerando-se a taxa anual de crescimento estimada para o período 1992-1998.

b) Estimativas obtidas a partir dos valores dos coeficientes das regressões log-lineares da população contra o tempo. Neste caso \*, \*\* e \*\*\* indicam que, com uma margem de 20%, 10% ou de 5% de probabilidade para o teste t de Student, a evolução das respectivas populações assemelha-se a tendência especificada no modelo hipotético de crescimento. Assim, os valores das taxas desprovidos de asterisco indicam que, probabilisticamente, os mesmos não diferem de zero. Tal resultado pode significar que a respectiva população manteve-se estagnada no período, ou que sua evolução difere da tendência prevista no modelo de regressão.

<sup>5</sup> O Novo Rural Brasileiro .... *op. cit.* p. 56.

Tabela 02. Evolução da população rural ocupada, segundo o ramo de atividade, Brasil, Grandes Regiões e Estado do Paraná, 1992-2010.

Grande Região e Ramo de atividade	Ano							Taxa de crescimento <sup>b</sup> 1992-1998	
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	2010 <sup>a</sup>		
	1.000 pessoas							% anual	
	Ocupada <sup>c</sup>	14.689	14.702	14.613	13.905	14.144	14.238	14.240	-0,8**
Brasil	Agrícola	11.193	10.826	10.730	9.950	10.056	9.615	7.204	-2,4***
	Não-agrícola	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	4.624	7.037	3,6***
	Ocupada	7.163	7.210	7.214	6.677	7.043	7.137	7.005	-0,4
Nordeste	Agrícola	5.562	5.276	5.516	4.979	5.308	5.034	4.313	-1,3
	Não-agrícola	1.600	1.934	1.698	1.698	1.735	2.103	2.692	2,1*
	Ocupada	2.307	2.332	2.340	2.278	2.285	2.211	2.238	-0,6**
Sudeste (-SP)	Agrícola	1.679	1.700	1.618	1.587	1.543	1.443	1.078	-2,4***
	Não-agrícola	628	632	722	691	742	768	1.161	3,5***
	Ocupada	1.004	1.062	1.060	1.014	980	1.009	1.326	-0,6
São Paulo	Agrícola	612	636	543	527	454	445	214	-5,9***
	Não-agrícola	393	426	517	487	526	564	1.113	5,8***
	Ocupada	1.007	1.012	1.013	1.000	1.006	1.082	1.557	0,7
Centro-Oeste	Agrícola	770	772	734	675	686	691	523	-2,3***
	Não-agrícola	237	241	279	325	320	391	1.035	8,4***
	Ocupada	3.209	3.086	2.986	2.935	2.830	2.799	2.499	-2,2***
Sul	Agrícola	2.570	2.442	2.318	2.182	2.066	2.002	1.216	-4,1***
	Não-agrícola	639	644	668	753	764	797	1.283	4,0***
	Ocupada	1.139	1.092	1.049	985	976	941	972	-3,1***
Paraná	Agrícola	976	909	869	782	750	675	338	-5,6***
	Não-agrícola	162	182	180	203	226	267	634	7,5***

Fonte – Tabulação especial das PNADs, Projeto Urbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Janeiro 1999.

a) População esperada para o ano 2010 considerando-se a taxa anual de crescimento estimada para o período 1992-1998.

b) Estimativas obtidas a partir dos valores dos coeficientes das regressões log-lineares da população contra o tempo. Neste caso \*, \*\* e \*\*\* indicam que, com uma margem de 20%, 10% ou de 5% de probabilidade para o teste t de Student, a evolução das respectivas populações assemelha-se a tendência especificada no modelo hipotético de crescimento. Assim, os valores das taxas desprovidos de asterisco indicam que, probabilisticamente, os mesmos não diferem de zero. Tal resultado pode significar que a respectiva população manteve-se estagnada no período, ou que sua evolução difere da tendência prevista no modelo de regressão.

c) População economicamente ativa usual ou restrita (PEAR), conforme Del Grossi (1999).

Essa nova dinâmica, expressa pela crescente dissociação entre o desalojamento de pessoas da produção agrícola e o êxodo rural, permite contradizer, primeiro, que a concepção vigente de que o despovoamento da zona rural é um resultado inerente ao processo de desenvolvimento econômico. Em segundo, que o meio rural é um espaço refratário à valorização do capital em atividades não-agropecuárias.

Reafirma isso, o fato de que a população residente no meio rural e com ocupações não-agrícolas experimentou um aumento de pouco mais de um milhão de pessoas no período 1992-1998. Ademais, ao se persistir o mesmo ritmo de crescimento observado durante a década dos noventa, espera-se uma equivalência, no ano de 2010, entre o total de pessoas com ocupações agrícolas e o total de pessoas com ocupações não-agrícolas, sendo que a partir dessa data a perspectiva é de crescimento da população rural brasileira.

Regionalmente, de acordo com as informações das mencionadas Tabelas pode-se notar que, afora a Grande Região Sul, a desaceleração do declínio da população rural foi mais rápida na Grande Região do Centro Oeste e mais lenta na Grande Região Nordeste. Também se repetiu, de forma genérica no plano regional, o avanço do total de pessoas residentes no meio rural e com ocupações não-agrícolas, sendo que à exceção das Grandes Regiões do Sul e Sudeste (SP), nas demais verificou-se, no período 1992-1998, a estagnação do total de pessoas ocupadas no meio rural. Isto, principalmente em função da redução do contingente de pessoas que tem como ocupação principal a agropecuária e do forte ritmo de crescimento do contingente de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Averiguando-se mais pormenorizadamente a evolução desses distintos agruparem-tos de pessoas denota-se na Grande Região de São Paulo, que contém a menor população rural ocupada da Federação, que as atividades não-agrícolas já removeram o histórico predomínio que agropecuária detinha quanto ao total de postos de ocupação de mão-de-obra, conforme pode-se observar pela composição de sua população rural ocupada no biênio 1997-1998.

Nas demais Grandes Regiões onde a população rural com ocupações agrícolas tem sido maior que a população rural ocupada em atividades não-agrícolas, verifica-se que:

- a) no Nordeste, onde concentram-se as maiores parcelas da população rural ocupada e da população ocupada em atividades agrícolas da Federação, a expansão das atividades não-agrícolas amenizou o êxodo rural que tem demarcado historicamente essa grande região.
- b) nas Grandes Regiões do Sudeste (-SP) e Sul, o forte ritmo de crescimento da população rural ocupada em atividades não-agrícolas foi insuficiente para evitar a expressiva redução do total da população rural ocupada.
- c) na Grande Região Centro Oeste a acelerada expansão da população rural com ocupações não-agrícolas permitiu que o total da população rural ocupada apresentasse sinal de crescimento.

Prospectivamente, em função das distintas composições da população rural ocupada nas diversas regiões brasileiras, tem-se que na continuidade das tendências de crescimento detectadas para o período 1992-1998, estima-se que ao final do próximo decênio, apenas a Grande Região do Nordeste continuará apresentando o predomínio das atividades agrícolas quanto a ocupação das pessoas residentes no meio rural. Contribui para essa situação as circunstâncias de que essa Grande Região concentra, atualmente, o maior contingente da população rural ocupada em atividades agrícolas e tem apresentado a menor taxa de crescimento do total de pessoas com ocupações não-agrícolas. Além disso, tal região tem apresentado um processo de modernização da base técnica de produção agrícola menos intensivo comparativamente às demais regiões da União.

No âmbito do Estado do Paraná, que é a Unidade da Federação reconhecida como o celeiro nacional, o cenário se modifica apenas com relação a intensidade dos ritmos de declínio do contingente de pessoas engajadas na produção agropecuária e de aumento das ocupações rurais não-agrícolas, ambos duplamente mais acelerados que os respectivos ritmos observados para o Brasil como um todo. Considerando-se a persistência de evolução declinante na agricultura e de ascensão nas ocupações rurais não-agrícolas, no ano de 2010, o contingente de pessoas engajadas na agropecuária equivaler-se-á somente à metade do total de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural paranaense. Potencializa a realização desse cenário futuro a continua difusão de inovações tecnológicas e organizacionais na produção agropecuária nessa Unidade da Federação.

Enfim, o crescente alargamento das funções produtivas do meio rural, ou ainda, a gradativa remoção da exclusividade que a agropecuária historicamente tem exercido quanto a ocupação e renda das pessoas, suscita uma reavaliação acerca da pertinência futura da



delimitação corrente fundamentada nas identidades *urbano*  $\equiv$  *industrial* e *rural*  $\equiv$  *agrícola* para o delineamento da dinâmica das ocupações e renda das pessoas, assim como para o reajuste da agenda de políticas públicas. Atualmente, tal agenda deve apresentar um conteúdo misto ou *rurbano*. Tal condição se deve ao fato de que, por um lado, na maioria das regiões o contingente de pessoas ocupadas com agricultura ainda é majoritário, por outro lado, a expansão das ORNAs, revela que o meio rural está deixando de se identificar exclusivamente com as atividades agrícolas e, por extensão, a identidade *localidade(território)*  $\equiv$  *setor da economia*, acima referida, também torna-se gradativamente desprovida de sentido.

Assim, tem-se que no futuro, ou quando o total da população engajada em atividades agrícolas representar uma diminuta parcela da população rural ocupada, a delimitação relevante passa a ser a separação das distintas *localidades*, territórios ou regiões, as quais poderão se distinguir, por exemplo, quanto a magnitude e taxa de crescimento da densidade e renda da população. Atualmente, a identificação das distintas *localidades* pode ser efetuada através dos citados critérios acrescidos das respectivas proporções e arranjos entre as diversas atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas. Primeiro pelo fato de que, estimativamente, em 1998, o grupo de pessoas com ocupações não-agrícolas e com domicílio rural era integrado por aproximadamente 4,6 milhões de brasileiros. Em segundo, devido a condição de que, a segmentação com base nos ramos de atividade (agrícola e não-agrícola) continua sendo relevante, pois, conforme se constatou nesta sucinta análise da evolução da população rural brasileira, o contingente de pessoas ocupadas na agricultura além de ser majoritário também tem apresentado uma evolução oposta àquela do contingente de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Inclusive, tal dicotomia possibilita uma diferenciação entre as diversas unidades familiares, pois, como se verá a seguir, já se dispõe de indícios de que a atividade agrícola tende a ser executada de forma individualizada e de ser ocupação exclusiva de pessoas do sexo masculino.

## **A READEQUAÇÃO DA AGENDA DE TRABALHO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATRAVÉS DA MODERNIZAÇÃO DA BASE TÉCNICA<sup>6</sup>**

A plena modernização da base técnica da produção tem propiciado, na maioria dos casos<sup>7</sup>, a redução do total de jornadas de trabalho para execução de cada trabalho agrário e, por conseguinte, contribuído para a diminuição do volume total de postos de ocupação de mão-de-obra para obtenção do produto agrícola.

A resultante redução do montante total de jornadas de trabalho com a modernização da base técnica decorreu, principalmente, do uso da mecanização em substituição ao emprego da força de trabalho humana e da tração animal. Além da difusão das inovações mecânicas, contribuem para a diminuição do espaço de manobra dos trabalhadores agrícolas a adoção dos modernos sistemas de cultivo mínimo, ou de semeadura direta em terreno protegido pelos resíduos da lavoura anterior. Tais técnicas de cultivo suprimem, total ou parcialmente, as tradicionais operações de preparo do solo (aração e gradeação).

Todavia, conforme inadvertidamente poderia se supor, a redução da amplitude do período de tempo delimitado pelo momento de início do preparo do solo e pelo momento de

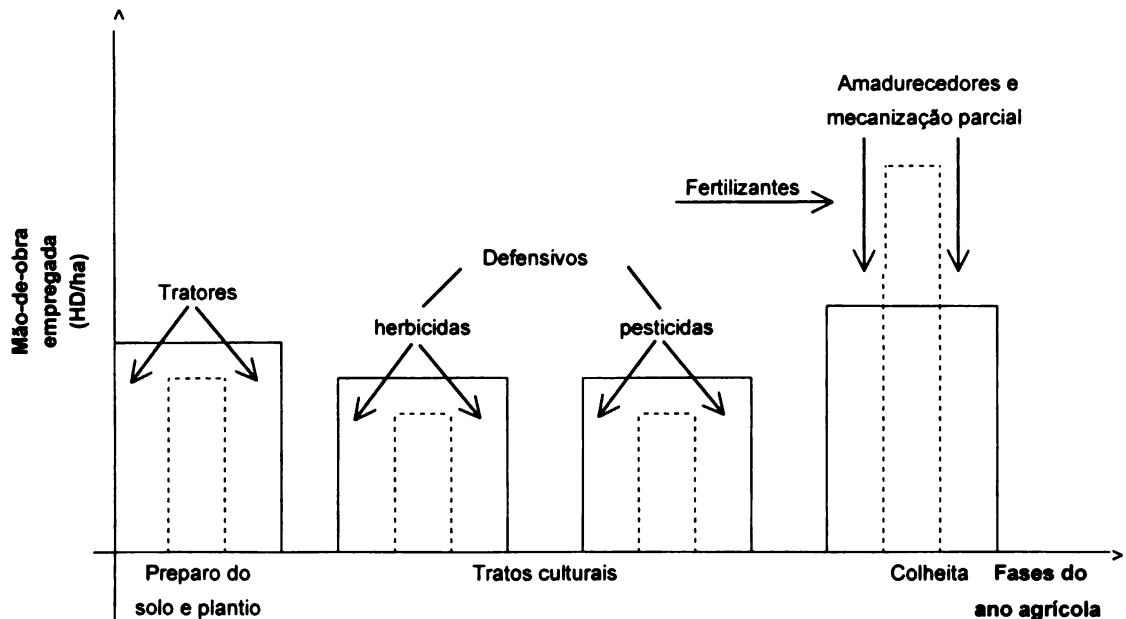
<sup>6</sup> O conteúdo desse item resume a maior parte dos aspectos teóricos tratados no livro intitulado *Terceirização na produção agrícola: A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola*, Antonio Carlos LAURENTI (2000).

<sup>7</sup> Como exemplo disso pode-se citar que, o melhoramento genético de plantas tem permitido a obtenção de cultivares com diferentes ciclos produtivos que possibilitam a implantação escalonada das lavouras fazendo com que se estenda o cronograma de trabalho na unidade agrícola. Porém, mesmo nesse caso é esperado uma jornada total de trabalho de menor magnitude que aquela dos sistemas tradicionais de cultivo.

conclusão da colheita, derivado do aumento do rendimento operacional pela mecanização não tem, genericamente, transformado a sucessão intermitente de trabalhos agrários que caracterizava o prévio elenco de tarefas agrícolas numa seqüência ininterrupta de acumulação de jornadas de trabalho.

Ao contrário, observando-se a Figura 01 a seguir percebe-se que, o progresso técnico tem ampliado os intervalos de tempo entre as operações agrícolas, ou os períodos de inatividade que se interpõem entre o término de um trabalho agrário e começo da tarefa imediatamente sucessória. Em outros termos, a difusão das inovações tecnológicas tem acentuado a inequivalência entre o período de trabalho e o período de produção<sup>8</sup>.

Figura 01- Efeito das principais tecnologias modernas sobre as exigências de mão-de-obra segundo as fases do ano agrícola.



Fonte: GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura* HUCITEC, Teses e Pesquisas, São Paulo, 1981, p 108.

Nesse sentido também são promissores os avanços no que se tem designado de eletrônica embarcada e na telemática que conjuntamente passam a retirar do plano prospectivo a denominada *agricultura de precisão*. Além disso, a junção, atualmente em curso, da engenharia genética à tradicional atividade de melhoramento de cultivares de plantas também sinaliza, no curto prazo, para sistemas de cultivo de menor número de tratos culturais, ou melhor, com menos aplicações de agrotóxicos.

<sup>8</sup> Sobre a dificuldade representada pela disparidade entre o tempo de produção e o de trabalho para o desenvolvimento capitalista da agricultura, consultar Susan A. MANN & James A. DICKINSON, *Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista*, *Literatura Econômica* 9 (1): 7-26, 1987. Cabendo aqui adiantar que Marx, (1971 a:II 243), apud José Graziano da Silva (1981), afirma que "Quando falamos de período de trabalho (ou tempo de trabalho), entendemos o número de jornadas de trabalho conexas, necessárias em determinado ramo industrial, para fornecer um produto acabado". O tempo de produção do capital adiantado consiste em dois períodos: um período em que o capital está no processo de trabalho (tempo de trabalho) e um segundo período em que sua forma de existência, a de produto inacabado, está exposta à ação de processos naturais, fora do processo de trabalho (tempo de não-trabalho)" (Marx, 1971 a: II: 253). (Parêntesis de JGS).

Há que se considerar, ainda, que a invenção da colheitadeira automotriz tornou contínua a seqüência dos trabalhos *ceifa - amontoa - trilha - transporte*, isto é, eliminou os intervalos de não-trabalho entre essas operações. Além do que, propiciou que essa operação tenha seu começo no recinto da unidade agrícola e sua finalização num armazém granleiro situado fora do setor rural.

Da mesma forma, o sistema de cultivo baseado na sementeira direta também conduz à supressão dos tempos de inatividade, ou de ociosidade dos instrumentos de trabalho, que preexistia entre o preparo de solo e a sementeira no tradicional modo de implantação das lavouras temporárias. A diferença desta técnica de cultivo é que a mesma também suprime as prévias operações de preparo do solo e das capinas mecânicas.

Da mesma forma, o sistema de cultivo baseado na sementeira direta também conduz à supressão dos tempos de inatividade, ou de ociosidade dos instrumentos de trabalho, que preexistia entre o preparo de solo e a sementeira no tradicional modo de implantação das lavouras temporárias. A diferença desta técnica de cultivo é que a mesma também suprime as prévias operações de preparo do solo e das capinas mecânicas.

Em resumo, no plano estritamente técnico ou agrônômico o uso das inovações tecnológicas tem promovido o aumento da produtividade física do trabalho e o desengajamento de pessoas do processo de produção agrícola, tanto pelo uso de maquinaria quanto pela *simplificação* das tarefas agrícolas. Conjuntamente, tais mudanças também conduzem à um processo de acumulação de jornadas de trabalho que tende a acentuar a magnitude dos intervalos de inatividade do estoque de máquinas que incidem durante o período de tempo requerido para a confecção do produto de cada unidade agrícola. No plano econômico, a modernização da base técnica da produção agrícola tem propiciado a redução de postos de ocupação de mão-de-obra e, por conseguinte, a diminuição da massa total de salários no âmbito da produção agrícola. Facultou, ainda, a ampliação do período de tempo em que o capital imobilizado nos modernos instrumentos de trabalho permanece no recinto da unidade produtiva porém fora do processo de valorização, ou seja, habilitou a extensão do período de tempo de rotação do capital. Ademais, a dilatação do prazo de depreciação do capital concretizado no estoque de maquinaria agrícola acentua o risco de obsolescência técnica, assim como reduz a pauta de produtos passíveis de serem cultivados em função da especificidade da maquinaria agrícola, particularmente da colheitadeira.

Reconhecendo-se que, intrinsecamente, esse padrão tecnológico tende a redundância da capacidade operacional do estoque dos modernos instrumentos de trabalho, também é possível perceber que a adoção dessas inovações remete à ampliação da escala de produção como forma de se minimizar os inconvenientes de ordem econômica acima mencionados. Isto revela que o potencial de redução de postos de ocupação de mão-de-obra desse padrão tecnológico não se limita à destruição dos postos de trabalho existentes no interior do empreendimento agrícola do proprietário da terra, pois a ampliação da escala, por vezes, exige a supressão de estabelecimentos de parceiros, pequenos arrendatários, ocupantes presentes no próprio imóvel rural. Além disso, o aumento da área explorada exigiu, em vários casos, a anexação, através da compra ou arrendamento, de vários estabelecimentos agropecuários de pequena extensão de terras, contíguos ou não, aos grandes imóveis rurais.

Nestes termos, tem-se que o progresso técnico tem-se revelado como um eficaz instrumento de potencialização da via clássica de desenvolvimento rural, isto é, reforça o percurso da trajetória de evolução na qual a acumulação de riqueza, através da produção agrícola, é acompanhado da acentuação da concentração do acesso a terra e, por conseguinte, torna latente o declínio do pessoal ocupado nas atividades agrícolas.

Essa potencialização pode ser percebida no caso da modernização da base técnica da produção agrícola brasileira, onde os inconvenientes de ordem microeconômica, acima citados,

foram, parcial ou totalmente, compensados pela política seletiva de crédito rural subsidiado. Embora a modernização venha se manifestando de forma parcial no cenário agrário brasileiro, a mesma contribuiu decisivamente para o aumento da produção agrícola e da concentração do acesso à terra. Em contrapartida, a política de industrialização da agricultura incrementou o êxodo agrícola e rural e a urbanização da população brasileira, pois desfavoreceu um grande número de trabalhadores agrícolas (assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes etc.) que se alojavam nas propriedades dos produtores beneficiados pela política de crédito rural. Ademais, tal política também dificultou a reprodução econômica dos empreendimentos dos agricultores familiares proprietários de pequenos lotes de terra, os quais complementavam a renda familiar com a venda de força de trabalho para os responsáveis de grandes empreendimentos agropecuários.

Além de conservadora, em função do aumento na concentração do acesso à terra, a modernização da base técnica da produção agrícola brasileira tem se revelado desigualmente distribuída quanto a pauta de cultivo e quanto as regiões, tanto em relação aos benefícios quanto a deterioração ambiental e das condições de trabalho.

Contudo, a via clássica não se constitui na única trajetória de desenvolvimento agrícola, conforme pode ter transparecido nesta breve descrição de alguns efeitos mais evidentes do processo de industrialização da agricultura. Tal abordagem visou oferecer um preâmbulo à argumentação em prol de um percurso alternativo à via clássica, isto é, um trajeto de desenvolvimento agrícola, no qual concilia-se a ampla difusão dos benefícios do progresso técnico e a permanência produtiva das unidades agrícolas de pequena escala de produção.

## **A REORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ATRAVÉS DA TERCEIRIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS AGRÁRIOS<sup>9</sup>**

Conforme anteriormente exposto, o progresso técnico tem, cronologicamente, ampliado os intervalos de inatividade que se interpõem entre o término de um trabalho agrário e começo da tarefa imediatamente posterior, ao tempo em que tem reduzido a quantidade de operações agrícolas e a amplitude do período de produção. Esse rearranjo do cronograma operacional no elenco dos trabalhos agrários também acarretou, além dos ganhos na produtividade do trabalho, inconvenientes de ordem microeconômica relacionados com um período de valorização do capital investido nos modernos instrumentos de trabalho inferior àquele permitido pela ecorregulação<sup>10</sup>.

Averiguando-se, mais pormenorizadamente, o que ocorre com o período de valorização do capital investido em modernos instrumentos de trabalho tem-se que, através das inovações mecânicas é possível reduzir-se de  $y$  para  $x$  a quantidade de dias necessários para a execução de um determinado trabalho agrário de uma dada unidade agrícola, então é provável que o período de valorização do capital imobilizado na maquinaria empregada para a execução dessa operação agrícola pode ser acrescido de  $y - x$  dias de atividade. Isto requer, *ceteris paribus*, o aumento da área cultivada ou, conforme já mencionado, o aumento da escala de produção.

<sup>9</sup> Novamente, o conteúdo desse item resume a maior parte dos aspectos teóricos tratados no livro intitulado *Terceirização na produção agrícola: A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola*, Antonio Carlos LAURENTI (2000), bastando adiantar que tal designação expressa também a entrada de um terceiro tipo de agente econômico no âmbito da produção agrícola, o qual executa os trabalhos agrários que se realizam no recinto do estabelecimento agropecuário de propriedade de outrem, isto é, trabalha por conta de terceiros, ou ainda, exerce a função de provisão das demandas temporárias de capacidade operacional veiculadas pelos instrumentos de trabalho.

<sup>10</sup> Vocabulo forjado para designar, de forma genérica, a determinação que as leis naturais exercem sobre a produção agrícola. Refere-se amplamente aos elementos ambientais externos à planta ou animal e aos elementos intrínsecos à planta ou ao animal, ou seja, relativo à respectiva carga genética.

A expansão do período de valorização do capital pode ser bem maior que aquela propiciada pela substituição de uma prática tradicional pelo uso de maquinaria moderna no total de dias expresso pela diferença  $y - x$ . Se considerarmos como  $z$ , sendo  $z$  maior que  $y$ , o total de dias aptos para a execução de uma tarefa agrícola propiciado pela condições agro-ecológicas, tem-se que a diferença  $z - x$  será tanto maior quanto menor for a escala operacional ou o tamanho da unidade agrícola (plenamente cultivada). Isto é, sempre que a modernização da base técnica implica na elevação da produtividade do trabalho, o que se verifica é uma situação de redundância de capacidade operacional, no âmbito da unidade produtiva, sempre que a mesma não disponha de condições de elevar a escala de produção. Tal redundância será tanto maior quanto maior for o número de estabelecimentos agrícolas que, situados em similares condições agro-ecológicas, modernizarem a base técnica de produção agrícola.

Todavia, o acesso aos benefícios de uma inovação mecânica, tal como aqueles veiculados por uma colheitadeira automotriz, não necessariamente requer o superdimensionamento da capacidade operacional de um conjunto de unidades agrícolas de uma localidade. Essa capacidade redundante pode ser minimizada através do uso compartilhado do estoque de instrumentos de trabalho entre os estabelecimentos agropecuários. Para isso torna-se necessário a coexistência de dois tipos de estabelecimentos agropecuários que se distinguem quanto a capacidade instalada de execução dos trabalhos agrários, sendo um tipo correspondente ao estabelecimento que conta com *superávit* e o outro caracterizado pelo *déficit* na capacidade de execução dos trabalhos.

Antes porém de se efetuar uma averiguação mais minuciosa das implicações da coexistência desses tipos de estabelecimentos agropecuários, convém esclarecer como esse compartilhamento promove a superação do problema microeconômico associado a não plena realização do período de valorização do capital investido no estoque dos modernos instrumentos de trabalho. Ou ainda, como esse compartilhamento habilita a difusão das inovações mecânicas em todo terreno passível de mecanização dos trabalhos agrários sem acentuar a preexistente concentração do acesso à terra.

A razão básica é melhor ilustrada considerando-se uma situação limite na qual os estabelecimentos com *déficit* de capacidade operacional são totalmente desprovidos do estoque de instrumentos de trabalho. Enquanto que os estabelecimentos com *superávit* são empresas especializadas na execução dos trabalhos agrários diretos, ou seja, integram o setor de serviços diretamente vinculados à produção agrícola.

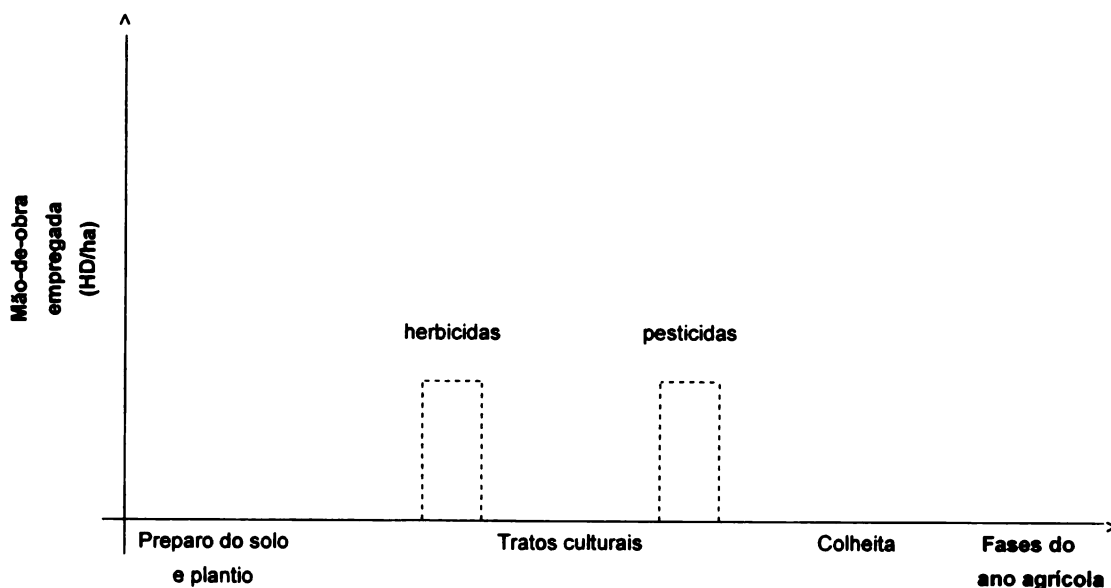
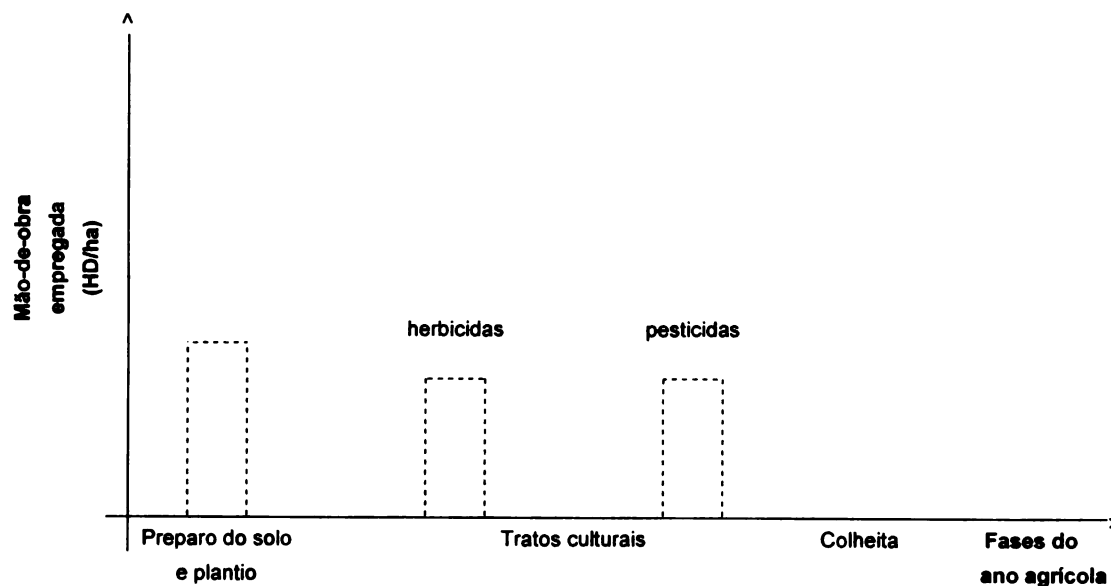
Tal situação de pleno *déficit* de capacidade operacional pode ser resultante de uma gradativa não renovação do estoque de maquinaria e concomitante transferência da execução dos trabalhos agrários à terceiros via serviços de empreitada, efetuada por um empreendedor da produção de cereais e/ou grãos que utiliza na sua unidade agrícola modernas técnicas de cultivo. Hipoteticamente, ter-se-ia, conforme ilustrado na Figura 02, inicialmente a contratação da execução da operação de colheita junto a terceiros, em virtude da concentração do período de colheita e pelo fato de que, conforme mencionado anteriormente, a colheitadeira automotriz torna contínua as operações de ceifa – amontoa – trilha – transporte. A seguir, em função do advento de máquinas de semeadura direta de maior rendimento operacional, a terceirização da implantação da lavoura e, por fim, a terceirização dos tratos culturais, decorrente da simplificação dessa tarefa facultada pelo desenvolvimento de cultivares mais tolerantes às pragas e moléstias e de princípios ativos mais eficazes.

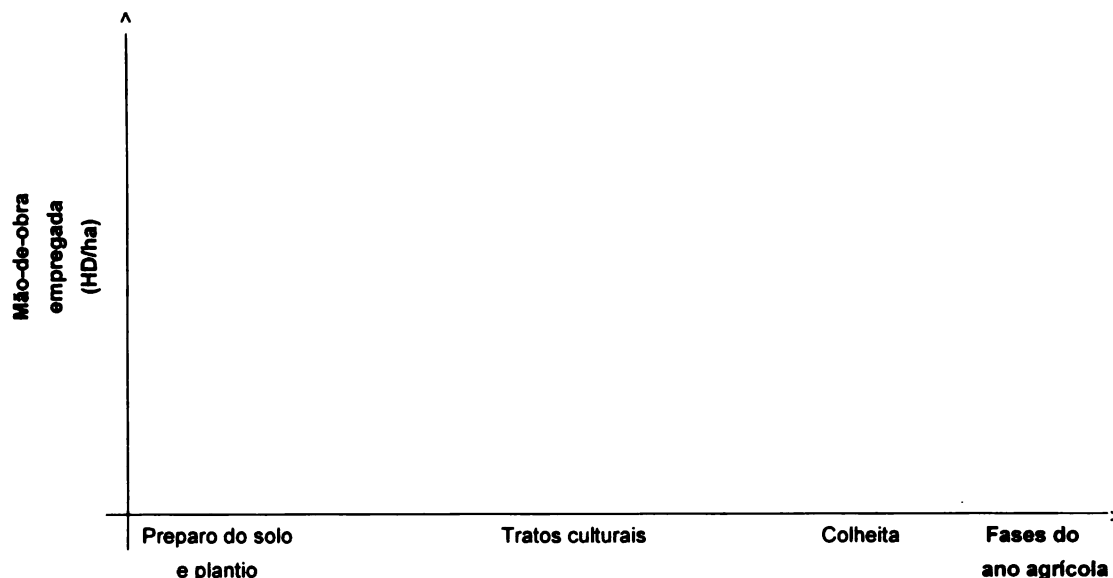
Nessa situação de plena terceirização na execução dos trabalhos agrários, onde o empreendedor da produção agrícola não participa das jornadas de trabalho, o que se verifica é que o mesmo também deixa de imobilizar capital na formação de um estoque próprio de instrumentos de trabalho e, por conseguinte, o capital que aplica na produção agrícola deixa de incorrer em períodos de ociosidade. Isto porque, embora o capital fixo de terceiros adentre

por inteiro na sua unidade produtiva, apenas a parte correspondente à depreciação desse capital fixo corresponde ao adiantamento de capital efetuado pelo empreendedor da produção agrícola.

Ou ainda, para esse tipo de empreendedor da produção agrícola o capital fixo de propriedade de terceiros, ou o montante de dinheiro imobilizado em instrumentos de trabalho agrícolas por parte do titular da empresa de serviços, somente adentra na sua unidade produtiva por ocasião do início do trabalho agrário e permanece no recinto da unidade agrícola até o momento de conclusão do mesmo.

Figura 02- Terceirização gradativa dos trabalhos agrários de uma moderna unidade de produção de cereais e/ou grãos.





De forma que, o capital adiantado pelo empreendedor da produção agrícola para a execução dos trabalhos agrários entra por inteiro no processo de produção, tal como ocorre com o capital empregado nos insumos agrícolas. Assim, a composição do capital aplicado pelo empreendedor da produção agrícola, totalmente desprovido do estoque de instrumentos de trabalho, passa a ser integrada apenas pelo capital fundiário e pelo capital circulante.

Nessa circunstância, o crescente problema da ociosidade do capital fixo operacional é transferida à empresa de serviços cujo campo de atuação não é limitado pelo tamanho de uma única unidade de produção agrícola. A prestação de serviços à várias unidades agrícolas contíguas ou não<sup>11</sup>, torna-se a circunstância pela qual a empresa de serviços amplia seu respectivo período de valorização do capital e conseqüentemente reduz o período de rotação de capital, isto é diminui o intervalo de tempo necessário para que todo o capital imobilizado na maquinaria retorne a sua forma monetária. Em outros termos, encurta o tempo necessário à renovação do estoque de máquinas e com isto intensifica o ritmo de incorporação das inovações mecânicas.

De forma que, essa dissociação entre concepção e a execução dos trabalhos agrários conduz a um modelo de organização da produção agrícola em que a difusão massiva das inovações mecânicas não exige a extinção das unidades agrícolas de pequena escala de produção. Nesse padrão de organização da produção agrícola, onde a acumulação de capital produtivo passa a independer da acumulação concentração fundiária, não se arrefece o ritmo de difusão de inovações. Isto porque, a necessidade de ampliar o período de valorização do capital mantém-se de forma compulsiva na empresa de serviços, fazendo com que sua oferta se estenda às unidades de pequena escala de produção.

Enfim, nesse padrão de organização da **produção agrícola em rede** demarcado pela maior divisão do trabalho que se expressa, por um lado, pela prática da "agricultura de ges-

<sup>11</sup> Trata-se da condição itinerante que passa a caracterizar os modernos instrumentos de trabalho. Essa designação já era utilizada por R.S. HAINSWORTH, O.E. BAKER and A. P. BRODELL, citado por A.M. SEHLEHUBER and B. TUCKER, Culture of Wheat, In: QUISENBERRY, K.S. & REITZ, L.P. (Ed). *Wheat and Wheat Improvement*. Published by American Society of Agronomy, Number 13 in the series AGRONOMY. Madison, Winsconsin, USA, 1967, p 168. Tais autores utilizaram essa designação para registrar a usual prática de empreitar a colheita de trigo junto a proprietários de colheitadeiras, que iniciavam a prestação de serviços no Texas e atravessavam os USA no sentido nordeste.

tão”<sup>12</sup> e, por outro lado, pela “agricultura operacional”<sup>13</sup>, a permanência das unidades agrícolas de pequena escala de produção é menos dificultada em função de que nas mesmas pode-se praticar um padrão tecnológico mais competitivo e com menor adiantamento de capital comparativamente a unidade agrícola totalmente equipada.

Outras implicações relevantes na conformação desse tipo de organização da produção agrícola são o desenvolvimento do “mercado de partes da vida útil da maquinaria agrícola”, a tendência de rigidez da estrutura fundiária, a expansão do setor serviços na produção agrícola, o esvaziamento do conteúdo do conceito de produtor simples de mercadoria e o acirramento do processo de redução de postos de ocupação de mão-de-obra.

Além desses desdobramentos, aponta-se como destaque e como vantagem, especialmente para o empreendedor da produção de produtos de lavouras temporárias a *flexibilização* da produção agrícola pela qual aquele agente pode, a cada safra, optar pelo cultivo da lavoura temporária cujo mercado sinaliza como a de maior rentabilidade esperada. Ou seja, através da terceirização da execução dos trabalhos agrários o cultivo das lavouras temporárias atinge um estágio no qual a volatilidade da demanda é contraposta pela maior flexibilidade na produção agrícola.

A flexibilização na produção agrícola pode se estender, através da terceirização, à supressão de estoques de insumos na unidade agrícola. Ou seja, o empreendedor da produção pode adquirir os defensivos agrícolas, ou contratar serviço para sua aplicação, apenas quando sanidade da lavoura estiver em vias de ser comprometida. Complementarmente, devido a incidência aleatória das pragas e moléstias em níveis danosos, essa troca do controle preventivo pelo controle curativo pode resultar num processo produtivo menos hostil ao meio ambiente. A pertinência dessa conduta é evidenciada, entre outros aspectos, pela circunstância de que, no novo padrão de organização da produção agrícola, os investimentos das agências de geração e difusão de inovações poderão beneficiar qualquer tipo de produtor agrícola independentemente do tamanho de sua unidade produtiva.

Essa ampla dispersão das inovações também decorre do fato de que, conforme correntemente se reconhece, a terceirização da execução dos trabalhos agrários diretos ainda favorece o empreendedor da produção agrícola que pratica a “agricultura de gestão” pela redução do custo de produção e pela transferência da função de gerência do processo de trabalho e dos encargos fiscais de caráter trabalhista.

Por fim tem-se que, boa parte das vantagens inerentes à plena terceirização da execução dos trabalhos agrários podem ser auferidas através da *terceirização parcial*, isto é, quando o empreendedor da produção agrícola gestiona junto a terceiros a execução de apenas um ou de uma parte do elenco dos trabalhos agrários. Por exemplo, a flexibilização da pauta de produção das lavouras temporárias, pode ser obtida apenas com a terceirização da operação de colheita, que é uma das poucas atividades agrícolas em que a máquina operatriz mantém contato com a lavoura ou com o produto agrícola.

Com a terceirização da operação de colheita, o empreendedor da produção agrícola pode optar pelo cultivo de qualquer lavoura temporária, inclusive por aquelas nas quais a operação de colheita é efetuada, na sua maior parte, manualmente, tal como na lavoura da mandioca. Isto porque, nas demais operações agrícolas as combinações *trator-implemento agrícola* não exigem o contato direto da maquinaria com a lavoura, tal como a combinação *trator-arado*, *trator-grade*, *trator-pulverizador* etc., que com os devidos ajustes podem ser utilizados num ampla gama de lavouras. Ou seja, com a terceirização da operação de colheita o empreendedor

<sup>12</sup> Designação originalmente efetuada por GAVIRIA em 1974, conforme menciona Flávio ARNALTE A (1989), visando retratar a situação em o responsável pelo estabelecimento agropecuario “...só toma decisiones de gestión y contrata a terceros para faenas imprescindibles...”

<sup>13</sup> Designação efetuada em oposição à “agricultura de gestão” e refere-se diretamente àquelas pessoas que executam as fainas agrícolas imprescindíveis.



da produção agrícola podem optar, a cada safra, pelo cultivo da lavoura temporária de melhor rentabilidade esperada.

Em síntese, em função da própria natureza do padrão de modernização, os efeitos da difusão das inovações tecnológicas tendem a extravasar os limites daquelas unidades agrícolas cujos titulares tornaram-se proprietários dos respectivos estoques de modernos instrumentos de trabalho necessários à condução do processo de produtivo. Essa extrapolação pode propiciar duas possibilidades opostas de reajuste da organização da produção agrícola, sendo uma a que potencializa a via clássica de desenvolvimento agrícola através da expansão do período de valorização do capital adiantado em máquinas e equipamentos pela anexação de unidades de produção de pequena escala. A outra, é a que refreia o avanço desse próprio modelo com a interposição de uma atividade de serviços diretamente vinculada a produção agrícola, pela qual a concepção dissocia-se da execução do trabalho agrário direto, isto é, estimula a implantação do mercado onde se transaciona partes da vida útil da maquinaria agrícola.

Enfim, ambas formas de reajuste da organização da produção agrícola, por intermédio do progresso técnico, implicam na continuidade do declínio do contingente de pessoal ocupado nas atividades agrícolas, com a diferença de que a via da terceirização habilita a permanência das unidades agrícolas de pequena escala de produção no agronegócio. Esta última via de reajuste da produção agrícola suscita, ao menos, uma reavaliação da atual agenda de políticas agrícolas. Antes porém, torna-se necessário averiguar a importância atual dessa prática de delegar, parcial ou totalmente, a terceiros a execução dos trabalhos agrários no cenário agrário brasileiro. A parte seguinte é dedicada a uma prospeção não exaustiva da tendência de terceirização dos trabalhos agrários diretos, com ênfase na operação de colheita de cereais e grãos.

## A TERCEIRIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS TRABALHOS AGRÁRIOS DIRETOS NO BRASIL

As informações do Censo Agropecuário, apresentadas na Tabela 03, permitem contabilizar que, em 1995, cerca de **891 mil** de estabelecimentos agropecuários no Brasil utilizaram instrumentos de trabalho de propriedade de terceiros na execução dos trabalhos agrários diretos. A aferição da importância relativa desse contingente, através do índice de terceirização (IT)<sup>14</sup>, permite afirmar que o mesmo apresenta uma relevância quantitativa não negligenciável. Isto porque, em aproximadamente **um terço** do total de estabelecimentos agropecuários nos quais não se tem usado apenas a força humana para condução dos trabalhos agrários constatou-se, naquele ano, o uso de animais de trabalho, máquinas e equipamentos de propriedade de terceiros, ou que não pertenciam, exclusivamente, ao titular da unidade agrícola.

<sup>14</sup> Esse índice foi elaborado com base no "índice de desativação" formulado por Eládio ARNALTE A., *op. cit.*, p 105, o qual é expresso pela seguinte fórmula,

$$I = [ B / ( A + B ) ] \times 100$$

onde :

I = índice de desativação em percentagem; A = total de estabelecimentos rurais nos quais as máquinas utilizadas são de propriedade do titular do estabelecimento; e B = total de estabelecimentos rurais nos quais as máquinas utilizadas não são de propriedade exclusiva do titular do estabelecimento.

Portanto, pode-se considerar que a “terceirização parcial” constitui-se na designação mais apropriada para complementar a caracterização dos contornos que a organização da produção agrícola passou a adquirir com a industrialização da agricultura brasileira, iniciada nos meados da década dos sessentas.

Reforça essa afirmativa o fato de que, embora essa forma de provisão do *déficit* de capacidade operacional dos estabelecimentos agropecuários tenha estado amplamente dispersa no território brasileiro, a incidência da mesma tem sido assimetricamente distribuída no plano das Grandes Regiões e Unidades da Federação do Brasil. Regionalmente, denota-se que, tal prática tendo sido relativamente mais concentrada na região Nordeste, onde o valor do IT atingiu 0,471 e, comparativamente, mais dispersa na região Norte onde o IT fez o valor de 0,222.

No plano das Unidades da Federação a desigualdade na distribuição dessa prática tem se revelado ainda mais acentuada, pois a metade do total de estabelecimentos com uso de instrumentos de trabalho de terceiros situou-se em apenas quatro estados: Bahia, Minas Gerais, Paraná (onde situou-se o maior contingente de estabelecimentos agropecuários com uso de serviços de empreitada, Anexo II) e Rio Grande do Sul (com a maior frequência de casos com aluguel de instrumentos de trabalho dotados de força de tração, Anexo III).

Dentre as principais formas de acesso ao estoque de instrumentos de trabalho de terceiros, o **aluguel** de força de tração tem se constituído naquela de maior importância, seguida da empreita de máquinas e equipamentos, a qual tem superado a forma *miscelânea* ou *outras formas* na designação utilizada nos Censos Agropecuários. Atesta isso o fato de que, conforme mostrado na Tabela 04, o aluguel de instrumentos de trabalho dotados de fonte de tração e de propriedade de terceiros abrangiu, em 1995, pouco mais de 800 mil estabelecimentos agropecuários. Isto é, respondeu por cerca de 90% do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros com uso de instrumentos de trabalho de terceiros. À semelhança da empreita de máquinas e equipamentos, como se verá a seguir, a execução terceirizada dos trabalhos agrários, via aluguel, também tem ocorrido com intensidade variável nos *grupos de área total* dos estabelecimentos e tem sido, relativamente, mais utilizada pelos proprietários de terra. Entretanto, esta forma de acesso ao estoque de instrumentos de trabalho de terceiros tem sido, relativamente, mais importante nos menores estratos de área total, especialmente naquele com menos de 10 hectares, conforme se nota pelos valores do IT expressos na Tabela 04.

A importância dos estabelecimentos situados nesse estrato de área, para a forma de terceirização em consideração, é melhor percebida ao se considerar que nesse estrato, para cada **quatro** estabelecimentos autônomos quanto a capacidade operacional, em termos de força de tração animal e/ou mecânica, haviam outros **três** estabelecimentos dependentes, parcial ou totalmente, de terceiros para a execução dos trabalhos agrários.

Portanto, no cenário agrícola brasileiro, a cessão de instrumentos de trabalho também é uma forma de obtenção de renda para uma significativa parcela de estabelecimentos agropecuários que provêem esse serviço de forma combinada com a produção agrícola. Isto é, trata-se de um contingente de estabelecimentos nos quais a composição da receita não é definida apenas pelo comércio de produtos agrícolas e, por isso, diferencia-se dos demais pela inserção *bissetorial* ou, mais diretamente, vincula-se à produção agrícola e ao setor terciário.

Esse compartilhamento no uso dos instrumentos de trabalho através do aluguel evidencia, em última instância, a presença de mais uma tendência de diferenciação na agricultura brasileira expressa na **dissociação entre a posse e o uso do capital operacional na produção agrícola**.

Tabela 03. Índice de Terceirização (IT), segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, Brasil 1995.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total de estabelecimentos com declaração de:								IT 8 / 4
	Uso de força de tração animal e mecânica 1	Empreita de máquinas e equipamentos 2	Uso de força de tração e empreita de máquinas e equipamentos 3	1 + (2 - 3) 4	Uso de força de tração do próprio estabelecimento 5	Força de tração do estabelecim. e empreita de máquinas e equipamentos 6	5 - 6 7	Uso de instrumentos de trabalho de terceiros 8	
<b>Norte</b>	<b>64.064</b>	<b>4.954</b>	<b>2.935</b>	<b>66.083</b>	<b>53.172</b>	<b>1.772</b>	<b>51.400</b>	<b>14.683</b>	<b>0,222</b>
Rondônia	15.318	1.007	526	15.799	12.507	315	12.192	3.607	0,228
Acre	7.035	199	154	7.080	6.450	89	6.361	719	0,102
Amazonas	1.762	487	94	2.155	1.340	69	1.271	884	0,410
Roraima	713	110	57	766	437	32	405	361	0,471
Para	25.598	1.303	643	26.258	22.313	448	21.865	4.393	0,167
Amapá	167	7	4	170	143	4	139	31	0,182
Tocantins	13.471	1.841	1.457	13.855	9.982	815	9.167	4.688	0,338
<b>Nordeste</b>	<b>903.692</b>	<b>77.250</b>	<b>70.875</b>	<b>910.067</b>	<b>504.407</b>	<b>22.562</b>	<b>481.845</b>	<b>428.222</b>	<b>0,471</b>
Maranhão	27.602	1.723	1.148	28.177	20.616	529	20.087	8.090	0,287
Piauí	82.911	4.028	3.566	83.373	41.713	1.734	39.979	43.394	0,520
Ceará	110.832	6.161	5.332	111.661	57.677	2.126	55.551	56.110	0,503
Rio G. do Norte	52.926	2.116	1.961	53.081	35.393	1.197	34.196	18.885	0,356
Paraíba	69.175	1.339	1.041	69.473	38.337	560	37.777	31.696	0,456
Pernambuco	139.002	2.331	2.086	139.247	76.329	1.105	75.224	64.023	0,460
Alagoas	58.487	1.036	904	58.619	29.601	333	29.268	29.351	0,501
Sergipe	39.501	3.973	3.602	39.872	13.863	719	13.144	26.728	0,670
Bahia	323.256	54.543	51.235	326.564	190.878	14.259	176.619	149.945	0,459
<b>Sudeste</b>	<b>527.603</b>	<b>50.410</b>	<b>45.290</b>	<b>532.723</b>	<b>382.101</b>	<b>30.026</b>	<b>352.075</b>	<b>180.648</b>	<b>0,339</b>
Minas Gerais	307.911	24.930	22.092	310.749	209.928	13.901	196.027	114.722	0,369
Espirito Santo	26.261	2.034	1.427	26.868	15.129	592	14.537	12.331	0,459
Rio de Janeiro	29.403	4.338	3.757	29.984	15.797	1.322	14.475	15.509	0,517
São Paulo	164.028	19.108	18.014	165.122	141.247	14.211	127.036	38.086	0,231
<b>Sul</b>	<b>853.882</b>	<b>125.684</b>	<b>122.199</b>	<b>857.367</b>	<b>741.877</b>	<b>97.728</b>	<b>644.149</b>	<b>213.218</b>	<b>0,249</b>
Paraná	291.798	86.222	84.218	293.802	243.803	49.327	194.476	99.326	0,338
Sta. Catarina	175.500	17.671	17.100	176.071	158.058	14.914	143.144	32.927	0,187
Rio G. do Sul	386.584	41.791	40.881	387.494	340.016	33.487	306.529	80.965	0,209
<b>Centro Oeste</b>	<b>143.762</b>	<b>28.467</b>	<b>24.980</b>	<b>147.249</b>	<b>107.474</b>	<b>14.482</b>	<b>92.992</b>	<b>54.257</b>	<b>0,368</b>
Mato G. do Sul	36.426	4.179	3.827	36.778	29.501	2.900	26.601	10.177	0,277
Mato Grosso	32.445	5.466	4.046	33.865	26.959	2.504	24.455	9.410	0,278
Goiás	72.865	18.442	16.777	74.530	49.504	8.900	40.604	33.926	0,455
Distrito Federal	2.026	380	330	2.076	1.510	178	1.332	744	0,358
<b>Brasil</b>	<b>2.493.003</b>	<b>286.765</b>	<b>266.279</b>	<b>2.513.489</b>	<b>1.789.031</b>	<b>166.570</b>	<b>1.622.481</b>	<b>891.028</b>	<b>0,354</b>

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1995 de cada Unidade da Federação.

**Tabela 04. Índice de Terceirização (ITft) e distribuição dos estabelecimentos com declaração de uso e procedência da força utilizada nos trabalhos agrários, segundo a condição do produtor e grupos de área total, Brasil 1995.**

Item	Estabelecimentos com declaração de:				ITft (b)
	Uso de força de tração (a)	Procedência			
		Própria	Alugada	Outras formas	
1	2	3	4	5	
<b>Condição do produtor</b>					
Proprietário	1.994.291	1.526.828	616.418	283.236	0,234
Arrendatário	121.334	80.007	44.128	25.608	0,341
Parceiro	138.628	66.051	51.663	52.189	0,524
Ocupante	238.750	116.145	90.875	75.854	0,514
<b>Grupos de área total (ha)</b>					
<b>Menos de 10</b>	<b>981.562</b>	<b>528.499</b>	<b>370.962</b>	<b>263.136</b>	<b>0,462</b>
Menos de 1	104.400	26.165	45.895	40.222	0,749
1 a menos de 2	144.164	46.788	63.342	51.451	0,675
2 a menos de 5	364.575	193.052	139.011	99.975	0,470
5 a menos de 10	368.423	262.494	122.714	71.488	0,288
<b>10 a menos de 100</b>	<b>1.176.441</b>	<b>961.817</b>	<b>360.297</b>	<b>152.064</b>	<b>0,182</b>
10 a menos de 20	458.663	367.976	144.683	70.126	0,198
20 a menos de 50	494.630	408.292	150.695	60.608	0,175
50 a menos de 100	223.148	185.549	64.919	21.330	0,168
<b>100 a menos de 1 000</b>	<b>293.485</b>	<b>259.205</b>	<b>66.895</b>	<b>19.846</b>	<b>0,117</b>
100 a menos de 200	139.472	119.362	36.751	11.065	0,144
200 a menos de 500	110.630	99.200	23.367	6.715	0,103
500 a menos de 1 000	43.383	40.643	6.777	2.066	0,063
<b>1 000 a menos de 10 000</b>	<b>38.456</b>	<b>37.134</b>	<b>4.396</b>	<b>1.403</b>	<b>0,034</b>
1 000 a menos de 2 000	22.722	21.783	2.804	929	0,041
2 000 a menos de 5 000	12.538	12.216	1.302	386	0,026
5 000 a menos de 10 000	3.196	3.135	290	88	0,019
<b>10 000 e mais</b>	<b>1.933</b>	<b>1.908</b>	<b>193</b>	<b>61</b>	<b>0,013</b>
10 000 a menos de 100 000	1.905	1.881	189	60	0,013
100 000 e mais	28	27	4	1	0,036
Sem declaração	1.126	468	341	377	0,584
<b>Brasil</b>	<b>2.493.003</b>	<b>1.789.031</b>	<b>803.064</b>	<b>436.887</b>	<b>0,282</b>

Fonte- IBGE: Censo Agropecuário do Brasil de 1995.

(a) Inclusive estabelecimentos que declararam mais de um tipo de serviço.

(b) ITft = coluna 1 - coluna 2 / coluna 1.

Considerando-se a segunda mais importante forma de acesso ao estoque de instrumentos de trabalho de terceiros praticada no Brasil, ou seja, os serviços de empreitada, observa-se pelas informações contidas na Tabela 05 que a *condição do produtor* não incorpora qualquer especificidade à prática de execução dos trabalhos agrários via serviços de empreitada, pois esta modalidade de terceirização tem se dispersado independentemente da condição do produtor.

**Tabela 05. Densidade e distribuição dos estabelecimentos com declaração de serviços de empreitada, por trabalho executado e segundo a condição do produtor e grupos de área total, Brasil 1995.**

Item	Total de estabelecimentos	Estabelecimentos com declaração de:							Densidade (b)
		Serviço de empreitada (a)	Preparo de solo	Plantio	Tratos culturais	Colheita	Limpeza de pasto	Outros serviços	
<b>Condição do produtor</b>									
Proprietário	3.604.343	650.320	218.638	149.213	90.763	196.527	265.667	64.164	0,180
Arrendatário	268.294	35.851	12.574	10.980	7.130	18.360	4.785	2.377	0,134
Parceiro	277.518	23.657	10.751	6.140	3.851	11.984	1.520	1.112	0,085
Ocupante	709.710	50.962	25.534	15.321	10.072	16.188	6.864	4.218	0,072
<b>Grupos de área total (ha)</b>									
<b>Menos de 10</b>	<b>2.402.374</b>	<b>196.299</b>	<b>104.476</b>	<b>59.389</b>	<b>33.700</b>	<b>72.304</b>	<b>19.522</b>	<b>8.850</b>	<b>0,082</b>
Menos de 1	512.032	21.069	11.558	6.077	4.099	6.104	1.010	622	0,041
1 a menos de 2	471.298	26.641	15.485	8.193	4.957	8.742	1.410	1.127	0,057
2 a menos de 5	796.724	70.658	39.626	22.015	12.005	25.607	5.996	3.126	0,089
5 a menos de 10	622.320	77.931	37.807	23.104	12.639	31.851	11.106	3.975	0,125
<b>10 a menos de 100</b>	<b>1.916.487</b>	<b>370.981</b>	<b>122.279</b>	<b>86.081</b>	<b>52.659</b>	<b>131.332</b>	<b>133.837</b>	<b>29.612</b>	<b>0,194</b>
10 a menos de 20	701.417	110.527	44.644	30.300	16.238	47.561	23.255	6.766	0,158
20 a menos de 50	814.695	158.558	50.650	35.539	22.342	58.558	57.302	12.115	0,195
50 a menos de 100	400.375	101.896	26.985	20.242	14.079	27.215	53.280	10.731	0,255
<b>100 a menos de 1 000</b>	<b>469.964</b>	<b>168.385</b>	<b>36.306</b>	<b>31.619</b>	<b>22.214</b>	<b>36.486</b>	<b>109.331</b>	<b>25.940</b>	<b>0,358</b>
100 a menos de 200	246.314	77.865	18.364	14.818	10.373	17.706	48.488	9.631	0,316
200 a menos de 500	165.243	64.580	13.084	12.049	8.455	13.096	43.412	10.561	0,391
500 a menos de 1 000	58.407	25.940	4.858	4.752	3.386	4.683	17.431	5.748	0,444
<b>1 000 a menos de 10 000</b>	<b>47.174</b>	<b>23.598</b>	<b>4.124</b>	<b>4.286</b>	<b>3.016</b>	<b>3.706</b>	<b>15.366</b>	<b>6.912</b>	<b>0,500</b>
1 000 a menos de 2 000	28.504	13.697	2.293	2.417	1.701	2.217	8.996	3.777	0,481
2 000 a menos de 5 000	14.982	7.840	1.426	1.466	1.007	1.194	5.082	2.440	0,523
5 000 a menos de 10 000	3.688	2.061	405	403	308	295	1.288	695	0,559
<b>10 000 e mais</b>	<b>2.184</b>	<b>1.276</b>	<b>289</b>	<b>264</b>	<b>218</b>	<b>203</b>	<b>756</b>	<b>454</b>	<b>0,584</b>
10 000 a menos de 100 000	2.147	1.258	282	260	215	200	744	449	0,586
100 000 e mais	37	18	7	4	3	3	12	5	0,486
Sem declaração	21.682	251	23	15	9	29	24	103	-
<b>Brasil</b>	<b>4.859.865</b>	<b>760.790</b>	<b>267.497</b>	<b>181.654</b>	<b>111.816</b>	<b>243.059</b>	<b>278.836</b>	<b>71.871</b>	<b>0,157</b>

Fonte- IBGE: Censo Agropecuário do Brasil de 1995.

(a) Inclusive estabelecimentos que declararam mais de um tipo de serviço.

(b) Corresponde à proporção dos estabelecimentos com serviços de empreitada em cada condição do produtor e grupo de área total.

Embora apresente a mesma assimetria que caracteriza a distribuição do total de estabelecimentos agropecuários quanto ao grupo de área total, a distribuição dos estabelecimentos cujos responsáveis declararam recorrer aos serviços de empreitada segundo a condição do produtor mostrou-se relativamente mais concentrada na categoria dos proprietários de terra. Isto para todos os trabalhos agrários.

A observação dos valores das respectivas densidades dos estabelecimentos com instrumentos de trabalho de terceiros permite destacar que a empreita de serviços tende a ser proporcionalmente maior nos estabelecimentos de maior área total, particularmente no estrato acima de mil hectares. Todavia, tem-se que, em termos absolutos, a maior concentração se verifica no grande grupo de 10 a menos de 100 hectares e no estrato de 20 a 50 hectares, sendo isto comum a todos os trabalhos agrários.

No âmbito dos trabalhos agrários tem-se que, embora os serviços de empreitada tenha sido utilizado para a execução de qualquer tipo de trabalho agrário, tal prática foi mais usada nas operações de *preparo do solo* e de *colheita*, ou seja, incidiu com maior freqüência nas tarefas que, relativamente, requerem as maiores jornadas de trabalho.

O expressivo contingente de estabelecimentos com empreita de serviços, reflete a pertinência do exercício anteriormente efetuado, no qual considerou-se a circunstância em que todos os trabalhos agrários são realizados por agências externas ao estabelecimento agropecuário. Principalmente, pelo fato de que sequer o tamanho do estabelecimento e tampouco a distinta natureza dos trabalhos agrários diretos tem se constituído em obstáculos ao acesso do estoque de instrumentos de trabalho de terceiros.

Em função dessa característica dos trabalhos agrários é que essa forma de terceirização, além de se constituir numa trajetória de diferenciação dos estabelecimentos à semelhança do aluguel de força de tração, também se conforma num movimento de *decomposição* da categoria social produtor simples de mercadoria (PSM) ou, ainda, como um processo de *desfamiliarização* da produção agrícola. Basicamente, pelo fato de que na situação em que todo o elenco dos trabalhos agrários passa a ser feito por terceiros (via serviços de empreitada) o produtor e/ou membros da família são compelidos para fora do processo de trabalho. Ou seja, nessa situação limite deixa de se manifestar a condição de trabalhador equipado que integra a definição do PSM, ao menos no âmbito da produção agrícola.

A ampla dispersão e a desigualdade quanto a distribuição da freqüência de casos também tem se repetido, certamente, em várias outras dimensões de análise, visto que, nos trabalhos de terceiros também apresentou-se assimetricamente distribuído. Principalmente, em função da elevada participação do cultivo da lavoura de soja, cuja grande maioria dos produtores (cerca de 72,1% do total<sup>16</sup>) informaram, em 1985, que usaram força de tração de propriedade de terceiros. Também se reproduz nesse conjunto de agricultores a desigualdade na distribuição da prática de terceirização quanto ao estrato de área e quanto ao tipo de trabalho agrário, pois, estimativamente, 78,48% dos produtores de soja com área de lavoura menor ou igual a dez hectares fazem uso de colheitadeiras de propriedade de terceiros<sup>17</sup>.

A importância do processo de terceirização parcial no cenário paranaense torna-se mais notória ao se considerar que, atualmente, dentre o conjunto de estabelecimentos agropecuários cujos responsáveis declararam usar força de tração animal e/ou mecânica, máquinas e equipamentos nos trabalhos agrários, tem-se que, a parcela dos estabelecimentos que usam

<sup>16</sup> Antonio Carlos LAURENTI, *op. cit.* p. 50.

<sup>17</sup> Antonio Carlos ROESSING et alii. *Avaliação do componente tecnológico da safra de soja 1995/96*. Londrina, EMBRAPA-CNPSO – CONAB-DIBA-DEPAE. 1996. p. 16. (não publicado e de uso restrito).

limites da região de **modernização intensiva**<sup>15</sup> do Estado do Paraná, o uso de instrumentos de instrumentos de trabalho de terceiros predominam quanto ao total de estabelecimentos, eqüivalente-homem e valor bruto da produção vendida (Tabela 06).

Para finalizar essa descrição da importância empírica da terceirização da execução dos trabalhos agrários diretos no cenário brasileiro cabe destacar, ainda, que tende a persistir o

**Tabela 06. Distribuição dos estabelecimentos agropecuários, área total, eqüivalente-homem (EH) e valor bruto da produção vendida (VBPV), segundo a composição do pessoal ocupado, grupo de eqüivalente-homem, uso da força de tração e empreita de máquinas e equipamentos, Estado do Paraná, 1995.**

Item	Total			
	Estabelecimentos	Área 1.000 (ha)	EH (f)	VBPV 1.000 R\$
<b>Total</b>	<b>369.875</b>	<b>15.947</b>	<b>1.126.118</b>	<b>5.066.095</b>
Com declaração de receita	354.037	15.207	1.094.681	5.066.095
Sem declaração (a)	12	3	42	454
Coletiva (b)	26.393	2.834	110.725	1.006.650
Individual	327.632	12.370	983.914	4.058.990
Sem declaração de área total	21	0	31	167
<b>Total familiar (c)</b>	<b>294.765</b>	<b>6.892</b>	<b>816.978</b>	<b>2.346.375</b>
Com uso de FTME (d) próprios	113.446	3.341	344.631	1.066.699
Com uso de FTME de terceiros	126.180	2.535	344.528	1.090.837
Sem uso de FTME	55.139	1.016	127.819	188.839
<i>Familiar com até 1 EH</i>	<i>44.254</i>	<i>745</i>	<i>44.253</i>	<i>235.562</i>
Com uso de FTME (d) próprios	11.641	257	11.641	86.310
Com uso de FTME de terceiros	18.231	267	18.231	115.906
Sem uso de FTME	14.382	221	14.382	33.345
<i>Familiar com EH entre 2 e 3</i>	<i>89.915</i>	<i>1.909</i>	<i>162.888</i>	<i>583.597</i>
Com uso de FTME (d) próprios	32.248	842	59.538	246.151
Com uso de FTME de terceiros	37.985	677	67.450	270.653
Sem uso de FTME	19.682	390	35.900	66.793
<i>Familiar com mais de 3 EH</i>	<i>160.596</i>	<i>4.238</i>	<i>609.837</i>	<i>1.527.216</i>
Com uso de FTME (d) próprios	69.557	2.241	273.452	734.238
Com uso de FTME de terceiros	69.964	1.592	258.848	704.278
Sem uso de FTME	21.075	405	77.537	88.700
<b>Total não familiar (e)</b>	<b>32.846</b>	<b>5.478</b>	<b>166.906</b>	<b>1.712.448</b>

Fonte: Tabulação especial do Censo Agropecuário do Paraná de 1995-96, IAPAR/ASE.

a) Estabelecimento sem informação da condição de propriedade da terra ou posição ignorada do pessoal ocupado.

b) Condomínio ou sociedade de pessoas; cooperativas; sociedade anônima ou por cotas; instituição pia ou religiosa; governo etc.

c) Estabelecimento dirigido por produtor e sendo a mão-de-obra familiar igual ou superior à metade do total de pessoal ocupado.

d) Força de Tração animal e/ou mecânica e Máquina e/ou Equipamento.

e) Estabelecimento dirigido por administrador ou com mão-de-obra familiar menor que a metade do total de pessoal ocupado.

f) Eqüivalente Homem – Corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

g) Valor Bruto da Produção Vendida menos a receita oriunda da venda de máquinas.

declínio no total de postos de trabalho na produção agrícola, associado a esse processo de reorganização da produção. Diante disso, torna-se plausível vislumbrar que o futuro padrão de agricultura também será demarcado pela *individualização* dos trabalhos agrários e da atividade agrícola.

Os indicativos dessas tendências podem ser captados pela averiguação superficial da evolução do contingente de pessoas ocupadas nos Serviços Auxiliares da Agricultura e pela

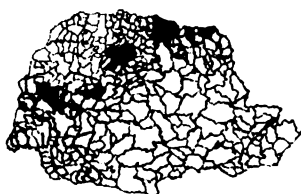


Figura 03 - Região de modernização intensiva do Estado do Paraná

evolução do número médio de pessoas ativas da família, conforme registra a PNAD. Assim, observa-se, pelas informações da Tabela 07 relativa à posição das pessoas quanto ocupação, que no Brasil, entre 1992-1998, são elevadas as taxas anuais de crescimento:

- a) dos empregados ocupados como operador agrícola e como motoristas;
- b) das pessoas que atuam por conta própria com ocupação de operador agrícola; e,
- c) dos empregadores na ocupação de provedor de serviços.

**Tabela 07- Evolução do total de pessoas com domicílio rural e ocupadas na atividade Serviços Auxiliares da Agricultura, segundo a posição na ocupação, Brasil 1992-1998.**

Posição na ocupação e tipo de ocupação	Ano						Taxa de crescimento <sup>a</sup> 1992-1998
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	
<b>Empregado</b>	<b>4.514</b>	<b>4.299</b>	<b>7.275</b>	<b>9.941</b>	<b>28.924</b>	<b>21.736</b>	<b>37,50***</b>
Provedor de serviços	-	-	-	-	534	-	-
Trabalhador rural	-	-	-	4.518	21.078	10.320	-
Operador agrícola	3.782	2.402	3.730	3.955	5.044	9.121	16,30**
Motorista	732	1.897	3.545	1.468	2.268	2.295	14,20
<b>Conta própria</b>	<b>8.631</b>	<b>3.692</b>	<b>4.995</b>	<b>12.304</b>	<b>15.842</b>	<b>9.869</b>	<b>14,90</b>
Agricultor	3.837	1.323	1.711	4.422	3.864	1.171	-2,90
Operador agrícola	2.208	909	2.712	7.333	5.399	5.732	30,90**
Trabalhador rural	-	-	-	549	1.644	1.102	-
Alugador de equip. agrícola	2.586	1.460	572	-	4.935	1.864	-
<b>Empregador</b>	<b>10.959</b>	<b>8.723</b>	<b>10.412</b>	<b>11.312</b>	<b>11.931</b>	<b>13.935</b>	<b>5,20**</b>
Provedor de serviços	10.959	8.723	9.616	10.983	11.398	13.114	4,20*
Operador agrícola	-	-	796	329	533	821	-
<b>Total</b>	<b>24.104</b>	<b>16.714</b>	<b>22.682</b>	<b>33.557</b>	<b>56.697</b>	<b>45.540</b>	<b>18,00***</b>
Provedor de serviços	10.959	8.723	9.616	10.983	11.932	13.114	4,50*
Trabalhador rural	-	-	-	5.067	22.722	11.422	-
Operador agrícola	5.990	3.311	7.238	11.617	10.976	15.674	23,40***
Motorista	732	1.897	3.545	1.468	2.268	2.295	14,20
Agricultor	3.837	1.323	1.711	4.422	3.864	1.171	-2,90
Alugador de equip. agrícola	2.586	1.460	572	-	4.935	1.864	-

Fonte – Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Janeiro 1999.

a) Estimativas obtidas a partir dos valores dos coeficientes das regressões log-lineares da população contra o tempo. Neste caso \*, \*\* e \*\*\* indicam que, com uma margem de 20%, 10% ou de 5% de probabilidade para o teste t de Student, a evolução das respectivas populações assemelha-se a tendência especificada no modelo hipotético de crescimento. Assim, os valores das taxas desprovidos de asterisco indicam que, probabilisticamente, os mesmos não diferem de zero. Tal resultado pode significar que a respectiva população manteve-se estagnada no período, ou que sua evolução difere da tendência prevista no modelo de regressão.

Quanto a individualização da condução do estabelecimento agropecuário percebe-se, pelas informações da Tabela 08, que essa condição ainda não está presente nas famílias paranaenses engajadas na produção agrícola, pois embora esse número tenha se reduzido, no período 1992-1997, o mesmo ainda situa-se em torno de duas pessoas por família agrícola. Em complemento aponta-se que, em 1995, conforme as informações da Tabela 06, aproximadamente 15% do total de estabelecimentos familiares o total de pessoal ocupado no



ano não ultrapassou um eqüivalente-homem, sendo que nesse subconjunto preponderaram aqueles estabelecimentos com indicação de uso de instrumentos de trabalho de propriedade de terceiros.

Todavia, é plausível supor que o número médio de pessoas ativas por família tende a ser menor do que dois, particularmente nas regiões de maior incidência do processo de modernização da base técnica de produção agrícola. Reforça essa suposição o fato de que, a tendência à separação entre a unidade familiar e a unidade agrícola também conta com determinantes alheios à própria unidade agrícola. Mais diretamente, há evidências de que tal dissociação também decorre da mudanças no interior da família, resultando em que a produção agrícola deixa de ser uma atividade familiar, em função do crescente engajamento de mulheres em atividades não-agrícolas e individualização dos trabalhos agrários, conforme argumenta M. Blanc (1987)<sup>18</sup>.

**Tabela 8: Evolução do número médio de pessoas ativas por família rural extensa segundo o tipo de família, Estado do Paraná 1992-97.**

Tipo de família	1992	1993	1995	1996	1997	Taxa de crescimento (a.a.) %	
						1992-97 <sup>a</sup>	1992-97 <sup>b</sup>
						Empregadora com mais de 2 empregados	2,0
Agrícola	1,0		3,0	1,3	1,5	8,4	
Pluriativa	2,0	1,0	4,0	3,0	3,0	8,5 **	18,6
Não-agrícola	4,0	2,0	2,5	1,5	2,2	-11,4 **	-10,5
Empregadora com até 2 empregados	2,6	2,7	2,4	2,2	2,1	-3,8	-4,2 ***
Agrícola	2,9	2,9	2,2	2,0	2,0	-6,7	-8,1 ***
Pluriativa	2,2	2,9	3,2	2,7	2,1	-0,9	-0,7
Não-agrícola	1,0	1,2	1,0	2,0	2,4	19,1 ***	17,1 **
Conta Própria	2,7	2,7	2,8	2,6	2,5	-2,0 ***	-2,0 **
Agrícola	2,7	2,7	2,8	2,5	2,4	-2,0 ***	-1,9 *
Pluriativa	3,6	3,2	3,1	3,2	3,0	-3,2	-2,4 **
Não-agrícola	1,6	2,3	1,9	1,6	1,7	1,2	-2,2
Trabalhadores ocupados	1,8	1,8	1,8	1,8	1,7	-1,3	-0,8
Agrícola	1,8	1,6	1,9	1,7	1,5	-3,1 *	-1,3
Pluriativa	2,6	3,1	2,7	2,6	2,7	1,3	-0,8
Não-agrícola	1,4	1,4	1,4	1,5	1,5	0,6 ***	0,8
Total rural	2,3	2,3	2,3	2,1	2,0	-2,7 *	-2,5 ***

Fonte: Tabulação especial das PNAD, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Janeiro de 1999.

a) teste t indica se a diferença entre os anos de 1992 e 1997 é significativa ou não.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

c) \*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Enfim, os indicativos até aqui apresentados quanto a persistência da trajetória de declínio ocupações agrícolas e de incremento da multifuncionalidade do meio rural remetem ao reconhecimento de que, o reajuste da agenda das políticas públicas não pode prescindir da avaliação pormenorizada dos impactos quanto ao fomento, ou não, do processo de terceirização parcial. Da mesma forma, é imprescindível a aferição desdobramentos de medidas que

<sup>18</sup> Trata-se, segundo esse autor

“ dos cambios experimentados por las relaciones interconyugales (con difusión creciente entre las mujeres de los agricultores del empleo en trabajos independientes de la explotación) y por las relaciones intergeneracionales. En este caso las modificaciones consisten, por una parte, em la crisis del status de ayuda familiar entre los jóvenes, de forma particularmente acusada entre las hijas de los agricultores, y, por otra, en la difusión de la “noción de jubilación” entre los agricultores viejos, que reducirían así su actividad em las explotaciones de los hijos, al tiempo que también disminuye la cohabitación entre generaciones”.

Citado por ARNALTE A. E. *Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación*. Departamento de Economía, Sociología e Política Agraria. Universidad Politécnica de Valencia. 1996. Não publicado.

concilie o avanço da terceirização e o desenvolvimento da pluriatividade das famílias domiciliadas no meio rural brasileiro.

## CONCLUSÃO

A breve descrição acerca da evolução atual e futura da população economicamente ativa e com residência nas áreas rurais do Brasil, particularmente a continuidade do declínio do total de pessoas ocupadas na produção agropecuária e a ascensão das ORNAs, permitem concluir este artigo com a indicação de que a atual constituição do “novo rural” configura-se na referência preferencial para o reajuste do âmbito da atuação das instituições públicas e privadas, direta ou indiretamente, vinculadas ao desenvolvimento rural como um todo e, em particular, o agrícola.

Incorporando-se a perspectiva de mais uma forma de organização da produção agrícola, demarcada pela terceirização dos trabalhos agrários, torna-se possível arbitrar que as diretrizes de ajuste da intervenção pública deve pautar-se, primeiro, na circunstância de que, para uma ampla gama de estabelecimentos agropecuários familiares, a dinâmica da produção agrícola já não é passível de ser captada apenas pela averiguação do que ocorre no recinto da unidade agrícola<sup>19</sup>. Segundo, na condição de que, também para uma parcela considerável de estabelecimentos familiares, a economia familiar não depende exclusivamente da agropecuária como fonte de renda.

Nestes termos, considerando-se o “subsetor” do “novo rural” composto pela produção agrícola modernizada, baseada em *commodities* e intimamente vinculadas às agroindústrias, tem-se que a formulação de uma política agrícola proativa requer a ponderação do fomento ou não do avanço das agências especializadas na execução dos trabalhos agrários.

Ou ainda, o desenho adequado dessa política agrícola passa a requerer a expansão do enfoque das cadeias produtivas para uma abordagem calcada no conceito de **produção agrícola em rede**. Com esse conceito que expressa uma nova divisão do trabalho na produção agrícola, torna-se possível, por exemplo, delinear uma nova proposta de geração e difusão de inovações tecnológicas para a agropecuária na qual as agências especializadas na condução dos trabalhos agrários poderão exercer uma função ativa, tanto na disseminação e validação das novas técnicas quanto no monitoramento das condições de produção.

Nesse esquema, no qual forma-se uma rede de inovação tecnológica composta pelos agentes da pesquisa, da extensão, dos serviços agrícolas e do empreendimento agrícola, a transferência de tecnologia alcança um ritmo mais acelerado e de amplo alcance face a atuação supra-unidades agrícolas e supra-regional das agências de serviços. Ou seja, trata-se de compor uma atuação em rede capaz de aumentar a competitividade desse “subsetor” bem como a ampla dispersão de técnicas de recuperação e preservação do meio ambiente. Para tanto, requer-se ainda o reconhecimento de que estabelecimento agropecuário possa ter uma participação ativa no agronegócio e sequer dispor um lote de terras ou produzir produtos agropecuários.

A título de exemplo tais agências proverão serviços de:

<sup>19</sup> Tal proposição se associa à visão prospectiva de Enrico PUGLIESE (1988) para quem

“a unidade de produção agrícola se converte na sede física de uma série de atividades que podem ser realizadas:

- a) com máquinas, equipamentos e outros meios de produção que não pertencem ao estabelecimento...
- b) com mão de obra empregada e paga por agências externas ao estabelecimento...
- c) a partir de decisões (de tipo de cultivo, características dos tratos culturais) não tomadas pelo estabelecimento agropecuário, senão impostas por indústrias, cooperativas ou empresas comerciais...”

- a) implantação de lavoura;
- b) produção e aplicação de inimigos naturais dos agentes causais de pragas e moléstias na produção agropecuária;
- c) planificação e aplicação de fertilizantes e outros insumos;
- d) colheita;
- e) inseminação artificial;
- f) empresas coletoras de detritos agropecuários (caminhão pipa para esgotamento de fossa coletora de dejetos oriundos da pecuária de galpão e transporte para centrais de beneficiamento);
- g) gestão econômico-financeira etc.

Essa proposta contudo sinaliza para a continuidade do declínio do total de pessoas ocupadas na produção agrícola, ou ainda, reforça a tendência de êxodo agrícola embora também possa catalisar a diversificação econômica do estabelecimento agropecuário.

Todavia, a possibilidade de se ampliar a diversificação econômica do estabelecimento agropecuário antepõe novas questões quanto ao âmbito de atuação das agências públicas ou privadas direta, ou indiretamente, vinculadas ao meio rural. Por exemplo, que tipo de redimensionamento (expansão, substituição parcial) deverá ser efetuada na atual programação de pesquisa agropecuária no sentido de incorporar projetos que visem prover conhecimentos e inovações tecnológicas relacionadas com as atividades agrícolas vinculadas ao “subsetor” cujos produtos agropecuários são transacionados em “nichos” de mercado? Trata-se de uma redefinição da abrangência da programação de pesquisa ou da inclusão de novas agências de investigação com a missão de prover conhecimentos e inovações tecnológicas para o desenvolvimento das novas atividades agrícolas?

Para finalizar, tem-se que além das atuais trajetórias de diferenciação das unidades agrícolas familiares, ou melhor, além da via clássica e da via que no limite culmina com a “agricultura de gestão” e com a “agricultura operacional”, há que se considerar, ainda, a trajetória da transformação dos atuais estabelecimentos agropecuários familiares em empreendimentos pluriativos através da expansão da pauta de atividades da família, por meio de inclusão de ocupações não-agrícolas. Porém, ante a ampla gama de dinâmicas associadas ao “subsetor” que congrega as atividades não-agrícolas, tal modalidade de diferenciação não será aqui tratada, sendo sua menção útil para reafirmar a atual importância da multifuncionalidade para a confecção de políticas públicas de desenvolvimento rural, até que as mesmas cedam espaço para as políticas de caráter estritamente regional, ou local, em função da gradativa perda de relevância da delimitação *rural-urbano*<sup>20</sup> para a finalidade de averiguação da dinâmica da ocupação e renda das população economicamente ativa.

---

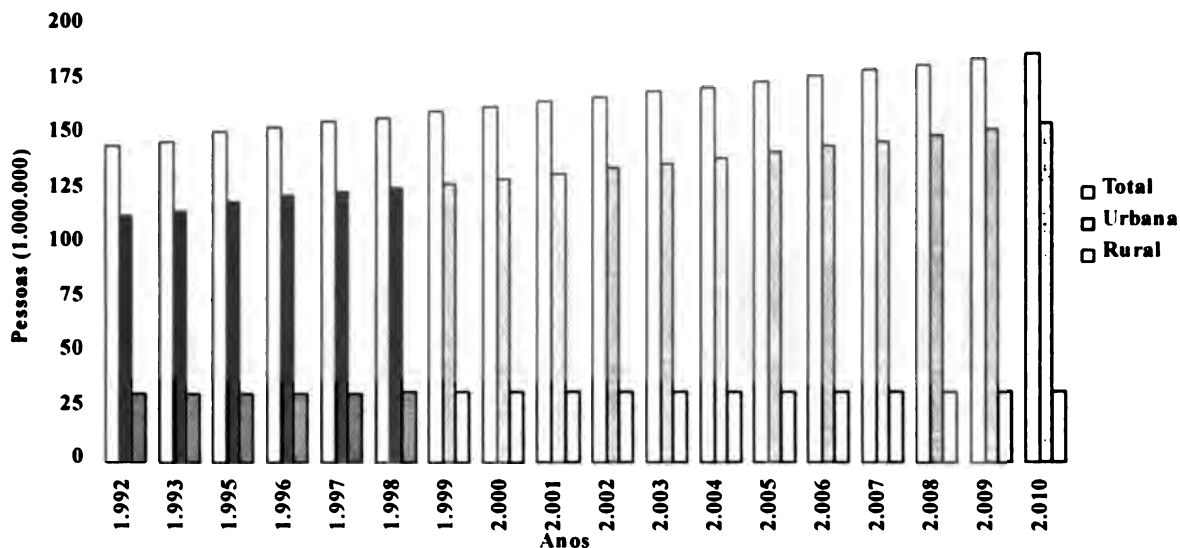
<sup>20</sup> “A agricultura representa uma parcela cada vez menor da ocupação e da geração de renda nos países capitalistas centrais. O emprego agrícola está em declínio não somente em termos relativos, mas também absolutos. Nos Estados Unidos, apenas 10% do pessoal ocupado no meio rural vive da agricultura (Castle, 1998:621). Mesmo nos condados de base fundamentalmente agrícola, menos de 35% do emprego depende da agricultura e da agroindústria. Em 1991, nos Estados Unidos, havia 1,6 milhões de domicílios agrícolas e 23 milhões de domicílios rurais não-agrícolas. Em outras palavras, 93% dos domicílios rurais norte-americanos não são unidades de produção agropecuária”. Ricardo ABRAMOVAY (1999).

**BIBLIOGRAFIA**

- ABRAMOVAY, R. Interrelações entre as transformações demográficas e a agenda social. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Primeiro relatório de Pesquisa. IPEA- Projeto BRA/97/013. São Paulo, Rio de Janeiro, 1999, p. 22.
- ARNALTE A. E. Estructura de las explotaciones agrarias e externalización del processo productivo – Implicaciones para el debate sobre el proteccionismo. In: **El Proteccionismo Agrario a Debate**. ICE, 1989, p 102-104.
- ARNALTE A. E. **Formas de producción y tipos de explotaciones en la agricultura española: viejas y nuevas líneas de diferenciación**. Departamento de Economía, Sociología e Política Agraria. Universidad Politécnica de Valencia. 1996. Não publicado.
- DEL GROSSI, M. E. & GRAZIANO DA SILVA, J. **A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995**. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro – RJ, v-11, 1998. p 26-52.
- DEL GROSSI, M. E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981 - 1995**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. p. 24-32. Tese de Doutorado.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. HUCITEC, São Paulo, 1981. p 30.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Instituto de Economia/UNICAMP, Campinas-SP. 1999, segunda edição.
- HAINSWORTH, R. S.& BAKER O, E. & BRODELL, A. P. citado por A.M. SEHLEHUBER and B. TUCKER, Culture of Wheat, In: QUISENBERRY, K.S. & REITZ, L.P. (Ed). **Wheat and Wheat Improvement**. Published by American Society of Agronomy, Number 13 in the series AGRONOMY. Madison, Winsconsin, USA, 1967, p 168
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN para la AGRICULTURA-IICA. **El desarrollo rural sostenible en el marco de una nueva lectura de la ruralidad**. “Nueva Ruralidad”. Presentado en la Reunión de Gabinete Ampliado, 1999. p. 7-9.
- KAGEYAMA, A. SILVEIRA, J. M. Agricultura e questão regional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.35, n.2, 1997, p. 9-33.
- LAURENTI, A. C. **Terceirização na produção agrícola: A dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense**. Londrina-IAPAR 2000, p 93-121.
- LAURENTI, A. C. & DEL GROSSI, M.E. A evolução das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (Editores). **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Vol. 1, Cap. 1, Jaguariúna, S.P., EMBRAPA, 2000, p15-65.
- MANN, S. A. & DICKINSON, J. A. Obstáculos ao Desenvolvimento da Agricultura Capitalista, **Literatura Econômica**. 9 (1), 1987, p 7-26.
- PUGLIESE, E. Estratificación social y Trabajo a tempo parcial. In: ZUBIZARRETA, M.E. (compiladora). **Desarrollo Rural Integrado**. 1988, p. 150-152.
- SARACENO, E. **Recent trends in rural development and their conceptualization**. Journal of Rural Studies. vol. 10, n.4, 1994, p. 321-30.
- ROESSING, A. C. et alii. **Avaliação do componente tecnológico da safra de soja 1995/96**. Londrina, EMBRAPA-CNPSo – CONAB-DIBA-DEPAE, 1996, p. 16. (não publicado e de uso restrito).
- WELLER, J. El empleo rural na agropecuária en el istmo Centro-americano. **Revista de la CEPAL**, v. 62, 1997, p 75-90.

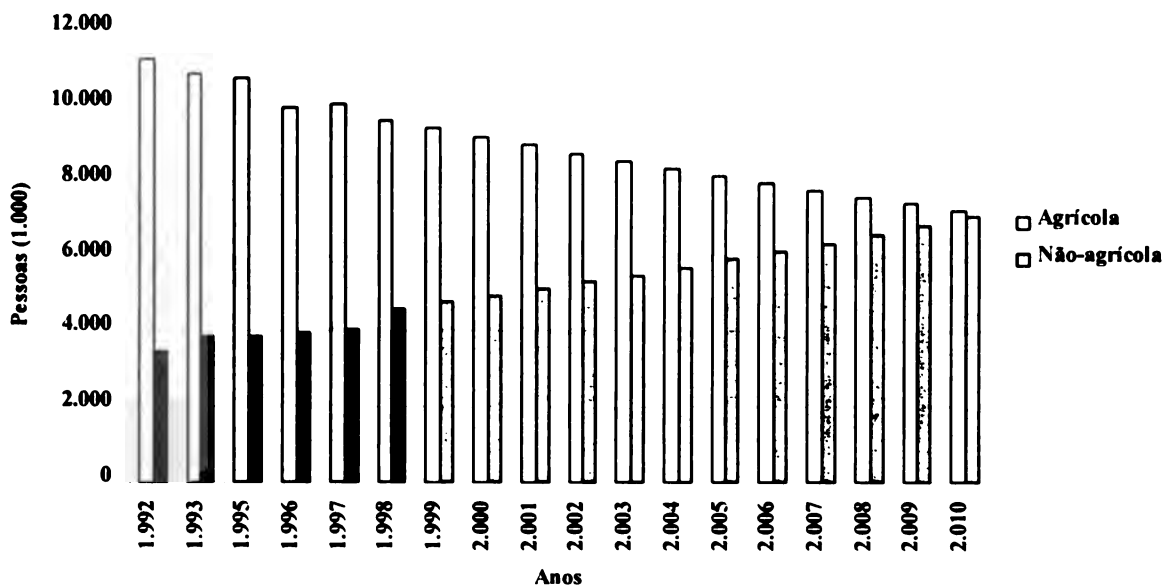
## APÊNDICE I

**Evolução da população segundo a situação de domicílio,  
Brasil, 1992 - 2010.**



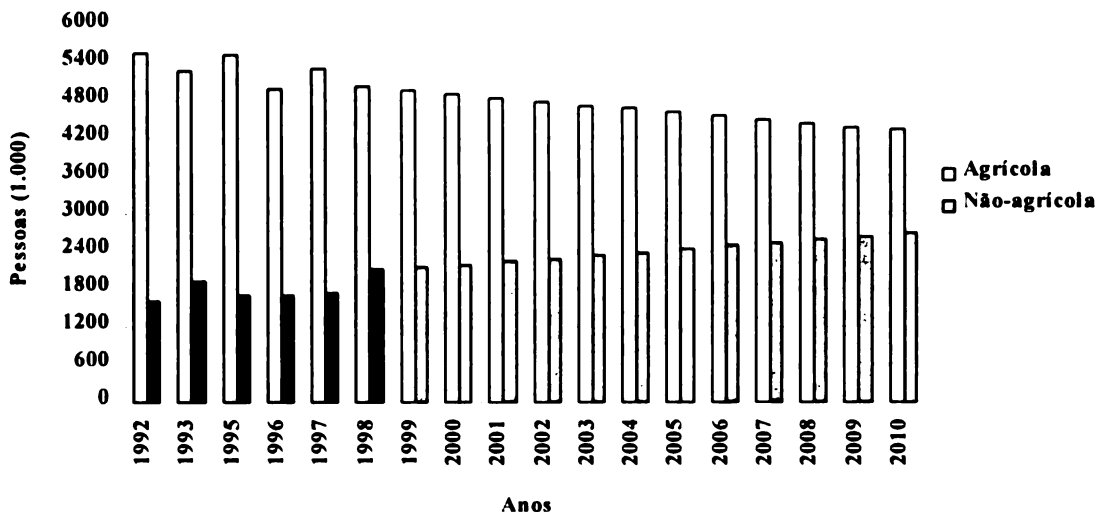
Fonte: Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Agosto 2000.

**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade,  
Brasil, 1992 - 2010.**



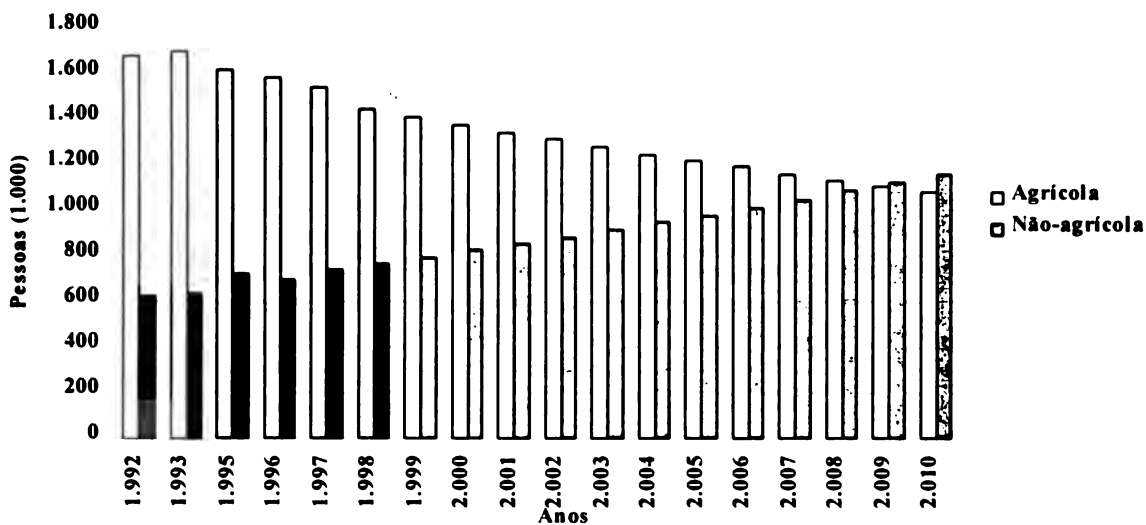
Fonte: Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Agosto 2000.

**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade, Grande Região Nordeste, 1992 - 2010.**



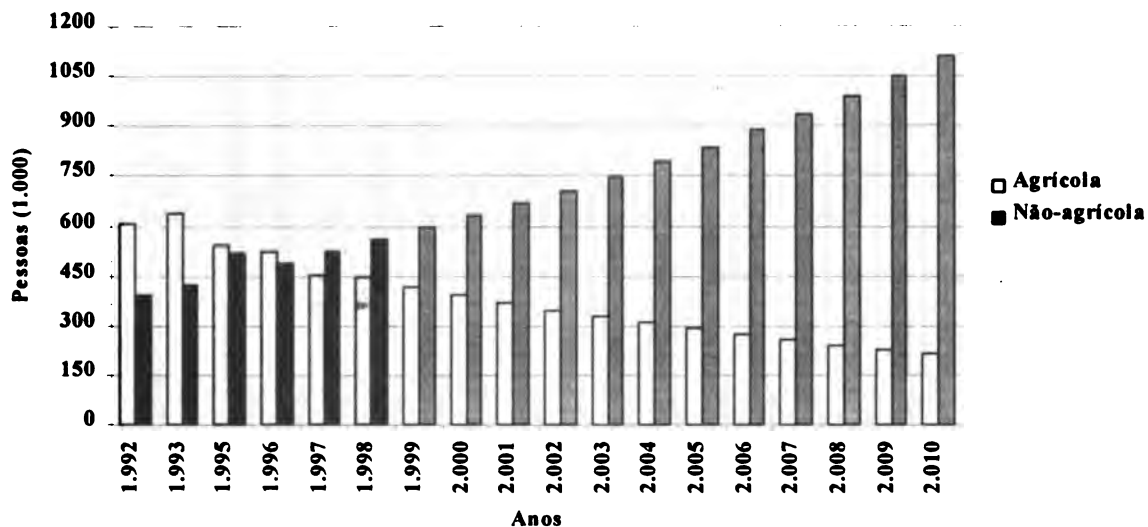
Fonte: Tabulação especial das PNADs. Projeto Rurbano. NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE. Agosto 2000.

**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade, Grande Região Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, 1992 - 2010.**



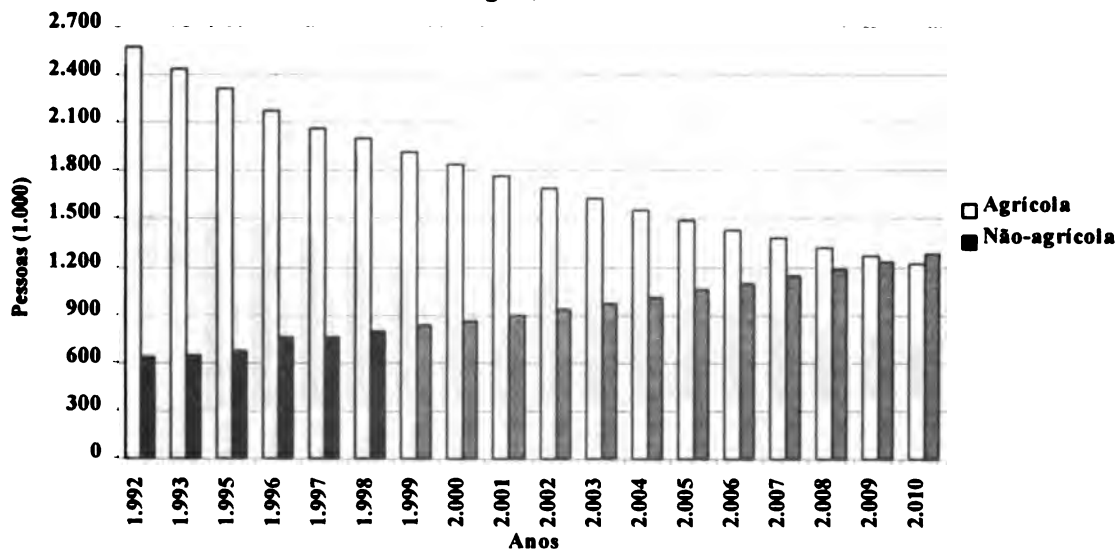
Fonte: Tabulação especial das PNADs. Projeto Rurbano. NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE. Agosto 2000.

**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade, Estado de São Paulo, 1992 - 2010.**



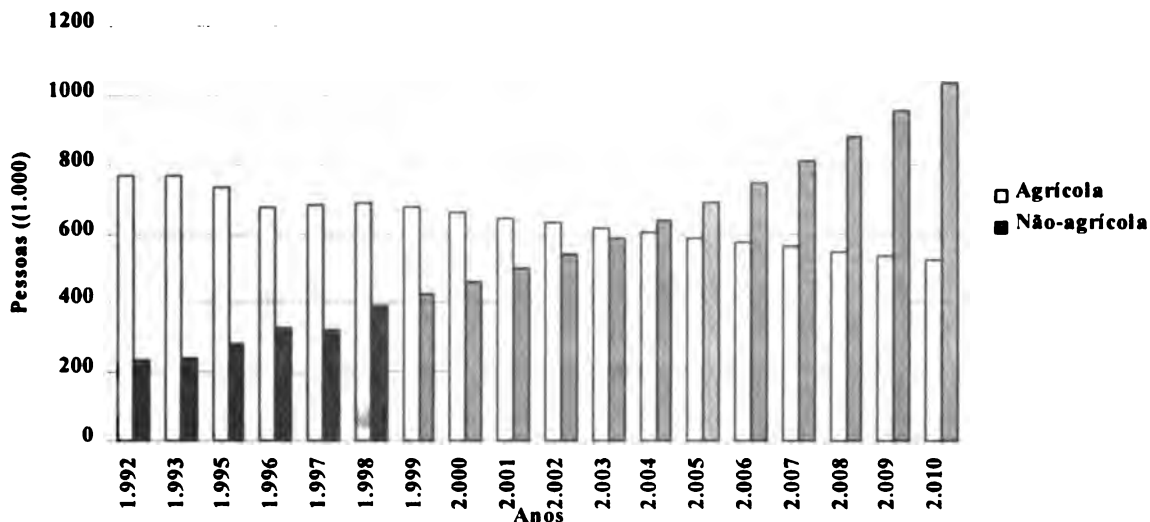
Fonte: Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Agosto 2000.

**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade, Grande Região, Sul 1992 - 2010.**



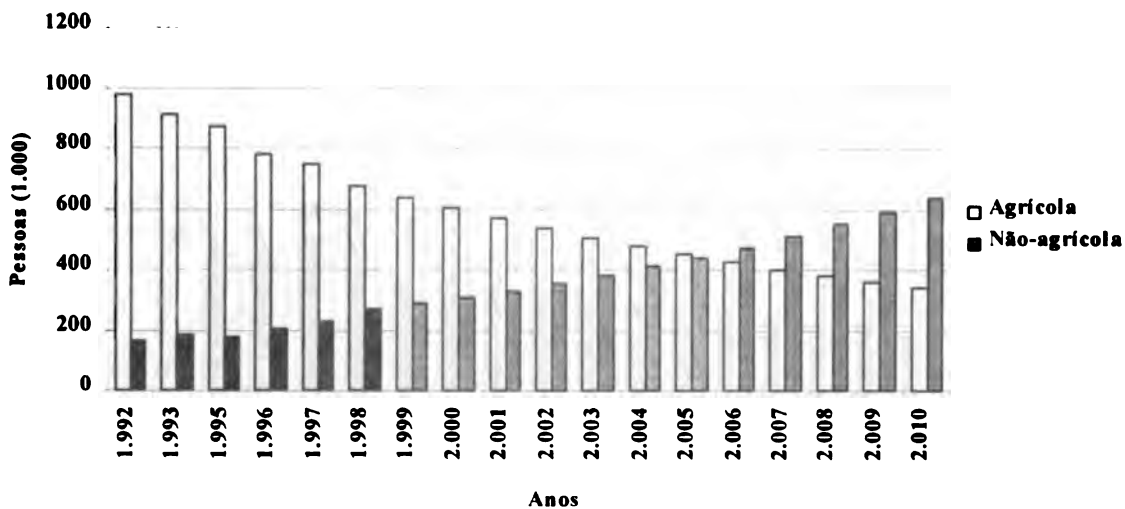
Fonte: Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Agosto 2000.

**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade, Grande Região Centro-Oeste, 1992 - 2010.**



Fonte: Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Agosto 2000.

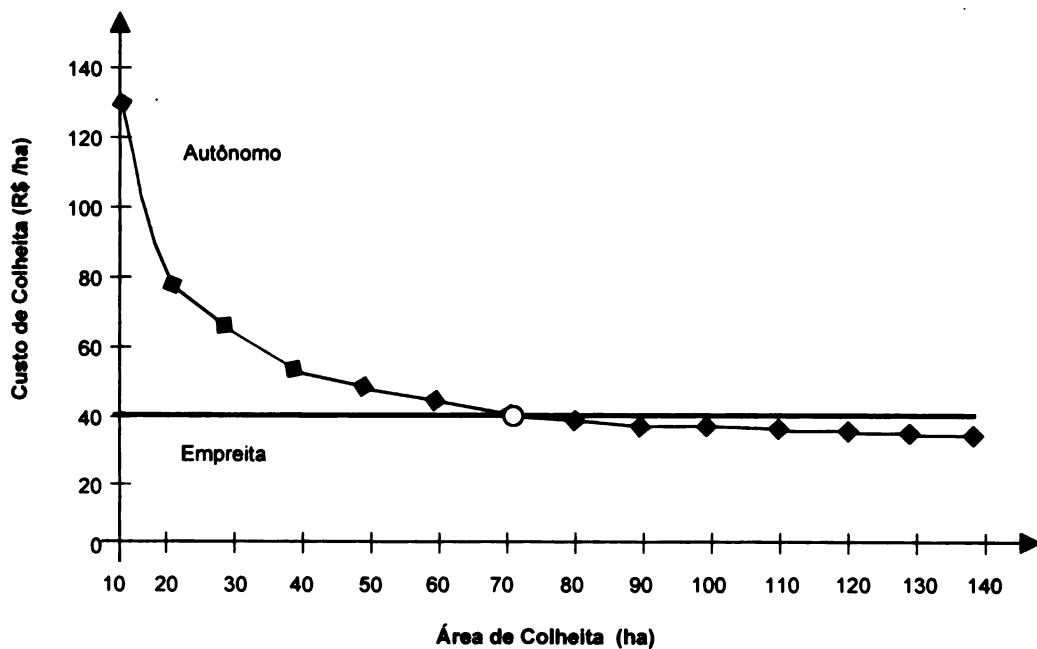
**Evolução da população rural ocupada segundo o ramo de atividade, Estado do Paraná, 1992 - 2010.**



Fonte: Tabulação especial das PNADs, Projeto Rurbano, NEA-IE/UNICAMP, IAPAR/ASE, Agosto 2000.



Anexo II. Ponto de equilíbrio entre o custo operacional da colheita de soja efetuada com colheitadeira do estabelecimento e através do serviço de empreitada, Estado do Paraná 1995.



**Anexo III. Índice de Terceirização (ITft) dos estabelecimentos com declaração de uso e procedência de força de tração utilizada, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, Brasil 1995.**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Estabelecimentos com declaração de:				ITft (b)
	Uso de força de tração (a)	Procedência			
		Própria	Alugada	Outras formas	
1	2	3	4	5	
<b>Norte</b>	<b>64.064</b>	<b>53.172</b>	<b>11.414</b>	<b>3.064</b>	<b>0,170</b>
Rondônia	15.318	12.507	3.545	325	0,184
Acre	7.035	6.450	728	79	0,083
Amazonas	1.762	1.340	440	57	0,240
Roraima	713	437	198	158	0,387
Para	25.598	22.313	2.348	1.655	0,128
Amapá	167	143	19	12	0,144
Tocantins	13.471	9.982	4.136	778	0,259
<b>Nordeste</b>	<b>903.692</b>	<b>504.407</b>	<b>339.142</b>	<b>209.812</b>	<b>0,442</b>
Maranhão	27.602	20.616	5.782	2.848	0,253
Piauí	82.911	41.713	34.692	20.337	0,497
Ceará	110.832	57.677	55.310	20.919	0,480
Rio G. do Norte	52.926	35.393	20.269	13.931	0,331
Paraíba	69.175	38.337	33.559	12.146	0,446
Pernambuco	139.002	76.329	59.029	30.163	0,451
Alagoas	58.487	29.601	18.145	16.178	0,494
Sergipe	39.501	13.863	21.523	9.278	0,649
Bahia	323.256	190.878	90.833	84.012	0,410
<b>Sudeste</b>	<b>527.603</b>	<b>382.101</b>	<b>191.434</b>	<b>56.437</b>	<b>0,276</b>
Minas Gerais	307.911	209.928	138.712	31.021	0,318
Espírito Santo	26.261	15.129	11.602	2.456	0,424
Rio de Janeiro	29.403	15.797	11.994	5.771	0,463
São Paulo	164.028	141.247	29.126	17.189	0,139
<b>Sul</b>	<b>853.882</b>	<b>741.877</b>	<b>215.003</b>	<b>150.090</b>	<b>0,131</b>
Paraná	291.798	243.803	78.860	64.225	0,164
Sta. Catarina	175.500	158.058	41.655	19.483	0,099
Rio G. do Sul	386.584	340.016	94.488	66.382	0,120
<b>Centro Oeste</b>	<b>143.761</b>	<b>107.473</b>	<b>46.090</b>	<b>17.484</b>	<b>0,252</b>
Mato G. do Sul	36.426	29.501	10.132	4.377	0,190
Mato Grosso	32.444	26.958	8.054	1.312	0,169
Goiás	72.865	49.504	27.143	11.635	0,321
Distrito Federal	2.026	1.510	761	160	0,255
<b>Brasil</b>	<b>2.493.002</b>	<b>1.789.030</b>	<b>803.083</b>	<b>436.887</b>	<b>0,282</b>

Fonte: FIBGE – Censos Agropecuários de 1995 de cada Unidade da Federação.

(a) Inclusive estabelecimentos com declaração de mais de um tipo.

(b) IT ft = coluna 1 - coluna 2 / coluna 1

**Anexo IV. Distribuição dos estabelecimentos com declaração de serviços de empreitada, por trabalho executado, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, Brasil 1995.**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Estabelecimentos com declaração de:							Frequência relativa % (b)
	Total (a)	Preparo de solo	Plantio	Tratos culturais	Colheita	Limpeza de pasto	Outros serviços	
<b>Norte</b>	<b>67.592</b>	<b>15.905</b>	<b>12.499</b>	<b>9.082</b>	<b>10.793</b>	<b>40.264</b>	<b>8.635</b>	<b>8,88</b>
Rondônia	15.979	2.996	1.419	2.289	2.939	9.357	2.003	2,10
Acre	3.686	898	1.007	338	725	1.944	309	0,48
Amazonas	5.413	1.017	1.427	673	947	1.709	1.246	0,71
Roraima	1.769	362	391	122	173	964	609	0,23
Para	28.163	8.500	6.688	4.870	5.074	15.990	2.737	3,70
Amapá	208	67	92	22	13	102	23	0,03
Tocantins	12.374	2.065	1.475	768	922	10.198	1.708	1,63
<b>Nordeste</b>	<b>225.244</b>	<b>107.825</b>	<b>73.758</b>	<b>48.014</b>	<b>67.150</b>	<b>60.498</b>	<b>14.832</b>	<b>29,61</b>
Maranhão	35.305	10.604	13.043	7.429	11.096	14.202	2.448	4,64
Piauí	13.441	6.352	3.966	3.032	3.177	2.546	3.158	1,77
Ceará	19.773	10.028	4.721	4.874	5.888	2.226	2.204	2,60
Rio G. do Norte	6.663	3.010	2.008	1.391	1.989	1.177	701	0,88
Paraíba	5.969	2.892	2.040	1.498	1.627	1.358	485	0,78
Pernambuco	6.735	3.472	2.031	1.614	1.639	1.741	458	0,89
Alagoas	9.260	3.533	3.587	2.580	4.665	2.483	130	1,22
Sergipe	9.400	3.412	1.771	2.478	1.749	3.273	190	1,24
Bahia	118.698	64.522	40.591	23.118	35.320	31.492	5.058	15,60
<b>Sudeste</b>	<b>186.703</b>	<b>44.004</b>	<b>36.015</b>	<b>26.133</b>	<b>57.124</b>	<b>98.504</b>	<b>14.863</b>	<b>24,54</b>
Minas Gerais	112.354	27.871	21.394	13.202	21.530	75.567	9.506	14,77
Espírito Santo	11.546	2.710	2.173	3.417	3.409	5.650	685	1,52
Rio de Janeiro	14.073	3.250	2.794	1.864	4.517	7.572	1.219	1,85
São Paulo	48.730	10.173	9.654	7.650	27.668	9.715	3.453	6,41
<b>Sul</b>	<b>188.895</b>	<b>74.449</b>	<b>47.339</b>	<b>21.038</b>	<b>96.626</b>	<b>21.282</b>	<b>17.515</b>	<b>24,83</b>
Paraná	98.521	38.652	25.084	13.394	55.761	13.709	4.409	12,95
Sta. Catarina	31.010	12.759	6.352	2.587	13.747	3.826	3.019	4,08
Rio G. do Sul	59.364	23.038	15.903	5.057	27.118	3.747	10.087	7,80
<b>Centro Oeste</b>	<b>92.355</b>	<b>25.314</b>	<b>12.043</b>	<b>7.549</b>	<b>11.365</b>	<b>58.288</b>	<b>16.025</b>	<b>12,14</b>
Mato G. do Sul	13.135	2.955	1.187	1.239	1.363	7.037	3.813	1,73
Mato Grosso	25.154	5.735	2.944	1.872	2.305	14.758	4.877	3,31
Goiás	53.198	16.275	7.696	4.229	7.524	36.341	7.224	6,99
Distrito Federal	868	349	216	209	173	152	111	0,11
<b>Brasil</b>	<b>760.789</b>	<b>267.497</b>	<b>181.654</b>	<b>111.816</b>	<b>243.058</b>	<b>278.836</b>	<b>71.870</b>	<b>100,00</b>

Fonte- IBGE: Censos Agropecuários de 1995 de cada Unidade da Federação.

(a) Inclusive estabelecimentos com declaração de mais de um tipo.

(b) Participação relativa do total de estabelecimentos com declaração de serviços de empreitada.



## OCUPAÇÕES E RENDAS RURAIS NO BRASIL\*

**Mauro Eduardo Del Grossi\*\***  
**José Graziano da Silva\*\*\***

### INTRODUÇÃO

Até recentemente assumia-se que o emprego rural e o agrícola estavam em declínio. Chegou-se até mesmo a postular que quanto menor a população rural, mais desenvolvido seria a região. Os países da OCDE, depois de assistirem impassíveis durante décadas o esvaziamento de seus campos e a brutal concentração de sua população em grandes metrópoles, a partir de meados dos anos 80 passaram a desenhar políticas específicas para evitar o que se convencionou chamar de “desertificação” de seus territórios. No caso dos países latino-americanos, entretanto, o êxodo rural e o esvaziamento das pequenas e médias cidades continuam sendo aceitos como uma trajetória “inexorável”.

Mas Anderson e Leiserson (1980), em trabalho pioneiro, alertaram que as atividades rurais não-agrícolas vinham se expandindo muito rapidamente em regiões agrícolas da África, Ásia e da própria América Latina e deveriam merecer uma atenção especial no desenho das estratégias de desenvolvimento tanto rural como urbano. Segundo os dados apresentados por esses autores para 15 países em desenvolvimento (entre os quais o Brasil), o emprego não-agrícola situava-se entre 20 e 30% do emprego rural já em 1970, proporção essa que poderia subir para 30 a 40% se incluíssemos as vilas e pequenos povoados como parte das áreas rurais. Esses percentuais, segundo os autores citados, deveriam ser considerados como mínimos uma vez que a classificação de agrícola/não-agrícola dizia respeito apenas à ocupação principal das pessoas num determinado período de tempo (geralmente a semana da pesquisa) e muitas vezes o emprego rural não-agrícola é uma ocupação secundária de pequenos agricultores e principalmente das mulheres que vivem na zonas rurais desses países.

Por essa razão, é oportuno notar que, embora a literatura disponível refira-se quase sempre aos empregos rurais não-agrícolas (ERNA), o correto seria falar de ocupações rurais não-agrícolas (ORNA), pois grande parte dessas pessoas – a maioria certamente nos países da América Latina – são trabalhadores por conta própria e não necessariamente empregados.

Também Klein (1992) chamou atenção que na América Latina o emprego rural agrícola havia decrescido a uma taxa de 0,8% a.a. na década dos 70 enquanto o emprego rural não-agrícola estava crescendo a 3,4 % a.a., taxa maior que o crescimento médio da PEA total da região. E observou que em 12 dos 18 países para os quais dispunha de informações censitárias, o emprego rural não-agrícola vinha aumentando mais rapidamente que o emprego total, como era o caso do Brasil; e que em 8 dos países aumentava mais inclusive que a PEA urbana.

Utilizando-se de dados agregados para o Brasil e principais regiões do país, Graziano da Silva (1996) chamou a atenção para o fato de que nos anos 60 e 70 um contingente expressivo de trabalhadores rurais havia se deslocado dos campos para a periferia das cidades, urbanizando assim grande parte da força de trabalho agrícola que antes residia nas fazendas. E que nos anos 80, ao contrário, não só esse fluxo havia se reduzido

\* Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada Projeto Urbano que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP.

\*\* Doutor em Economia e Pesquisador do IAPAR-PR, e-mail: delgross@pr.gov.br

\*\*\* Professor Titular de Economia Agrícola do IE/Unicamp e consultor da Fundação Seade. E-mail: graziano@eco.unicamp.br

substancialmente, como estava ocorrendo uma verdadeira a “urbanização do campo brasileiro” através do crescimento de ocupações não-agrícolas no meio rural, em especial nas regiões Centro-Oeste e Sudeste do país. Em 1990, por exemplo, de cada 5 pessoas residentes nas áreas rurais da região de agricultura mais desenvolvidas do país que é o Estado de São Paulo, apenas duas exerciam atividades agropecuárias. As outras três estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, principalmente na indústria de transformação (agroindústrias), prestação de serviços pessoais, construção civil, comércio e, principalmente, prestação de serviços pessoais, embora continuassem a residir no meio rural.

O objetivo principal desse *paper* é verificar se as tendências apontadas anteriormente de crescimento do ORNA e queda do emprego agrícola continuaram (ou mesmo se aceleraram) nos anos 90; e o quais fatores os vem impulsionado no caso brasileiro. Para isso apresentaremos na seção 1 uma breve resumo dos dados disponíveis sobre a evolução da PEA rural agrícola e não-agrícola. Nas seções 2 e 3 apresentaremos uma análise das principais formas de ocupação e renda das famílias rurais brasileiros. Na última seção discutiremos algumas implicações para o caso brasileiro.

## A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA RURAL E AGRÍCOLA<sup>1</sup>

O IBGE publicou seu último Censo Demográfico em 1991 e depois fez uma recontagem populacional em 1996, enumerando as pessoas segundo sexo, idade e local de residência. Com base nesse universo, o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) vem realizando anualmente uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)<sup>2</sup>, que se constitui na única fonte de dados atualizada com cobertura das principais regiões urbanas e rurais do país<sup>3</sup>.

Infelizmente uma série de mudanças impossibilita a comparação direta dos dados publicados das Pnads de 1992 a 1998 com as anteriores<sup>4</sup>. Mas a partir dos microdados é possível reconstruir a série de 1992 em diante, utilizando os mesmos critérios dos anos 80, excluindo-se aquelas pessoas que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo, ou à construção para o próprio uso, bem como os trabalhadores não remunerados que trabalham menos de 15 horas semanais (Graziano da Silva e Del Grossi, 1997).

Nesse trabalho utilizaremos sempre essa série reconstituída a partir dos microdados que denominaremos de “PEA usual ou restrita” para distinguir dos dados publicados das

---

<sup>1</sup> É consenso na literatura internacional que as melhores fontes para análise das ocupações não-agrícolas ou da pluriatividade no meio rural são as demográficas, e não os dados dos censos agropecuários. Com os dados dos censos agropecuários as análises ficam restritas às explorações agrícolas, o que não permite captar satisfatoriamente outras formas de atividade que poderiam estar sendo exercidas dentro ou fora das unidades agrícolas. Como essas atividades não resultam em produtos agropecuários, as mesmas são ignoradas, ou pouco exploradas, nas informações dos censos agropecuários. Por outro lado as informações demográficas permitem a análise mais abrangente de todas as pessoas de uma região ou localidade, não ficando restrita nem às atividades agropecuárias e nem às atividades internas aos estabelecimentos rurais.

<sup>2</sup> É uma pesquisa domiciliar de caráter amostral realizada nos anos intercensitários mas que não cobre a população rural estados da região Norte do país, com exceção do Tocantins (TO). Apesar dessas e outras limitações, as Pnads vem adquirindo importância cada vez maior entre os pesquisadores brasileiros por se tratar de uma das poucas fontes de dados de nível nacional que tem se mantido razoavelmente atualizada. Ver a respeito, Graziano da Silva e Del Grossi, 1997.

<sup>3</sup> Sempre que nos referirmos aos dados agregados para o Brasil estamos na verdade excluindo a população rural dos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Amapá e Pará, pertencentes à região Norte.

<sup>4</sup> Por exemplo, na nova classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação que passou a ser adotada definiram-se duas outras categorias decorrentes da ampliação do conceito de trabalho (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), e isolou-se uma categoria específica, que recebeu a denominação de trabalhadores domésticos, “para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado”. Além da inclusão das duas novas categorias citadas, o IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas (Fundação IBGE, 1995).

Pnads de 1992 a 98, aos quais designamos de “PEA ampliada”<sup>5</sup>.

Antes de mais nada é preciso dizer que a PEA agrícola varia muito conforme o período de referência que se considere para definição da atividade principal da pessoa entrevistada, dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias. Como na definição usual da PEA adotada pelo IBGE toma-se como critério sempre a última semana de setembro, esse será também o período de referência adotado neste trabalho, ainda que se reconheça que isso subestima o número de pessoas que consideram a atividade agrícola como ocupação principal durante o ano.<sup>6</sup>

A Tabela 1 mostra a evolução da população brasileira nos períodos 1981/92 e 1992/99. Note-se que a população rural para de cair nos anos 90, frente a uma população total que teve sua taxa de crescimento reduzida para 1,4% ao ano. Merece destaque também a reversão na tendência de queda observada nos anos 80 da população rural com 10 anos ou mais, que passa a crescer a uma taxa de 0,9% a.a. no período 1992/99, mas ainda menor que o crescimento da população total. Ou seja, continuou êxodo rural nos anos 90, mas a diferença entre o crescimento da população urbana e da população total é bem menor que na década anterior. O importante é constatar que a população rural com 10 anos ou mais – que reflete o comportamento da população em idade ativa – passou a crescer após décadas de esvaziamento dos campos brasileiros.

O interessante é que essa mudança de rumo ocorre concomitantemente a uma mudança de tendência da PEA rural agrícola, que vinha crescendo ainda que lentamente nos anos 80 e passa a diminuir com uma elevada taxa de -1,7% a.a., refletindo um crescimento da mecanização dos cultivos e da colheita de grãos, especialmente nas regiões de expansão da fronteira agrícola.

Duas razões explicam essa recuperação do crescimento da população rural em idade ativa. Primeiro, o rápido crescimento das atividades rurais não-agrícolas, que já vinham aumentando na década anterior, e nos anos 90 se expandem a uma taxa de 3,7% ao ano em média para o país. Segundo, o crescimento tanto dos desempregados (+10,8% a.a.) como dos inativos residentes em áreas rurais (+1,4% a.a.), em particular dos aposentados e pensionistas (+ 5,7% a.a.). O crescimento dessas duas categorias - desempregados e aposentados residentes no campo é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência dissociado do local de trabalho; ou ainda, de que os espaços rurais não são mais apenas espaços privatizados e local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas.

Em resumo, o que segurou gente no campo brasileiro não foram as atividades agropecuárias “stritu sensu”, mas sim as ocupações não-agrícolas: cerca de um milhão e meio de pessoas residentes em áreas rurais encontraram em ocupações diversas das atividades agrícolas, novos postos de trabalho entre 1981 e 1999 no país; e a ampliação da cobertura da Previdência Social para as áreas rurais.

<sup>5</sup> Del Grossi (1999) mostrou que a diferença entre as duas séries – que ele designou de “expansão conceitual” – era formada basicamente de aposentados, jovens em idade escolar, e de mulheres envolvidas nas suas tarefas domésticas, como cuidados com hortas domésticas e pequenos animais. Utilizando os dados publicados (PEA expandida) nós detectamos que quase 21% da população economicamente ativa na agricultura em 1997 se dedicava exclusivamente a agricultura de subsistência: a maioria era constituída de pessoas não remuneradas (34%) ou trabalhadores conta-própria (30%). Os empregados agrícolas constituíam apenas 33% da população economicamente ativa engajada na agricultura em 1997.

<sup>6</sup> As novas PNADs pesquisaram dois períodos de referência: o ano e a semana anterior à data do levantamento. Em 1997, por exemplo, existiam 14,6 milhões de pessoas que declararam ter na agricultura sua atividade principal durante o ano, número esse que se reduz para 13,4 milhões de pessoas quando se considera a última semana de setembro. Ou seja, há quase um milhão e cem mil pessoas no país como um todo que declararam a atividade agrícola como ocupação principal nos 365 dias anteriores à data da entrevista (outubro de 94 a setembro de 1997), e na semana de referência estavam ocupadas em atividades não-agrícolas, ou simplesmente não estavam ocupadas.

Tabela 1 - População com 10 anos ou mais de idade, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade, Brasil<sup>a</sup>, 1981/1999. (milhões de pessoas)

População	Milhão de Pessoas			Taxa anual (%)	
	1.981	1.992	1.999	81-92 <sup>b</sup>	92-99 <sup>c</sup>
Total	119,7	145,4	160,3	1,8 ***	1,4 ***
Urbana	85,2	113,4	127,8	2,6 ***	1,7 ***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7 ***	0,2
Rural com 10 anos e +	24,2	23,8	25,4	-0,2 *	0,9 ***
"PEA restrita" Rural	13,9	15,0	15,4	0,7 ***	0,0
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6 ***	-0,2
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4 ***	-1,7 ***
Não-agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2 ***	3,7 ***
Desempregados	0,3	0,3	0,6	7,6 ***	10,8 ***
Não-Economicamente Ativos	10,3	8,8	10,0	-1,4 ***	2,2 ***
Aposentados e pensionistas	1,2	1,5	2,2	1,9 ***	5,7 ***
Outros inativos	9,1	7,3	7,7	-2,0 ***	1,4 ***

Fonte: Projeto Urbano, IE/UNICAMP e ASE/IAPAR, Outubro/2000

a) Não inclui a população rural da Região Norte, exceto o estado de Tocantins

b) teste t indica se a diferença entre os dois anos é significativa ou não.

c) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

A expansão das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro não é exclusividade de uma região específica, mas está disseminado em todas as regiões brasileiras. A Tabela 2 apresenta a composição da ocupação da população rural economicamente ativa nas regiões modificadas<sup>7</sup> do Brasil. O Nordeste que é a região rural mais populosa do Brasil, também concentra o maior contingente não-agrícolas. Mesmo no Centro-Oeste onde era esperado um crescimento da população envolvida com atividades agrícolas, devido a expansão das culturas temporárias nos cerrados nos anos 90, também se observa uma redução da PEA agrícola rural acompanhado do crescimento de uma PEA rural não-agrícola. Em São Paulo a população rural não-agrícola já superou a população rural agrícola.

A Tabela 2 também apresenta o crescimento de pessoas desempregadas mas que continuam residindo nas áreas rurais. As pessoas procurando emprego crescem em todas as regiões brasileiras, e são as maiores taxas. Esse é um dos aspectos de urbanização dos nossos campos. Enquanto no passado as pessoas que deixavam a atividade agrícolas também deixavam o campo, nos anos 90 para uma boa parte dessa população que deixa a atividade agrícola não existe mais a migração para as cidades. Pode-se afirmar que o êxodo rural se arrefeceu ou quase acabou nos anos 90, mas continua existindo ainda um forte êxodo agrícola.

<sup>7</sup> Trata-se de destacar o Estado de São Paulo dos demais Estados da Região Sudeste do Brasil, dado o seu nível de modernização tecnológica diferenciado dos demais estados do Sudeste. Detalhes veja em Del Grossi, 1999.



**Tabela 2: Evolução da População Rural Economicamente Ativa, segundo as regiões modificadas do Brasil, 1992-99. (1.000 Pessoas)**

REGIÕES MODIFICADAS	1.992	1.999	% a.a.
RAMO DE ATIVIDADE			
<b>NORDESTE</b>	7.331,9	7.751,8	0,3
Agrícola	5.562,3	5.492,1	-0,5
Não-agrícola	1.600,4	2.038,8	2,5 *
Desempregados	169,2	221,0	4,4 ***
<b>RJ + ES + MG</b>	2.355,7	2.475,9	0,2
Agrícola	1.679,1	1.585,7	-1,7 ***
Não-agrícola	627,6	780,1	3,4 ***
Desempregados	49,1	110,2	13,6 ***
<b>SP</b>	1.048,2	1.190,1	1,0 *
Agrícola	611,8	472,0	-5,0 ***
Não-agrícola	392,6	590,8	5,7 ***
Desempregados	43,7	127,2	18,2 ***
<b>SUL</b>	3.241,7	2.905,5	-1,6 ***
Agrícola	2.569,5	1.969,0	-3,9 ***
Não-agrícola	639,1	848,0	4,3 ***
Desempregados	33,1	88,5	18,0 ***
<b>CENTRO-OESTE</b>	1.023,7	1.121,9	1,3 ***
Agrícola	769,8	711,6	-1,7 ***
Não-agrícola	237,0	362,5	7,5 ***
Desempregados	16,9	47,7	18,0 ***

Fonte: Projeto Rurbano, IE-UNICAMP e ASE/IAPAR, Outubro/2000.

A Tabela 3 apresenta a população ocupada brasileira, separando-se as áreas metropolitanas das demais regiões não-metropolitanas dos Estados. Além disso desagrega a situação do domicílio em quatro situações<sup>8</sup>. Dos 4,6 milhões de pessoas residentes em áreas rurais e ocupadas em atividades não-agrícolas, quase 600 mil pessoas são referentes as áreas metropolitanas do Brasil. Além desses, 800 mil pessoas residem em povoados rurais de áreas não-metropolitanas e exercem atividades não-agrícolas. Mas a grande maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro, residem em áreas rurais propriamente ditas de regiões não-metropolitanas, onde as residências não atingem nenhum critério de concentração demográfica, no espaço da produção agrícola, pecuária ou silvícola. Esse grande contingente de pouco mais de 3 milhões de pessoas vem crescendo muito rapidamente em nossas áreas rurais, mostrando que o fenômeno das atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro não é fruto da influência das regiões metropolitanas, nem tampouco é

<sup>8</sup> Urbano exclusive: são as periferias urbanas dos municípios brasileiros.

Periferia: é constituída pelas áreas urbanas não urbanizadas mais as áreas limítrofes ao perímetro urbano.

Distritos: são as conglomerados de residências rurais.

Rural privado: são áreas de um único proprietário, onde são exercidas atividades agropecuárias.

Tabela 3: População Ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio, e ramo de atividade.  
PEA Restrita, Brasil, 1992-99. (1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Taxa
SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	1992/99
RAMO DE ATIVIDADE	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% a.a.
<b>Metropolitano</b>								
Urbano exclusive	17.635	18.026	19.350	19.058	19.139	19.296	19.444	1,3 ***
Agrícola	145	125	143	124	111	107	114	-3,6 ***
Não-agrícola	17.490	17.902	19.207	18.934	19.028	19.189	19.330	1,4 ***
Periferia	199	198	247	231	251	258	259	4,3 ***
Agrícola	23	27	53	35	34	43	39	7,2 *
Não-agrícola	176	171	194	196	218	215	221	3,9 ***
Distritos e Povoados	198	200	231	249	284	302	296	7,0 ***
Agrícola	22	13	27	9	18	16	13	-4,5
Não-agrícola	176	187	204	240	266	286	283	8,0 ***
Rural privado	303	303	317	358	362	367	389	3,9 ***
Agrícola	134	131	119	109	110	93	99	-4,9 ***
Não-agrícola	170	172	199	250	252	274	290	8,8 ***
<b>Não Metropolitano</b>								
Urbano exclusive	28.283	29.047	30.691	30.621	31.486	31.759	32.493	1,9 ***
Agrícola	3.361	3.384	3.348	3.128	3.113	2.965	3.167	-1,6 ***
Não-agrícola	24.922	25.663	27.343	27.493	28.373	28.794	29.326	2,3 ***
Periferia	600	604	672	686	683	756	744	3,5 ***
Agrícola	162	122	142	136	121	110	131	-2,8 *
Não-agrícola	438	481	530	550	562	645	612	5,2 ***
Distritos e Povoados	1.398	1.429	1.437	1.430	1.433	1.448	1.529	0,8 ***
Agrícola	772	750	735	722	717	676	728	-1,3 ***
Não-agrícola	627	679	701	708	715	772	800	3,1 ***
Rural privado	12.619	12.592	12.449	11.674	11.948	11.962	12.463	-0,6
Agrícola	10.243	9.930	9.838	9.085	9.206	8.817	9.378	-1,7 ***
Não-agrícola	2.377	2.662	2.611	2.590	2.742	3.145	3.085	3,4 ***

Fonte: Projeto Urbano, IE/UNICAMP e ASE/IAPAR, Setembro/2000.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

um problema de inadequação dos limites entre as áreas rurais e urbanas no Brasil.

A Tabela 3 também revela outro aspecto importante da realidade brasileira: pouco mais de 3 milhões de pessoas se ocupam da agricultura mas residem em áreas urbanas de regiões não-metropolitanas. Embora as pessoas ocupadas na agricultura estejam se reduzindo rapidamente em todas as regiões e situações do domicílio, a presença de porção importante da população agrícola em centros urbanos por um lado, e de uma população não-agrícola em áreas rurais por outro lado, mostra que a dicotomia rural-urbano a muito deixou de ser sinônimo de ramo de atividade da população ali residente. Cada vez mais o corte rural/urbano está perdendo seu poder explicativo em relação a ocupação das pessoas.

Antes de prosseguirmos, um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades no mesmo local. Assim, um pedreiro ou uma

empregada doméstica que declare residir no meio rural pode perfeitamente ter seu local de trabalho num centro urbano próximo.

Em casos como esses, o fato de medirmos as ocupações rurais não-agrícolas a partir do local de residência pode levar a uma superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural. Mas isso também pode ser entendido também como uma “nova função” não-agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para um importante contingente de pessoas. Isso vale tanto para o segmento das classes urbanas de altas rendas que busca melhores condições de vida e lazer (condomínios fechados, casas de campo, chácaras de fim-de-semana etc.), como para aquelas famílias de baixa renda que procuram as periferias dos grandes centros urbanos para realizarem seu sonho da casa própria através da autoconstrução, tendo em vista que o rural tem uma legislação habitacional menos restritiva que o urbano.

A população ocupada pode ainda ser desmembrada nos vários ramos<sup>9</sup> de atividade (Tabela 4). O desmembramento é especialmente interessante para a população rural envolvida com atividades não-agrícolas, pois fornece mais elementos para sua análise.

**Tabela 4: População ocupada em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA Restrita, Brasil, 1992-99.**  
(1.000 Pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99
RAMOS DE ATIVIDADES	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	(1.000)	% a.a.
RURAL	3.497	3.877	3.883	3.955	4.087	4.624	4.620	3,7 ***
Indústria de Transformação	773	814	791	741	780	824	809	0,4
Indústria da Construção	312	558	396	434	446	747	631	8,2 **
Outras Atividades Industriais	115	126	119	103	111	147	115	0,6
Comércio de Mercadorias	452	449	517	543	532	584	579	4,1 ***
Prestação de Serviços	975	970	1.106	1.105	1.207	1.152	1.277	3,9 ***
Serviços Auxiliares	55	54	64	71	75	134	122	13,6 ***
Transporte ou Comunicação	146	130	147	171	173	191	199	5,8 ***
Serviços Sociais	469	507	507	538	506	551	588	2,5 ***
Administração Pública	162	231	199	205	212	234	239	3,7 **
Outras Atividades	38	39	37	44	47	60	61	7,7 ***

Fonte: Projeto Rurbano, IE/UNICAMP e ASE/IAPAR. Setembro/2000.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

O ramo da Prestação de Serviços é o que sobressai, ocupando quase um milhão e trezentas mil pessoas em todo o País em 1999. Seguem-se em ordem de importância as atividades na indústria de transformação, que ocupava 800 mil pessoas, as da indústria da construção civil com pouco mais de 600 mil pessoas, as do comércio de mercadorias e os serviços sociais<sup>10</sup> com cerca de 500 mil pessoas cada. Nota-se que agregando as pessoas ocupadas nos diversos ramos de serviços, obtém-se que mais da metade das pessoas residentes em áreas rurais e ocupadas em atividades não-agrícolas estão ocupados em serviços.

Sobressai-se a importância do setor público na geração de ocupações não-agrícolas, seja diretamente através da administração pública, seja através dos serviços sociais que por ela

<sup>9</sup> Os ramos de atividades são 11 ao todo, e representam um detalhamento da tradicional segmentação de setores primário, secundário e terciário.

<sup>10</sup> Mais de 70% das pessoas ocupadas em serviços sociais exerciam atividades em estabelecimentos de ensino público e outras 8% em serviços de saúde pública. O restante distribui-se em serviços assistenciais, organizações esportivas, clínicas e estabelecimentos de ensino privado.

são prestados. Esse é um indicador de uma faceta fundamental da “urbanização do meio rural” que é o acesso aos serviços públicos.

O ramo da Indústria da Construção Civil tem uma oscilação maior que os outros ramos, em função das fases desse setor, que também são muitos variáveis conforme as regiões do Brasil. No Nordeste por exemplo nesse setor são computados os trabalhadores empregados nas frentes de trabalho no combate a secas como operários da construção civil.

A seguir são apresentadas as mesmas pessoas residentes nas áreas rurais ocupadas em atividades não-agrícolas classificadas segundo o setor de atividade<sup>11</sup> em que trabalhavam (Tabela 5). Quando se detalham melhor os setores de ocupação de cada ramo de atividade econômica, é possível visualizar com maior clareza qual a dinâmica econômica que vem tomando vulto. Assim, dentro do ramo da administração pública, a administração municipal é a mais importante fonte de emprego rural não-agrícola, respondendo por 59% das ocupações. Da mesma maneira pode-se constatar que no ramo do comércio de mercadorias os setores mais importantes são o comércio de alimentos e o comércio ambulante, atividade ainda típica do interior rural brasileiro.

**Tabela 5: Evolução da população rural ocupada em atividades não-agrícolas segundo os principais setores de atividades. PEA restrita. Brasil, 1992-99.**

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO SETOR DE ATIVIDADE	1992 (1.000)	1999 (1.000)	1992/99 % a.a.
<b>RURAL</b>			
<b>Não-agrícola</b>			
Emprego doméstico	508	702	4,8 ***
Construção civil	312	631	8,2 **
Estabelecimentos ensino público	348	393	0,7
Comércio alimentos	181	208	1,6 *
Restaurantes	125	197	6,9 ***
Indústria transformação	154	167	-1,2
Indústria alimentos	173	158	0,5
Administração municipal	94	158	4,9 *
Comércio ambulante	92	138	7,5 ***
Alfaiataria	143	119	-3,4 ***
Transporte público	45	79	10,6 ***
Transporte de carga	71	78	2,6 **
Indústria de madeiras	76	78	-1,2
Assistência técnica - veículos	43	66	5,3 ***
Indústria de calçados	37	48	1,9
Sut-total	2.402	3.219	3,6 ***
<b>Total</b>	<b>3.497</b>	<b>4.620</b>	<b>3,7 ***</b>

Fonte: Projeto Rurbano. IE-UNICAMP e ASE/IAPAR, Setembro/2000.

O setor de Emprego Doméstico é o líder na absorção de postos de trabalhos não-agrícolas no meio rural brasileiro. Depois do emprego doméstico, o segundo colocado no ranking é a construção civil, pertencente ao ramo do mesmo nome. Note-se que ambos os setores são conhecidos pelos baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional da maioria dos seus trabalhadores.

No terceiro lugar do ranking de setores rurais não-agrícolas vêm os Estabelecimentos de Ensino Público, do ramo Social. Seguem os setores Comércio de Alimentos, Restaurantes, Indústria de Transformação, Indústria de Alimentos, Administração Municipal, Comércio Ambulante, Alfaiataria, Transporte, Indústria de Madeiras, Assistência Técnica de Veículos e

<sup>11</sup> É uma alusão a atividade principal do empreendimento onde as pessoas trabalham. Na PNAD a questão formulada é: “Qual era a atividade principal do empreendimento (negócio, firma, empresa, instituição, entidade, etc.) em que tinha esse trabalho”. Desta forma, a atividade foi obtida através da finalidade ou ramo do negócio da organização, empresa ou entidade. Para os trabalhadores por conta-própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Indústria de Calçados. Esses são os setores que ocupam mais de 2/3 da mão-de-obra rural não-agrícola. Quase todos os setores acima citados cresceram nos anos 90, com exceção da Alfaiataria.

Nas várias regiões do Brasil o setor do Emprego Doméstico é o líder de ocupação, seguido pela Construção Civil. Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste também é importante a participação das pessoas ocupadas no setor do Ensino Público. Esses dados também revelam a entrada das mulheres no mercado de trabalho rural, tema que voltará a ser tratado quando serão analisadas as ocupações.

A Tabela 6 apresenta as principais ocupações<sup>12</sup> não-agrícolas da PEA rural, ou seja, as profissões que tais pessoas estão exercendo efetivamente nos postos de trabalho não-agrícolas. Também é possível selecionar as ocupações não-agrícolas mais freqüentes e analisar seu

**Tabela 6: Evolução das principais ocupações não-agrícolas das pessoas com residência rural. PEA Restrita, Brasil 1992-99. (1.000 Pessoas)**

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1992	1999	1992/99
OCUPAÇÃO PRINCIPAL	(1.000)	(1.000)	%*a
<b>RURAL</b>			
<b>Não-agrícola</b>			
Serviços domésticos	408	557	4,6 ***
Ajudante diversos	113	311	10,1
Pedreiro	182	264	7,4 ***
Serviços conta própria	178	205	1,7 ***
Balconistas atendentes	128	196	7,2 ***
Motorista	128	174	6,1 ***
Professores primeiro grau inicial	169	172	-1,1
Servente faxineiro	137	148	1,9
Ajudante pedreiro	83	132	5,3 ***
Cozinheiro (não doméstico)	67	110	5,6 ***
Diversos	92	108	4,0 **
Ambulante – outros	52	88	10,6 ***
Costureiro alfaiate	104	73	-3,9 ***
Forneiro em olaria	98	72	-5,5 ***
Bordadeira	56	68	-1,0
Diarista doméstica	38	61	8,5 ***
Guarda – vigia	40	54	4,3 *
Ajudante ind. Calçados	32	45	0,5
Ajudante administrativo	55	44	-3,8 ***
Ajudante mecânica veículos	28	42	4,8 **
Professores primeiro grau	15	42	13,7 ***
Copeiro balconista	31	39	0,5
Auxiliar serviço Médico	27	39	5,9 *
Técnicos industriais diversos	13	38	13,3 ***
Carpinteiro	41	34	-2,4 *
Empregador - comércio	18	34	9,1 ***
Marceneiro	21	30	6,5 **
Acondicionador	12	30	7,6 *
Extração pedras	15	29	7,5 ***
Babá	13	26	8,9 ***
Sub-total	2.393	3.261	4,1 ***
<b>TOTAL</b>	<b>3.497</b>	<b>4.620</b>	<b>3,7 ***</b>

Fonte: Projeto Urbano, IE-UNICAMP e ASE/IAPAR, Setembro/2000.

desempenho nas várias regiões brasileiras. São elas em ordem decrescente: Serviços, Domésticos, Ajudante diversos, Pedreiros, Serviços Conta-Própria, Balconistas (vendedores),

<sup>12</sup> A ocupação foi definida como o cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa. A pergunta da PNAD para este quesito era: "Qual a ocupação que exercia no trabalho que tinha na semana de 24 a 30 de setembro?"

Motoristas, Professores de Primeiro Grau (inicial), Servente Faxineiros, Ajudante pedreiro, Cozinheiros, Diversos, vendedores Ambulantes, Costureiros, Forneiros em Olaria, Bordadeiras, Diarista doméstica e Vigias.

Essas ocupações constituem mais de 50% do total das ocupações não-agrícolas do meio rural brasileiro. Enquanto no meio urbano as profissões em alta são os trabalhadores de limpeza, construção civil e professores de segundo grau, no meio rural são empregados domésticos, construção civil, serviços conta-própria, professores de primeiro grau e vendedores, e novamente é possível observar que são profissões que requerem baixa qualificação e pouca escolaridade.

Mas é inadequado generalizar indiscriminadamente a afirmação da baixa qualificação profissional, pois existem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, contudo sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs. Para Graziano da Silva e Del Grossi<sup>13</sup> a grande participação dos serviços domésticos nas atividades não-agrícolas no meio rural aponta para três movimentos distintos, mas não necessariamente excludentes:

- a) *a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados a resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada;*
- b) *o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana, seja como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;*
- c) *o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato e a ausência de restrições legais para a autoconstrução<sup>14</sup>.*

Quanto ao gênero das pessoas envolvidas nessas ocupações mais frequentes, observa-se que as ocupações de Serviços Doméstico, Professores de Primeiro Grau e Costureiras são típicas de mulheres, enquanto que Pedreiros, Motoristas ou Serventes de Pedreiros são ocupações masculinas. Já as ocupações como Balconistas Atendentes, Ambulantes e Diversos têm participação mais ou menos equilibrada de homens e mulheres. Na média geral, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação masculina e feminina equilibrada, porém há distribuição diferenciada em profissões entre os gêneros.

No âmbito das profissões não-agrícolas, os empregados são a grande maioria (68,8%), principalmente entre as ocupações serviços domésticos (por definição todos são empregados<sup>15</sup>), professores de primeiro grau (97,8%), ajudante de pedreiro (96%) e servente de faxineiro (98,4%). Entre as profissões não-agrícolas na posição de contra-própria são representadas pelos serviços conta-própria (100%), costureiros (81,9%) e ambulantes (79,7%). Os pedreiros são na sua maioria conta-própria (65,7%), mas também há uma importante fração de empregados (34,3%). Das profissões destacadas, somente os balconistas atendentes têm participação importante dos não-remunerados (55%), sendo que a presença desta posição na ocupação nas demais profissões é mínima ou nula. Esses dados reforçam que as profissões que mais cresceram no meio rural foram aquelas que poderiam gerar algum tipo de ganho monetário individual, quer seja como empregados, quer como conta-própria, em detrimento das ocupações não-remuneradas, principalmente as agrícolas.

<sup>13</sup> Graziano da Silva, J. e Del Grossi, M. E. A evolução do emprego não-agrícola no meio rural brasileiro, 1992-95. Anais do XXV Congresso Brasileiro de Economia. ANPEC, Recife-PE. 1997.

<sup>14</sup> Esse é uma das razões principais para o crescimento dos loteamentos clandestinos nas periferias dos centros urbanos.

<sup>15</sup> Como já foi mencionado no primeiro capítulo, todos os Trabalhadores Domésticos foram adicionados à categoria dos Empregados, tal como faz o IBGE nas publicações das novas PNADs.

Em resumo, enquanto nos anos 80 a PEA agrícola cresceu significativamente apenas nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, onde ainda havia um movimento de expansão da fronteira agrícola, nos anos 90 nota-se uma queda generalizada do emprego agrícola em todas as regiões do país, especialmente em função da maior mecanização dos tratos culturais. Note-se também que as quedas apresentadas pelo emprego agrícola são sempre maiores – e muito maiores – que a redução da PEA Rural Ocupada. Isso porque, também em todas as regiões do país, podem ser constatados elevadas taxas de crescimento das atividades rurais não-agrícolas nos anos 90.

## A OCUPAÇÃO NAS FAMÍLIAS RURAIS

Na seção anterior trabalhamos apenas com a ocupação principal das pessoas. Mas também é relevante analisar as ocupações de todos os membros da família rural, uma vez que é a combinação dessas atividades agrícolas e não-agrícolas que irá determinar a sua renda. Assim, nesta seção e na próxima, nossa unidade de análise serão as famílias rurais extensas que incluem, além da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio. Procuramos construir, assim, uma unidade de consumo e renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham de um mesmo “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

A tipologia utilizada nesta seção classifica as famílias extensas por local do domicílio<sup>16</sup> (urbano ou rural) e posição na ocupação (empregadores, conta-própria, empregados e não-ocupados)<sup>17</sup>. As famílias com pelo menos uma pessoa ocupada foram de acordo com a atividade exercida pelos seus membros na semana de referência em **agrícolas**, quando todos os membros exerceram atividades agropecuárias como ocupação principal e no caso oposto, foram consideradas **não-agrícolas**. Foram consideradas **pluriativas** aquelas famílias onde pelo menos um dos membros exerceu uma ocupação agrícola e outro, uma não-agrícola; ou ainda quando pelo menos um dos membros declarou exercer dupla atividade (ocupação principal e secundária) agrícola na semana de referência. As famílias onde um ou mais membros declarou exercer atividades não-agrícolas tanto na atividade principal como na secundária, foram consideradas famílias não-agrícolas<sup>18</sup>.

A Tabela 7 mostra que das 41,8 milhões de famílias extensas existentes no país, apenas cerca de 7,8 milhões (ou seja, aproximadamente 19%) residiam em áreas consideradas rurais em 1998<sup>19</sup>.

<sup>16</sup> Consideramos apenas os domicílios particulares permanentes.

<sup>17</sup> Se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Assim procedemos por entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa proxy da posição social da família. Na falta de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros. Em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como de “empregados”, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer alguma atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência. No caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como de trabalhadores “não-ocupados”.

<sup>18</sup> Isso significa que estamos considerando que a pluriatividade tem por referência a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas e/ou atividades agrícolas na ocupação principal e na ocupação secundária de pelo menos um de seus membros. Além disso, quando pelo menos um dos membros declarou exercer atividades agrícolas como conta-própria ou empregador e outro, a de assalariado agrícola, a família extensa também foi considerada como pluriativa ainda que todos os seus membros exerçam atividades agropecuárias. O caso de famílias pluriativas onde os membros combinam atividades agrícolas na ocupação principal e na secundária – que poderia ser considerada a pluriatividade tradicional das famílias rurais brasileiras – mostrou-se pouco expressivo, não sendo por isso apresentada de forma separada da pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

<sup>19</sup> Sendo que 6,5 milhões delas residiam em áreas consideradas exclusivamente rurais, que são aquelas onde não há aglomerados de população como vilas e bairros rurais. Ou seja, o número de famílias que residem em áreas de periferia urbanas ou em povoados rurais somavam cerca de 1,1 milhões de famílias em todo o país. A região Nordeste possuía quase metade (49%) das famílias rurais brasileiras; a Sul, 18%; a Sudeste outros 17% e a Centro Oeste e o estado de São Paulo, 8% cada em 1997.

O contingente mais numeroso dos residentes em áreas rurais é o de famílias de conta-própria que somavam 3,6 milhões, o que representava quase metade das famílias rurais do país<sup>20</sup>. A grande maioria das famílias de conta própria são agrícolas (52% ou 1,9 milhões) e

**Tabela 7: Número e Composição das Rendas médias das famílias extensas<sup>a</sup> residentes no meio rural. Brasil, 1998 (R\$ set. 1998)**

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO TIPO DE FAMÍLIA	Número Famílias (1.000)	Renda Média (R\$)	Renda relativa	Agrícola %	Não- Agrícola %	Aposenta./ Pensões %	Outras %
<b>TOTAL</b>	41.840	953,69	227	5,5	73,8	15,5	5,2
<b>URBANO</b>	33.994	1.076,29	256	2,6	76,8	15,3	5,3
<b>RURAL</b>	7.846	420,71	100	37,7	41,5	17,3	3,6
<b>Empregadora</b>	307	1.501,67	357	43,2	41,0	9,7	6,1
Agrícola	125	1.164,97	277	78,9	0,0	14,5	6,6
Pluriativo	101	1.555,81	370	53,1	28,6	10,5	7,9
Não-agrícola	81	1.968,95	468	0,0	91,7	4,5	3,8
<b>Conta-Própria</b>	3.603	392,58	93	46,3	34,4	16,9	2,5
Agrícola	1.888	306,57	73	71,2	0,0	25,4	3,4
Pluriativo	1.126	433,88	103	50,5	35,6	11,8	2,1
Não-agrícola	589	588,00	140	0,0	88,9	9,5	1,6
<b>Assalariados</b>	3.123	398,25	95	32,1	55,9	9,9	2,2
Agrícola	1.275	264,26	63	87,1	0,0	11,0	1,9
Pluriativo	547	368,47	88	52,1	39,4	7,0	1,6
Não-agrícola	1.300	543,22	129	0,0	87,4	10,2	2,5
<b>Não-ocupados</b>	813	233,90	56	0,0	0,0	85,5	14,5

Fonte: Projeto Rurbano, IE-UNICAMP e ASE/IAPAR, julho de 2000

a) inclusive as famílias sem rendimento.

têm uma distribuição pelas diferentes regiões do país similar à apresentada anteriormente. Mas existiam também mais de um milhão e cem mil famílias rurais de conta-própria que eram pluriativas<sup>21</sup>; e outras 589 mil cujos membros exerciam exclusivamente atividades não-agrícolas, metade das quais residente nas áreas rurais do Nordeste<sup>22</sup>.

Depois dos conta-própria, o contingente mais numeroso no meio rural brasileiro é o dos empregados, que contavam 3,1 milhões de famílias em 1998<sup>23</sup>. Nota-se que as famílias de empregados não-agrícolas residentes no meio rural somam 1,3 milhão, número esse que já é superior ao das famílias de empregados residentes no meio rural que se dedicam exclusivamente às atividades agrícolas. Somando-se os pluriativos e os não-agrícolas para o Brasil como um todo, o número de famílias de empregados residentes na zona rural que tem

<sup>20</sup> A região Nordeste concentrava 57% delas, ou seja, mais de 2 milhões de famílias de conta própria; e a região Sul outros 20% (Del Grossi e Graziano da Silva, 2000).

<sup>21</sup> Diferenças com valores apresentados em textos anteriores do Projeto Rurbano deve-se à passagem à condição de pluriativas àquelas famílias de conta-própria e de empregadores agrícolas que possuíam também um outro membro na posição de assalariado agrícola, indicando assim, que essa pessoa se ocupava em outra unidade produtiva, apesar de exercer também atividades agrícolas. O assalariamento fora da unidade, temporário ou não, que é uma forma tradicional de pluriatividade nas famílias de conta-própria agrícolas, não estava sendo considerada até então nos trabalhos do Projeto Rurbano. A importância do fato foi identificada na defesa da tese de Mattei(1999), sendo corrigido o processamento dos dados relativo à tipologia das famílias extensas a partir de então.

<sup>22</sup> Analisando a evolução do número de famílias rurais de conta própria entre 1992 e 97, Graziano da Silva e Del Grossi (2000) verificaram que apenas aquelas que se dedicam exclusivamente às atividades não-agrícolas apresentaram crescimento, tanto para o agregado do país, como para todas as regiões consideradas. As famílias de conta própria agrícolas apresentaram uma significativa redução do seu número na região Sul e no estado de São Paulo e mantiveram-se sem tendência definida nas demais regiões do país.

<sup>23</sup> A distribuição regional dessas famílias rurais de empregados indica um peso relativamente maior das regiões agrícolas mais desenvolvidas, como por exemplo, o Sudeste com 35% (incluindo São Paulo que sozinho tem 13%), embora o Nordeste continue a abrigar também o maior contingente(39%) desses trabalhadores sem acesso à terra. Ver a respeito, Graziano da Silva e Del Grossi (2000)



pelo menos um de seus membros ocupado em atividades não-agrícolas já era 60% das famílias de empregados residentes nas áreas rurais do país<sup>24</sup> em 1998.

A análise das tendências no período 1992/98 mostra um crescimento significativo das famílias dos empregados residentes em áreas rurais, especialmente daquelas famílias de empregados não-agrícolas. As informações disponíveis mostram que ocorreram fortes aumentos em todas as regiões do país, assim como das famílias de trabalhadores não ocupados. Nota-se também um explosivo crescimento do número de famílias de trabalhadores não-ocupados, ou seja, de famílias onde todas as pessoas com mais de 10 anos não estavam trabalhando na semana de referência – que passaram de 592 mil para 813 mil famílias entre 1992 e 1998, um crescimento de 221 mil famílias em seis anos<sup>25</sup>.

A Tabela 7 apresenta também a composição das rendas médias dos diferentes tipos de famílias extensas que estamos analisando. Chama a atenção o fato que a participação das aposentadorias e pensões na renda das famílias agrícolas é sempre maior que nas pluriativas e não-agrícolas. No caso das famílias de conta-própria agrícolas essas transferências de Previdência Social representam na média quase 25% ou seja, praticamente um quarto da renda familiar<sup>26</sup>. Os dados disponíveis mostram que essa proporção cresce para os grupos de menores áreas, atingindo um terço da renda familiar no caso das famílias de conta-própria agrícolas que têm áreas inferiores a 2 ha, que representa o módulo rural mínimo para efeitos de funcionamento. Certamente a maior parte dessas famílias de conta-própria agrícolas com residência rural dedica-se fundamentalmente à atividades de subsistência de seus membros.

Mas o que é mais preocupante são as tendências desses grupos. Como mostraram Del Grossi e Graziano da Silva (2000), as principais categorias que compõem o que se convencionou chamar de "agricultura familiar" no PRONAF – formado basicamente pelas famílias de conta-própria e dos pequenos empregadores com até dois empregados permanentes – mostram uma tendência à estagnação ou de queda no período 1992/97. De outro lado, o conjunto das "famílias sem terra" formado pelos empregados rurais e especialmente pelas famílias de trabalhadores rurais desempregados – e que constituem o sub-grupo mais precário dentre os "sem terra", pois também são "sem emprego" – mostram um crescimento significativo, principalmente nos últimos anos de 1995/97, com a política recessiva adotada pelo Plano Real na tentativa de alcançar uma estabilização monetária.

Os dados apresentados na Tabela 7 confirmam nossos trabalhos anteriores (Del Grossi e Graziano da Silva, 2000) que demonstram que as famílias agrícolas têm sempre uma renda média inferior à das pluriativas para uma determinada posição na ocupação (empregador, conta-própria ou empregado). Nota-se também que as famílias rurais não-agrícolas – tanto de conta própria, como as de empregados – têm uma renda média que é quase o dobro das famílias agrícolas e muito superior também à das pluriativas. Isso se explica pela grande heterogeneidade das ocupações rurais não-agrícolas nas distintas regiões do país, uma vez que

<sup>24</sup> Merece destaque também a situação inversa: em 1998 existiam quase 650 mil famílias de trabalhadores residindo em zonas urbanas, cujos membros se ocupavam exclusivamente de atividades agrícolas; e outras 482 mil famílias pluriativas, o que dá um total de mais de 1,1 milhão de famílias de trabalhadores residindo em áreas urbanas que têm ao menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas.

<sup>25</sup> O detalhamento dessas famílias sem pessoas ocupadas mostra que a grande maioria delas (78%) era formada por aposentados e/ou pensionistas: eram 608 mil famílias rurais em 1997. Entre elas havia 32 mil famílias que abrigavam também pessoas procurando emprego, famílias essas cujo número vem crescendo a mais de 10 % ao ano na década. Isso indica que as transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões estão se constituindo numa forma cada vez mais importante de "seguro desemprego" para as famílias de trabalhadores sem terra residentes no meio rural. Destaque-se também que outras 40 mil famílias rurais eram constituídas apenas de pessoas desempregadas, sem aposentados ou pensionistas. O número dessas famílias também vem crescendo a mais de 10 % ao ano na década; e elas não tem qualquer forma de proteção social, sobrevivendo de ajuda de vizinhos e parentes e/ou de rendimentos obtidos de trabalho eventual de algum de seus membros. Ver a respeito, Del Grossi e Graziano da Silva (2000)

<sup>26</sup> A pesquisa de Delgado (2000) confirma que as transferências da Previdência Pública desempenham um papel importante na reprodução dos pequenos agricultores familiares e sugere que uma previdência social combinada com a extensão dos serviços públicos para as áreas rurais seriam políticas importantes para conter o êxodo rural, ao mesmo tempo que poderiam funcionar como uma renda mínima para suporte da agricultura familiar de subsistência.

sob a classificação de conta-própria ou empregados não-agrícolas podem estar tanto a empregada doméstico como técnicos altamente especializados. (Laurenti e Del Grossi, 2000)

Dados adicionais, que por razões de espaço deixamos de apresentar neste trabalho, confirmam que as rendas mensais médias decrescem no sentido do urbano para o rural; e deste para as áreas exclusivamente rurais onde predominam as atividades agropecuárias, tanto para as famílias agrícolas, como para as pluriativas. Da mesma maneira, as rendas médias das famílias rurais são maiores em São Paulo e na região Centro Oeste e Sul, decrescendo nas regiões Nordeste e Sudeste. (Del Grossi e Graziano da Silva, 2000)

Evidentemente, há muitas razões que justificam as diferenças anteriormente apresentadas, inclusive uma provável maior subestimação das rendas agrícolas dos empregadores e conta-própria *vis-à-vis* os rendimentos provenientes do trabalho assalariado dos empregados não-agrícolas<sup>27</sup>. Nossa intenção é apenas chamar a atenção para o fato de que as rendas das atividades agropecuárias – particularmente das famílias rurais – estão entre as menores que se pagam até hoje no país. E que, portanto, a possibilidade de encontrar ocupações não-agrícolas é fundamental para se elevar - e porque não dizer, também, estabilizar - as rendas das famílias residentes no meio rural.

## A EVOLUÇÃO DAS RENDA PER CAPITA DAS FAMÍLIAS RURAIS

A Tabela 8 apresenta a evolução das rendas *per capita* das famílias extensas, segundo a tipologia que estamos considerando<sup>28</sup>. Inicialmente, é preciso dizer que é praticamente impossível analisar a evolução das rendas familiares na primeira metade da década de 90 a partir dos dados das Pnads, dadas as dificuldades de se obter estimativas comparáveis em função das elevadas taxas de inflação vigentes e das distorções introduzidas pelos dois planos de estabilização econômica - O Plano Collor e o Plano Real - aplicados no período<sup>29</sup>.

Nota-se por exemplo, que quase todas as taxas de crescimento apresentadas para o período 1992/98 são elevadas e altamente significativas, induzindo o leitor desatento a imaginar uma melhora na renda *per capita* familiar que não existe de fato. É interessante porém observar que entre as poucas taxas que não se mostram significativas no período 1992/98 estão justamente as das famílias tanto de empregadores agrícolas como de conta própria agrícolas e pluriativas. Como mostraram Graziano da Silva e Del Grossi (2000), trata-se na verdade das famílias de conta-própria e de empregadores agrícolas com até dois empregados e área total do empreendimento menor que 2 hectares, ou seja, do que poderíamos chamar de residências rurais e/ou pequenos agricultores familiares dedicados basicamente ao autoconsumo.

<sup>27</sup> Isso se deve tanto às dificuldades inerente à uma estimativa da renda agrícola em função de sua forte variação sazonal, como também da forma como é formulada a questão na Pnad. A melhoria da qualidade das informações da renda agrícola é fundamental para que se possa avançar em recomendações de políticas de manutenção da renda das famílias rurais como bem destaca Hill (1999).

<sup>28</sup> Esses valores servem também para corrigir o erro que cometemos no trabalho apresentado no XXVII Encontro Nacional de Economia, em Belém – PA, onde calculamos erroneamente a renda per capita como sendo a média da renda “per capita” entre os tipos de famílias considerados, e não a média das rendas entre as pessoas dessas famílias.

<sup>29</sup> Tanto o Plano Collor, como o Plano Real, referem-se a um conjunto de medidas destinadas a promover a estabilização monetária (que incluíam entre outras a troca de moeda e a fixação de novas taxas de câmbio) com o objetivo de reduzir drasticamente os elevados níveis de inflação vigentes. O ano de 1992 é considerado o “fundo do poço” das rendas declaradas nas PNADs, refletindo a aguda recessão por que passava o país com o fracasso do Plano Collor em 1991; e não há um deflator que capte adequadamente os efeitos da introdução do Plano Real em 1994, comprometendo assim o cálculo das variações reais de renda nos períodos que incluíam esse ano.

Tabela 8: Evolução da renda *per capita* segundo o tipo de família<sup>a</sup>. Brasil, 1992-98.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO TIPO DE FAMÍLIA	1992 (R\$)	1995 (R\$)	1998		1992/98 <sup>b</sup> (%a.a.)	1995/98 <sup>b</sup> (%a.a.)
			(R\$)	relativo		
<b>TOTAL</b>	178,95	252,82	256,81	249	6,2 ***	0,4 *
<b>URBANO</b>	206,57	292,89	296,02	287	6,3 ***	0,3
<b>RURAL</b>	75,97	99,64	103,25	100	4,2 ***	1,1 ***
<b>Empregador</b>	225,91	330,11	369,92	358	7,9 ***	4,5 *
Agrícola	239,29	248,60	327,50	317	4,0	7,0
Pluriativo	199,92	370,26	317,96	308	7,7 **	-2,2
Não-agrícola	271,95	411,81	514,97	499	9,8 ***	8,9
<b>Conta-Própria</b>	69,39	88,00	88,87	86	2,8	-0,3
Agrícola	62,58	74,39	75,76	73	0,4	0,0
Pluriativo	73,08	88,95	83,69	81	2,3 *	-2,5 *
Não-agrícola	89,53	139,47	139,55	135	7,9 ***	-0,9
<b>Empregados</b>	64,56	90,24	96,46	93	6,5 ***	1,8
Agrícola	47,99	62,09	66,51	64	4,1 ***	2,3
Pluriativo	59,52	78,90	73,64	71	5,6 **	-2,6
Não-agrícola	99,24	139,17	137,68	133	5,6 ***	-0,7
<b>Não-Ocupados</b>	88,90	88,81	95,96	93	-0,1	4,6

Fonte: Projeto Urbano, IE-UNICAMP e ASE/IAPAR, Julho 2000

a) inclusive as famílias sem rendimento.

b) Estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam 5%, 10% e 20%, respectivamente

Mas as taxas de crescimento calculadas para o sub-período 1995-98 inteiramente sob vigência do Plano Real, também apresentadas na Tabela 3, mostram que a renda *per capita* mensal de todas as famílias brasileiras apresentou uma queda significativa de 0,4 % ao ano entre 1995 e 1998.

E quando se considera os diferentes tipos de famílias rurais, apenas as dos empregadores mostram aumentos significativos nas suas rendas *per capita*. Ao contrário: as famílias pluriativas de conta-própria mostram uma significativa queda de sua renda *per capita* mensal. Os demais tipos de famílias considerados não mostraram variações nas suas rendas *per capita* que possam ser consideradas confiáveis dentro dos níveis de erro que estamos admitindo.

Na nossa opinião isso se deve em parte ao fato de que o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (e também de famílias que vivem exclusivamente de rendas agrícolas) vem se reduzindo sistematicamente nos anos 90. E em parte porque há uma expressiva queda nos preços dos produtos agrícolas pagos aos produtores rurais: como bem demonstra Monteiro (1998) essa é uma tendência que pode ser observada empiricamente para as principais *commodities* agrícolas produzidas pelo Brasil nos últimos 30 anos. E essa queda de preços foi acelerada no início dos anos 90, com a política de abertura indiscriminada das importações de produtos agrícolas, quase todos subsidiados nos países desenvolvidos, com o objetivo de controlar a inflação promovida pelo Governo Collor, e depois com as políticas de altas taxas de juros internas e sobrevalorização cambial do Plano Real a partir de 1994.

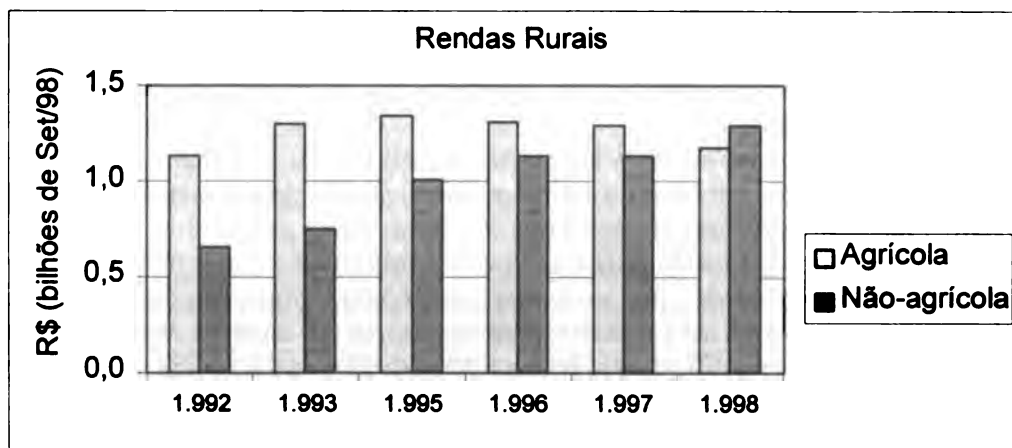
Há um outro indicador que aponta também para uma redução da importância das rendas agrícolas e de crescimento das não-agrícolas no meio rural brasileiro. Se somarmos

todas as rendas do trabalho das pessoas residentes em áreas rurais do país cobertas pelas Pnads, vamos verificar que a renda agrícola total tem permanecido estagnada desde 1992, com um ligeira tendência de queda a partir de 1995. E as rendas não-agrícolas, ao contrário, vem crescendo sistematicamente. O resultado final mostra que o total das rendas não-agrícolas da população rural aproxima-se do total das rendas agrícolas em 1997 e já o supera em 1998, segundo dados recém divulgados da Pnad de 1998, Gráfico 1.

A Tabela 4 introduz uma nova variável na análise que é o número médio de pessoas ocupadas por família, segundo a tipologia que estamos utilizando. Podemos verificar que são as famílias de conta-própria – sejam elas agrícolas, não-agrícolas ou pluriativas – que tem maior número de pessoas ocupadas *vis-a-vis* as famílias de trabalhadores e de empregadores; e que, dentro da mesma posição na ocupação, são as famílias pluriativas que sistematicamente tem mais membros ocupados e não as famílias agrícolas como se supõem corriqueiramente. Nota-se, por exemplo, que as famílias de conta-própria pluriativas residentes no meio rural tem em média quase 3 pessoas ocupadas enquanto que as de conta própria agrícolas tem 2,2 e aquelas famílias rurais compostas apenas de empregados agrícolas tem apenas 1,5 membros ativos em média. Esse é um dos elementos que ajuda a explicar a maior renda média que têm as famílias de conta-própria pluriativas em relação às agrícolas, por exemplo.

Surpreende encontrar na Tabela 9 uma redução generalizada no número de pessoas ocupadas nas famílias rurais de conta-própria agrícolas e pluriativas. Esperávamos encontrar um número crescente das pessoas ocupadas nas famílias rurais, seja em função da maior presença feminina na força de trabalho não-agrícola (emprego doméstico), seja como resposta a queda das rendas agrícolas entre os conta-própria e mesmo entre os empregadores. A explicação para isso pode ser encontrada na drástica redução do emprego agrícola nos anos 90 aliada à crise nos mercados de trabalho não-agrícolas, que reduziram drasticamente as chances de inserção da “força de trabalho secundária” da família, não deixando outra alternativa para as mulheres, velhos e crianças que as atividades de autoconsumo no meio rural.

Gráfico 1 - Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade. Brasil, 1992/98.



Outro aspecto a destacar é que a diferença entre a média de pessoas ocupadas nas famílias urbanas e rurais está diminuindo. Mas se mantém uma diferença expressiva entre o número de pessoas ocupadas entre os diferentes tipos de famílias que estamos considerando. Isso significa que o fato das famílias rurais terem em média um maior número de pessoas ocupadas está relacionado ao fato de que nessas áreas reside uma proporção maior de famílias de conta própria agrícolas e pluriativas que nas áreas urbanas<sup>30</sup>. Isso sugere também que o fato da família ser de conta-própria ou empregadora, abre maiores oportunidades de trabalho para os demais membros no que se poderia chamar de “negócio familiar”.

Mas como explicar a manutenção da renda *per capita* da maioria dos tipos de famílias rurais agrícolas e pluriativas constatadas na Tabela 8 frente a essa queda de preços dos produtos agrícolas e a redução do número de pessoas ocupadas em função das sucessivas crises que restringiram as oportunidades de trabalho no país ?

A resposta para isso está numa importante mudança demográfica em curso que leva à queda do número de pessoas das famílias rurais, o que está fazendo com que as famílias rurais antes muito extensas, tendam a se aproximar de famílias nucleares com poucos filhos, tal como já ocorre no meio urbano.

A Tabela 10 mostra a evolução do número médio de pessoas (ocupadas ou não ) nas famílias extensas segundo a tipologia que estamos considerando. Como se pode verificar há nos anos 90 uma tendência generalizada de queda do número de pessoas nas famílias, sendo um pouco maior nas rurais que nas urbanas.

Em resumo, a explicação que encontramos para esse decréscimo das pessoas ocupadas nas famílias rurais passa a nosso ver pela combinação de vários elementos, uns ligados à redução de oportunidades no mercado de trabalho e outros de caráter mais demográfico. Merecem destaque, pela sua importância:

- agravamento da crise econômica que está restringindo cada vez mais os postos de trabalho disponíveis, especialmente para a inserção da mulher em atividades agrícolas, as quais em geral demandam força física;
- crescimento dos pensionistas e aposentados residentes no meio rural, juntamente com o envelhecimento da população rural;
- a individualização das famílias rurais extensas, que estão se tornando crescentemente mononucleares, reduzindo, assim, o tamanho das famílias extensas que vivem sob o mesmo teto;
- redução da taxa de natalidade no meio rural<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> O fato de estarmos utilizando o conceito restrito de PEA contribui para reduzir as diferenças entre o número de pessoas ocupadas nas famílias urbanas e rurais, uma vez que entre estas há uma proporção maior de famílias agrícolas de conta-própria onde é mais comum a existência de pessoas ocupadas exclusivamente em atividades de autoconsumo e/ou não remuneradas ocupadas menos do que 15 horas na semana.

<sup>31</sup> Carneio, M. J. O ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro, Ed. Campinas, pp. 95-118.

Tabela 9: Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa<sup>a</sup> segundo o local de domicílio e o tipo de família: Brasil, 1992 a 98.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO TIPO DE FAMÍLIA	1.992	1.995	1.998	Taxa crescimento 92/98 <sup>b</sup>
				(% a.a.)
<b>TOTAL</b>	1,68	1,66	1,56	-1,2***
<b>URBANO</b>	1,60	1,59	1,51	-0,9***
<b>RURAL</b>	2,01	1,95	1,81	-2,0***
Empregadora	2,26	2,26	2,11	-1,3***
Agrícola	1,87	1,87	1,62	-1,6*
Pluriativo	2,83	2,73	2,77	-0,5*
Não-agrícola	2,05	2,17	2,03	0,2
Conta-Própria	2,51	2,45	2,34	-1,3***
Agrícola	2,29	2,26	2,21	-1,0***
Pluriativo	3,17	3,10	2,86	-1,5***
Não-agrícola	1,79	1,75	1,78	-0,3
Empregados	1,76	1,71	1,63	-1,4***
Agrícola	1,62	1,56	1,51	-1,4***
Pluriativo	2,71	2,58	2,34	-2,2***
Não-agrícola	1,49	1,50	1,45	-0,2

Fonte: Projeto Rurbano, IE-UNICAMP e ASE/APAR.

a) inclusive as famílias sem rendimento.

b) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam 5%, 10% e 20%, respectivamente

Tabela 10 – Evolução do número médio de pessoas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Brasil, 1992 a 98.

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO TIPO DE FAMÍLIA	1992	1995	1998	Taxa crescimento 92/98 <sup>a</sup>
				(% a.a.)
<b>TOTAL</b>	4,02	3,88	3,76	-1,1 ***
<b>URBANO</b>	3,92	3,79	3,68	-1,0 ***
<b>RURAL</b>	4,40	4,25	4,11	-1,3 ***
Empregador	4,32	4,26	4,08	-1,2 ***
Agrícola	3,79	3,69	3,55	-1,4 ***
Pluriativo	5,00	4,77	4,90	-0,5
Não-agrícola	4,34	4,58	3,88	-1,3
Conta-Própria	4,69	4,60	4,43	-1,0 ***
Agrícola	4,34	4,23	4,04	-1,0 ***
Pluriativo	5,47	5,38	5,18	-1,1 ***
Não-agrícola	4,40	4,30	4,24	-0,7 ***
Assalariados	4,44	4,24	4,16	-1,2 ***
Agrícola	4,24	4,03	3,98	-1,0 ***
Pluriativo	5,46	5,34	5,00	-1,6 ***
Não-agrícola	4,24	4,04	3,99	-1,0 ***
<b>Não Ocupados</b>	2,47	2,38	2,49	0,3

Fonte: Projeto Rurbano, IE-UNICAMP e ASE/APAR, Julho 2000

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

## CONCLUSÃO

Os dados dos PNADs permitem mostrar que as atividades agropecuárias ocupam cada vez menos tempo de trabalho das famílias rurais e respondem por parte cada vez menor da renda dessas famílias. Esse processo decorre em última instância da tendência de longo prazo de mecanização de nossas lavouras e por outro lado da tendência (pós década de 70) de queda dos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional. Mas foi acelerado na segunda metade dos anos 90 pela queda da renda agrícola após o Plano Real.

Os dados apresentados sugerem uma crescente importância das atividades e rendas não-agrícolas entre as famílias rurais. Em poucas palavras podemos dizer que as famílias rurais estão se transformando de famílias exclusivamente agrícolas em pluriativas ou mesmo em famílias não-agrícolas.

Outra constatação importante a que chegamos, do ponto de vista das políticas públicas, é a importância que assumem as transferências de renda na forma de aposentadorias e pensões para os agricultores familiares. Uma das implicações disso é a necessidade de termos uma política previdenciária ativa que pudesse, por exemplo, contribuir para enfrentar o problema da pobreza de regiões desfavorecidas do ponto de vista agropecuário, como é o caso de extensas áreas rurais do Nordeste brasileiro, por exemplo.

Outra implicação é que os programas de apoio a agricultura familiar não podem continuar ignorando que uma parte cada vez mais importante da renda dos seus beneficiários potenciais provém de atividades não-agrícolas e de transferências previdenciárias do poder público. O critério de exigir que a maior parte da renda se origine de atividades agrícolas, como acontece no PRONAF, só beneficia as famílias agrícolas com maiores áreas que acabam nele se enquadrando. As famílias agrícolas de menores áreas e as pluriativas acabam sendo em sua maioria excluídas dos programas de apoio à agricultura familiar por terem uma elevada proporção de suas rendas originárias de atividades não-agrícolas.

Finalmente vale destacar que o crescimento dos desempregados e aposentados residentes no campo é um dos mais importantes indicadores de que o meio rural brasileiro já se converteu também num lugar de residência, e não apenas num local de trabalho; e que as pessoas residentes no meio rural não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades agrícolas. Essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros e uma esperança de que num futuro próximo os trabalhadores rurais não precisem migrar para as áreas urbanas se quiserem ser cidadãos brasileiros.

Queremos enfatizar com isso que o mundo rural brasileiro precisa ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como uma oportunidade de gerar novas formas de ocupação e de renda não-agrícolas para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não tem a qualificação necessária para se inserirem nos setores mais dinâmicos da nossa economia. Para isso é necessário criar um novo conjunto de *políticas não-agrícolas* para impulsar o desenvolvimento rural, que hoje não pode mais ser logrado exclusivamente pela via da modernização agrícola, se é que algum dia pôde. Trata-se, em última instância, de urbanizar o mundo rural ou seja, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural o acesso aos bens e serviços que espera encontrar nos centros urbanos.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, D. and M. LEISERSON. Rural Non-farm Employment in Developing Countries. **Economic Development and Cultural Change**, Chicago. 28(2): 227-248 (jan).
- BERDEGUÉ, J. ; T. REARDON e G.ESCOBAR. **Rural Nonagricultural Employment and income in Latin American and the Caribbean. Conference : Development of the rural economy and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean**, New Orleans, LA., Sustainable Development Department IADB, March, 2000
- CAMPANHOLA, C. e J. GRAZIANO DA SILVA, J., eds (2000). . **O Novo Rural Brasileiro: uma análise nacional e regional..** Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente /IE-Unicamp. (4 vols.) 2000
- DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1999. 221 p. (Tese de doutoramento).
- \_\_\_\_\_ ; GRAZIANO DA SILVA, J. A Pluriatividade na Agropecuária Brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, UFRRJ/CPDA, Número 11, Out/98, p26-52.
- \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. *Ocupação nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992/97*. In: CAMPANHOLA, C. e J. GRAZIANO DA SILVA, eds. *op.cit.*
- DELGADO,G. e J. CARDOSO Jr. (2000). **Principais Resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil**. Brasília, IPEA. (Mimeo)
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro, 1992/1997.
- FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. **Força de trabalho na agricultura paulista**. São Paulo, 1996. (Coleção Análises & Ensaios, v. 3).
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999. (Coleção Pesquisas, 1ª edição 1999)
- \_\_\_\_\_. **Evolução do emprego rural na década de oitenta**. In: O MUNDO do trabalho; crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994. p. 619-40.
- \_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª edição Campinas, UNICAMP., IE, 1996. 217p.(1ªed 1996)
- \_\_\_\_\_ ; DEL GROSSI, M. E. A mudança do conceito de trabalho nas novas Pnads. **Economia e Sociedade**, Instituto de Economia, Campinas, n. 8, p. 247-61, jun. 1997.
- \_\_\_\_\_ ; \_\_\_\_\_. (2000). A Evolução da Agricultura Familiar e do Agribusiness nos anos 90, *in*: Rattner, H. (org). **Brasil no limiar do Século**. São Paulo, FEA/USP. (no prelo)
- HILL, B. Farm Household Incomes: Perceptions and Statistics. **Journal of Rural Studies**, Great Britain. 15(3): 345-358, 1999.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Santiago: PREALC/OIT, 1992. 22p. (Documento #364).
- LAURENTI, A C. e M. DEL GROSSI. **A Evolução das Pessoas Ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil**. In: Campanhola & Graziano da Silva, eds., *op.cit.*, 2000., pp.15-66.
- MATTEI,L. (1999). **Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Estado de Santa Catarina**. Campinas, IE/UNICAMP. (Tese de doutoramento)
- MONTEIRO, M. J. C. (1998). Trinta anos de queda. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, 18(2):26-31
- USDA. Economic Research Service Rural areas show signs of revitalization. **Rural Condition and Trends**, Washington, v. 7, n. 3, p. 4-7, Feb. 1997.
- WELLER, Jürgem. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. **Revista de la Cepal**, n. 62, p. 75-90, ago. 1997.



## EMPLEO RURAL, GRUPOS ETARIOS Y GÉNERO

**Martine Dirven\***

### RESUMEN

La situación actual del empleo agrícola y rural no agrícola en América Latina -medido a partir de la ocupación principal de la población económicamente activa- muestra diferencias sustanciales según la edad y el género de las personas. Se explica parte del por qué de la situación actual por diferencias en capital humano, social y "migratorio" de los hogares y de las personas que lo componen, y también por su acceso a capital físico. Otra parte del por qué de las diferencias etarias y por género apunta a las barreras que enfrenta la juventud para su inserción productiva y social, especialmente en la agricultura, así como a una serie de relaciones causa- efecto que todavía no están bien dilucidadas y que requieren de análisis futuro. Termina con recomendaciones para mejorar la inserción en ocupaciones rurales no agrícolas o agrícolas según las preferencias y las aptitudes personales de las personas involucradas. Estas pasan primordialmente por el mejoramiento de mercados imperfectos pero también por el traspaso más temprano de activos y participación comunitaria desde la población mayor hacia las generaciones siguientes.

### INTRODUCCIÓN

Existen varios modos de ver las ocupaciones rurales no-agrícolas (ORNAs). Entre éstas se destacan básicamente tres. Un primer modo se centra generalmente en estudios de caso sobre las ocupaciones (agrícolas o no-agrícolas) de los distintos miembros del hogar tomando el hogar como unidad de análisis. No siempre considera la actividad principal del hogar o de algunos de sus miembros, sino la actividad que se quiere analizar más en detalle.<sup>1</sup> Un segundo modo se centra en la actividad principal del hogar, muchas veces tomada a partir de las respuestas a las encuestas de hogar (generalmente considerando la respuesta del jefe de hogar respecto a su actividad principal o respecto al origen de los mayores ingresos del hogar). Un tercer modo se centra en la actividad principal de cada individuo del hogar. La fuente de informaciones también son las encuestas de hogares. Es este último modo el que será utilizado en el análisis que sigue.

### LA SITUACIÓN AL AÑO 2000

Para obtener el cuadro 1, nos basamos sobre las respuestas en las encuestas de hogar a la pregunta "cual ha sido su ocupación principal la semana pasada"<sup>2</sup>, utilizando sólo estas

\* Economista - Unidad de Desarrollo Agrícola/CEPAL

<sup>1</sup> Por ejemplo, la fabricación de sombreros de paja en Perú o de jeans en el Ecuador, respectivamente por Jackeline Velazco Portocarrero: "Las actividades rurales no agrarias en familias campesinas de la Sierra Norte del Perú" y por Luciano Martínez V.: "Actividades rurales no agrícolas en Ecuador", ambos presentados en el Tercer Simposio Latinoamericano sobre Investigación y Extensión en Sistemas Agropecuarios "Nuevos enfoques para la superación de la pobreza rural y para el desarrollo de las capacidades locales", Lima, agosto 1998. Nótese que, en ambos casos, los títulos de los trabajos apuntan a un análisis mucho más genérico que su contenido real.

<sup>2</sup> O, según el país, el mes pasado, siguiendo generalmente el marco muestral del último censo de población.

encuestas que tienen cobertura nacional y que están disponibles en formato Redatam en CEPAL/CELADE o sea seis países<sup>3</sup> que, juntos, representan al 41.4% de la población económicamente activa (PEA) total de América Latina. La cifras encontradas en los distintos grupos etarios y ocupaciones para el conjunto de estos países han sido después expandidas a la PEA total de la región. El cuadro 1 representa por lo tanto una estimación (gruesa) de la PEA agrícola y no-agrícola, urbana y rural<sup>4</sup> de América Latina, y el porcentaje en este total de cada grupo etario y género.

Así, de una PEA total de casi 212 millones, el 22.5% es rural. En la PEA rural hay una clara incidencia mayor de gente de más de 60 años (8.3% de la PEA rural versus 4.6% de la PEA urbana). Esta se explica por el peso de la PEA agrícola y el hecho de que hay más de 10% de mayores de 60 años en ella. En cambio, la PEA rural muestra una incidencia menor del grupo etario entre 30 y 44 años, explicado por la migración. El grupo de 15 a 29 años está representado de igual manera en el área rural que en el área urbana porque, por un lado, la inserción laboral es más temprana en el área rural y, por el otro, este grupo en especial tiene una alta tasa de migración. De la PEA urbana, un 7.7% tiene la agricultura como ocupación principal (en especial los mayores de 45 años) y de la PEA rural el 34.1% tiene una actividad no-agrícola como ocupación principal (en especial los menores de 45 años y, particularmente, el grupo de 30 a 44 años).

Tanto en el área rural como en la urbana, la participación femenina en las actividades no-agrícolas es mayor porcentualmente que en las agrícolas (entre 37.4 y 38.3% en lo no-agrícola versus 21.5 y 23.3% en lo agrícola, rural y urbano respectivamente). En las actividades rurales no-agrícolas existe un claro sesgo hacia las más jóvenes ya que casi la mitad pertenece al grupo de 15 a 29 años. Entre los hombres, el grupo etario de entre 30 y 44 años tiene 10% de mayor preponderancia en las actividades no-agrícolas que en las agrícolas, tanto en el área rural como urbana.

En general, 47% de los ingresos de los habitantes rurales provendrían de actividades no-agrícolas (Reardon y Berdégúe, 1999), es decir, una proporción mayor al empleo principal no-agrícola. Sin embargo, las ORNAs se pueden dividir claramente entre "ocupaciones refugio", con bajas barreras a la entrada, baja productividad y por lo tanto bajos ingresos, por un lado y, por el otro, "ocupaciones dinámicas", que responden a una demanda dinámica, generan ingresos mayores a los ingresos promedios agrícolas, pero que tienen barreras a la entrada relativamente altas (en capital humano y físico).

<sup>3</sup> Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Honduras y Panamá.

<sup>4</sup> Es necesario hacer hincapie que existen unas siete definiciones distintas de "rural" en los censos de población de la región y que casi ningún país utiliza exactamente la misma definición. Además, varios países han cambiado la definición de "rural" entre censo y censo.

Cuadro 1 América Latina, 2000: Estimaciones de la población económicamente activa

15-29 años: 40.6 % 30-44 años: 35.8 % 45-59 años: 18.2 % 60 y más años: 5.4 % 100.0 % = PEA TOTAL: 211 951 624							
15-29 años: 40.4 % 30-44 años: 37.0 % 45-59 años: 18.1 % 60 y más años: 4.6 % 100.0 % = PEA URBANA: 164 235 216 77.5%		15-29 años: 41.5 % 30-44 años: 31.7 % 45-59 años: 18.6 % 60 y más años: 8.3 % 100.0 % = PEA RURAL: 47 716 408 22.5%					
100%							
<b>Agrícola</b> 15-29 años: 33.8 % 30-44 años: 27.4 % 45-59 años: 22.9 % 60 y más años: 14.2 % 100 % = 12 576 020 7.7 %		<b>No agrícola</b> 15-29 años: 40.9 % 30-44 años: 37.8 % 45-59 años: 17.7 % 60 y más años: 3.8 % 100 % = 151 659 196 92.3 %					
<b>Agrícola</b> 15-29 años: 40.3 % 30-44 años: 28.7 % 45-59 años: 19.9 % 60 y más años: 10.3 % 100 % = 32 745 957 68.6 %		<b>No agrícola</b> 15-29 años: 44.0 % 30-44 años: 38.1 % 45-59 años: 15.8 % 60 y más años: 3.9 % 100 % = 14 970 451 34.1 %					
100%		100%					
M	F	M	F	M	F	M	F
15-29: 36.0	15-29: 26.6	15-29: 39.3	15-29: 43.5	15-29: 40.9	15-29: 38.3	15-29: 41.1	15-29: 48.9
30-44: 27.5	30-44: 27.0	30-44: 37.9	30-44: 37.7	30-44: 28.4	30-44: 29.8	30-44: 38.5	30-44: 37.3
45-59: 22.1	45-59: 25.3	45-59: 18.5	45-59: 16.3	45-59: 19.6	45-59: 20.7	45-59: 16.8	45-59: 14.0
60 y +: 13.2	60 y +: 17.7	60 y +: 4.4	60 y +: 2.8	60 y +: 10.7	60 y +: 8.7	60 y +: 4.6	60 y +: 2.9
9 633 440	2 942 580	93 585 722	58 073 474	25 690 289	7 055 688	9 364 840	5 605 611
76.6 %	23.4 %	61.7 %	38.3 %	78.5 %	21.5 %	62.6 %	37.4 %
100%		100%		100%		100%	
<b>Masculino Urbano</b> 15-29: 39.0 % 30-44: 36.9 % 45-59: 18.8 % 60 y +: 5.2 % 100 % = 103 219 162 9.3 % 90.7 %		<b>Femenino Urbano</b> 15-29: 42.7 % 30-44: 37.1 % 45-59: 16.7 % 60 y +: 3.5 % 100 % = 61 016 054 4.8 % 95.2 %		<b>Masculino Rural</b> 15-29: 40.9 % 30-44: 31.1 % 45-59: 18.9 % 60 y +: 9.1 % 100 % = 35 055 109 73.3 % 26.7 %		<b>Femenino Rural</b> 15-29: 43.0 % 30-44: 33.1 % 45-59: 17.7 % 60 y +: 6.1 % 100 % = 12 661 299 55.7 % 44.3 %	

Fuente: Martine Dirven sobre la base de CELADE, 1999, 'Boletín Demográfico N° 64 para la PEA urbana y rural femenina y masculina de América Latina, y la sumatoria de las encuestas de hogares de Brasil '96, Chile '96, Colombia '94, Costa Rica '97, Honduras '90 y Panamá '91 para la participación de la PEA rural y urbana en la agricultura u ocupaciones no agrícolas como empleo principal.  
7/8/2000

La educación de gran parte de los que tienen como primera actividad una actividad no agrícola es mayor que los que trabajan en la agricultura, tanto en el área rural como en el urbano. El cuadro 2 lo ilustra para Chile. Además, por lo menos en Chile, la mayoría de los más educados que se desempeñan en la agricultura son residentes urbanos. Lo que el cuadro no ilustra, es que la mayor educación en lo rural no-agrícola es especialmente acentuado entre las mujeres.

**Cuadro 2 - Chile, 1996: Población económicamente activa (por años de escolaridad cursados, número de personas de ambos sexos y porcentaje en el total)**

Tramo Años de Educación	Zona urbana				Zona rural				Total			
	Agrícola	%	No agrícola	%	Agrícola	%	No agrícola	%	urbano	%	rural	%
0-5	72 400	25.7	355 892	8.6	218 689	42.3	55 912	23.4	428 292	9.7	274 601	36.4
6-9	105 383	37.4	956 590	23.2	222 723	43.1	90 767	38.0	1 061 973	24.1	313 490	41.5
10-12	72 905	25.9	1 710 259	41.4	65 685	12.7	66 565	27.9	1 783 164	40.4	132 250	17.5
13 y más	30 839	11.0	1 105 097	26.8	9 583	1.9	25 315	10.6	1 135 936	25.8	34 898	4.6
<b>Total</b>	<b>281 527</b>	<b>100.0</b>	<b>4 127 838</b>	<b>100.0</b>	<b>516 680</b>	<b>100.0</b>	<b>238 559</b>	<b>100.0</b>	<b>4 409 365</b>	<b>100.0</b>	<b>755 239</b>	<b>100.0</b>

Fuente: Calculado en base a la CASEN (Encuesta de Hogares), 1996.

Descontando a la agricultura, las ramas de actividad en el área a rural son, en orden de importancia: los servicios comunales, sociales y personales; las industrias manufactureras; el comercio, los restaurantes y hoteles; y también la construcción. Ello se repite en la mayoría de los países. Se ilustra para Chile en el cuadro 3. Nuevamente se pueden observar diferencias apreciables de inserción en las distintas ramas de actividad según el género, especialmente en la agricultura, las minas y canteras y la construcción, con fuerte preponderancia masculina, y en el comercio por menor, los servicios personales y la instrucción pública, con fuerte preponderancia femenina.

**Cuadro 3 - Chile, área rural, 1996: Población económicamente activa por ramas de actividad y por sexo**

Ramas	Hombres	%	Mujeres	%	Total	%	% mujeres en total rama	
1	470 461	75.8	56 332	39.3	526 793	68.9	10.7	Agricultura, caza, silvicultura, pesca
2	7 096	1.1	174	0.1	7 270	1.0	2.4	Minas y canteras
3	34 437	5.5	10 180	7.1	44 617	5.8	22.8	Industrias manufactureras
4	2 615	0.4	685	0.5	3 300	0.4	20.8	Electricidad, gas y agua
5	34 211	5.5	580	0.4	34 791	4.6	1.7	Construcción
6	24 463	3.9	19 301	13.4	43 764	5.7	44.1	Comercio al por menor, por mayor, restaurantes y hoteles
7	17 522	2.8	2 882	2.0	20 404	2.7	14.1	Transporte, almacenamiento y comunicaciones
8	3 240	0.5	1 556	1.1	4 796	0.6	32.4	Establ. financieros, seguros, bienes inmuebles, servicios a las empresas
9	25 410	4.1	51 307	35.8	76 717	10.0	66.9	Servicios comunales, sociales, personales
<b>Total</b>	<b>620 679</b>	<b>100.0</b>	<b>143 511</b>	<b>100.0</b>	<b>764 190</b>	<b>100.0</b>	<b>18.8</b>	<b>Total</b>

Mujeres en rama 6 preponderantemente en comercio al por menor (17 744 personas)

Mujeres en rama 9 preponderantemente en instrucción pública (17 479 personas) y en servicio doméstico (26 280 personas)

Fuente: Calculado en base a la CASEN (Encuesta de Hogares), 1996

## ALGUNAS INTERPRETACIONES

Las encuestas de hogar se hacen en el lugar de residencia y no se sabe cuanto de la población se traslada diariamente desde su residencia ubicada en un área definida como rural hacia un lugar de trabajo ubicado en un área definida como urbana y vice versa. Al respecto, es importante tomar en cuenta la demanda de sitios en zonas rurales adyacentes a zonas urbanas o con buenas comunicaciones con ellas, para la instalación de empresas industriales o de servicios por las ventajas que ofrecen, entre otros en cuanto a precios por el terreno, menores salarios, menores fiscalizaciones de contaminación ambiental, menores problemas de

congestión vehicular, etc. También existe una demanda de población urbana de bajos ingresos por terrenos (más baratos) donde construir sus casas y que están provistos de infraestructura mínima en cuanto a transporte y servicios públicos como agua potable y electricidad. (Graziano de Silva, del Grossi y Laurenti, 1999) Y, finalmente, existe una demanda creciente de población urbana de ingresos medios a altos por terrenos en zonas rurales urbanizadas aledañas a las ciudades que les permite vivir en un entorno más campestre y trabajar y educar sus hijos en la ciudad. Todo ello conlleva a una delimitación menos clara entre lo rural y lo urbano y ha llevado a hablar crecientemente de lo "rururbano", con todas sus connotaciones de demanda "no-tradicional" de empleo en zonas rurales (cuidadores de casa, personal doméstico, jardineros, supermercados, restaurantes, lavado de ropa, venta de enseres domésticos, servicios de entretenimiento, etc.) y de "cruces" de empleos en zonas urbanas para residentes en zonas rurales y vice versa.

Por otro lado, las bajas barreras a la entrada de las ocupaciones agrícolas temporeras hacen que muchas personas que viven en zonas urbanas pero que tienen dificultades de insertarse en el mercado formal urbano (papeles militares u otra documentación no en orden, falta de educación formal y poca oferta de empleo formal) optan por trabajar en faenas agrícolas ya que estas les dan ingresos que, aunque generalmente no muy altos, son comparables o mejores de lo que pueden obtener en empleos informales urbanos (venta de billetes de lotería, venta de cigarrillos, cuidador de estacionamientos, etc.). Es especialmente el caso para la población de mediana a avanzada edad, muchas veces primera generación de migrantes hacia las zonas urbanas. Sus hijos en edad escolar también suelen optar por trabajar como temporeros agrícolas durante las vacaciones, por las mismas barreras bajas a la inserción, pero con el fin de juntar ingresos para comprarse objetos de consumo (jeans, zapatillas, radio) o ayudar a financiar sus estudios y a sus familias. Sin embargo, claramente tienen una visión de inserción laboral no-agrícola a futuro, una vez concluidos sus estudios. (véase Hataya, 1992, para un análisis en detalle respecto al mercado laboral en las zonas marginales urbanas de Manizales, Colombia).

Los esfuerzos de descentralización que han hecho la mayoría de los países de la región y la mejor atención a las necesidades básicas (servicios e infraestructura) en el área rural que se verifica en la mayoría de ellos, han aumentado la demanda por empleados en los servicios comunales y sociales, en las ramas de electricidad, gas y agua, en la construcción y en las comunicaciones. Estos a su vez han tenido efectos, a través de sus eslabonamientos, con el área financiera, servicios a las empresas y el comercio, restaurantes y hoteles.

Reardon, Cruz y Berdegué (1998) identificaron lo que llamaron "paradojas" de las ORNAs, tanto a nivel micro, como a nivel meso y macro. A nivel micro, son los hogares más pobres los que más requieren de fuentes de ingreso adicionales a las que provienen de la agricultura, pero justamente son estos hogares los que se enfrentan con las mayores limitaciones de capital humano y de otro capital (tierras u otros bienes) que pueden ofrecer como colateral para obtener crédito, y también generalmente problemas de lejanía de los centros urbanos. En cambio, los ricos (relativos) tienen menos necesidades, pero más posibilidades.

A nivel meso, estos autores apuntan a que el dinamismo y el volumen de la producción agrícola, así como su naturaleza, determinan de manera importante el nivel y la composición de los empleos no agrícolas, con encadenamientos distintos a nivel de la demanda por servicios e insumos relacionados con la producción y de la demanda por bienes y servicios relacionados con el consumo. Así, las zonas pobres en recursos suelen generar pocos encadenamientos y por ende, poco dinamismo en ORNAs. También concluyen que el grado de desarrollo de una región ó de un país y la más equitativa distribución de sus ingresos llevan a una mayor

demanda de productos más elaborados y diversificados, lo que permite economías de escala y de especialización, y por ende, un aumento de la eficiencia. El desafío a nivel de política en las zonas pobres en recursos es el de encontrar potencialidades aún no explotadas y promover la inversión (privada y pública). En las zonas más ricas en recursos, el desafío es fomentar los encadenamientos locales que retroalimenten el desarrollo agrícola con el no agrícola, y vice versa.

Finalmente, a nivel macro, existe una paradoja entre, por un lado, la apertura con sus productos, insumos y servicios importados mejores y más baratos, que tienen el potencial de elevar la competitividad y el nivel de vida de la población local y, por el otro lado, la “desprotección” de las áreas rurales con respecto a sus mercados tradicionalmente cautivos, lo que acarrea una disminución de la demanda por sus productos y, para los que no logran reorientar su oferta, una caída severa en sus ingresos.

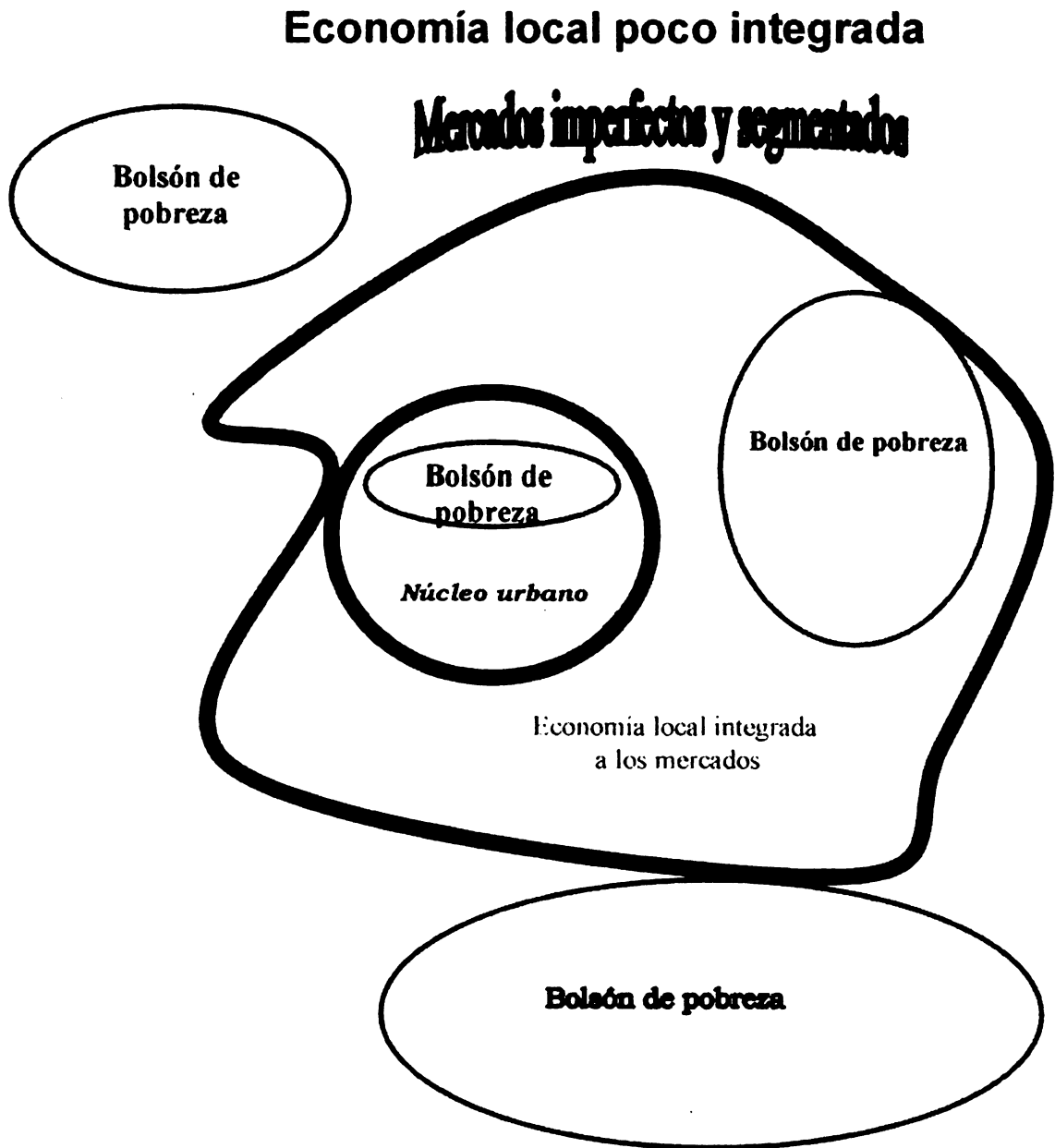
La “distancia económica” hacia un centro urbano es otro elemento que explica el tamaño de las empresas y la naturaleza de sus encadenamientos y, por ende, las posibilidades de desarrollo de ORNAs. Visualmente (esquema 1) se puede representar la “distancia económica” de un lugar con respecto a un centro urbano dinámico y los mercados crecientemente imperfectos (de bienes, trabajo, crédito, información, etc.) que generalmente la acompañan. (Renkow, 1998) Esta distancia acarrea costos de transporte y de transacción que, a partir de un cierto punto, se vuelven insuperables, tanto para la compra como para la venta de un abanico importante de bienes y servicios. Esto hace que los hogares que viven más allá de esta distancia sean esencialmente autárquicos, produciendo para el autoconsumo. (Key, Sadoulet y de Janvry, 2000)

La microempresa es la vía más probable por la cual una persona de ingresos medios a bajos puede iniciar una empresa –y con mayor razón en un entorno rural, por las “distancias económicas”-. Como se sabe, las probabilidades de sobrevivencia de las microempresas son menores que las de empresas más grandes. (véase, entre otros, Mead, 1994) La necesidad de acceso a capital y, en particular a capital de riesgo, es entonces esencial, especialmente para el joven<sup>5</sup> rural promedio, con su poca capacidad de ahorro y de acumulación de activos. Por ahora, los esquemas de seguro, de riesgos compartidos entre el Estado y el financiador, o de subsidios son escasos en la región, lo son más en el medio rural y, que sepamos, inexistentes a nivel del joven rural. (Castillo, 2000)

---

<sup>5</sup> Definida por Naciones Unidas como el grupo etario entre 15 y 29 años.

ESQUEMA 1: Respuesta a los estímulos de política visto desde lo espacial



Fuente: Martine Dirven, Unidad de Desarrollo Agrícola, CEPAL, 1999.

## MUCHAS PREGUNTAS

Las relaciones causa-efecto que subyacen la “fotografía” (cuadros anteriores) de la situación actual se intuyen (¡a veces equivocadamente!), pero falta mucha investigación para conocerlas verdaderamente y seguir su evolución en el tiempo. Lo que falta delucidar en especial, es cuanto de la “foto” es el resultado de demandas y ofertas reales y deseadas y cuanto es el resultado de decisiones “*second best*” porque la primera opción esta cerrada, por problemas de falta de acceso a capital (humano y físico) y a mercados (de bienes, crédito, tecnología, información, etc.), por problemas de idiosincracia en los hogares y en las organizaciones sociales o por problemas de incentivos “erróneos” (tributarios, grandes precios macroeconómicos, programas y proyectos, etc.) que llevan a decisiones subóptimas a nivel de la sociedad y repercusiones negativas sobre la mayoría de los habitantes rurales, en línea con las paradojas a nivel micro, meso y macro ya mencionadas.

Estos últimos años ha habido un esfuerzo por incorporar la dimensión de género en los análisis. También el tema ORNA está saliendo cada vez más de la invisibilidad. Pero, lo que es cierto a nivel de análisis y discusiones entre académicos, lo es menos a nivel de políticas y programas de desarrollo. En particular, el tema ORNA es todavía un “huerfano” a nivel de instituciones y programas. Mientras que el tema de los agricultores y trabajadores agrícolas urbanos y la dimensión etaria de todas las observaciones son todavía temas muy poco estudiados. En lo que sigue, daremos un sesgo hacia lo etario.

Se sabe (por estudios de caso y encuestas) que un número sustancial de jóvenes rurales no ve su futuro en actividades agrícolas (por los bajos ingresos, por sus altos riesgos, por las largas horas de trabajo a la intemperie, porque permite menor independencia del jefe de hogar, por la imagen negativa que suscita el trabajador del campo en el resto de la sociedad, etc.) y también porque muchos jóvenes tienen mayor escolarización y que las ORNAs por lo general retribuyen mejor a la mayor escolarización que las agrícolas. Se sabe también que muchos jóvenes (trabajadores, técnicos y profesionales tanto de formación agrícola como no agrícola) no encuentran un trabajo de acorde a su especialización y pretensiones salariales en el sector rural y, por lo tanto, viven frustrados –o resignados- en el sector rural (o finalmente migran).

Lo que no se sabe, es cuanto de las inserciones ocupacionales -tal como se observan- son inserciones “*second best*”, debido a las barreras a la inserción -especialmente para los jóvenes-, cuanto al hecho que las instituciones (de crédito, asistencia técnica, municipales, ONG, etc.) todavía no han incorporado en su quehacer que una parte sustancial de las actividades rurales ahora son no agrícolas, cuanto a la globalización y al hecho que muchas actividades de innovación, diseño y elaboración de bienes de capital, procesos productivos, bienes de consumo, insumos, etc. se han trasladado hacia otras áreas, muchas fuera de la región, reduciendo la demanda por muchos oficios y profesiones y, por otro lado, creando nuevas posibilidades, en especial servicios de venta y de mantenimiento, sin que los liceos técnicos, las entidades que dan capacitación y los mismos habitantes rurales se hayan adaptado lo suficiente.

Tampoco sabemos cuantos jóvenes que trabajan actualmente en ORNAs, preferirían trabajar en la agricultura pero no pudieron realizar esta opción, por las altas barreras que existen para insertarse en la agricultura -tanto productivamente, especialmente en la actividad por cuenta propia agrícola por las dificultades de acceso a tierras y con ellas, las dificultades de acceso a crédito, como socialmente, porque la posición social y la participación en organizaciones rurales está todavía muy ligada al acceso a tierras-. (Castillo, 2000) Estas barreras a la inserción a la actividad agrícola por cuenta propia se refleja en que, en Chile por



ejemplo, sólo 9% de los productores agrícolas<sup>6</sup> tiene menos de 35 años y 25% menos de 45 años. En cambio, el 52% tiene más de 55 años y 28% más de 65 años. En los demás países de la región la tendencia es similar, aunque algo menos aguda. Así en Brasil, 13% de los productores tienen menos de 30 años y 23% más de 60 años. En cambio, entre los empleados permanentes hay una clara preponderancia de jóvenes de menos de 30 años. De hecho, según la edad avanza, la participación del grupo etario en el total de empleados permanentes disminuye.

La poca valoración de la educación en la agricultura, especialmente en América Latina, llama la atención. En efecto, varios estudios destacan la importancia de la educación para un buen desempeño en la actividad agrícola. Incluso, la Organización de Cooperación y Desarrollo Económico (OCDE) considera que el manejo de una empresa agrícola familiar inserta en los mercados es altamente intensiva en conocimientos multidisciplinarios, porque el productor tiene que combinar conocimientos específicos al sector agrícola (agronómicos, climáticos, tecnológicos, información de mercados para decidir qué producir, en qué secuencia y organización dentro de la finca) con conocimientos de gerencia (contabilidad, análisis de proyectos, análisis financiero, organización) y que esta combinación de conocimientos hace que la empresa agrícola esté situada en el rango mayor en cuanto a jerarquía de requerimientos en conocimientos. (OCDE, 1994) Sin embargo, incluso en la OCDE, los niveles medios de educación de los agricultores, si bien son mucho más altos que los de América Latina, son iguales o menores a los de la población en general.

Una de las explicaciones posibles por esta poca valoración de la educación en América Latina, es que el umbral utilizado en los análisis (4 a 6 años de educación formal por lo general) es demasiado bajo. Otra es que las evaluaciones hechas en la región no analizaron los cambios de actividad a raíz de la mayor educación, tal como lo señalan Taylor y Yunes-Naude (2000). En efecto, la mayor educación de los miembros de un hogar influencia sus decisiones sobre cuales actividades emprender (pasar de un cultivo -generalmente de productos básicos - a otra actividad agropecuaria o a una actividad no agrícola, por cuenta propia o asalariada) e influencia sus ingresos a raíz de estas decisiones. No concluyen sin embargo que las actividades no agrícolas necesariamente reditan un mayor ingreso para una escolaridad dada o a partir de un cierto grado de educación. Sin embargo, como ya lo vimos, las estadísticas muestran una clara tendencia de mayor educación en las ORNAs.

## CONCLUSIONES

Es necesario hacer mucho más investigaciones cualitativas sobre los deseos de desempeño ocupacional de la población rural versus su inserción real para analizar los cuellos de botella (reales o percibidos) y llegar a un paquete de acciones coherentes entre sí para actuar sobre ellos. La dimensión etaria en particular es todavía "invisible" en la mayoría de los análisis y sin embargo, como lo hemos visto, las estadísticas muestran una inserción laboral bien distinta según los grupos etarios. La diferenciación de políticas y programas para apoyar los potenciales y enfrentar las dificultades específicas a cada grupo etario puede sin embargo, a nuestro juicio, ser un terreno muy fértil de acciones y resultados.

Por otra parte, es imprescindible que todas las entidades que trabajan para o en el medio rural (desde el Estado, pasando por el Municipio, hasta las ONG) se convenzan de una vez por todas que "rural" no es necesariamente "agrícola" y orienten su pensamiento, su

<sup>6</sup> Definidos según el censo agropecuario como responsables de la conducción del predio, independientemente de la forma de tenencia (propietario, arrendatario, mediero, etc.).

personal técnico, sus instrumentos de desarrollo, inversiones en infraestructura y capacitación, etc., hacia este mundo rural heterogéneo que necesita de una visión multidisciplinaria en sintonía con las realidades y potenciales de cada región, abriéndose y apoyando con creatividad a las iniciativas no-agrícolas de la población.

Las políticas orientadas a mejorar la inserción productiva de los campesinos debieran velar para que las acciones mesoeconómicas en materia de tecnología, crédito y comercialización sean dirigidas prioritariamente a los estamentos más jóvenes (hombres y mujeres) al igual que las acciones dirigidas a mejorar el acceso de los pequeños productores a la propiedad de la tierra. Puesto de otra manera: al igual que se pone un límite de ingresos o extensión de tierras para ser beneficiario de algunos programas gubernamentales, habría que paulatinamente añadir un límite de edad para ser beneficiario que podría ser entre 55 y 65 años según el programa (de titulación de tierras, de crédito, de asistencia técnica, etc.).

Al mismo tiempo habría que ayudar a los productores agrícolas a hacer la transferencia de la conducción del predio (incluyendo la transferencia formal de la tierra) a su(s) hijo(s), nieto(s), sobrino(s) u otro joven (hombre o mujer) que muestre interés y aptitud para las labores del campo y los riesgos que comporta. Estudiar la experiencia de la Unión Europea con este tipo de programas podría ser un punto de partida útil. Estudiar los costos y efectos de la jubilación a toda la población mayor de 60-65 años que fue activa (o no) en la agricultura es otro punto de partida que se recomienda como lo introdujo Brasil con su Reforma Constitucional de 1988, pero cuya implementación se inició en 1991.<sup>7</sup>

También es indispensable prestarle una atención especial a las paradojas a nivel micro, meso y macro y a las propuestas de políticas para su superación, así como hacer esfuerzos muy serios para eliminar las imperfecciones de mercado -especialmente preponderantes en el medio rural- y acercarse a la situación de igualdad de condiciones entre las zonas rurales y las zonas urbanas, en otras palabras, crear *"a level play field"* entre ambas áreas. A su vez, estas acciones sin duda tienen *trade-offs* en especial para los que, por muchos motivos, no logran aprovecharse de las nuevas oportunidades y, por lo tanto, son los perdedores frente a estos mercados y servicios más perfectos, pero más competitivos. La juventud y la población de mediana edad (hombre o mujer) -en especial los que tienen mayores niveles de educación- son los a los cuales es necesario tomar como aliados en la exploración y explotación de las nuevas oportunidades, dándoles acceso preferencial a los medios de producción y promoviendo la renovación de las bases comunitarias, organizacionales y gremiales.

## BIBLIOGRAFÍA

- CASTILLO PEÑA, Patricio Alejandro (2000): **"Juventudes rurales como agentes de desarrollo del sector - ventajas y barreras para la acción"** tesis de grado, Facultad de Agronomía, Universidad de Chile (premiada como una de las cinco mejores tesis de la Universidad de Chile en el año 2000).
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro Eduardo y LAURENTI, Antonio Carlos (1999): **"The evolution of rural non-agricultural activities and intersectorial linkages in Brazil"**, Texto para discusión N° 75, Instituto de Economía UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brasil.

<sup>7</sup> Véase entre otros los documentos presentados por Guilherme Costa Delgado y Mauricio Díaz et al. en el Encuentro de altos directivos sobre la mitigación de la pobreza rural organizado por CEPAL, FAO y RIMISP en Valle Nevado, Chile, 27 y 28 de enero 2000.

- HATAYA, Noriko (1992): "Urban-rural linkage of the labour market in the coffee growing zone in Colombia", *The Developing Economies*, Vol. 30, Nº 1, Tokio, Institute of Developing Economies.
- KEY, Nigel; SADOULET, Elisabeth y JANVRY, Alain de (2000): "Transaction costs and agricultural household supply response", *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 82, Nº 2, mayo.
- OCDE (Organización de Cooperación y Desarrollo Económico) (1994): *Farm employment and economic adjustment in OCDE countries*, Paris.
- REARDON, Thomas y BERDÉGUÉ, Julio (1999): "**Rural nonfarm employment and incomes in Latin America**", mimeo presentado en el Seminario BID/FAO/CEPAL "Desarrollo del empleo rural no agrícola", Santiago de Chile, 6 al 8 de septiembre 1999.
- REARDON, Thomas; CRUZ, María Elena y BERDEGUÉ, Julio (1998): "Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos", ponencia en el **Tercer Simposio Latinoamericano** sobre Investigación y Extensión en Sistemas Agropecuarios "Nuevos enfoques para la superación de la pobreza rural y para el desarrollo de las capacidades locales", Lima, agosto 1998.
- RENKOW, Mitch (1998): "Cities, towns, and the rural non-farm economy", documento presentado al taller del **International Food Policy Research Institute (IFPRI)** sobre Estrategias para estimular el crecimiento de la economía rural no agrícola en países en vía de desarrollo, Washington D.C., 17-20 de mayo 1998.
- TAYLOR, J.Edward y YUNEZ-NAUDE, Antonio (2000): "The returns from schooling in a diversified rural economy", *American Journal of Agricultural Economics*, Vol. 82, Nº 2, mayo.



## RELATO DOS GRUPOS DE DEBATE

### 1ª SESSÃO

O objetivo dos trabalhos em grupo era permitir o aprofundamento do debate sobre os temas discutidos e a troca de opiniões acerca das implicações que tais temas oferecem, na ótica de cada participante, sobre os trabalhos desenvolvidos em suas instituições.

Visando cumprir os objetivos propostos, sugeriu-se um roteiro de discussão composto por três perguntas, o qual foi utilizado como condutor dos debates no âmbito dos três diferentes grupos constituídos.

Na conclusão dos trabalhos, os participantes reuniram-se novamente em plenária, cabendo aos relatores designados nos grupos apresentarem a síntese das discussões realizadas, à qual seguiam-se, sempre que pertinente, as respostas e comentários dos palestrantes da 1ª sessão da Oficina.

Para compor a memória do evento, apresentam-se abaixo para cada questão os relatos dos trabalhos conduzidos nos grupos, os quais compreendem comentários e/ou questionamentos adicionais. Trata-se de uma transcrição quase literal das apresentações realizadas, não sendo efetuado qualquer trabalho de edição e/ou síntese, bem como de registro dos debates ocorridos em plenária:

### QUESTÃO 1:

Quais os principais questionamentos do ponto de vista dos conceitos, dados e informações veiculadas nas palestras ministradas ?

*Palestra 1 – Terceirização dos trabalhos agrários e o “novo rural”*

*Palestra 2 – A expansão das ORNA's no Brasil*

*Palestra 3 – Empleo rural, grupos etários y género*

### GRUPO 1

- Multifuncionalidade do espaço rural: “Novo Rural” como locus das mais diversas atividades econômicas.
- O “novo rural” é só turismo e pesca, desejo de pessoas de resistir no meio rural e trabalhar na cidade? Que atividades macro caracterizam o “novo rural” ?
- Qual a fronteira entre agrícola e não-agrícola? Quais as condições conjunturais que possibilitaram o “novo rural” ?
- A distinção entre agricultura de gestão e agricultura operacional parece demasiado utópica ? Em que condições isso seria factível? Circunstâncias culturais como noções de posse não seriam obstáculos?
- Qual a viabilidade econômica da terceirização para a pequena propriedade? Qual o perfil da propriedade que se beneficia da terceirização?
- Que população o meio rural pode sustentar?
- A terceirização tem a ver com escala de produção?
- Apresentação não menciona o papel do capital social e da organização social.

- Onde estancou o êxodo rural? Parou para a grande metrópole ou para a pequena cidade?
- Demasiada ênfase na juventude.

**GRUPO 2****PALESTRA 1 – TERCEIRIZAÇÃO DOS TRABALHOS AGRÁRIOS E O “NOVO RURAL”**

- *A tercerização sempre houve, mas hoje ela possui uma maior presença desta prática e uma tendência de crescimento.*
- Entretanto existe a necessidade de que ela seja entendida junto com um processo de associativismo do patrimônio da modernização.

**PALESTRA 2 – A EXPANSÃO DAS ORNA’S NO BRASIL**

- *Para certos segmentos as ORNA’s são uma alternativa e para outros uma falta de opção.*
- Existe um conceito de ORNA’s de tudo que seja atividade depois do produto colhido?

**PALESTRA 3 – EMPLEO RURAL, GRUPOS ETÁRIOS Y GÉNERO**

- *Aprofunda a análise do Mauro em cortes pôr gênero e sexo.*
- As ocupações não agrícolas também são reflexo da falta de opções. Também pode ser entendido como um reflexo de acesso a educação e os vínculos crescentes com o urbano.

**GRUPO 3****PALESTRA 1 – TERCEIRIZAÇÃO DOS TRABALHOS AGRÁRIOS E O “NOVO RURAL”**

- Conceitos de :
  - Pluriatividade
  - Part-Time
  - População Rural
  - Atividades não-agrícolas
- Quais os mecanismos da desaceleração do êxodo, além das atividades não-agrícolas ?

**PALESTRA 2 – A EXPANSÃO DAS ORNA’S NO BRASIL**

- Qual a metodologia e conteúdo das políticas públicas para trabalhar com essa nova conjuntura?

**QUESTÃO 2**

Em um sentido amplo, quais implicações a temática hoje debatida acarreta na formulação políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do meio rural.

**GRUPO 1**

- A necessidade de formulação de políticas públicas de forma sistêmica em rede.
- Reciclagem dos formuladores de políticas públicas.
- Atuação integrada dos formuladores de políticas públicas.
- Políticas de incremento de renda no meio rural.
- Importância da infra-estrutura e da capacitação (melhoria de estradas/transportes).

**GRUPO 2**

- Existem demandas de cidadania no meio rural maiores do que de políticas agrícolas?

- Existem infra-estruturas ociosas no meio rural, como escolas abandonadas, que podem ser otimizadas em investimentos de ocupações não-agrícolas.
- As ações locais devem ser mais efetivas de levantamento de dados e de políticas de intervenção.
- As políticas públicas deveriam neutralizar os malefícios da *comoditização* do espaço rural, e ao mesmo tempo oportunizar para que o “homem do campo” consiga aproveitar o momento para melhorar a sua qualidade de vida.
- PRONAF é hoje um programa mais próximo dos anseios do produtor rural, mas a operacionalização está equivocada devendo haver maior participação das cooperativas de crédito na sua distribuição.
- desenvolvimento local deve ser o foco de ação do desenvolvimento rural.
- fenômeno da sucessão do negócio rural necessita de uma maior atenção da lei e de uma melhoria do acesso a terra pelos jovens.
- Banco da Terra não está oferecendo um acesso aos recursos para solucionar o problema da questão anterior.

### GRUPO 3

- Políticas públicas não mais setoriais e sim objetivando o desenvolvimento territorial.
- Peculiaridades regionais.
- Descentralização.
- Redefinição do conceito de agricultura familiar.

### QUESTÃO 3

Quais as implicações que os temas apresentados trazem para a sua instituição sobre os seguintes pontos de vista ?

- Missão e agenda de trabalho
- Relacionamento interinstitucional
  - Organização interna
  - Habilidades e competências do quadro funcional

#### GRUPO 1

##### **Missão e agenda de trabalho**

- Necessidade de discussão das pesquisas e tendências dentro das instituições.
- homem como parâmetro e não a produção: a gestão é o mais importante

##### **Relacionamento interinstitucional**

- Reforçar relacionamento interinstitucional

#### GRUPO 2

##### **Missão e agenda de trabalho**

- Devem ser vistas as prioridades e linhas de trabalho;
- diagnóstico deve ser utilizado como ferramenta básica e envolvido com a comunidade;
- A pesquisa deve ser mais ativa com as demandas locais.

##### **Relacionamento interinstitucional**

- Integração e parceria;

- Dar ao Conselho de Desenvolvimento Municipal o espaço de articulação interinstitucional.

**Organização interna**

- Reestruturação;
- Devem ser oportunizados espaços de discussão (eventos).

**Habilidade e competência do quadro funcional**

- Desenvolver novas competências nos agentes de desenvolvimento, para terem condições de orientar os agricultores empreendedores.

**GRUPO 3**

- Agenda mais sintonizada com as transformações, buscando uma atuação menos passiva e mais pró-ativa.
- Buscar a demanda de trabalho com o público.
- Interação, cooperação e troca de experiências entre as instituições governamentais e não-governamentais.
- Buscar uma visão sistêmica e interdisciplinar na elaboração das proposta de desenvolvimento.
- Redefinir o papel do Estado nesta conjuntura.





Secretaria da Agricultura e  
do Abastecimento do Paraná



## **INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ**

**O Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR - é uma instituição de pesquisa agropecuária, vinculada à Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná, cuja missão é gerar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos para o desenvolvimento sustentado da agropecuária paranaense.**

O IAPAR tem sua sede no município de Londrina e está presente em todas as regiões do Estado através de Pólos de Pesquisas, Estações experimentais, campos de cooperação com agricultores, cooperativas e unidades demonstrativas.

### **INFORMAÇÕES TÉCNICAS**

O IAPAR possui 14 programas, cujas pesquisas, de natureza vegetal e animal, são desenvolvidas por 12 Áreas Técnicas, apoiadas por 4 áreas de apoio técnico. Os projetos de pesquisas atendem às demandas de inovações tecnológicas das principais cadeias produtivas do agronegócio paranaense.

<b>Programas</b>	<b>Áreas Técnicas</b>	<b>Apoio Técnico</b>
Algodão	Ecofisiologia	Biometria
Arroz	Engenharia Agrícola	Difusão de Tecnologia
Café	Fitotecnia	Documentação (Biblioteca)
Cereais de Inverno	Melhoramento e Genética Vegetal	Produção e Experimentação
Culturas Diversas	Melhoramento e Reprodução Animal	
Feijão	Nutrição Animal	
Forrageiras	Proteção de Plantas	
Fruticultura	Propagação Vegetal	
Manejo de Solo e Água	Sanidade Animal	
Milho	Socioeconomia	
Produção Animal	Solos	
Propagação Vegetal		
Recursos Florestais		
Sistemas de Produção		

Rodovia Celso Garcia Cid, Km 375 - Caixa Postal 481

Cep: 86001-970 - Londrina - Paraná - Brasil

Telefone: +55 (43) 376-2000 - Fax: +55 (43) 376-2101



## VILA RURAL

**Carlos Antônio Ferraro Biasi\***

### VILA RURAL

É uma proposta habitacional rural com características diferenciadas constituída por: Lotes rurais com tamanho padrão, que possuem infra-estrutura básica (água – luz – saneamento – arruamento), espaço para residência e atividades agrícolas de subsistência e/ou agregação de renda.

### CARACTERÍSTICAS

- Localizadas nas proximidades dos distritos rurais, estradas vicinais, escolas e unidades sanitárias ;
- Lotes de 5.000 m<sup>2</sup> ;
- Residências com 44,56 m<sup>2</sup> ;
- Média de 40 lotes ;
- Financiadas em média durante 25 anos;
- Carência de 30 meses (prestações com valor menor).

### BENEFICIÁRIOS

Para ser beneficiário do programa os trabalhadores devem atender os seguintes requisitos:

- ser trabalhador rural volante;
- ter experiência agropecuária;
- idade máxima de 55 anos de idade;
- ser morador do município há 2 anos;
- não possuir imóvel;
- exercer atividade remunerada em caráter temporária em áreas rurais;
- possuir renda familiar de até 03 salários mínimos por mês;
- família constituída por muitos filhos;

Para a sua viabilização as vilas rurais são apoiadas pelo projeto paraná 12 meses quanto a:

- construção das residências;
- implantação das atividades agrícolas;
- implantação de empreendimentos comunitários;
- processos de capacitação;
- assistência social;

---

\* Engenheiro Agrônomo da Emater-Pr. E-mail: [vrurais@emater.gov.br](mailto:vrurais@emater.gov.br)

## OBJETIVOS

- garantir:
  - qualidade de vida;
  - maior dignidade; e
  - cidadania.
- aumentar a renda familiar.

## PARCEIROS

Prefeituras Municipais

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento -SEAB

EMATER - PARANÁ

Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR

Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

Companhia Paranaense de Energia - COPEL

Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR

Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho - SERT

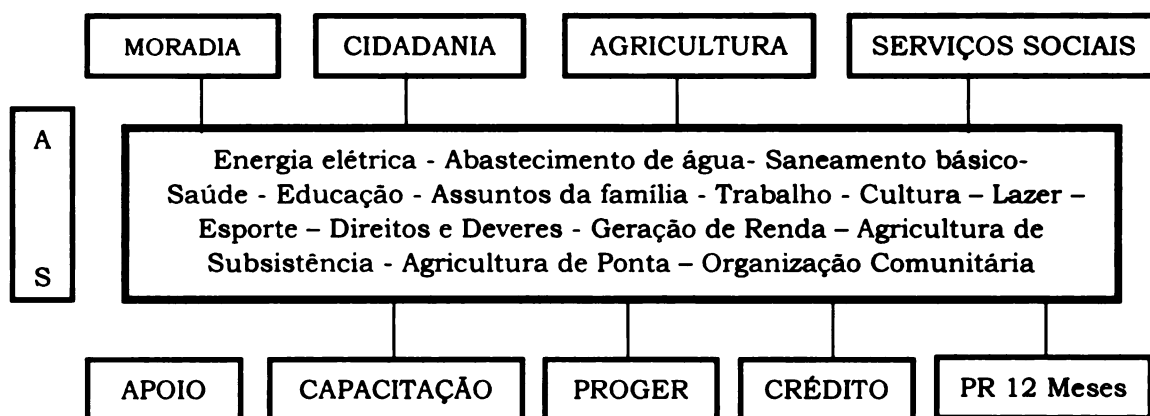
Secretaria de Estado da Educação - SEED

Secretaria de Estado da Saúde - SESA

Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA

Instituto Ambiental do Paraná - IAP

## PRIORIDADES



## SITUAÇÃO ATUAL

### CONCLUÍDAS EM OBRAS

TOTAL

VILAS RURAIS 286 105 391

FAMÍLIAS 10.793 4.369 15.162

**PEQUENO PERFIL DO BENEFICIÁRIO – (Fonte: IPARDES)**

- Famílias com 3 a 6 membros ;
- 50% dos moradores com menos de 17 anos ;
- 37,3% dos moradores com idade superior a 15 anos sem concluir metade do ensino fundamental ;
- 19,1% das famílias tem a mulher como beneficiária ;
- Despesa familiar mensal após instalar-se na Vila Rural=R\$ 207,70;
- Renda familiar mensal após instalar-se na Vila Rural = R\$ 284,43;
- Principais problemas comunitários- alcoolismo e brigas de vizinhos.

**RESULTADO DO PROJETO PARANÁ 12 MESES (16/OUT/2000)**

9.992 Famílias com Fomento Agrícola

312 Famílias com Empreendimentos Comunitários

**EMPREENDIMIENTOS COMUNITÁRIOS (NÃO AGRÍCOLAS) EM VILAS RURAIS (APOIO PR 12 MESES)**

Costura Industrial	- 01 UNID.	- 10 Famílias
Micro Usina Açúcar Mascavo	- 01 UNID.	- 27 Famílias
Transformação de Produtos	- 01 UNID.	- 48 Famílias
Beneficiamento de Mel	- 01 UNID.	- 16 Famílias
Panificação	- 01 UNID.	- 15 Famílias



# OCUPAÇÃO PRINCIPAL DAS PESSOAS E CARACTERÍSTICAS OCUPACIONAIS DAS FAMÍLIAS MORADORAS NAS VILAS RURAIS DO PARANÁ EM 1999

**Maria Saléte Zanchet<sup>1</sup>**  
**Ivo Barreto Melão<sup>1</sup>**

## RESUMO

São apresentadas as informações referentes à ocupação principal de todas as pessoas e à característica ocupacional das famílias moradoras em 120 Vilas Rurais, instaladas no Paraná entre outubro de 1996 e outubro de 1998. A fonte de dados é o levantamento de campo realizado na primeira etapa da Avaliação de Impacto Sócio-Econômico da Atividade Vilas Rurais.

## INTRODUÇÃO

A implementação da Atividade Vilas Rurais, no âmbito do Projeto Paraná 12 Meses, conta com apoio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. A avaliação sócio-econômica dos beneficiários, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, é exigência contratual do Acordo de Empréstimo firmado entre o Governo do Paraná e o BIRD e têm como enfoque principal as condições de produção e trabalho dos beneficiários.

Com a implantação das Vilas Rurais pretende-se melhorar as condições de habitação de trabalhadores rurais temporários, propiciar condições imediatas de elevação dos níveis de renda e contribuir para a permanência desse segmento no meio rural, para melhoria de acesso aos serviços públicos e para a organização e acesso aos mercados de trabalho regionais.

A pesquisa avaliatória contou com o levantamento de campo, realizado pela EMATER/PR nos meses de abril e maio de 1999, no qual foram entrevistados 732 beneficiários, conforme Plano Amostral.

O dimensionamento da amostra valeu-se do cadastro sócio-econômico de seleção de mutuários, cedido pela Cohapar. A população alvo da pesquisa é constituída por um total 4669 beneficiários em 120 Vilas Rurais, inauguradas entre outubro de 1996 e outubro de 1998, distribuídas nas 7 mesorregiões do Projeto Paraná 12 Meses.<sup>2</sup> Para o desenho amostral, utilizou-se o método de amostragem estratificada por proporções, no qual as mesorregiões foram consideradas como estratos. A proporção de trabalhadores rurais temporários foi a variável selecionada para dimensionamento da amostra e optou-se pela margem de erro amostral de 3% .

A Atividade Vilas Rurais, ao viabilizar recursos financeiros específicos para a construção de moradias na zona rural, tendo como beneficiários preferenciais as famílias de trabalhadores rurais, assegura-lhes o direito social à habitação e ao lote de terra, protegendo-

<sup>1</sup> Os autores são pesquisadores do Núcleo de Estudos e Avaliações em Desenvolvimento Rural do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

<sup>2</sup> A Mesorregião I não foi contemplada na Atividade Vilas Rurais.

as da vulnerabilidade da moradia em casas cedidas e lhes proporcionando melhores condições de vida. Das famílias beneficiárias, cerca de 61,3% moravam em casas cedidas antes do ingresso na Vila Rural e 30,4% pagavam aluguel. Apenas 16,1% dos entrevistados consideraram bom o estado de conservação das moradias, na situação anterior à Vila. Pode-se afirmar que houve melhoria significativa na infra-estrutura social das famílias nas Vilas Rurais.

A população residente nas Vilas Rurais é composta, em sua grande maioria, por casais jovens, com filhos entre a infância e a adolescência. Do total de moradores, 20,9% é representada pelos beneficiários, 19,0% por seus cônjuges e 54,9% por filhos; cerca de 42,7% dos moradores têm menos de 15 anos de idade.

Os dados sobre a ocupação principal de todas as pessoas e a característica ocupacional das famílias moradoras, obtidos na primeira etapa da pesquisa avaliatória da Atividade Vilas Rurais e válidos para o conjunto das 120 Vilas Rurais pesquisadas, são apresentados à seguir.

## OCUPAÇÃO PRINCIPAL DE TODAS AS PESSOAS

A pesquisa de campo levantou a posição na ocupação dos membros da família com 16 campos de codificação (as 16 primeiras posições da Tabela 1). No processamento da pesquisa, foram introduzidos as duas últimas posições: não estuda nem trabalha e não se aplica. A distribuição das pessoas em relação à ocupação principal é apresentada na Tabela 1, com o cruzamento das variáveis posição na ocupação e sexo do morador.

Pode-se observar que há predomínio de trabalhadores rurais temporários, dos quais 15,5% são homens e 4,4% são mulheres, perfazendo 19,9% dos moradores nas Vilas Rurais. As demais categorias de ocupação agrícola – trabalhador rural permanente e produtor rural – contribuem com 5,1% e 0,7%, respectivamente, em relação ao total. Os moradores que trabalham somente no lote da Vila Rural totalizam cerca de 6,5%.<sup>3</sup> Desse modo, pode-se afirmar que, do total de moradores, cerca de 32,2% identificaram-se como ocupados em atividades agrícolas. Por outro lado, as ocupações tipicamente não agrícolas (atividade não agrícola no meio rural, empregado doméstico, prestador de serviços, auxiliar industrial e funcionário público), as quais podem ser entendidas como urbanas, perfazem 11,9% do total das ocupações dos moradores (Tabela 1).

Cerca de 40 % dos moradores nas Vilas é representada pelos filhos dos beneficiários, com idade inferior a 15 anos. Observa-se que é expressiva a proporção de estudantes (26,6%) e por menores de 9 anos, para os quais não haveria codificação caso não fossem estudantes (a codificação não se aplica para 15,6% da população). Essas duas posições na ocupação, que juntas totalizam 42,2% dos moradores, indicam que parcela significativa dos moradores não está em idade ativa.

Outra posição de destaque, em termos proporcionais, é a condição “do lar”,<sup>4</sup> na qual está incluída 8,4% da população residente nas Vilas Rurais, em sua totalidade feminina. A ocupação “do lar” corresponde a 17,6% das mulheres nas Vilas Rurais. A integração desse contingente populacional ao mercado de trabalho pode contribuir para o desenvolvimento pessoal e a elevação da renda familiar.

<sup>3</sup> Como a produção de artesanato nas Vilas Rurais ainda é muito pequena, pode-se considerá-la como uma ocupação do setor agrícola.

<sup>4</sup> Inclui apenas os afazeres domésticos.



**Tabela 1 - Distribuição dos moradores, SEGUNDO O SEXO E a posição na ocupação na Vilas Rurais do Paraná - 1999.**

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS MORADORES (%)		
	Sexo		TOTAL
	Masculino	Feminino	
Trabalhador rural temporário	15,5	4,4	19,9
Trabalhador rural permanente	4,3	0,8	5,1
Atividade não agrícola meio rural	1,0	0,2	1,3
Empregado doméstico	0,0	2,9	2,9
Trabalha apenas no lote	1,6	4,9	6,5
Produtor rural	0,5	0,2	0,7
Prestador de serviços	3,6	0,8	4,4
Auxiliar industrial	1,3	0,1	1,4
Funcionário público	0,3	0,7	1,0
Aposentado/pensionista	1,2	1,5	2,7
Inválido	0,1	0,1	0,2
Estudante	13,9	12,7	26,6
Do lar	0,0	8,4	8,4
Desempregado	1,0	1,1	2,1
Portador de deficiência (Apae)	0,3	0,2	0,5
Outra condição de trabalho	0,5	0,2	0,7
Não trabalha nem estuda	0,1	0,1	0,2
Não se aplica	7,4	8,2	15,6
<b>TOTAL</b>	<b>52,5</b>	<b>47,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER-PR

Cabe destacar a ocorrência das ocupações com predomínio masculino daquelas tipicamente femininas entre os moradores das Vilas Rurais:

- a) a proporção de homens é superior à de mulheres entre as ocupações trabalhadores rurais temporários e permanentes, atividade não agrícola no meio rural, produtor rural, prestador de serviços, auxiliar industrial e outra condição de trabalho;
- b) a proporção de mulheres é superior à de homens entre as ocupações empregados domésticos, trabalha apenas no lote da vila, funcionário público, do lar;
- c) entre os inativos, a proporção de homens é maior entre os inválidos e os portadores de deficiência (que recebe benefício de prestação continuada). O número de pensionistas (mulheres) é maior do que o número de homens aposentados;
- d) desemprego atinge um pouco mais as mulheres do que os homens, embora menos de 2% dos moradores tenham se identificado nessa condição ao se perguntar sobre sua ocupação principal.

É preciso destacar que a ocupação “trabalha apenas no lote” tem se caracterizado como atividade predominantemente feminina: 4,9% das mulheres das Vilas trabalham apenas no lote, contra 1,6% dos homens. Essa informação deve orientar o trabalho da extensão rural e da organização social nas Vilas Rurais.

## CARACTERÍSTICA OCUPACIONAL DAS FAMÍLIAS

A característica familiar relevante a ser evidenciada ao longo da implantação da Atividade Vilas Rurais é a ocupação dos integrantes ativos das famílias beneficiárias. Ao longo das ações da

atividade, procurar-se-á verificar se os membros das famílias progressivamente mudarão da atividade agrícola para se dedicarem a outras atividades não agrícolas. O grau de heterogeneidade das ocupações e a tendência para a pluriatividade serão utilizados como indicadores de desenvolvimento da população residente nas Vilas Rurais, pois a estratégia de superação da pobreza também está ligada à diversificação de atividades ocupacionais e produtivas. Para tanto, verifica-se, nesta avaliação, a ocorrência de famílias agrícolas, não agrícolas e pluriativas. Entre os beneficiários, encontram-se também famílias nas quais os integrantes são inativos (aposentados ou pensionistas) e famílias de desempregados. O principal objetivo que se coloca aqui é verificar a prevalência do tipo de família encontrado nas Vilas Rurais, de acordo com a ocupação principal de seus membros em idade ativa (Tabela 2).

**Tabela 2 - Distribuição das famílias segundo o tipo de atividade principal dos membros ativos, nas Vilas Rurais do Paraná - 1999**

TIPOS DE ATIVIDADE PRINCIPAL	FAMÍLIAS (%)
Agrícola	56,2
Pluriativa	24,6
Não-agrícola	16,1
Desempregados	1,6
Inativos	1,5
TOTAL	100,0

Fonte: Pesquisa de campo - IPARDES/EMATER-PR

Foram consideradas como famílias agrícolas aquelas nas quais todos os membros ativos exerciam atividades exclusivamente na agropecuária e tinham como ocupação principal o trabalho rural temporário ou permanente, ou se identificaram como produtores rurais (arrendatários, parceiros, meeiros, etc.). A posição na ocupação “trabalha apenas no lote” foi considerada também como atividade agrícola, pois predominam atividades agropecuárias na exploração da unidade familiar. Neste levantamento inicial, foi possível observar que o tipo predominante é o de famílias agrícolas, representando cerca de 56,2% das famílias moradoras nas Vilas Rurais.

A definição de família pluriativa engloba todas as ocupações agrícolas e não agrícolas em seu interior. Nesse tipo de família, alguns membros ativos exercem atividades na agropecuária e outros na zona urbana, de modo que a renda familiar não está limitada exclusivamente a um único setor de ocupação. A pluriatividade pode constituir estratégia de sobrevivência mais adequada, pois significa diversificação das fontes de renda, garantindo ocupação no setor de serviços nos períodos de menor demanda por trabalho rural. A expectativa é de que, ao longo do período de implantação da Atividade Vilas Rurais, cresça a participação deste tipo de família. A participação das famílias pluriativas é de 24,6% em relação ao total das famílias moradoras nas Vilas Rurais em 1999.

As famílias não agrícolas foram definidas para aquelas ocupações eminentemente urbanas (prestador de serviços, empregado doméstico, auxiliar industrial, funcionário público, trabalhador não agrícola no meio rural e outra condição de trabalho), desde que todos os membros ativos exercessem alguma dessas ocupações. O conjunto das famílias não agrícolas é de 16,1% em relação ao total de famílias nas Vilas Rurais.

Outros tipos de famílias encontrados são aquelas nas quais todos os membros são inativos, ou seja, aposentados ou pensionistas, e outras nas quais todos os membros ativos estão desempregados. Esses dois tipos ocorrem em proporções residuais em relação ao conjunto das famílias nas Vilas Rurais. Houve 0,4% de casos em que as famílias tinha

desempregados e inativos, os quais foram enquadrados conforme a posição informada pelo beneficiário ou cônjuge, responsável principal pela manutenção do núcleo familiar.

Concluindo, a expectativa em relação aos moradores das Vilas Rurais, é que haja incorporação ao mercado de trabalho daquelas pessoas dedicadas exclusivamente aos afazeres domésticos, seja através de atividades produtivas na unidade familiar (lote agricultável) ou através da aquisição de novas habilidades, pelo treinamento em cursos previstos para a Atividade Vilas Rurais. À medida que os jovens forem entrando em idade ativa, espera-se a incorporação destes trabalhadores no setor de serviços ou mesmo no setor industrial, de modo a alterar as características atuais das famílias, com o crescimento da pluriatividade entre os moradores das Vilas Rurais.



## FÁBRICA DO AGRICULTOR

**Luiz Damaso Gusi\***

### RESUMO

Com a unificação dos mercados propiciada pela globalização, o mercado agrícola mundial passou a dividir-se, simplificada, em produtos de *commodities* e produtos *especializados / diferenciados*.

Entretanto, a agricultura de *commodities* induz a uma maior concentração de terras, exige cada vez mais capital tecnológico, busca alta eficiência produtiva e faz surgir a *agricultura de precisão*.

Para a agricultura familiar, a realidade imposta pelos anos 90, aponta a necessidade da diversificação, da agregação de valor aos seus produtos, da ocupação de espaços consistentes de mercado com *produtos diferenciados/especialidades*, enfim, da geração de alternativas econômicas como sustentáculos para a sua viabilização.

Dentro deste cenário, para o Governo do Paraná e Sistema SEAB, a política de ação para o período 1999/2002 está muito clara. As ações estão assentadas em três pontos básicos que permeiam tanto a agricultura mais desenvolvida como a agricultura familiar:

- Sanidade Agropecuária, sem o que não temos mercado;
- Profissionalização dos Agricultores, sem o que não temos produtividade e gestão eficiente dos negócios; e
- Agregação de Valor, para aumentar a renda rural e melhorar as condições de vida no campo.

Para a agricultura empresarial, assentada em *commodities* e já inserida no mercado, o esforço será no sentido de fortalecer as cadeias produtivas, integrando os diferentes segmentos através de Câmaras Setoriais, buscando cada vez mais competitividade aos seus produtos.

Para a agricultura familiar, a atuação governamental concentra-se em duas frentes. Uma, através do Programa Paraná 12 Meses, objetivando a redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida do segmento caracterizado como *agricultores periféricos*. Outra, para os outros dois segmentos da agricultura familiar (*agricultores de transição e agricultores consolidados*), via Programa Fábrica do Agricultor - PFA.

Com esse cenário, o Governo do Paraná, através da SEAB e outras Secretarias de Estado, e em parcerias com diversas entidades públicas e privadas, o Governo do Paraná lança o Programa Fábrica do Agricultor, possibilitando a inserção dos pequenos e médios agricultores no mercado, gerando emprego e renda no meio rural.

Todo este esforço conduz a um dos principais objetivos do Programa: a verticalização da produção a partir das unidades produtivas dos agricultores familiares, permitindo a agregação de valor aos seus produtos e renda aos seus negócios, contribuindo para a permanência de suas famílias no meio rural pela geração de novos empregos. Isto é, possibilitar o segundo, e outros ganhos, aos agricultores familiares e, conseqüentemente, da conquista do seu bem-estar social.

---

\* Engenheiro Agrônomo – PR 12 Meses

## INTRODUÇÃO

Sem o mínimo de conhecimento de mercado, poucas seriam as oportunidades de um agricultor familiar obter sucesso em sua atividade. Nas novas leis que vem regendo o mercado globalizado, os produtores e os empreendedores agrícolas passaram a ser mais exigidos. Quesitos como qualidade dos produtos, margens de lucro reduzidas, maior produtividade, conhecimento do mercado, informação em tempo real, são premissas básicas para se alcançar sucesso nesta atividade.

Por outro lado, os consumidores passaram a ser cada vez mais exigentes. A disputa pelo mercado, os diferentes modos e hábitos de vida e a maior inserção da mulher no trabalho, criaram variadas opções aos consumidores. Somado a isto, observa-se uma enorme segmentação do mercado, com produtos pré-processados, semi-elaborados, prontos para consumo, light, diet, e orgânicos, além da ampliação das oportunidades de refeição fora do domicílio.

Com a globalização, uma gama variada de novos produtos passou a ser oferecida aos consumidores, num movimento que estimulou a concorrência doméstica. Ao mesmo tempo, o recente aumento do poder aquisitivo da população com a relativa estabilidade monetária e de preços, contribuiu ainda mais para ampliar o mercado. Assim, produtos de industrialização mais elaborados invadiram os pontos-de-venda, disputando o espaço com os de fabricação artesanal.

Assim, quando se enfoca a verticalização, pressupõe-se mais do que agregar valor. Trata-se de *inserir-se no mercado* que, dentre outros atributos de produto, também pressupõe *capacidade empreendedora* e de *gestão do negócio*. Tais exigências passaram, inclusive, a inverter o processo produtivo, que passa a ser definido pelo destino da sua produção no futuro e, a partir daí, decidir pelo que produzir.

A simples produção de “*commodities*”<sup>1</sup> deixou, faz algum tempo, de ser o grande negócio da economia agrícola. Dentro das cadeias produtivas é o elo que menos participa dos ganhos e, no sistema econômico globalizado, onde o capital tornou-se virtual e sem pátria, e dificilmente se traduzirá em atração econômica viável no curto e médio prazo.

Assim, o novo milênio surge à nossa frente com grandes desafios a serem enfrentados, principalmente quanto ao setor rural. Não bastará apenas apresentar bons índices de produtividade, ter boa localização geográfica, ou ainda, dominar as tecnologias de produção. Passa a exigir escalas de produção praticamente insustentáveis para a viabilização da agricultura familiar de forma isolada, sendo necessário um esforço adicional no sentido da ação conjunta e da agregação de valor.

A agregação de valor aos produtos, por outro lado, exige mais do que a simples vontade dos agricultores, é preciso capacitação, conhecimento de mercado, produzir diferenciadamente, visando nichos de mercados. Além disto, há necessidade de destinar-lhes estímulos especiais, envolvendo crédito apropriado, legislação adaptada nas áreas sanitárias, de registro e ambientais, assim como apoio tecnológico e gerencial, capacitando-os e profissionalizando-os.

Dentro deste contexto, o Programa Fábrica do Agricultor propõe uma estratégia descentralizada de suas ações e decisões, buscado a sinergia nas relações sociais entre cidadãos urbanos e rurais, demonstrando a existência de um potencial pouco explorado das zonas rurais, dada à crescente demanda por produtos com origem e qualidade comprovadas.

---

<sup>1</sup> Segundo GEPAL, a mercadoria deve atender a, pelo menos três requisitos: a- padronização em um contexto de comércio interacional; b- possibilidade de entrega nas datas acordadas entre comprador e vendedor; e, c- possibilidade de armazenagem ou de venda em unidades padronizadas. Além disto, o produtor não pode fixar preço de *commodities*, ele é um tomador de preço.

## OBJETIVOS

### Geral

Agregar valor aos produtos agrícolas, através da implantação, modernização ou adequação de pequenas e médias unidades agroindustriais, gerando emprego e renda, bem como inserindo os agroempreendedores de forma profissional e com competitividade no mercado, tendo como premissa a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

### Específicos

- agregar valor aos sistemas produtivos dos agricultores familiares, transformando o seu perfil sócio-econômico baseado predominantemente na produção primária;
- promover a interiorização das ações de desenvolvimento agroindustrial, gerando novas oportunidades de trabalho e desconcentrando a distribuição espacial da riqueza;
- desenvolver a competência profissional (entendida como a soma do conhecimento, habilidade e atitude) voltados à agroindustrialização e mercado;
- propiciar aos consumidores a identificação dos produtos da Fábrica do Agricultor com a qualidade, garantida pela capacitação profissional dos beneficiários.
- identificar canais de comercialização que facilitem a colocação da produção no mercado;
- agilizar os processos de constituição, legalização e implantação;
- explorar o potencial da diversidade étnica da cultura paranaense resgatando suas formas típicas de produção pautadas na originalidade dos processos e qualidade dos produtos;
- criar e implantar instrumentos creditícios, tributários e de infra-estrutura, facilitadores das iniciativas dos agroempreendedores;

## PÚBLICO ALVO

### A questão estratégica e o público-alvo

O Programa Fábrica do Agricultor deverá se traduzir em um instrumento estratégico de interiorização do desenvolvimento, principalmente por ter no agricultor familiar seu público preferencial, cuja concentração ocorre em regiões minifundiárias de baixa concentração urbana. Ao mesmo tempo, deverá possibilitar a integração deste segmento social dentro do mercado de forma objetiva e descentralizada, democratizando o acesso aos benefícios concedidos pela própria sociedade.

### Identificação do público-alvo

- a tipificação do público prioritário foi estabelecido tendo como parâmetros os indicadores socio-econômicos de emprego e renda pelos empreendedores de auto-emprego dos agricultores familiares, que caracterizam-se como:
- agricultores familiares individuais ou organizados coletivamente;
- micro e pequenos empreendedores associados aos agricultores familiares organizados coletivamente; e
- outros micros e pequenos empreendedores não associados aos agricultores familiares, que poderão ser integrados por determinadas atividades e apoios do PFA.

A forma dos benefícios recebidos vai variar de acordo com o público selecionado, bem como pelo tipo de benefício concedido.

### **Caracterização da Agricultura Familiar**

A caracterização da agricultura familiar considerada no Programa Fábrica do Agricultor é a mesma utilizada pelo PRONAF. Estas características têm por base a posse da terra, a forma de utilização da mão-de-obra, tamanho da área de exploração, a origem da renda e local de residência. A agricultura familiar, portanto, pode ser assim definida:

### **Caracterização das Micro e Pequenas Empresas**

O enquadramento dos beneficiários como Micro - empresa ou Empresa de Pequeno Porte, permite optar pelo SIMPLES/FEDERAL e pelo SIMPLES/Pr:

#### **Simplex/Federal:**

O SIMPLES/FEDERAL é escalonado em diferentes faixas de contribuição, de acordo com o tipo e faturamento da empresa.

O percentual a ser aplicado em cada mês será o correspondente a faixa de receita bruta acumulada até o mês em questão.

No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais serão acrescidos de 0.5%. Isso depende do enquadramento fiscal do produto, condicionado às suas características.

#### **Simplex/Pr**

As Micro-empresas, relativamente ao ICMS, terão tratamento tributário diferenciado, denominado SIMPLES/Pr .

## **METAS**

As principais metas anuais do Programa Fábrica do Agricultor, podem ser verificadas no Quadro 01, a seguir.

Quadro 01. Principais metas do PFA (2000 – 2002)

ITENS	Ud	2000	2001	2002	TOTAL
FÁBRICAS IMPLANTADAS/ MODERNIZADAS/ADAPTADAS	Nº	450	550	650	1650
EMPREGOS DIRETOS*	Nº	2.700	3.300	3.900	9.900
EMPREGOS INDIRETOS*	Nº	900	1.100	1.300	3.300
EMPREGOS *EFEITO-RENDA*	Nº	5.400	6.600	7.800	19.800
TOTAL DE EMPREGOS	Nº	9.000	11.000	13.000	33.000
PRODUTORES CAPACITADOS	Nº	4.500	4.500	4.500	13.500
PRODUTORES PROFISSIONALIZADOS	Nº	500	500	500	1.500
IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE COMERCIALIZAÇÃO	Nº	5	15	10	30
CRIAÇÃO DE RÓTULOS/ LOGOMARCAS	Nº	150	350	400	900
RECURSOS APLICADOS	R\$1000	5.000	10.000	5.000	20.000
*FEIRAS SABORES – REGIONAIS	Nº	5	17	17	39
FEIRA SABORES – ESTADUAL	Nº	1	1	1	3

Fonte: Coordenação Estadual Pfa



## **DIRETRIZES BÁSICAS**

### **Integração ao mercado**

Refere-se aos processos de conhecimento de marketing e comercialização, por parte dos agroempreendedores, principalmente às condicionantes do mercado, aos seus concorrentes, aos preços, aos segmentos de consumidores, aos canais de comercialização, aos conhecimentos sobre a legislação e as normas vigentes, aos espaços de promoção e venda dos produtos, às embalagens e rotulagem, à padronização e qualidade dos seus produtos, ao volume de produção e às informações básicas em tempo real.

### **Gestão**

Refere-se à capacidade do agroempreendedor de administrar a sua fábrica combinando os fatores de produção, as potencialidades e oportunidades oferecidas, a tecnologia orientada e os padrões de qualidade requeridos visando melhor atender e inserir-se no mercado.

### **Qualidade**

Entendida como pressuposto básico para acesso ao mercado. Refere-se às características do produto perceptíveis e controláveis pelo consumidor, como sabor, aroma, cor, textura, “status”, bem como suas qualidades intrínsecas, relacionadas ao seu grau de inocuidade (grau de risco que pode representar à saúde dos consumidores), representado pela sua condição higiênico-sanitária e ambiental. Pretende-se estimular, ainda, o conceito de rastreabilidade de produto, transformando-se em importante instrumento para a diferenciação e conquista de nichos de mercado.

### **Tecnologia**

Refere-se aos conhecimentos aplicados à produção e transformação da matéria-prima, que estão intimamente ligados à produtividade e qualidade do produto final. A tecnologia está presente no dimensionamento das linhas de produção, dos volumes produzidos e na definição e racionalização dos processos. A tecnologia, ainda, relaciona-se com os aspectos higiênico-sanitários e ambientais, além da consistência e da uniformidade dos produtos. O apoio do Programa à tecnificação das Fábricas do Agricultor é dado pela geração e adaptação de tecnologia, capacitação, profissionalização, assistência técnica e extensão.

### **Estímulos**

Referem-se aos benefícios apontados pelo Programa e definidos como ingredientes capazes de apoiar a decisão dos empreendedores e viabilizar a implantação, modernização/adequação, bem como a inserção das fábricas no mercado. Relacionam-se com os recursos creditícios, assistência técnica, capacitação, incentivos tributários, apoios de infraestrutura e “kit agilidade” (entendido como agilização dos procedimentos de legalização dos empreendimentos), apoio a comercialização, além da publicidade e propaganda dos produtos e agroindústrias apoiadas pelo PFA.

### **Parceria institucional**

O estabelecimento de parcerias entre instituições públicas, privadas e de representação social é fundamental, tendo em vista a necessidade de integração e divisão de responsabilidades nas várias etapas do Programa, caracterizando-o por uma ação sistêmica.

Os resultados do Programa serão garantidos pelo desenvolvimento das seguintes parcerias:

- entre os poderes públicos federal, estadual e municipais;
- entre o governo estadual, iniciativa privada e entidades de representação política e social e
- entre instituições participantes do Programa, com responsabilidades executivas estabelecidas em instrumentos legais.

As diretrizes definidas visam possibilitar, no seu conjunto, a implementação de apoios estratégicos que darão dinamismo ao Programa. Assim, ao optar pelo investimento na Fábrica do Agricultor, o empreendedor poderá contar com recursos financeiros em tempo hábil e a custos compatíveis, além de um apoio institucional que permitirá a sua regulamentação expedita, a sua capacitação gerencial, o acesso a processos tecnológicos modernos e eficientes, bem como a sistemas facilitadores de comercialização.

## COMPONENTE ARRANJO INSTITUCIONAL E GESTÃO

Tem por objetivo definir as entidades participantes, seus principais papéis e a forma organizacional preconizada para garantir qualidade aos trabalhos em parceria, à agilidade na execução e à resolução de problemas no campo.

Além disto, visa estabelecer um processo descentralizado que deverá reger o PFA, possibilitando, regionalmente, a definição das tomadas de decisões. Para tanto, prevê estrutura adequada, ágil, capaz de conduzir e solucionar os problemas dos empreendedores.

### Entidades Participantes

As entidades participantes, bem como os principais papéis que as mesmas desempenharão no PFA, encontram-se descritas no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2. Entidades participantes do PFA – 2000

ENTIDADE	FUNÇÕES
SEAB/CODAPAR	Coordenação geral Sistema de controle e avaliação Apoio logístico e de comercialização
SEAB/DEFIS/SIP-POA	Registro estabelecimentos POA Inspeção de abate Fiscalização de estabelecimentos
SEAB/PROJETO PR 12 MESES	Apoio com recursos financeiros
SEAB/NÚCLEOS REGIONAIS	Coordenação regional, articulação e divulgação
EMATER-PARANÁ	Implementação do programa Informação/divulgação/difusão tecnológica Assistência técnica e extensão/produtores Assistência técnica aos agroempreendedores Capacitação e profissionalização Elaboração de projetos/levantamentos Acompanhamento da implantação de projetos Organização dos produtores/empreendedores Elaboração de projetos de financiamento
SEMA/IAP	Licenciamento ambiental Fiscalização ambiental
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA/SIF	Registro estabelecimentos - SIF Inspeção de abate Fiscalização de estabelecimentos
SESA	Registro de POA e POV Fiscalização da Indústria – vegetal Fiscalização do Comércio – vegetal Análises de Laboratório

Continuação Quadro 2

ENTIDADE	FUNÇÕES
UNIVERSIDADES ESTADUAIS/ TECPAR/ UFPR(Núcleo Apoio a Agroindústria)/CEFET UNIVERSIDADES/FACULDADES PRIVADAS	Geração/ captação/ adaptação de tecnologia Formação/ capacitação de técnicos Análises laboratoriais Difusão tecnológica
SEFA/RECEITA ESTADUAL	Apoio tributário, Decreto 1823(SEFA-CAD/ICMS)
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ	Micro-crédito para investimento e capital de giro
TECPAR/ CENTRO DE DESIGN	Avaliação e metodologia de design de embalagens
SERT	Apoio à capacitação PROGER Geração de emprego e renda
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	Marketing institucional do Programa Divulgação
SEBRAE	Capacitação de Técnicos e agroempreendedores
SENAI	Capacitação de Técnicos e agroempreendedores
BANCO DO BRASIL	Repasse de crédito das linhas PRONAF-AGREGAR e PROGER RURAL
COPEL	Infra-estrutura de energia
ONG's	Elaboração de projetos Organização dos produtores/empreendedores Assistência técnica aos prod/empreendedores Acompanhamento da implementação/projetos
ASSOCIAÇÕES/ SINDIC./ FEDERAÇÕES	Representação dos beneficiários
FETAEP/ FAEP/ OCEPAR	Representação dos beneficiários
AMP E ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE MUNICÍPIOS	Representação política Articulação do desenvolvimento regional
PREFEITURAS MUNICIPAIS	Geração de emprego e renda Merenda escolar Alvará de licença Isenções fiscais municipais Infra-estrutura de apoio SIM/ parceria no SIP Elaboração de projetos comunitários Acompanhamento da implementação/projetos

Fonte: Coordenação Estadual Pfa

## Sistemática organizacional

### Nível Estadual

#### Conselho Estadual do Programa Fábrica do Agricultor

Instituído para articular as diferentes participações, negociar as parcerias e apreciar e recomendar o planejamento e os resultados do programa. O regimento interno do programa define suas atribuições específicas. O Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento a preside.

#### Coordenação Executiva Estadual

Será instituída pelo Conselho Estadual tendo como atribuição principal a coordenação e execução do Programa, bem como a articulação inter-institucional no sentido de garantir a consecução das políticas previstas.

A responsabilidade pela coordenação executiva ficará a cargo da SEAB/CODAPAR.

### **Fórum Estadual do Programa**

Anualmente será realizado um Seminário Estadual, para discutir e avaliar o desempenho do PFA e de seus componentes, com a participação dos beneficiários e das entidades executoras.

### **Nível Regional**

Coincidentes com as regiões administrativas da SEAB, instituídos:

#### **Comissão Executiva Regional do Programa**

Têm como principal objetivo aprovar, de forma ágil, dinâmica e competente, os projetos de implantação/modernização e adequação de Fábricas do Agricultor, descentralizando as ações ao nível regional. A aprovação dos projetos tem início com o recebimento das propostas em forma de projetos; análise e encaminhamento dos processos às instâncias específicas; acompanhamento deles junto a essas entidades e, finalmente, a aprovação ou orientação dos processos.

A Presidência da Comissão Executiva é de responsabilidade do Chefe do Núcleo Regional da SEAB e o Secretário Executivo é um técnico designado pela EMATER – PR, responsável pela implantação do programa a nível regional, e mediante indicação das instituições parceiras, os demais membros da Comissão.

Composição mínima obrigatória da Comissão Executiva Regional:

1 representante do SIP/POA;

1 representante do IAP;

1 representante da SESA;

1 representante da EMATER- Paraná;

1 representante da CODAPAR;

1 representante dos beneficiários.

1 representante de cada parceiro (cada região possui em função da sua infra-estrutura e entidades ali atuantes, variando assim a participação nas vinte comissões regionais, conforme entidades parceiras quadro 2)

### **Fórum Regional do Programa**

Periodicamente são organizados Seminários Regionais, para discutir e avaliar o desempenho do Programa, com a participação dos beneficiários e das entidades executoras.

O propósito maior do Fórum Regional é constituir um espaço permanente de debate e avaliação do Programa e das questões agroindustriais da região.

### **Gestão Descentralizada**

A gestão do Programa se dará de forma descentralizada, através das estruturas regionalizadas das entidades, que constituem as Comissões Executivas e Fóruns Regionais. Os Núcleos Regionais da SEAB lidera o processo de desenvolvimento do programa. Elas deverão estabelecer procedimentos respeitando as características de cada região.

### **Nível Municipal**

#### **Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural**

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL é a base para o levantamento da realidade, diagnóstico de situação, eleição de prioridades,

equacionamento da infra-estrutura necessária, através dos técnicos executores municipais/regionais do Programa.

Em princípio, o Conselho poderá ser um dos vários conselhos que, eventualmente, já existam no município. Neste caso, somente seriam acrescidas algumas atribuições específicas para o Programa Fábrica do Agricultor. Fica a critério dos municípios a adaptação dos mesmos.

### **Sistemática de Implantação**

#### **Debates Regionais de Adequação do PFA**

Foram realizados Fóruns Regionais do Programa nas vinte regiões administrativas da SEAB, no período de Março a Setembro de 1999, envolvendo todas as lideranças políticas e comunitárias, público interessado e potenciais beneficiários, para apresentação do Programa Fábrica do Agricultor (Documento Preliminar), em seguida de esclarecimentos de dúvidas, realização de debates e obtenção de propostas. Esta primeira fase visou adequar as propostas do Programa à realidade e necessidades regionais.

#### **Lançamento Estadual do PFA**

Após os debates regionais e consolidação da proposta do PFA, foi realizado evento de lançamento com objetivo de reunir lideranças federais, estaduais e municipais, bem como entidades representativas da agricultura, beneficiários e demais interessados, objetivando o início operacional do PFA, em Novembro de 1999.

#### **Tipificação da Demanda**

Levantamentos prévios ocorrerão com base em três níveis de informação que servirão para tipificar as demandas do Programa:

- Através do levantamento das agroindústrias (artesanais, micro e pequenas) existentes em cada município, apontando, em especial, as ações de adequação/modernização dos empreendimentos já em funcionamento;
- Através dos planos dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Conselhos do Programa Paraná 12 Meses, das Vilas Rurais e assentamentos fundiários, que possuem processos de discussão ou identificação do potencial de instalação e de adoção de incentivos às agroindústrias locais/regionais e
- Por um sistema de identificação e acompanhamento das demandas a serem formalizadas, em cada município, durante a execução do Programa.

## **ESTRATÉGIA OPERACIONAL**

### **Componente Tecnologia**

As atividades do programa Fábrica do Agricultor, no componente Tecnologia, compreenderão os seguintes sub-componentes:

- Geração / adaptação de tecnologia;
- Assistência técnica e Extensão;
- Capacitação / profissionalização.

## **Estratégia Operacional**

### **Fontes de demandas tecnológicas**

As demandas por tecnologia serão recebidas pela assistência técnica, que atenderá as demandas sob seu alcance, encaminhando as questões e problemas sem solução à Comissão Executiva Regional.

Os agricultores, empreendedores, prefeituras, associações, empresários de agroindústrias e técnicos de diferentes empresas e instituições também poderão encaminhar demandas.

Basicamente, são classificadas em dois grupos:

- **Demandas tecnológicas imediatas**
- **Demandas tecnológicas de médio prazo:**
  - **Demandas regulares** – oriundas da assistência técnica, de agricultores, empreendedores, técnicos e unidades vinculadas ao programa.
  - **Demandas levantadas** – visando detectar problemas comuns a determinados segmentos ou empreendimentos, a serem trabalhados no programa nas atividades de pesquisa, capacitação e assistência técnica e extensão.

### **Formas de Atendimento das demandas**

#### **Nível de Execução:**

Em primeira instância, as demandas serão atendidas pelos Executores das entidades de assistência técnica e extensão rural.

#### **Nível de Regional:**

- **Comissão Executiva Regional:** será a segunda instância de ação do Programa, analisando as demandas não solucionadas pela Extensão, consultando o Banco de Informações e os técnicos especialistas cadastrados. Caberá à mesma analisar propostas, aprovar projetos, acompanhar e gerenciar os resultados obtidos pelas entidades credenciadas, levantar a demanda regional de capacitação, viabilizar os projetos de financiamento/incentivos, bem como incentivar a cooperação e integração entre empresas.
- **Núcleo Macro-regional de Referência:** as demandas não resolvidas serão enviadas para esse núcleo, o qual terá como sede a instituição com melhor estrutura física e humana, voltada ao ensino ou pesquisa em agroindústria, selecionada dentro de uma área determinada do Estado. Coordenará as diversas entidades regionais na captação, geração e adaptação de tecnologias, retornando as soluções técnicas aos agentes de assistência técnica e extensão rural e aos usuários. Além do que todo processo de capacitação e difusão de tecnologia será executada nos núcleos abaixo relacionados do PFA.

REGIÃO	LOCAL	PARCERIAS
Metropolitana, Litoral e Sul	UFPR – Curitiba	UFPR/EMATER
Sudoeste	CEPAGRO – Coronel Vivida Pato Branco	CEPAGRO/EMATER/CEFET EMATER/CEFET
Norte	Soc. Rural Londrina - Londrina	Soc. Rural/EMATER/UJEL
Oeste	FUNDETEC/AGROPEC – Cascavel	FUNDETEC/AGROPEC/EMATER
Centro	FECILCAM- Campo Mourão	FECILCAM/EMATER

Fonte: Coordenação Estadual Pfa

#### Nível Estadual:

- **Coordenação Executiva Estadual do Programa:** receberá as demandas regionais, encaminhando-as à Câmara Técnica Estadual.
- **Câmara Técnica Estadual:** receberá as demandas tecnológicas e consultará o Banco de Informações e os técnicos especialistas cadastrados, tanto do Estado como de outros locais. Será composta por técnicos da SEAB, SESA, SEMA, SECT, EMATER, IAPAR, TECPAR, IAP, CEASA, CLASPAR, CODAPAR, UNIVERSIDADES e MAA.
- **Banco de Informações:** a Câmara Técnica terá ainda como atividades a montagem de Banco de Informações, contendo demandas tecnológicas pendentes de solução ou com pesquisa em andamento, tecnologias disponíveis, custos de unidades e processos, análise de mercado para os principais produtos agroindustriais, cadastro de profissionais executores, especialistas e instituições, cadastro das fábricas do agricultor, de fornecedores de insumos, equipamentos e serviços, programação de eventos municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais e programação de cursos.
- **Home page:** a Câmara Técnica implantará e manterá atualizada a home page, propiciando acesso diferenciado a cada tipo de público interessado no Programa e no conteúdo do Banco de Informações. Essa home page estará ligada à Universidade do Campo.

#### Geração e adaptação de tecnologia

##### Entidades Participantes

O trabalho de geração e adaptação de tecnologia será realizado por entidades públicas e privadas em parceria nos Núcleos Macro-regionais de Referência.

O trabalho de geração e adaptação de tecnologia terá como ente coordenador o Núcleo Macro-Regional de Referência.

**Trabalhos a serem realizados**

- Captação e Adaptação de Tecnologia;
- Pesquisa tecnológica;
- Difusão de tecnologia;
- Banco de Informações.

**Capacitação e Profissionalização****Entidades Participantes**

O trabalho de capacitação e profissionalização dos empreendedores será realizado por entidades públicas e privadas, como SERT e EMATER-Paraná, SEBRAE, SENAR, SENAI, ONGs, entre outras.

**Etapas da Capacitação:**

- Gestão agroindustrial
- Boas práticas de manipulação
- Processamento de alimentos
- Comercialização

**Estrutura física**

A realização dos cursos de capacitação e formação profissional será junto aos Núcleos Macro-regionais de Referência constituídos, em suas unidades didáticas.

**Eventos**

Serão organizados pelo Programa eventos como fóruns, workshops, seminários, vídeo conferências e outros. A organização dos eventos ficará a cargo da Coordenação Executiva do Programa, das Comissões Executivas Regionais e Núcleos Macro-regionais de Referência.

**Assistência Técnica e Extensão Rural****Entidades Participantes**

O trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural será realizado por entidade pública estadual – EMATER-Pr, por entidades privadas como empresas de assistência técnica, cooperativas, ONG's e por técnicos autônomos devidamente credenciados.

**Atribuições da Assistência Técnica**

A Assistência Técnica se constitui na linha de frente do Programa Fábrica do Agricultor. É dividida em dois segmentos:

- Assistência Técnica Normal;
- Assistência Técnica Especializada.

**Instrumentos Estratégicos:**

- Unidades Didáticas
- Disk Fábrica
- Metodologia Educativa
- Análises Laboratoriais



## **COMPONENTE “KIT-AGILIDADE”**

Tem por objetivo articular os diversos órgãos governamentais responsáveis pelos processos de normatização, regulamentação e fiscalização das atividades agroindustriais, possibilitando a legalização expedita do funcionamento dos empreendimentos, individuais ou coletivos.

### **Regularização dos Pequenos Empreendimentos Agroindustriais**

O processo de regularização tem sido considerado como um dos principais problemas enfrentados atualmente pelos pequenos empreendedores nesta área.

Em função dessa problemática, da complexidade de regularização, do número de órgãos envolvidos e dos custos, o atual processo de legalização tem levado grande parte dos empreendedores, a optarem por um entre dois caminhos:

- A clandestinidade; ou
- A desistência do empreendimento pretendido.

Portanto, este processo necessita ser mudado, tendo como parâmetros a agilidade, a facilidade, a eficiência e a redução de custos.

Esses parâmetros precisam, garantir a qualidade, seja ela do processo, do produto e do ambiente, bem como proporcionar inserção dos empreendimentos na economia formal.

Cabe ao Programa, dessa forma, instituir o novo: O novo andamento dos processos, a nova forma de acesso, o novo tratamento das informações e a nova postura do empreendedor.

Todo o trabalho deve ter como foco três clientes preferenciais: O agricultor/empreendedor, o consumidor e a própria sociedade.

Assim, simultaneamente, os órgãos responsáveis pela regularização e fiscalização precisam propiciar ao agricultor/empreendedor, condições de produzir, transformar e vender, e este garantir ao consumidor, a qualidade do produto (condições higiênico-sanitárias e ambientais).

### **Estratégia Operacional do componente “Kit-Agilidade”**

A regularização de novos empreendimentos agro-industriais, é formado por um conjunto de processos, desenvolvidos por órgãos federais, estaduais e municipais, principalmente quanto a:

- regularização ambiental;
- regularização sanitária;
- regularização jurídico/fiscal.

A transformação agro-industrial, destinada para venda, pode ser regularizada em três níveis:

- somente dentro de um município;
- entre municípios, mas dentro do Estado; e
- em todo o território nacional e no exterior.

Na Figura 2, estão as etapas do processo de regularização e encaminhamentos.

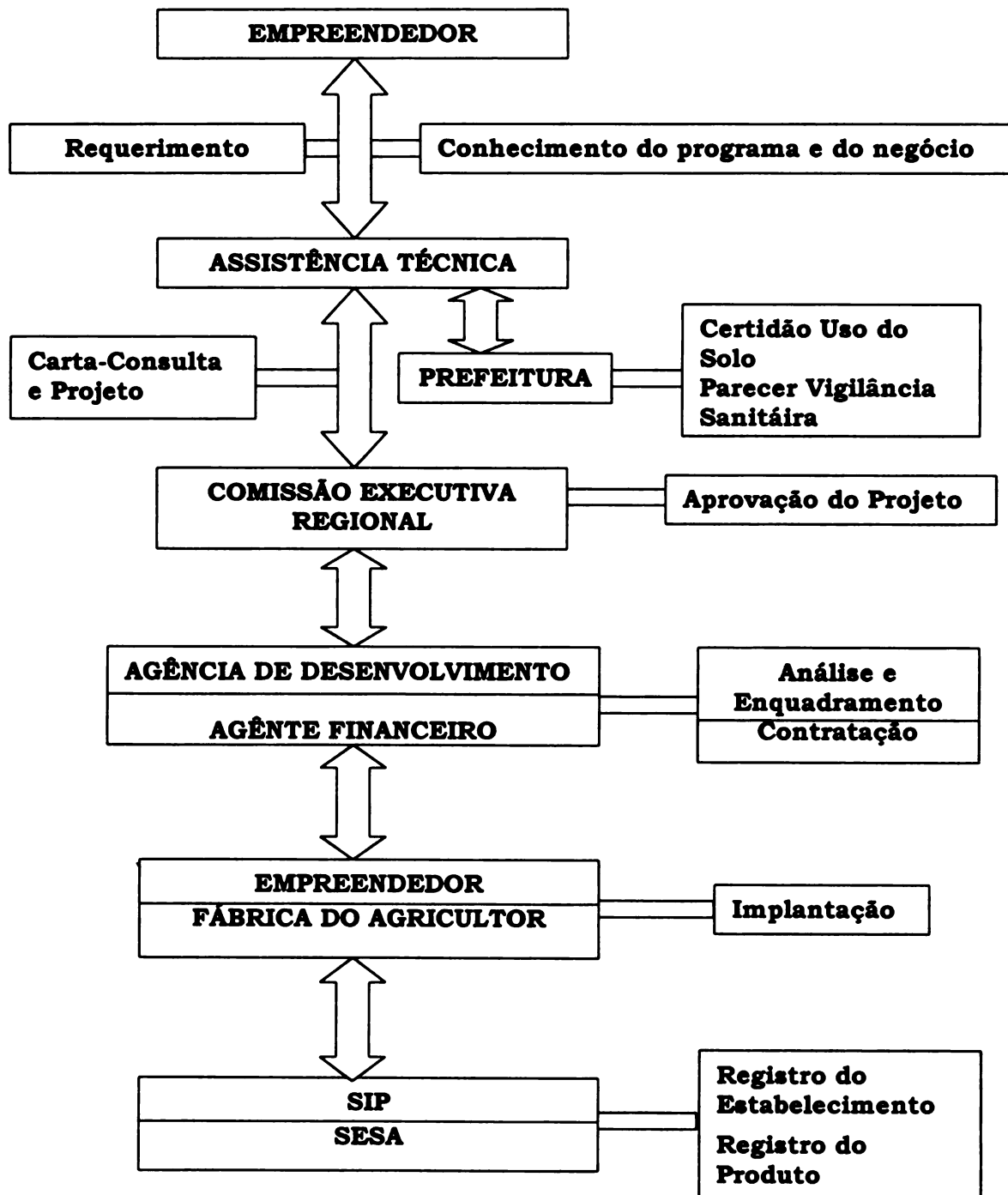


Figura 2. Fluxo do projeto e legalização dentro do Componente “Kit-agilidade

**Conhecimento do Programa e do seu Negócio**

- Estudo de Pré-Viabilidade
- Elaboração do Projeto
- Aprovação do Projeto
- Legalização Jurídico-Fiscal

- Capacitação do Empreendedor
- Financiamento
- Implantação do Empreendimento
- Legalização do Estabelecimento
  - Registro do Estabelecimento no SIP
  - Legalização junto à Prefeitura Municipal
- Registro do Produto junto a SESA

O empreendedor, auxiliado pela assistência técnica e responsável técnico, apresentará:

- alvará de funcionamento e licença sanitária da Prefeitura Municipal;
- cadastro da Empresa;
- manual de boas práticas; e
- relatório técnico por produto composto de petição, da descrição do processo de produção e dos dizeres de rotulagem.

**NOTA IMPORTANTE: NO PROGRAMA FÁBRICA DO AGRICULTOR, NÃO SERÁ EXIGIDA A ANÁLISE PRÉVIA DO PRODUTO**

**Acompanhamento do Empreendimento:**

- Assistência técnica e extensão rural
- Inspeção sanitária
- Controle e acompanhamento do produto
- Inserção do selo institucional “Empreendimento apoiado pela Fábrica do Agricultor”

**Responsabilidade Técnica**

Os Conselhos Regionais Profissionais atuam hoje dentro de legislações próprias. Os ligados diretamente à área de alimentos são o CRMV, o CRQ, o CRF, o CR de Nutrição e o CREA.

**Alternativas para o Responsável Técnico (R.T.)**

Em função das exigências legais, torna-se necessária a existência do Responsável Técnico para as Fábricas do Agricultor. Todavia, como isso representa, muitas vezes, custo adicional que inviabiliza o empreendimento e, conseqüentemente, do próprio emprego dos profissionais liberais (que não é de interesse dos Conselhos), o programa apresenta as seguintes alternativas:

- Quando o volume de produção, tipo de produto ou forma de controle de qualidade implantado pelas indústrias permitir, a critério do Programa (Comissão Regional), poderá o RT assumir várias agroindústrias, rateando os custos entre os beneficiários;
- Alocação de recursos, por órgão oficial sob a forma de convênio, para remuneração de profissional para exercer a função de responsável técnico, por tempo determinado;
- A agroindústria beneficiária do programa poderá ser assistida por RT contratado via Associação, Cooperativa ou Órgão de Assistência Técnica Oficial, estadual ou municipal;

- Articular com os Conselhos Regionais para que as empresas beneficiárias do programa sejam isentas da anuidade e da taxa de registro do RT, sendo apenas cadastradas nos Conselhos Regionais;
- Acordo entre os Conselhos Regionais, objetivando o registro da empresa em um único conselho, sendo assistida por um único RT.

#### **Melhoria do Processo**

Os técnicos do Programa, a nível das Comissões Regionais e na Câmara Técnica Estadual, estarão permanentemente analisando e propondo melhorias na legislação pertinente, nas normas e no processo de regularização da Fábrica do Agricultor.

#### **Cartilha da Fábrica/Manual Técnico Operativo**

Todo o processo, inclusive exigências de regularização, deverá estar detalhado nestas publicações, de uso do empreendedor e dos técnicos, respectivamente.

### **COMPONENTE INCENTIVOS**

O Programa prevê incentivos de ordem creditícia, tributária e de infra-estrutura.

#### **Incentivos Creditícios**

O Programa utiliza de várias linhas de crédito existentes que, de uma ou outra forma, possuem algum grau de incentivo à implantação de empreendimentos dessa natureza, sejam através de encargos (juros) mais acessíveis, de prazos mais adequados, ou de recursos a fundo perdido (com finalidade social).

Além desses incentivos, o Programa, através da Agência de Fomento do Paraná S.A., se utiliza, de uma linha especial criada para atender o PFA, com fornecimento de micro-crédito, com vistas a viabilizar o acesso dos Agricultores Familiares e dos micros e pequenos empreendedores associados a recursos para investimento e/ou capital de giro.

#### **Linhas de Crédito Passíveis de Utilização**

O PFA contará com as linhas já existentes nos diversos agentes financeiros, como o PROGER, PRONAF, dentre outros. Além destas linhas, serão utilizados recursos dos programas Paraná 12 Meses, Paraná Urbano, bem como da Agência de Fomento .

#### **Incentivos e Enquadramento Tributários**

Os beneficiários do PFA estarão devidamente organizados atendendo aos regimes de Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Associação , Cooperativa de Produção Agropecuária, Micro-empresa, Condomínios, etc. Cada modalidade adotada segue orientação própria sob o ponto de vista legal, fiscal e tributário e apresenta diferentes exigências, isenções e outras facilidades.

Devido a essa diversidade, não foi criado enquadramento específico para os beneficiários do PFA. A exemplo das linhas de Crédito, será estudado o melhor enquadramento para cada caso.

Serão citados a seguir os enquadramentos dos beneficiários do ponto de vista fiscal/tributário, que, genericamente, melhor atendem ao Programa:

**Nota de Produtor Rural NPR**

Os Agricultores Familiares poderão comercializar sua produção, utilizando-se da Nota do Produtor Rural – Fábrica do Agricultor, nos casos de produtos com valor agregado.

Esta modalidade de Organização está voltada, especificamente, para atender as diretrizes da Secretaria de Estado da Fazenda, pelo decreto 1823, de Março de 2000, no tocante a regulamento de ICMS, aprovado pelo decreto 2736, de Dezembro de 1996, no seu artigo 1 e alteração 535, acrescentando o Capítulo XXXIX, ao título, “da Fábrica do Agricultor”. Instituído-se desta forma, mais uma alternativa de organização do Agricultor Familiar e de seus negócios, contemplados no Programa Fábrica do Agricultor.

**Micro-Empresa e Empresa de Pequeno Porte**

O enquadramento dos beneficiários como Micro-empresa ou Empresa de Pequeno Porte, permite optar pelo SIMPLES/FEDERAL e pelo SIMPLES/Pr.

**Condomínios**

São formas de organização recomendadas por grupos de agricultores familiares, facultando empreendimentos em comum, inclusive agroindustriais de pequeno porte, beneficiando-se como optante do SIMPLES/Pr.

**COMPONENTE MARKETING, MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO****Estratégia de Marketing - Fundamentação**

A estratégia de marketing busca a coerência entre as ações empresariais, para que a mesma alcance o seu objetivo através de atos conscientes, abandonando uma administração ao acaso. Consta dos seguintes propósitos:

**Objetivos do negócio**

- aumentar a fatia do mercado pode significar redução de lucros, por um tempo;
- crescer o faturamento pode significar uma redução das margens;
- aumentar a lucratividade pode significar o direcionamento para um mercado menor e uma diminuição da produção e do faturamento.

Quanto à imagem do produto ou da empresa, é aquela percebida pelos clientes, fruto da estratégia de posicionamento<sup>2</sup> adotada. O posicionamento exige uma consistência de todos os elementos do composto de marketing: produto, a distribuição, o preço e a promoção.

**Quanto a estrutura interna da empresa**

- Como se dá a produção<sup>3</sup> e que tipo de produto se obtém?
- A empresa é bem gerenciada?
- Os custos são mais elevados, mas se consegue um produto superior?
- Os canais de distribuição estão coerentes com o segmento de mercado que se pretende atingir, dadas as características de qualidade e de custo do produto?

<sup>2</sup> Posicionamento é a imagem que o cliente tem da empresa ou do produto em evidência.

<sup>3</sup> Produção é a concepção do produto desde a engenharia até aos serviços de apoio que serão dados. Por exemplo, o produto televisão envolve o equipamento em si, mais a garantia e assistência técnica prestada.

- preço oferece uma relação custo/benefício favorável e consistente com a estratégia de posicionamento?
- A promoção consegue alavancar o produto no mercado proposto?

Portanto, o bom gerenciamento e o trabalho conjunto de todas as variáveis expostas acima compõem a construção de uma eficiente estratégia de marketing.

#### **Condicionantes de mercado**

- Força da concorrência;
- força dos fornecedores;
- força dos clientes;
- existência de produtos substitutos ou similares;

#### **Estratégia de Marketing do Programa:**

##### **Objetivos de marketing junto ao público**

Os diferentes públicos, em diferentes etapas do programa, deverão ser sensibilizados, informados e conscientizados para a realização do mesmo, buscando-se uma mudança de comportamento positiva em relação à situação atual. São eles:

- Dos tomadores de decisão institucional, quer-se apoio decisivo ao Programa, remoção de entraves, agilidade das estruturas sob seu comando. Há muito o que fazer para transformar a realidade dos agricultores familiares. As dificuldades diminuirão se todos cooperarem e encararem positivamente os desafios;
- Dos profissionais executores do Programa quer-se agilidade para resolução dos entraves, consciência da importância do Programa para o desenvolvimento do Estado e do público beneficiário. Quanto ao conteúdo técnico, quer-se que o mesmo proporcione sustentabilidade, equidade e competitividade aos empreendimentos, removendo as barreiras que hoje determinam a marginalização do pequeno empreendedor na economia de mercado;
  - Dos agricultores familiares e demais empreendedores espera-se adesão ao programa, competência técnica e gerencial para o enfrentamento do mercado e responsabilidade em assumir os riscos inerentes ao empreendimento;
  - Dos participantes dos canais de distribuição quer-se abertura de mercado para os produtos da Fábrica do Agricultor, apoio às reais qualidades apresentadas por esses produtos e consciência de que, apoiando essa iniciativa, estarão fortalecendo a circulação de riquezas dentro do Estado, fato que não ocorre quando se importa produtos de outros estados/países; e
  - Dos consumidores finais busca-se a adesão ao consumo dos produtos das fábricas do Programa, o reconhecimento de sua qualidade e a consciência dos benefícios ecológicos, econômicos e sociais que se refletirão em toda a sociedade.

**Estratégia de Marketing Institucional por público alvo****Tomadores de decisão institucional**

- cartas colocando a situação do programa desde a sua elaboração;
- boletim periódico via mala direta;
- contato dos técnicos participantes dos grupos (levando aos seus superiores);
- reuniões de rotina do "staff" do Senhor Governador;
- reuniões, envolvendo Governador, Secretários de Estado e dirigentes de órgãos;
- reuniões de negociação com entidades fora do âmbito do Governo do Estado;
- reuniões periódicas do Conselho Estadual do Programa Fábrica do Agricultor;
- envolvimento dos dirigentes nos Fóruns da Fábrica do Agricultor;
- esse público, como os demais, será também atingido pela mídia massiva do Programa.

**Profissionais executores do Programa**

- reuniões de discussão, consolidação e operacionalização do PFA;
- cursos com conteúdo básico comum;
- boletim periódico via mala direta;
- acompanhamento e supervisão ao Programa;
- participação nos Fóruns da Fábrica do Agricultor;
- participação nas Comissões Executivas Regionais;
- exposição à mídia geral do Programa Fábrica do Agricultor.

**Beneficiários: Agricultores familiares e demais empreendedores**

- campanha massiva via rádio, jornal e televisão - o que é o PFA - estímulos, etc.
- televisão, rádio, jornal e revista - informações especializadas;
- assistência técnica e gerencial direta;
- cursos profissionalizantes;
- material gráfico - folders, manuais e cartazes;
- excursões a empreendimentos bem sucedidos;
- exposição à mídia massiva do Programa Fábrica do Agricultor.

**Produtos e serviços a serem "ofertados" aos empreendedores:**

- financiamento facilitado;
- incentivos fiscais;
- facilidades de infra-estrutura;
- regularização ágil;
- apoio técnico gerencial;
- apoio promocional;
- apoio à comercialização.

**Participantes dos canais de distribuição**

- cartas e mala direta com informações específicas;
- reuniões com segmentos específicos: supermercados, lojas de conveniência, etc.;
- exposição à mídia do Programa Fábrica do Agricultor.

**Consumidores finais**

- campanha massiva (rádio, jornal, TV): o que é o PFA, qualidade, logomarca, selo, etc.;
- entrevistas e programas especiais com produtores e tomadores de decisão;
- realização de provas de degustação em feiras, supermercados e postos de vendas;
- montagem de estandes ou pavilhões do PFA nas feiras agropecuárias, de empreendedores, de alimentos, eventos temáticos (feira de natal), entre outros;
- montagem de feiras promocionais e de comercialização dos produtos do PFA.

**Estratégia de marketing das fábricas e de seus produtos**

Cada fábrica, de forma simples ou mais complexa, visando sua sobrevivência junto ao mercado, terá sua estratégia própria de marketing.

Face a complexidade do tema e pouco conhecimento sobre o assunto, buscar-se-á coerência nas ações empresariais, distanciando-as cada vez mais de decisões fruto do acaso e da intuição.

**Estratégia de marketing individual das fábricas**

As empresas, de forma autônoma, serão apoiadas e orientadas para desenvolverem uma estratégia própria de marketing, junto aos seus clientes tradicionais, junto ao mercado local e a outras formas diretas de comercialização (canais "naturais" de distribuição).

A ação governamental, nesse caso, auxiliará complementarmente, gerando informações mercadológicas e popularizando a "marca" do Programa, que aparecerá nas embalagens e nos pontos de venda. No entanto, a viabilização comercial dos negócios não poderá estar assentada na ação de Governo, que pretende agir apenas em complemento às estratégias comerciais constituídas a partir das experiências e da perspicácia dos próprios empreendedores.

**Estratégia geral de marketing para todas as fábricas**

Além dos pontos já listados na estratégia institucional, deve ser destacado que:

- são oriundas do Paraná;
- fazem parte de um inovador programa de valorização do campo;
- possuem um peculiar processamento artesanal;
- apresentam cuidados com: qualidade, higiene e contaminação biológica e química;
- têm respaldo do Governo (credibilidade: higiênico-sanitário e ecológicos);



- envolvem aspectos sociais: fixa o homem no campo e gera emprego e renda.

### **Estratégia de marketing por linhas selecionadas de produtos**

O programa apoiará cada uma das linhas selecionadas de produtos de cada grupo de fábricas similares com um tratamento específico.

A estratégia de marketing de cada linha selecionada deverá ser definida a partir dos objetivos estabelecidos, das características das empresas envolvidas, dos produtos trabalhados e das condições do mercado.

### **Marcas do Programa**

Pela estratégia até aqui estabelecida, evidencia-se a necessidade de constituição de marcas, selos ou logotipos pelo Programa, que serão parte importante na comunicação e valorização visual:

- a Logomarca do Programa;
- a Marca da fábrica
- marcas Paranaenses
- rótulos de cada produto
- embalagens

As ações do Governo do Paraná em apoio a estas questões serão:

- **Instrutiva** - instruções sobre normas, legislação e procedimentos de embalagens;
- **Design** - adequação e padronização de embalagens, rótulos e lay-out de logomarcas;
- **Acesso** - estudos que possibilitem a aquisição conjunta, a adequação a tipos mais vantajosos e o fabrico em condições de transporte e custo mais acessíveis;
- **Código de Barras** - será propiciado o acesso dos agricultores/empreendedores ao uso dos códigos de barras, compatibilizando-o ao fornecimento das embalagens.

### **Canais de Distribuição**

No curto e médio prazo, o PFA fundamenta-se no princípio de que a demanda principal seja atendida através dos canais "naturais" existentes nas proximidades de localização das fábricas.

Esses canais, denominados como mercados locais, são fruto dos esforços e contatos pessoais dos agricultores e seus familiares. São os pequenos estabelecimentos comerciais de vizinhança, os grandes consumidores estabelecidos nas redondezas, entre outros, que serão abastecidos diretamente por quem produz e processa. Além desses, também há as alternativas comerciais existentes junto a segmentos caracterizados como nichos de mercado, fundamentados em preferências e gostos de consumidores.

### **Dimensionamento e Estratégias junto aos Canais de Distribuição**

Com todos os canais identificados o Programa e os produtores buscarão contatos comerciais próximos, fundamentados em estratégias diferenciadas de ação, de modo a realmente inserir seus produtos no mercado, possibilitando a consolidação comercial e econômica dos empreendimentos.

**Meios de Comercialização**

Para habilitarem-se à comercialização, os produtos devem apresentar:

**Requisitos para a comercialização****Quanto a empresa/estabelecimento**

- Registrada nos órgãos competentes e apta a proceder a comercialização do produto;
- Estruturada para o atendimento aos clientes, com sistemas funcionais e eficientes de comunicação, de transporte, de vendas e de cobrança.

**Quanto ao Produto**

- Estar em acordo com as normas técnicas e legais de produção e devidamente registrado no órgão competente, garantindo qualidade e satisfação aos clientes.

**Quanto a Embalagem**

- Estar devidamente acondicionado em padrões ABNT, embalado conforme sua especificação e atendendo demais normas legais.

**Quanto ao Rótulo**

- Estar rotulado com todas as informações necessárias, em cumprimento à legislação vigente e ao Código de Defesa do Consumidor;
- rótulos/embalagens possuírem código de barras para leitura ótica para os casos de terminais de venda que assim o exijam.

**Estratégias de comercialização**

São previstas as seguintes estratégias para inserir os empreendedores e suas agroindústrias nos diversos mercados.

1. **Feira Sabores do Paraná – Fábrica do Agricultor** : criamos um produto que possa servir como um espaço diferenciado para comercialização, divulgação e negócios, organizado e coordenado pelo PFA. Com objetivo de apoiar a comercialização e inserção das agroindústrias em novos mercados e seus diferentes canais. Espaço este produzido com identidade visual e design especial de expositores (gôndolas) caracterizado pelo PFA. Produto este inseridos nos principais eventos realizados a nível regionais distribuídos em todo estado, onde haja grande circulação de consumidores e um evento anualmente na capital, exclusivo, reunindo agroindústrias de todo o estado.
2. **Rodadas de negócios**: agendamento de encontro de negócio entre agroempreendedores e compradores (atacadistas e varejistas) da região e/ou do estado. Propiciando a oportunidade de vendas,

divulgação e fechamento de negócios futuros, organizados durante as Feiras de Sabores – Fábrica do Agricultor.

3. **Centros de Comercialização:** apoio a estruturação de centros de comercialização de abrangência regional localizados em rodovias de grande movimento, para dar suporte comercial a produção agroindustrial dos agroempreendedores apoiados pelo PFA. O Centro Comercial – Fábrica do Agricultor possui uma identificação visual característica do PFA e recebe apoio financeiro do Programa para sua infra-estrutura, sendo que sua gestão é de responsabilidade dos produtores e parceiros constituídos.
4. **Home Page – Fábrica do Agricultor:** Estruturação de divulgação e comercialização eletrônica através de Site do PFA na rede mundial de computadores, das agroindústrias apoiadas e seus respectivos produtos; em desenvolvimento.
5. **Centro Estadual de Comercialização:** unidade física a ser instalada em ponto nobre de Curitiba, servindo de vitrine da diversidade produzida pelas agroindústrias apoiadas, servindo também como unidade de apoio a negócios e logística de distribuição; projeto em desenvolvimento.

## BIBLIOGRAFIA

- FARINA ELIZABETH M.M.Q. **“Competitividade no agribusiness brasileiro”**, volume 1, PENSA/FIA/FEA/USP São Paulo, Julho, 1998.
- FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO-FUNDETEC. **Projeto estratégico de desenvolvimento agroalimentar**. Cascavel: Edunioeste, 1998.
- GAZETA MERCANTIL. **Atlas do mercado brasileiro**. Publicação anual, ano I, nº1, 1998.
- GOLBERG, R.A. **Agribusiness deve crescer**. O Estado de São Paulo. 9 dez. p. 16. CS – Caderno de Economia. 1990.
- GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS AGROINDUSTRIAIS-GEPAI. **Gestão agroindustrial - volume 1**. Coordenador: Mário Otávio Batalha. São Paulo: Atlas, 1997.
- IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 1985. 1995 e 1996.
- IICA/PRODAR. **Agroindustria rural en los proyectos de desarrollo**. Série Documentos Temáticos. Buenos Aires. Argentina. Junio/1993.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL-IPARDES. **Paraná: Highlights. Resumo informativo**. 1997.
- LAUSCHNER, R. **Cooperativismo e agricultura familiar**. F.D.R.H., Porto Alegre. RS. 1994.
- LAUSCHNER, R. **Estratégia de desenvolvimento agroindustrial na Região Sul do Brasil**. F.D.R.H., 48p. Porto Alegre. RS. 1975/76.
- LAUSCHNER, R. **Agro-industria y desarrollo económico**. Santiago. Universidade do Chile, 160p. 1974.
- LÍCIO, A. **Agricultura: origem e solução do desemprego no Brasil**. SOBER. P.77. 1998.

- MENDES, Judas T.G. **Estratégia de desenvolvimento rural**. Material do curso de pós-graduação para técnicos da EMATER-PR, oferecido pelo ISAD/PUC. Curitiba, 1998.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Agência de desenvolvimento - Nova perspectiva para o agronegócio-projeto básico**. Brasília, 1998.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Lei Federal 9732 de 11/12/98**. Brasília. DF. 1998.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO-CONAB. **Revista de política agrícola**. Brasília, Ano VII, nº 03, jul-ago-set, 1997.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO; GABINETE DOS MINISTRO DE ESTADO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural: Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado**. Mimeo., Brasília, março/1999.
- MOTTER, Adelar, A. **Plan de gestión para el desarrollo de las agroindustrias alimenticias familiares rurales de Londrina-Pr**. Monografia do Curso de Experto en Dirección y Gestión Pública Local. Córdoba, Argentina, 1998.
- SEBRAE-SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Classificação do SEBRAE para as micro e pequenas empresas**. Março/1999.
- SOBER-SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. SOBER. Brasília, DF. 1086p. vol.I, 1998.
- SOBER-SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. **Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. SOBER. Brasília, DF. 1083p. vol.II, 1998.
- VEIGA, J. E. **Crescimento mais dinâmico ocorre em região com agricultura familiar, urbanização e industrialização**. Jornal O Estado de São Paulo. 21/12/1998.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. SOBER. P. 153. 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-UFPR. **Competitividade da indústria paranaense: uma análise setorial**. Sumário executivo. Convênio UFPR/CEPEC-BRDE/SEBRAE/SEIC/IPARDES. Curitiba, 1994.
- FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/O36/BRA. Brasília: Graphos,1996.

# **A EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MINAS GERAIS – EMATER-MG NO CONTEXTO DO TURISMO RURAL MINEIRO**

**Cléia Venina Ruas M. Guimarães\***

## **RESUMO**

O turismo no espaço rural é concebido pela extensão em Minas Gerais como parte do processo de desenvolvimento local; onde as pessoas do meio rural organizadas em grupos de interesses comuns trabalham com recursos e possibilidades da própria localidade, buscando melhores condições de mercado para a produção, qualidade de vida, desenvolvimento e sustentabilidade.

## **ABSTRACT:**

The Tourism in the rural areas, know by Minas Gerais rural extension, as part of the development process, where people of the rural organized in groups of common interestes, working with their own resources and possibilities, getting better conditions of market for production, development and better quality of life.

## **INTRODUÇÃO**

O turismo no meio rural é uma tendência mundial, consolidada na Europa e em franco crescimento nos países sul-americanos.

As discussões e pesquisas em torno das formas de ocupação da força de trabalho nos espaços rurais do Brasil, desde a década de 1990, vêm crescendo em proporções significativas.

A emergência das atividades não-agrícolas vem estimulando um conjunto de reflexões sobre as características do “novo” rural, potencialidades de desenvolvimento e sustentabilidade.

Essas novas formas de ocupação estão relacionadas com o desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo rural.

Somando-se a isso a necessidade de reverter a dilapidação da natureza, o turismo constitui-se, para o mundo rural numa oportunidade de gerar ocupações produtivas, distribuir renda e diminuir desigualdades sócio econômicas.

Uma missão institucional importante, nestes novos tempos, é a busca de condições para geração e manutenção de ocupações produtivas. A realidade tem demonstrado que o mercado, em ambiente de modernização e globalizado, é capaz de assegurar ocupações produtivas para milhões de trabalhadores. A crítica ao Estado produtor e competidor, tem como contraponto a sua função social, enquanto mobilizador de oportunidades e, conseqüentemente, viabilizador da própria dignidade humana. Neste contexto, o Turismo Rural viabiliza as condições favoráveis a um desenvolvimento rural sustentável, tendo como base a concretude de projetos produtivos geradores de mão-de-obra, renda e condições para o exercício da cidadania.

---

\* Emater – MG

O desenvolvimento rural na atualidade não se alicerça apenas sobre as atividades agropecuárias tradicionais pois os riscos, as incertezas e exaustão dos fatores de produção impõem a diversificação de atividades. O agroturismo apresenta-se como uma alternativa promissora a curto e médio prazo. O anseio das populações concentradas nos centros urbanos, de buscar o campo e retornar as origens é uma constatação explicável pelo prisma da sociologia e da psicologia. A vida moderna leva a população urbana à tomada de consciência do quanto é significativo o contato com a natureza, com a simplicidade e autenticidade da vida no campo para recuperação das energias e o reequilíbrio mental.

No momento em que se aceleram a globalização da economia, a industrialização e a comunicação, podemos perceber um fenômeno paradoxal da valorização do pequeno, do raro, do diferente, do natural, das potencialidades locais e das formas de sabedoria típicas do homem do campo.

Se, por um lado, crescem os grandes complexos turísticos, criados para conquistar massas, com suas atrações artificiais e trepidantes, existe um grande mercado para as atividades econômicas do turismo no ambiente mais natural – rural e ecológico, de busca de qualidade de vida.

Parece-nos, pois razoável admitir a qualidade de vida enquanto processo compreendendo a interdisciplinaridade numa convergência de superação de limites, rompendo fronteiras e estabelecendo o diálogo entre o natural, o social e, obviamente, entre todos estes e o político.

A qualidade de vida sendo percebida não exclusivamente a partir de indicadores de crescimento econômico e maiores níveis de consumo mas mediante indicadores que tenham a ver com o bem-estar social.

Parece-nos razoável admitir que o lazer, a informação e a educação são mercadorias tanto de uso como de troca. Essa mercadoria ultrapassa fronteiras regionais, culturais e ideológicas. Nos países em desenvolvimento como o Brasil a formação e a educação tem de passar pela conscientização, pela sensibilização de novas formas de solidariedade, de preservação do meio ambiente e da cultura incluindo-se entre esses a manutenção de certos valores sociais tradicionais, que possam estar positivamente ligados à qualidade de vida, tais como a expressividade, a ajuda mútua e o respeito entre os seres.

Assim a questão do turismo no espaço rural é um fator importante, tanto para a qualidade de vida da população rural (local) como para a população visitante – o turista.

## **A EXTENSÃO E O TURISMO RURAL**

O turismo rural na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG surge da convergência para necessidades: de um lado os produtores rurais, ávidos pela busca de melhores condições de mercado para a produção agropecuária, além das incertezas das atividades produtivas tradicionais; do outro lado o serviço de extensão rural do Estado de Minas Gerais, ciente da sua função de co-participante das políticas de desenvolvimento regionais, em ações educativas, de promoção social e econômica da população rural, vislumbra que o incremento do turismo nesse foco, na versão do rural, trabalhado de forma associativa e organizada, pode garantir qualidade, quantidade, regularidade e competência nas atividades agroturísticas, nas quais a assistência técnica tem papel relevante.

O processo de desenvolvimento do turismo rural é trabalhado pelos técnicos do Sistema Operacional da Agricultura – EMATER-MG, enquanto forma de reconstrução da cultura local

de organização das pessoas, na qual o agroturismo se apresenta, enquanto atividade interna da fazenda, como uma alternativa complementar às atividades agropecuárias, que, por sua vez, continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, além de ser uma forma de agregação de valor aos produtos, aos bens, aos serviços e à ocupação do “tempo livre” das famílias rurais.

Não engloba receitas milagrosas, e as soluções devem ser adaptadas às necessidades de cada localidade. Essas soluções serão em parte inspiradas pela história, pela cultura, pelos usos e costumes locais e pelo potencial humano e financeiro de cada município. A parceria e o diálogo devem caracterizar todas as fases de um programa: preparação, planejamento, execução e avaliação das ações realizadas à base de negociações.

A estratégia de desenvolvimento integrado de turismo rural exige:

- a criação de novas atividades explorando as complementaridades entre os diferentes setores do município e regiões: agricultura, pecuária, indústria caseira de alimentos, artesanato, lazer, cultura e meio ambiente;
- relações associativas e formação de parcerias com o poder público, iniciativa privada e comunidade local somam forças e viabilizam o incremento e a realização das atividades agroturísticas;
- capacitação da mão-de-obra local, tanto para a oferta de produtos de melhor qualidade, quanto para a prestação de serviços e atendimento ao público.

A estagnação de emprego nos grandes centros e a falta de perspectiva das pequenas cidades nos leva a acreditar no turismo rural como alternativa de ocupação e renda para a população do campo. O turismo rural cresce 20% ao ano (Fonte: FIPE/EMBRATUR) e emprega 1 em cada 9 pessoas economicamente ativas.

Em Minas Gerais a atividade teve início em 1998 aproximadamente, representa 0,22% dos estabelecimentos rurais mineiros (Fonte: EMATER-MG/2000); ocupando hoje aproximadamente 4.000 pessoas em empregos fixos e temporários.

Considerando que 2.636.352 turistas passam pelo nosso Estado, tendo uma permanência média de 1,7 dias, gerando R\$ 751.374.000,00 (Fonte: FIPE/EMBRATUR-1998) e que o aumento da estadia desses visitantes em Minas Gerais passam necessariamente pelo turismo no ambiente rural, faz-se necessário a intervenção dos agentes de mudanças junto aos produtores e suas famílias no sentido de promover a valorização dos produtos, bens e serviços das regiões em condições de uso e disponibilidade.

Minas Gerais apresenta variados climas e microclimas, múltiplos relevos, gastronomia e cultura peculiares, além de uma agropecuária das mais diversificadas do país, além de uma enorme riqueza e potencial em indústria caseira e artesanato.

Por estar presente em 726 municípios (85% do Estado) e em 5.928 comunidades rurais do Estado de Minas Gerais, onde assiste às famílias rurais; a EMATER-MG atualizou sua estratégia de ação junto às comunidades rurais. Trabalhando à base de programas e projetos em regiões onde o turismo rural mostra perspectivas de resultados para os produtores, o planejamento está sendo construído com os produtores rurais à base de parcerias multi institucionais, voltadas para o desenvolvimento rural sustentado.

Diante desse quadro, percebemos que o turismo abre a possibilidade de modernização no espaço rural. No entanto, enquanto técnicos responsáveis pelo turismo e pelo ambiente natural, estamos envidando esforços no sentido de conscientizar a população local da possibilidade de se tornar moderna, mas numa relação de preservação e conservação do seu ambiente natural e sociocultural. Adotando estratégias adequadas à sensibilização da população local e tendo em vista a conservação de áreas naturais, resguardando o meio ambiente, especialmente em alguns lugares privilegiados, numa ação preventiva, pois algumas depredações são irreversíveis.

Aqui, vale insistir nas parcerias entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil organizada, para o desenvolvimento do turismo em localidades ambientalmente sensíveis é fundamental. Tal parceria deve ocorrer em todos os momentos e especialmente na mobilização, sensibilização, planejamento adequado, a cada caso, e na busca pelo cumprimento das proposições (planejadas).

Segmentos da sociedade têm visões diferenciadas, e cada cultura vai reagir frente ao turismo, conforme a sua história ou sensibilidade.

## OBJETIVOS

O Programa de Apoio Técnico ao Agroturismo em Minas Gerais, da EMATER-MG, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento sustentável do agroturismo, como opção de diversificação das atividades agrícolas e ou não agrícolas, que incentivem os produtores em sua permanência no meio rural, apoiando e fortalecendo a agricultura familiar.

Especificamente tem como objetivos:

- Contribuir para a melhoria das condições de sustentabilidade e modernização das propriedades rurais, no contexto do **“novo modelo agrícola não excludente”** ou **“novo mundo rural”**.
- Fomentar o associativismo e as diversas formas de organização das famílias rurais.
- Gerar empregos diretos e indiretos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, numa visão de pluriatividade.
- Contribuir para o incremento da renda familiar verticalizando a produção e agregando valor aos projetos bens e serviços do ambiente rural.
- Colaborar para a preservação da identidade histórica, cultural, ambiental e dos valores sociais do homem rural e suas comunidades.
- Colaborar para a satisfazer às necessidades de evasão da demanda do agroturismo mineiro.
- Promover a integração do meio urbano com o rural na concepção **“do novo rural/urbano”**.
- Contribuir para a expansão de infra-estrutura agroturística nas propriedades e comunidades rurais.
- Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis de poder público, iniciativa privada e produtores rurais visando o estabelecimento de parcerias para o enfrentamento dos problemas e a busca de soluções negociadas em benefício da comunidade.
- Fomentar a comercialização de produtos agropecuários com valor agregado, numa linha de organização coletiva.

## LINHAS DE AÇÃO DA EXTENSÃO

- Incentiva a participação da população rural e liderança urbana na elaboração de diagnóstico de comunidades na perspectiva do turismo rural.
- Dinamiza e articula com instituições e entidades de apoio, estabelecendo parcerias para projetos comunitários de suporte ao turismo no meio rural.
- Presta assistência técnica a produtores, na perspectiva da propriedade e produtos rurais enquanto negócio - empreendimento turístico.



**ROTA DA EXTENSÃO RURAL - EMATER-MG**

**Turismo-Rural  
como estratégia  
de desenvolvimento**

COZINHA

CULTURA

COMUNITARIEDADE RURAL

TRIGUEIROS

AGRICULTURA

PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS

MANEJO DE RESÍDUOS

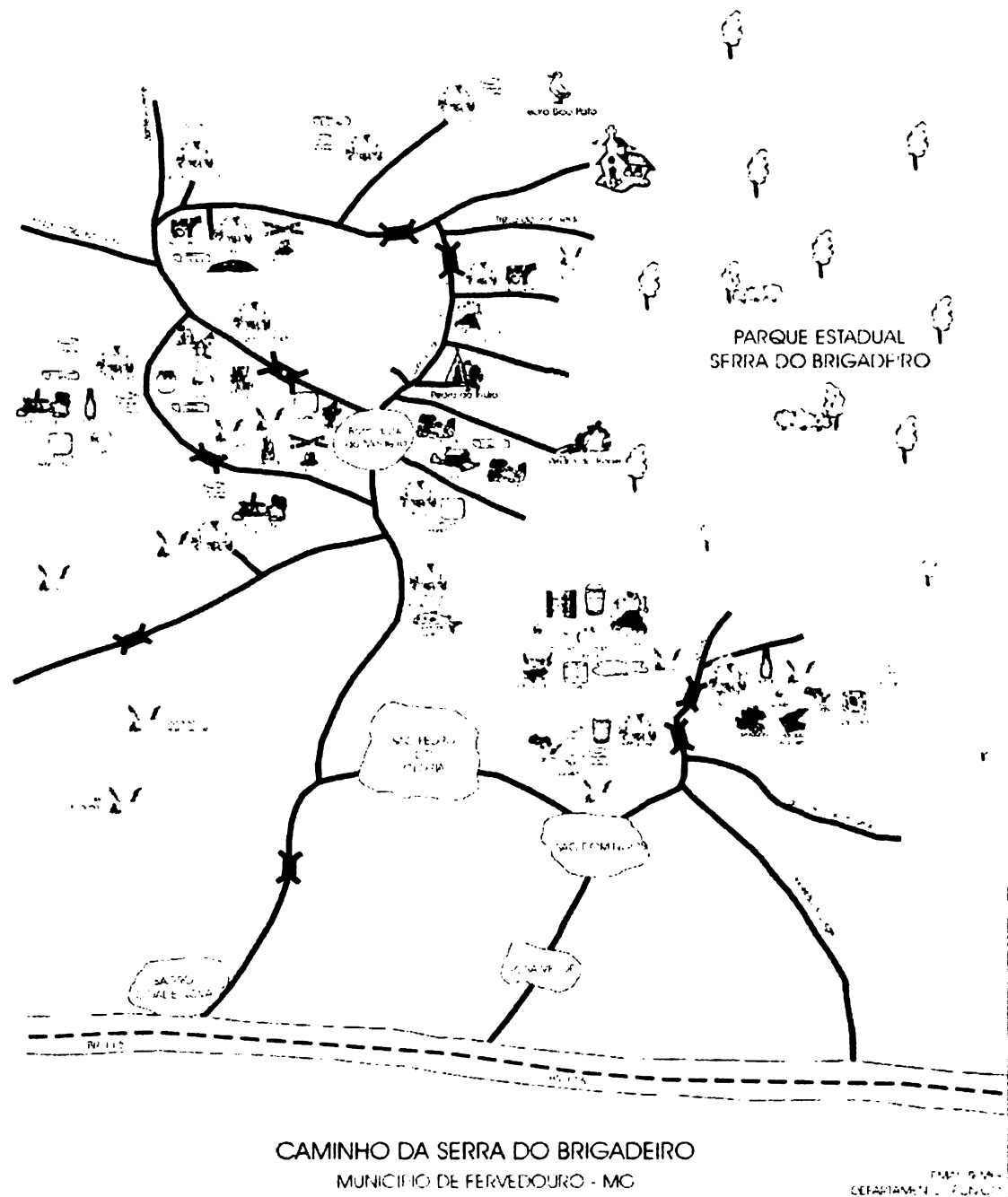
PESQUISA

AQUICULTURA

COLETA DE RESÍDUOS

MANEJO DE RESÍDUOS

GOVERNO DE MINAS GERAIS  
AGRICULTURA, Pecuária e Abastecimento



- **Orienta e acompanha as atividades produtivas com valor agregado:** no cultivo de frutas, verduras e legumes in natura, flores, culturas tradicionais, plantas medicinais, como também no manejo e criação de animais pequenos e grande, tendo como foco o abastecimento de equipamentos turísticos e oferta aos visitantes.

- Sensibiliza para valorização dos atributos do homem do campo e do ambiente produtivo, preservando a identidade histórica, social, cultural, natural, econômica e ambiental.
- Estimula a capacidade empreendedora dos agricultores familiares.
- Orienta e acompanha processos produtivos da indústria caseira e artesanato.
- Capacita produtores a propiciarem cursos e vivências nos processos produtivos rurais.
- Orienta para a recomposição e preservação do ambiente natural.
- Incentiva formas associativas e organizadas de produção.
- Apoia a população rural, poder público municipal e segmentos da sociedade civil na criação de rotas, roteiros, caminhos e circuitos conforme as atividades mais significativas que identificam a região.
- Apoia a comercialização de produtos e serviços no meio rural.
- Orienta em estratégias para solução de problemas comunitários, analisando suas causas, conseqüências e alternativas de ação.

## **AÇÕES PREVISTAS/REALIZADAS**

- Missões técnicas em propriedades que já se iniciaram na atividade.
- Dia de campo sobre Turismo Rural.
- Reunião com produtores e lideranças.
- Diagnóstico comunitário com metodologia participativa.
- Seminários, palestras, fóruns e workshops.
- Visitas técnicas para diagnóstico de propriedade.
- Cursos de capacitação para produtores e famílias rurais.
- Oficinas de planejamento em Turismo Rural com produtores.
- Teleconferência via satélite, sobre Turismo Rural.
- Participação em grupos temáticos no estabelecimento de plano de ação e trabalho em torno dos parques estaduais e áreas de preservação ambiental.
- Criação de rotas, roteiros e circuitos com grupos de produtores.
- Capacitação de técnicos da extensão no âmbito do Turismo Rural.
- Produção de material técnico sobre o assunto (apostilas, folders, vídeos).
- Pesquisa de campo:
- Propriedades rurais que estão empreendendo em Turismo Rural (junto famílias rurais).
  - Necessidade de capacitação (junto técnicos extensão).
  - Guia de Fazendas Mineiras (junto proprietários rurais).
- Orientação de estagiários em Turismo Rural.

## **BIBLIOGRAFIA**

- RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 4ª ed. Campinas: Papyrus, 1999. 199 p.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO RURAL. Anais: **Turismo no espaço rural brasileiro.** Piracicaba: Fealq, 1999. 235 p.

- CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Santa Maria: FSM, 1998. 190 p.
- ALMEIDA, Joaquim Anécio, RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: Cduisc, 2000. 264 p.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2000. 215 p.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. A pluratividade na Agropecuária Brasileira em 1995. In: O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, 1998. **Anais...** VII, p. 635-646.
- BRANDENBURG, Alfio. Agricultura e desenvolvimento sustentável. In: O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural-SOBER, 1998. **Anais...** VII, p.193-210.

# DIFERENCIAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS FAMILIARES NA AGRICULTURA PARANAENSE<sup>1</sup>

Moacyr Doretto<sup>2</sup>

Antonio Carlos Laurenti<sup>3</sup>

Mauro Eduardo Del Grossi<sup>4</sup>

## RESUMO

O objetivo é mostrar a importância dos diferentes tipos de estabelecimentos agropecuários no Paraná. Para isto, utilizou-se de variáveis classificatórias relativas à composição da mão-de-obra, acesso à terra, dominância da receita recebida e uso e procedência da força-de-tração e de máquinas e equipamentos utilizados nos trabalhos agrários. A partir dos critérios do PRONAF estimou-se o público potencial no Paraná. Os dados utilizados são provenientes de tabulação especial<sup>5</sup> do Censo Agropecuário do Paraná de 1995/96. Constatou-se que do total de estabelecimentos 90% são *familiares* e 10% *não familiares*. Os estabelecimentos *familiares* continuam mantendo sua predominância na agricultura paranaense, pois apropriam-se de 56% da área (ha), de 83% do pessoal ocupado e de 58% do valor bruto da produção vendida. Os tipos *familiar proprietário* e *familiar não proprietário com receita agropecuária* são mais expressivos em termos de número, área (ha), pessoal ocupado e valor bruto da produção vendida. O público estimado do PRONAF foi de 268.948 estabelecimentos, dos quais 205.012 usavam exclusivamente pessoas da família. A terceirização da execução dos trabalhos agrários ocorreu em todas as categorias de produtores, principalmente na categoria *familiar com valor bruto da produção vendida menor que R\$27.500,00 e área total inferior a 4 módulos fiscais* que basicamente compõe o público do PRONAF na agricultura paranaense.

**Palavras chave:** diferenciação; tipologia; estabelecimentos familiares.

## INTRODUÇÃO

O processo de modernização incidiu de forma diferenciada quanto ao produto, regiões e tipos de agricultores do Paraná, principalmente pela diversidade agroecológica regional e pelas diferenças na dotação de recursos técnicos e econômicos das unidades produtivas. Este processo ocorreu, na sua maior parte, através da implementação de políticas públicas seletivas e excludentes que privilegiaram o crescimento da agricultura e não o desenvolvimento dos produtores agrícolas. No plano sócio-econômico o referido processo constituiu-se na crescente diferenciação<sup>6</sup> entre os agricultores, na concentração do acesso a terra<sup>7</sup>, na terceirização<sup>8</sup> da

<sup>1</sup> Projeto financiado com recursos do PRONAF.

<sup>2</sup> Economista MSc – Pesquisador do IAPAR – E-mail: doretto@pr.gov.br

<sup>3</sup> Doutor em Ciências Econômicas - Pesquisador do IAPAR – E-mail: laurenti@pr.gov.br

<sup>4</sup> Doutor em Ciências Econômicas – Pesquisador do IAPAR – E-mail: delgross@pr.gov.br

<sup>5</sup> Agradecemos o IBGE pela tabulação dos dados e em especial o técnico Antônio Carlos Simões Florido.

<sup>6</sup> Ver Graziano da Silva, J. (1982); Vanderley, M. N. B. (1988); Kageyama, A. (1989); Doretto, M. (1992); Laurenti, A. C. (1993)

<sup>7</sup> Ver Doretto, M. (1993)

<sup>8</sup> Ver Laurenti, A. C. (1996)

execução dos trabalhos agrários e na diminuição da população rural economicamente ativa<sup>9</sup> ocupada nas atividades agropecuárias.

O reconhecimento da heterogeneidade dos estabelecimentos agropecuários, torna-se imprescindível para a implementação de políticas públicas que visam o desenvolvimento rural, visto que doravante poderão privilegiar o produtor e não somente as técnicas de produção. Diante disto, objetiva-se neste trabalho a descrição dessa heterogeneidade utilizando-se de critérios qualitativos e quantitativos com vistas a subsidiar políticas públicas.

O trabalho apresenta na primeira parte a metodologia, na segunda os principais resultados e na última enfatiza as principais constatações acerca da diferenciação dos tipos de estabelecimentos agropecuários.

## METODOLOGIA

A identificação dos tipos foi realizada com base na tabulação especial de alguns dados, relativos ao estabelecimento do IBGE- Censo Agropecuário do Paraná de 1995/96.

Em virtude das modificações que ocorreram no meio rural (terceirização da execução dos trabalhos agrários, expansão de ocupações não-agrícolas, etc) foi necessário a utilização de variáveis classificatórias que refletissem, em parte, tais mudanças e que estivessem disponíveis no relatório censitário. Este procedimento permitiu uma maior especificação em relação aos trabalhos de tipologia realizados<sup>10</sup> no Paraná, que fundamentavam a classificação dos estabelecimentos nas variáveis de composição da mão-de-obra, capitalização, acesso à terra e no valor bruto da produção. É importante destacar que a concepção teórica da tipologia continua sendo a mesma, ou seja, na separação dos agricultores *familiares* que conduzem as atividades com a maior parcela de mão-de-obra da família, e daqueles que se utilizam da maior parte de mão-de-obra contratada nos trabalhos agrários, denominados de agricultores *não familiares*. Tal procedimento coaduna com as regras de definição de tipos de agricultores que são passíveis de obtenção de recursos financeiros de programas governamentais, principalmente através dos limites de mão-de-obra utilizada e montante da receita da unidade produtiva.

Para efeito da identificação dos estabelecimentos *familiares* e *não familiares* utilizou-se, inicialmente, o procedimento de separação dos estabelecimentos considerando-se: a) a condição do proprietário das terras em *individual*, quando a mesma pertence a uma só pessoa, e *coletiva* quando pertence à condomínio, cooperativa, sociedade anônima, instituição pia ou religiosa, governo e outra condição; b) retira-se do conjunto de estabelecimentos *individuais* todos aqueles cuja direção é exercida por um administrador contratado. Tal procedimento está fundamentado no pressuposto de que a unidade produtiva agrícola familiar é dirigida pelo produtor, o qual normalmente responde pela posse da terra do estabelecimento.

O passo seguinte foi a aplicação do conjunto de variáveis classificatórias para identificação dos tipos de estabelecimentos *familiar* e *não familiar* composto por: composição da mão-de-obra, dominância da receita recebida, acesso à terra, uso e procedência da força-de-tração máquinas e equipamentos, conforme a seguir descritos.

**1- Composição da mão-de-obra** ocupada foi calculada através da somatória dos E.H<sup>11</sup> do pessoal responsável e membros da família (não remunerados e outra condição), dos

<sup>9</sup> Ver Del Grossi, M. E. (1999)

<sup>10</sup> Ver Payés (1989); Man Yu (1993); Payés (1993); Laurenti (1993); Guerreiro (1994); Assesoar (1994).

<sup>11</sup> Corresponde à jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto. Considerou-se um adulto igual a 1 E.H e os menores de 14 anos como 0,5 E.H. Para o pessoal temporário utilizado no ano, efetuou-se a somatória do número máximo de pessoas ocupadas nos doze meses e dividiu-se por 300 dias, incorrendo numa subestimação do total de E.H contratado temporariamente, pois o relatório censitário não disponibiliza

empregados permanentes (inclusive parceiros), e dos empregados temporários (contratados diretamente e/ou através de serviço de empreitada só com fornecimento de mão-de-obra). Para efetuar a separação dos estabelecimentos utilizou-se do índice de dominância da força-de-trabalho, como segue:

$$\text{IDFT} = \text{FTF} / \text{FTT}$$

Onde:

**FTF** = Força de Trabalho Familiar do responsável e membros da família;

**FTT** = Força de Trabalho Total que é dada pela soma da FTF e o total de eqüivalente-homem relativo à força de trabalho contratada.

Assim, quando IDFT assumir valor maior ou igual a 0,5 (meio) o estabelecimento é considerado como familiar. Ademais, quando IDFT for igual a 1 (um) o estabelecimento é simplesmente *familiar*, e designado de *familiar empregador* quando o valor do IDFT for superior ou igual a 0,5 (meio) e inferior a 1. Em complemento, tem-se que quando o valor do IDFT for inferior a 0,5 (meio) o estabelecimento é agrupado no conjunto dos *não familiares*, com a designação de *empregador*. Assim, este último subconjunto de estabelecimentos associado aqueles com administrador contratado forma-se um conjunto mais amplo denominado de estabelecimentos *não familiares*.

2- **Acesso à terra** - considerou-se os *proprietários* e os *não proprietários* (arrendatário, parceiro, ocupante e outra condição). Neste procedimento está implícito que existe diferenciação entre as duas formas de condição do produtor, principalmente na tomada de decisão das atividades a serem desenvolvidas, na menor dotação de recursos a serem oferecidos no acesso ao crédito e também para o pagamento da renda da terra.

3- **Dominância setorial da receita** é um indicador que permite separar os estabelecimentos, predominantemente, agropecuários daqueles nos quais as outras receitas perfazem a maior parcela do total da receita recebida, como segue:

$$\text{IDRR} = \text{VMOR} / (\text{VMRR} - \text{VMMV})$$

Onde:

**VMOR** = Total do valor monetário relativo às *outras receitas*<sup>12</sup>;

**VMRR** = Total do valor monetário das receitas recebidas pelo responsável do estabelecimento;

**VMMV** = Total do valor monetário das máquinas vendidas.

Quando o valor de IDRR for menor que 0,5 (meio) o estabelecimento é identificado como *receitas da agropecuária*, e identificado como *outras receitas* quando o valor de IDRR for igual ou superior a 0,5 (meio).

4- **Uso e procedência da força-de-tração e de máquinas e equipamentos** através de empreita de serviços com fornecimento de mão-de-obra para a realização dos trabalhos agrários no estabelecimento, foi abordada sob três aspectos: *próprios* quando utilizou exclusivamente o estoque de instrumentos de trabalho do estabelecimento; *de terceiros* quando utilizou pelo menos um instrumento de trabalho de propriedade de terceiros, através do

quantas diárias foram trabalhadas por pessoa no mês. O eqüivalente-homem do serviço de empreita foi obtido tomando-se o valor monetário dos serviços de empreitada só com fornecimento de mão-de-obra no estabelecimento e dividindo-se pelo valor da diária (R\$6,73) e depois, por 300 dias.

<sup>12</sup> Compõe-se de: venda de produtos da indústria rural; serviços prestados a terceiros; exploração mineral; e, outras receitas.

aluguel e/ou serviços de empreitada; e *sem uso* quando o estabelecimento não declarou uso de força-de-tração de máquina e/ou equipamento.

5- Para estimar o público potencial do PRONAF no estado do Paraná considerou-se, ainda, o limite da receita recebida (menor e maior de R\$27.500,00) e o módulo fiscal (menor e maior de 4) definidos no referido programa<sup>13</sup>. Não foram incluídos nesta estimativa do público do PRONAF requisitos<sup>14</sup> de moradia, de receitas externas ao estabelecimento agropecuário e de abatimento de 50% da receita bruta da pecuária, da fruticultura e da olericultura.

No sentido de indicar a relevância da diferenciação dos estabelecimentos, considerou-se a importância das categorias quanto ao número de estabelecimentos, área total (ha), pessoal ocupado (E.H.) e valor bruto da produção vendida.

## RESULTADOS

O Censo Agropecuário do Paraná de 1995/96 indicou a existência de 369.875 estabelecimentos agropecuários, cujo número é 20,7% menor que o do ano de 1985. Em primeira instância esta redução é decorrente de vários fatores: da mudança da data de levantamento de campo do ano civil para o agrícola<sup>15</sup>; da concentração do acesso à terra; e, da mudança na pauta dos produtos agropecuários, principalmente a diminuição dos estabelecimentos que cultivavam algodão, etc.

Após a verificação da consistência dos dados se os estabelecimentos preenchiam os quesitos necessários das variáveis classificatórias para a identificação dos tipos *familiar* e *não familiar*, constatou-se que 42.264 estabelecimentos não atendiam tais condições, sendo que 26.393 estabelecimentos eram *coletivos* na condição do proprietário das terras (condomínio ou sociedade de pessoas, cooperativas, sociedade anônima ou por cotas, instituição pia ou religiosa, governo) e; os demais estabelecimentos não declararam pelo menos uma das seguintes condições: pessoal ocupado, receita, condição da propriedade da terra e área total. Como resultado obteve-se um universo composto por 327.611 estabelecimentos individuais na condição de proprietário das terras, conforme, Tabela 1.

O total desses estabelecimentos estão distribuídos desigualmente entre os tipos *familiar* e *não familiar* na agropecuária. O tipo *familiar* (294.765) representa 90% do total dos estabelecimentos, dos quais a maior proporção era de estabelecimento exclusivamente *familiar* (216.069), ou seja ocupavam unicamente mão-de-obra dos membros não remunerados da família e a menor parcela composta por 78.696 estabelecimentos *famíliares empregadores*, isto é, estabelecimentos nos quais além da família utilizavam-se de contratação de pessoal (temporário e/ou permanente) para a realização dos trabalhos agrários.

A supremacia do total do tipo *familiar* é também verificada no acesso à terra, pois detinham 56% da área total, no pessoal ocupado em 83% dos equivalentes-homem e, no valor bruto da produção vendida com 58% do total. Por outro lado, evidencia-se a concentração do acesso à terra e do valor bruto da produção vendida, pois os 32.846 estabelecimentos do tipo não familiar que representam apenas 10% do total dos estabelecimentos, tinham acesso a 44% da área total (ha) e de 42% do valor bruto da produção vendida.

<sup>13</sup> Conforme Resolução nº 002629 de 10/08/1999 do Banco Central do Brasil.

<sup>14</sup> Exceto moradia, os demais aspectos não estão disponíveis no relatório censitário.

<sup>15</sup> Ver Hoffmann 1999



**Tabela 1- Distribuição absoluta e relativa dos estabelecimentos, área total, eqüivalentes-homem (E.H.) e valor bruto da produção vendida (V.B.P.V.) segundo a composição do pessoal ocupado do Estado do Paraná 1995.**

Item	Total							
	Estabelecimentos		Área 1000 (ha)		E.H.(a)		V.B.P.V. (b) 1000 (R\$)	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total ( 1 + 2 ).....	369.875	-	15.947	-	1.126.118	-	5.066.095	-
Sem declaração de receita (1).....	15.838	-	739	-	31.437	-	0	-
Com declaração de receita (2).....	354.037	-	15.207	-	1.094.681	-	5.066.095	-
Sem declaração (c).....	12	-	3	-	42	-	454	-
Coletiva (d).....	26.393	-	2.834	-	110.725	-	1.006.650	-
Com declaração de área total.....	26.349	-	2.834	-	110.653	-	1.006.518	-
Sem declaração de área total.....	44	-	0	-	71	-	132	-
Individual.....	327.632	-	12.370	-	983.914	-	4.058.990	-
Sem declaração de área total.....	21	-	0	-	31	-	167	-
Com declaração de área total (e + h ) .	327.611	100	12.370	100	983.884	100	4.058.823	100
Total Familiar (e).....	294.765	90	6.892	56	816.978	83	2.346.375	58
Familiar (f).....	216.069	66	3.860	31	595.475	61	1.233.537	30
Familiar Empregador (g).....	78.696	24	3.032	25	221.503	22	1.112.838	28
Total Não Familiar (h).....	32.846	10	5.478	44	166.906	17	1.712.448	42
Administrador (i).....	14.970	5	2.691	22	77.697	8	669.355	16
Empregador (j).....	17.876	5	2.787	22	89.209	9	1.043.093	26

Fonte: FIBGE – Tabulação Especial do Censo Agropecuário do Paraná de 1995/96.

- a) Equivalente Homem - corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.  
b) Valor Bruto da produção vendida menos a receita oriunda da venda de máquina  
c) Estabelecimento sem informação da condição de propriedade da terra ou posição ignorada do pessoal ocupado.  
d) Condomínio ou sociedade de pessoas; cooperativas; sociedade anônima ou por cotas; instituição pia ou religiosa; governo e outras.  
e) Estabelecimento dirigido por produtor e sendo a mão-de-obra familiar igual ou superior à metade do total de pessoal ocupado.  
f) Estabelecimento dirigido por produtor e com uso exclusivo de pessoa da família nos trabalhos agrários.  
g) Estabelecimento dirigido por produtor e com mão-de-obra contratada (permanente e/ou temporário) menor que a metade do total de pessoal ocupado.  
h) Estabelecimento dirigido por administrador ou com mão-de-obra familiar menor que a metade do total de pessoal ocupado.  
i) Estabelecimento dirigido por administrador contratado.  
j) Estabelecimento dirigido por produtor e com mão - de - obra familiar inferior a metade do total de pessoal ocupado.

Em termos gerais verificou-se que existe diferenciação econômica entre os 294.765 estabelecimentos *familiares*, pois o tipo *familiar* que utiliza-se exclusivamente de pessoas da família nos trabalhos agrários é majoritário em número de estabelecimentos, em área total (ha), em pessoal ocupado e em valor bruto da produção vendida, relativamente ao tipo *familiar empregador*.

Comparativamente, a categoria de *não familiar* é mais expressiva na participação em área (44%) e valor bruto da produção vendida (42%), do que o *familiar e familiar empregador*. Estes por sua vez, possuem maior relevância em termos de estabelecimentos e de pessoal ocupado nos trabalhos agrários que o tipo *não familiar*.

No sentido de pormenorizar a diferenciação dos tipos efetuou-se a subdivisão da condição de *proprietário* (Tabela 2) e *não proprietário* (Tabela 3), combinando-se com a *dominância da receita* para as categorias. Considerando-se o total dos estabelecimentos (327.611) verificou-se que 94% tinham dominância da *receita agropecuária* e, apenas 6% de *outras receitas*.

A condição de *proprietário com dominância de receita da agropecuária* com 237.201 estabelecimentos, é majoritária em relação aos *não proprietários* com 72.036 estabelecimentos.

Na Tabela 2, o total de *proprietário* é de 251.623 estabelecimentos, subdivididos em 237.201 com dominância da *receita agropecuária* e, 14.422 de *outras receitas*. Com relação à

dominância da *receita agropecuária* verificou-se que o total *familiar* é composto de 209.266 estabelecimentos e o tipo *não familiar* de 27.935. Entre os *proprietários familiares* é evidente que o tipo *familiar* é predominante em estabelecimentos (150.812) e eqüivalente-homem (429.744), em relação ao *familiar empregador* com 58.454 e 171.497, respectivamente. A dominância de *outras receitas* também é manifestada com ampla vantagem pelo tipo *familiar*, tanto em termos do número de estabelecimentos, área, pessoal ocupado e valor bruto da produção vendida. Ressalta-se que a dominância da receita não significa exclusividade da *agropecuária* ou de *outras receitas*, pois no estabelecimento poderá ocorrer as duas formas.

**Tabela 2- Distribuição absoluta dos estabelecimentos, área total, eqüivalente-homem (E.H.) e valor bruto da produção vendida (V.B.P.V.) segundo a composição do pessoal ocupado, condição de proprietário e a dominância da receita recebida do Estado do Paraná 1995.**

Item	Proprietário							
	Agropecuária (a)				Outras receitas (b)			
	Estabelecimentos	Área 1.000 (ha)	E.H. (c)	V.B.P.V. (d) 1.000 (R\$)	Estabelecimentos	Área 1.000 (ha)	E.H. (c)	V.B.P.V. (d) 1.000 (R\$)
Com declaração de área total (e+h)	237.201	10.684	730.105	3.283.612	14.422	416	41.753	95.179
Total Familiar (e).....	209.266	5.725	601.241	1.867.913	13.279	249	36.398	58.996
Familiar (f).....	150.812	3.119	429.744	961.872	10.845	162	29.605	37.244
Familiar Empregador(g).....	58.454	2.605	171.497	906.041	2.434	86	6.794	21.752
Total Não Familiar (h).....	27.935	4.959	128.864	1.415.700	1.143	168	5.355	36.182
Administrador (i).....	12.541	2.421	51.887	514.956	642	98	2.860	16.301
Empregador (j).....	15.394	2.539	76.977	900.743	501	69	2.494	19.881

a) Estabelecimentos cujo valor da venda dos produtos agropecuários é maior que a metade da receita total recebida.

b) Estabelecimentos cujo valor da venda dos produtos da agropecuária é menor que a metade da receita total recebida.

c) Equivalente Homem - corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

d) Valor Bruto da produção vendida menos a receita oriunda da venda de máquina.

e) Estabelecimento dirigido por produtor e sendo a mão-de-obra familiar igual ou superior à metade do total de pessoal ocupado.

f) Estabelecimento dirigido por produtor e com uso exclusivo de pessoa da família nos trabalhos agrários.

g) Estabelecimento dirigido por produtor e com mão-de-obra contratada (permanente e/ou temporário) menor que a metade do total de pessoal ocupado.

h) Estabelecimento dirigido por administrador ou com mão-de-obra familiar menor que a metade do total de pessoal ocupado.

i) Estabelecimento dirigido por administrador contratado.

j) Estabelecimento dirigido por produtor e com mão - de - obra familiar inferior a metade do total de pessoal ocupado.

Conforme Tabela 3, o total de *não proprietário* perfaz 75.988 estabelecimentos, distribuídos em 72.036 com dominância predominantemente de *receitas agropecuária* e 3.952 de *outras receitas*, ou seja, não diferindo da categoria dos *proprietários*.

Novamente se observa o predomínio dos estabelecimentos do tipo *familiar proprietário* e *familiar não proprietário com receita agropecuária* com 72.036 e 68.385 estabelecimentos, respectivamente. A maior expressividade ocorreu no tipo *familiar* que utiliza exclusivamente mão-de-obra da família, tanto entre aqueles que tinham dominância da *receita agropecuária*, quanto com *outras receitas*.

**Tabela 3- Distribuição absoluta dos estabelecimentos, área total, eqüivalentes-homem (E.H.) e valor bruto da produção vendida (V.B.P.V.) segundo a composição do pessoal ocupado, condição de não proprietário e a dominância da receita recebida do Estado do Paraná 1995.**

Item	Não proprietário							
	Agropecuária (a)				Outras receitas (b)			
	Estabelecimentos	Área 1.000 (ha)	E.H. (c)	V.B.P.V. (d) 1.000 (R\$)	Estabelecimentos	Área 1.000 (ha)	E.H. (c)	V.B.P.V. (d) 1.000 (R\$)
Com declaração de área total ( e+h )	72.036	1.235	199.797	664.660	3.952	34	12.229	15.372
Total Familiar (e).....	68.385	891	169.349	409.198	3.835	28	9.990	10.268
Familiar (f).....	51.010	555	127.259	226.395	3.402	23	8.867	8.026
Familiar Empregador (g).....	17.375	336	42.090	182.803	433	4	1.123	2.242
Total Não Familiar (h).....	3.651	345	30.449	255.462	117	7	2.239	5.105
Administrador (i).....	1.701	167	20.855	133.896	86	5	2.094	4.202
Empregador (j).....	1.950	178	9.593	121.566	31	2	145	903

a) Estabelecimentos cujo valor da venda dos produtos agropecuários é maior que a metade da receita total recebida.

b) Estabelecimentos cujo valor da venda dos produtos da agropecuária é menor que a metade da receita total recebida.

c) Equivalente Homem – corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

d) Valor Bruto da produção vendida menos a receita oriunda da venda de máquina.

e) Estabelecimento dirigido por produtor e sendo a mão-de-obra familiar igual ou superior à metade do total de pessoal ocupado.

f) Estabelecimento dirigido por produtor e com uso exclusivo de pessoa da família nos trabalhos agrários.

g) Estabelecimento dirigido por produtor e com mão-de-obra contratada (permanente e/ou temporário) menor que a metade do total de pessoal ocupado.

h) Estabelecimento dirigido por administrador ou com mão-de-obra familiar menor que a metade do total de pessoal ocupado.

i) Estabelecimento dirigido por administrador contratado.

j) Estabelecimento dirigido por produtor e com mão - de - obra familiar inferior a metade do total de pessoal ocupado.

Na Tabela 4, apresenta-se diferenciação das categorias *familiar* e *familiar empregador* com relação à terceirização (F.T.M.E.) da execução dos trabalhos agrários e os critérios do PRONAF (limite da receita e módulo fiscal).

O uso da força-de-tração máquinas e equipamentos está apresentado de acordo com a procedência, isto é *própria, de terceiros e sem uso*, através do número de estabelecimentos, área total (ha), eqüivalente-homem (E.H.) e valor bruto da produção vendida (V.B.P.V.).

Com o uso dos critérios do PRONAF foi possível identificar a disparidade existente entre os estabelecimentos *familiares*, sendo que a maior expressividade ocorreu na categoria *familiar com V.B.P.V. menor que R\$27.500,00 e área total inferior a 4 módulos fiscais* com 205.012 estabelecimentos, e com menor relevância na *familiar com V.B.P.V. maior que R\$27.500,00 e área total superior a 4 módulos fiscais*, com 1625 estabelecimentos.

Na agricultura do Paraná a terceirização da execução dos trabalhos agrários ocorre de forma generalizada nas categorias *familiar* e *familiar empregador*, com destaque para aquelas *com V.B.P.V. menor que R\$27.500,00 e com área inferior a 4 módulos fiscais*, totalizando 268.948 estabelecimentos, acesso a 4.033,5 mil (ha), ocupando 729.183 eqüivalentes-homem e apropriando-se R\$1.113.223,8 mil reais do valor bruto da produção. Denota-se com a reformulação dos critérios do PRONAF esse programa tornou-se mais abrangente, pois as cifras relativas ao público representam 91% dos estabelecimentos familiares, 59% da área total (ha), 89% dos eqüivalentes-homem e 47% do valor bruto da produção vendida.

No tipo *familiar* com 216.069 estabelecimentos, verificou-se que a maior proporção (88.226) utilizavam força-de-tração de máquinas e equipamentos de terceiros, seguidos daqueles que só usavam os próprios (83.098) e, daqueles sem uso (44.745). Essa manifestação é um indicativo do uso de tecnologia mecânica de fora do estabelecimento como forma de suprir a demanda de força dos trabalhos agrários e minimizando a necessidade do agricultor realizar investimento em capital fixo.

Na categoria *familiar empregador com V.B.P.V menor que R\$27.500,00 e com área total inferior a 4 módulos fiscais* também observou-se a maior proporção de estabelecimentos, área total (ha), eqüivalentes-homem e valor bruto da produção vendida que utilizaram a terceirização da execução dos trabalhos agrários.

**Tabela 4- Número de estabelecimentos , área total (ha), pessoal ocupado (E.H) e valor bruto da produção vendida (V.B.P.V) das categorias de produtores familiares, segundo o uso de força de tração e empreita de máquinas e equipamentos no Estado do Paraná 1995.**

Continua

Categorias	Estabelecimentos				Área Total			
	Total	Com uso de F.T.M.E. (a)		Sem uso de	Total (1000ha)	Com uso de F.T.M.E. (a)		Sem uso de
		Própria	Terceiros	F.T.M.E. (a)		Própria	Terceiros	F.T.M.E. (a)
Total familiar (1 + 2).....	294.765	113.446	126.180	55.139	6.891,7	3.340,5	2.535,5	1.015,7
Com V.B.P.V. menor que R\$ 27.500,00..	278.422	5.041	2.469	1.964	1.494,2	766,0	335,2	393,0
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	268.948	100.486	116.353	52.109	4.033,5	1.725,4	1.734,8	573,3
Área total superior a 4 módulos fiscais..	9.474	5.041	2.469	1.964	1.494,2	766,0	335,2	393,0
Com V.B.P.V. maior que R\$ 27.500,00...	16.343	7.919	7.358	1.066	1.364,0	849,1	465,5	49,4
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	10.735	4.202	5.601	932	353,5	162,0	182,1	9,4
Área total superior a 4 módulos fiscais..	5.808	3.717	1.757	134	1.010,5	687,1	283,4	40,0
<i>Familiar (1).....</i>	<i>216.069</i>	<i>83.098</i>	<i>88.226</i>	<i>44.745</i>	<i>3.860,0</i>	<i>1.741,9</i>	<i>1.453,8</i>	<i>664,3</i>
Com V.B.P.V. menor que R\$ 27.500,00..	209.282	80.151	84.920	44.211	3.456,1	1.512,5	1.301,5	640,1
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	205.012	77.966	83.858	43.188	2.812,3	1.223,6	1.169,4	419,3
Área total superior a 4 módulos fiscais..	4.270	2.185	1.062	1.023	643,8	288,9	134,1	220,8
Com V.B.P.V. maior que R\$ 27.500,00...	6.787	2.947	3.306	534	403,9	229,4	150,3	24,2
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	5.162	1.880	2.801	481	160,3	69,9	86,1	4,3
Área total superior a 4 módulos fiscais..	1.625	1.067	505	53	243,6	159,5	64,2	19,9
<i>Familiar empregador (2).....</i>	<i>78.696</i>	<i>30.348</i>	<i>37.954</i>	<i>10.394</i>	<i>3.031,7</i>	<i>1.598,6</i>	<i>1.081,7</i>	<i>351,4</i>
Com V.B.P.V. menor que R\$ 27.500,00..	69.140	25.376	33.902	9.862	2.071,6	978,9	766,5	326,2
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	63.936	22.520	32.495	8.921	1.221,2	501,8	565,4	154,0
Área total superior a 4 módulos fiscais..	5.204	2.856	1.407	941	850,4	477,1	201,1	172,2
Com V.B.P.V. maior que R\$ 27.500,00...	9.556	4.972	4.052	532	960,1	619,7	315,2	25,2
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	5.573	2.322	2.800	451	193,2	92,1	96,0	5,1
Área total superior a 4 módulos fiscais..	3.983	2.650	1.252	81	766,9	527,6	219,2	20,1

Fonte: IBGE- Tabulação Especial do Censo Agropecuário do Paraná de 1995/96.

a-) F.T.M.E.- Força de Tração animal e/ou mecânica e Máquina e/ou Equipamento.

Final da Tabela 4

Categorias	Pessoal Ocupado				Valor Bruto da Produção Vendida			
	Total (E.H) (b)	Com uso de F.T.M.E. (a)		Sem uso de F.T.M.E. (a)	Total 1.000 (R\$)	Com uso de F.T.M.E. (a)		Sem uso de F.T.M.E. (a)
		Própria	Terceiros			Própria	Terceiros	
Total familiar (1 + 2).....	816.980	344.632	344.527	127.819	2.346.374,9	1.066.699,2	1.090.837,3	188.838,6
Com V.B.P.V. menor que R\$ 27.500,00...	30.292	17.489	7.924	4.879	84.314,4	47.528,5	25.713,8	11.072,2
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	729.183	297.509	311.557	120.116	1.113.223,8	422.712,8	591.472,0	99.039,0
Área total superior a 4 módulos fiscais...	30.292	17.489	7.924	4.879	84.314,4	47.528,5	25.713,8	11.072,2
Com V.B.P.V. maior que R\$ 27.500,00...	57.505	273.920	25.046	2.823	1.148.836,7	596.457,9	473.651,5	78.727,4
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	35193	258607	18432	2439	696503,0	280575,0	346483,8	69444,2
Área total superior a 4 módulos fiscais..	22312	15313	6614	384	452333,7	315882,9	127167,7	9283,2
<i>Familiar(1).....</i>	<i>595.476</i>	<i>250.243</i>	<i>240.720</i>	<i>104.514</i>	<i>1.233.536,8</i>	<i>514.814,4</i>	<i>606.507,0</i>	<i>112.215,6</i>
Com V.B.P.V. menor que R\$ 27.500,00...	574.172	240.677	230.287	103.209	763.671,9	292.030,4	397.502,0	74.139,8
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	580.942	233.263	226.915	100.764	732.467,5	275.235,6	387.715,5	69.516,5
Área total superior a 4 módulos fiscais..	13.230	7.414	3.372	2.445	31.204,4	16.794,8	9.786,5	4.623,1
Com V.B.P.V. maior que R\$ 27.500,00...	21.304	9.566	10.433	1.305	469.864,9	222.764,0	209.005,0	38.076,0
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	15.890	5.957	8.762	1.171	351.371,7	141.969,2	175.436,8	33.965,7
Área total superior a 4 módulos fiscais..	5.414	3.609	1.671	134	118.493,2	80.814,8	33.568,2	4.110,3
<i>Familiar empregador (2).....</i>	<i>221.504</i>	<i>94.389</i>	<i>103.807</i>	<i>23.305</i>	<i>1.112.838,1</i>	<i>551.884,8</i>	<i>484.330,3</i>	<i>76.623,0</i>
Com V.B.P.V. menor que R\$ 27.500,00...	185.303	74.321	89.194	21.786	433.866,3	178.210,9	219.683,8	35.971,6
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	168.241	64.246	84.642	19.352	380.756,3	147.477,2	203.756,5	29.522,5
Área total superior a 4 módulos fiscais..	17.062	10.075	4.552	2.434	53.110,0	30.733,7	15.927,3	6.449,1
Com V.B.P.V. maior que R\$ 27.500,00...	36.201	20.068	14.613	1.519	678.971,8	373.673,9	264.646,5	40.651,4
Área total inferior a 4 módulos fiscais....	19.303	8.364	9.670	1.268	345.131,3	138.605,8	171.047,0	35.478,5
Área total superior a 4 módulos fiscais..	16.898	11.704	4.943	251	333.840,5	235.068,1	93.599,5	5.172,9

b-) E.H. (Equivalente-homem)- Corresponde a uma jornada anual de 300 dias de trabalho de um homem adulto.

## CONCLUSÃO

-Os estabelecimentos agropecuários do Paraná compõe-se de 90% do tipo *familiar* e 10% de *não familiar*. Entre os *familiars*, em relação ao total de estabelecimentos, verificou-se que 66% só utilizam mão-de-obra da família e, 24% também contratam trabalhadores em regime temporário e/ou permanente para a realização dos trabalhos agrários;

-Os estabelecimentos exclusivamente *familiars* tinham acesso a 56% da área total (ha), ocupavam 83% do total de pessoal e detinham 56 % do valor bruto da produção vendida;

-Os estabelecimentos *não familiares* representavam 10% do total, tinham acesso à 44% da área total (ha), ocupavam 17% do pessoal e detinham 42% do valor bruto da produção vendida;

-Do total de estabelecimentos do Paraná 94% tinham a dominância advinda da *receita da agropecuária* e, apenas 6% de *outras receitas*;

-O tipo *familiar* com a condição de *proprietário* ou *não proprietário* e receita advinda da agropecuária é predominante em termos de número, área (ha), eqüivalente-homem e valor bruto da produção vendida, relativamente àqueles com outras receitas;

-Das categorias de produtores previstas de ocorrer segundo os critérios utilizados destacaram-se a *familiar com V.B.P.V. menor que R\$27.500,00 e área total inferior a 4 módulos fiscais* com 205.012 estabelecimentos e a *familiar com V.B.P.V. maior que R\$27.500,00 e área total superior a 4 módulos fiscais* com 1.625 estabelecimentos, sendo esta última de menor expressividade;

-O público potencial do PRONAF no Paraná foi de 268.948 estabelecimentos, sendo 205.012 estabelecimento *familiar com V.B.P.V. menor que R\$27.500,00 e área total inferior a 4 módulos fiscais* que ocupavam exclusivamente pessoas da família e, 63.936 do tipo *familiar empregador com V.B.P.V. menor que R\$27.500,00 e área total inferior a 4 módulos fiscais* que também contratam mão-de-obra para a realização dos trabalhos agrários;

-A terceirização da execução dos trabalhos agrários ocorre indistintamente entre as categorias *familiar* e *familiar empregador*, principalmente naqueles estabelecimentos *com V.B.P.V. menor que R\$27.500,00 e área total inferior a 4 módulos fiscais*.

## BIBLIOGRAFIA

- ASSESOAR/DESER. **Caracterização e diagnóstico dos sistemas de produção predominantes do sudoeste do Paraná- Francisco Beltrão-PR.** 1994. (Pesquisa 1) 102 p.
- DEL GROSSI, M. E. **A evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro 1981-1995.** Campinas – SP . 1999. Tese (Doutorado em Economia) IE/UNICAMP. 222 p.
- DORETTO, M. **Caracterização do processo de diferenciação camponesa na modernização capitalista: o caso da microrregião Colonial de Irati-Pr.** Campina Grande – PB. 1992. Dissertação de Mestrado. UFPB. 155 p.
- DORETTO, M. **Dinâmica da estrutura agrária do Paraná.** Londrina- PR, IAPAR, 1993. (Relatório não publicado). 14 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J.; KAGEYAMA, A; ROMÃO, D.; WAGNER NETO, J.; WANDERLEY, M.N.B. **Diferenciación campesina e cambio tecnologico: el caso de los productores de frijol en São Paulo.** Campinas-SP. Documento Síntese, 1982. 210 p.
- GUERREIRO, E.; NEUMAIER, M.C.; ARAÚJO, A.G.; SOUZA, A.B.; MERTEN, G.H. **Caracterização, tipologia e diagnóstico de sistemas de produção predominantes em uma comunidade rural: o caso do Cerro da Ponte Alta. Irati-Pr.** Londrina-PR, IAPAR, 1994. (IAPAR. Boletim Técnico, 47) 51 p.
- HOFFMANN, R. & GRAZIANO DA SILVA, J. O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a distribuição da posse da terra no Brasil. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 37, Foz do Iguaçu-PR. 1999. **Anais...**Brasília, SOBER, 1999.
- KAGEYAMA, A. & BERGAMASCO, S.M.P. **Novos debates sobre a produção familiar no campo.** 1989. 23 p. (mimeo).
- LAURENTI, A C. Conservação de solo em sistemas de produção nas microbacias hidrográficas do Arenito Caiuá do Paraná. II. **Diferenciação sócio-econômica de unidades produtivas no setor rural.** Londrina-PR. IAPAR, 1993. (IAPAR. Boletim Técnico, 33). 59 p.
- LAURENTI, A. C. **A terceirização na agricultura: a dissociação entre a propriedade e o uso de instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense.** Campinas – SP. 1996. Tese (Doutorado em Economia). IE/UNICAMP. 245 p.
- MAN YU, C. & SEREIA, V.J. **Tipificação e caracterização dos produtores no Estado do Paraná.** Londrina -PR, IAPAR, 1993.(Boletim Técnico, 39) 169 p.

- PAYÉS, M.A.M. Sistemas de produção predominantes no município de Rio Azul - Pr: uma proposta teórico-metodológica.** Londrina, IAPAR, 1989. (IAPAR. Boletim Técnico, 27). 43 p.
- PAYÉS, M.A.M. Sistemas de produção predominantes na região de Irati-Pr: um estudo de tipologia e diferenciação de produtores rurais.** Londrina, IAPAR, 1993. (IAPAR. Boletim Técnico, 41) 127 p.
- WANDERLEY, M.N.B. Trajetória social e projeto de autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas-SP.** 1988 (Cadernos do IFCH/ UNICAMP, 19) 162 p.





## DESARROLLO SUSTENTADO DE LOS MUNICIPIOS: EL CASO DE LA AGROINDUSTRIA ALIMENTICIA COMO ALTERNATIVA DE RENTA DE LOS AGRICULTORES FAMILIARES

Motter, A. A.<sup>1</sup>  
Castillo Lacay, M.<sup>2</sup>

### RESUMEN

A partir de dos (nuevos) enfoques se analizan las posibilidades del desarrollo sustentado de las ciudades en el Brasil, extrapolando en algunos casos, el análisis para los países que componen el Mercado Común del Cono Sur -Mercosur. El primer enfoque, puesto en práctica en algunos planos directores de ciudades en el Brasil, es llamado de todo es ciudad, demanda el análisis del espacio rural como parte integrante de la ciudad y desde la perspectiva urbana propone acabar con la dicotomía urbano-rural para enfrentar los efectos positivos e negativos de la globalización sobre las ciudades y sus ciudadanos; y propone llevar todas las condiciones de calidad de vida y bienestar de la ciudad para el espacio rural ocupando así, todo el territorio.

El segundo enfoque, destaca el surgimiento de un nuevo complejo de actividades rurales volcadas a la oferta de productos y servicios. Estas actividades son vía de regla, diferentes de las ya integradas a las tradicionales de producción y comercialización y representan un nuevo alicerce para la generación de renta y empleos en el medio rural, además de generar patrones de calidad de vida similares a los de la ciudad. Por otro lado, refuerza la necesidad de políticas de apoyo a este "nuevo rural", a punto de proveer el medio rural de atractivos singulares de sus respectivos espacios locales y creando así, un sistema acumulativo de causa y efecto que dan un empuje adicional de desarrollo sustentable.

El trabajo destaca la importancia de la acción de los gobiernos locales en el papel preponderante de actuar sobre estos dos enfoques, aparentemente contradictorios, para enfrentar los flagelos de la globalización en las ciudades.

El poder local cuenta, entre otras, con una forma inédita para fomentar y fortalecer la agricultura familiar a través de la producción artesanal de alimentos. Ella provee renta a los agricultores al mismo tiempo que atiende la demanda urbana (reprimida), resultante del estrecho vínculo que aún existe en grande parte de la población urbana oriunda del medio rural. Por OTRO lado, limita la tendencia creciente de una fuerte presión de los flujos de migración y esvaciamiento poblacional para los cinturones de miseria y/o 'favelas' de las regiones metropolitanas..

**Palabras claves:** desarrollo sustentable; globalización; descentralización; crecimiento poblacional y marginalización; poder local; todo es ciudad; nuevo rural;

---

<sup>1</sup> Ing. Ag. Adelar Antonio Motter, Coordinador de Difusión de Tecnología del Instituto Agronómico del Estado del Paraná - IAPAR.

<sup>2</sup> Econ. Marino Castillo Lacay, coordinación regional de la Secretaría de Planificación del Estado del Paraná - SEPL, Asesor de Diputado Federal. E-mail marinolacay@yahoo.com.br

## CONTEXTO ACTUAL DEL DESARROLLO LOCAL

La ciudad que duerme nunca es la ciudad que despierta. Ella es un ente nunca acabado con una desafiadora riqueza que su propia diversidad ofrece. Por eso un sistema de gestión y estructuras de planificación de los municipios no puede ser rígido; y mucho más que una visión espacial, necesita incorporar una visión estratégica que busque sobre todo el desarrollo sustentado. De ahí que suscita el debate de cuestiones desde cómo aprovechar mejor la infraestructura existente, a asuntos que hasta entonces no eran considerados dentro de la discusión y planificación de las ciudades como el desarrollo rural. con eso búscase dentro del proceso de globalización en que está inmersa la economía mundial, valorizar y potencializar lo que existe de mejor en cada municipio y otorga al poder local, a la ciudad junto a sus ciudadanos, la capacidad de patrocinar su propio desarrollo.

La globalización es vivida como un huracán inexorable de fuertes impactos para la población de todo el planeta; los costos sociales de la inserción productiva o no en este nuevo orden mundial todavía no están siendo medidos por la humanidad, mas ya deja claro que el proceso puede generar una masa de gentes excluidas del mercado de trabajo, sea en el área rural sea en el área urbana, y puede privar al acceso a los derechos y bienes más elementales de la vida.

El 22° Informe sobre el desarrollo económico mundial (BIRD,1999) apunta que, de 4,4 mil millones de personas viviendo en países en desarrollo, cerca de 60% no tienen acceso a las condiciones de sanidad básica, 33% no sabe lo que es agua limpia, 25% no tiene donde vivir adecuadamente y 20% no tiene servicios médicos. De los niños, 20% no completan cinco años de escuela, ni se alimenta de modo adecuado. Como si fuera poco, América Latina está entre las regiones donde la pobreza crece más. Lo peor es que la mejoría en la renta no es sinónimo de reducción de la pobreza.

Aún, segundo el mismo Informe, el producto interno bruto de la región no consiguió mantener los niveles acelerados de crecimiento registrados históricamente, cayendo de 5,5% en la década del 70, para 1,1% en los años 80 a pesar de haberse recuperado en la década del 90 alcanzando una media de 3% aa. La renta per capita de los países latinoamericanos y del Caribe, presentó una caída continuada y en los últimos 25 años y fue superada en el inicio de los años 90 por la renta per capita de los países del Este y Sudeste asiáticos, excepto China. Las inversiones también disminuyeron de 28% para 20% del PIB a pesar del consumo interno haber crecido.

El resultado de este proceso es sentido principalmente en las ciudades. El asunto se ha vuelto tan importante que todos los foros internacionales, desde HABITAT II -Conferencia Internacional sobre Asentamientos Humanos- realizada en Estambul en 1996, hasta los recientes informes del Banco Mundial sobre la pobreza y eventos como el realizado en Davos, Suiza, el World Economic Forum vienen discutiendo ampliamente sobre el asunto.

Algunas propuestas interesantes han venido siendo discutidas en el Brasil, resultado de los debates de estos temas a lo largo de los foros sobre planificación espacial y urbana realizados a nivel regional. Uno de los enfoques trabaja con el concepto de que TODO ES

CIUDAD<sup>3</sup> (Alfonsin, 1995). El abordaje propone acabar con la dicotomía rural-urbano e incorpora la zona rural de los municipios al área urbana, con la intención de preservar sus valores ambientales, mantener su vocación regional para la actividad rural, de recreación y turismo, además del uso residencial, con la promoción y fijación de la población, a través de la actividad económica diversificada o con la sustentación de las ciudades. Desde esa óptica la planificación del uso del espacio rural debe considerarse con múltiples funciones, caracterizando la existencia de un nuevo rural.

El segundo enfoque, llamado de NUEVO RURAL ha venido ganando espacio entre los investigadores oriundos de universidades y centros de investigación volcados al desarrollo rural. El concepto destaca el surgimiento de un nuevo complejo de actividades rurales que han venido dando un soporte adicional de generación de empleo y renta al sector y muy particularmente a la pequeña producción familiar. Sobre este asunto nos detendremos más adelante.

En muchas ocasiones, el poder local pierde capacidad de gerenciamiento o de monitoriamiento de las propiedades rurales por estar situadas lejos de los centros de las ciudades donde están radicadas, o bien porque en los países latinoamericanos, la cuestión rural (sea agrícola o rural propiamente dicha) depende de otras instancias de poder (el de la provincia o del Gobierno central). Esta situación ha venido cambiando un poco en el Brasil, y creemos que es el camino para poder enfrentar los procesos de integración económica que la globalización impone: El poder público municipal debe cada vez más evaluar el municipio como un ambiente único, donde adquieren igual importancia los patrimonios y actividades rurales y urbanas en el territorio.

Al aprovechar todo ese marco de fondo que nos propone el concepto TODO ES CIUDAD queremos discutir dos cuestiones fundamentales respecto de la globalización y sus impactos en los municipios. un primer tema nos referimos a la tendencia que se acelera en las ciudades brasileñas y sin miedo de exagerar, en los países que hoy forman parte del Mercosur –Mercado Común del Cono Sur- de cada vez más atribuir competencias a los municipios para tentar garantizar una mejora en la calidad de vida de los ciudadanos. Esto es la descentralización de los poderes para mejor enfrentar los problemas de la globalización.

El otro tema, más importante aún dada su novedad dentro de las discusiones de las nuevas competencias municipales, se refiere a las posibilidades que ofrece el espacio rural y en él, la pequeña producción rural basada en actividades (artesanales) familiares, de brindar fórmulas de crecimiento y desarrollo sustentado de los municipios incorporando el concepto 'nuevo rural'. Para que eso pueda ocurrir, es necesario que el concepto de municipalidad o de ciudad deje de vincularse estrictamente al espacio físico urbano y pase a considerar el desarrollo económico y social de todo el territorio, manteniendo los valores sociales y ambientales existentes y promoviendo a través de la articulación política, la integración de las acciones (público/público y público/privado). Discutiremos los problemas y posibilidades para la creación de renta en la pequeña agricultura y como, con el nuevo rol que puedan jugar el

---

<sup>3</sup> **Todo es ciudad.** Es un concepto incorporado en el plano director de la ciudad de Porto Alegre en 1995. Defiende la integración de lo rural en lo urbano para la formación de un único aglomerado poblacional. Parte de la idea de que la ciudad está vinculada en el desarrollo armónico físico, social y económico equilibrado en todo el territorio municipal considerando sus peculiaridades y manteniendo los valores ambientales existentes lo que hace posible promover la integración de las acciones administrativas. El concepto defiende que desarrollo sustentable en las ciudades solo puede ocurrir si las ciudades trabajan para extinguir la dicotomía rural-urbano o ricopobre. Esto es, la ciudad es cada vez menos desarticulada y constituida por conjuntos de segmentos sociales distintos donde lo urbano no viva aislado de lo rural; o bien, los ricos no vivan aislados por inmensos muros y los pobres no vivan aislados en áreas inundables, en las laderas de las montañas o en las encostas lejos de la infraestructura y del alcance de los equipamientos urbanos convencionales que permiten mantener una mejora en la calidad de vida.

poder local, podremos pensar en crecientes y diferenciadas alternativas de sustentabilidad del medio rural y urbano.

## LA IMPORTANCIA DE LA DESCENTRALIZACIÓN FRENTE A LA GLOBALIZACIÓN

A respecto de la urbanización, en el Brasil, el número de nuevas ciudades en los últimos 60 años prácticamente se ha triplicado. Hoy contamos con más de 5 mil municipios, y a pesar de más de 60 % de esa población vivir en las ciudades, una buena parte de ella vive en el area rural que alimenta, año tras año, el fenómeno de la emigración rural-urbana, por no tener alternativas de renta en el sector. Ese proceso no fue diferente en toda America Latina. Según los datos de la CEPAL (1999), el continente registró un crecimiento demográfico espectacular lo que condujo a que algunos centros urbanos se transformasen en metrópolis o megalópolis. Hoy en día, 45% de la población de la región, algo más de 200 millones de habitantes están por debajo de la línea de pobreza, marginalidad y vulnerabilidad social, lo que há redundado en crecientes presiones sociales (Agência, 2000).

Esas constataciones apuntan para dos aspectos importantes a los propósitos de este trabajo. El primer aspecto es que la urbanización reciente del país hizo con que una gran parte de la población de las ciudades mantuvieran y aún mantengan un estrecho vínculo con el medio rural reforzados por costumbres y hábitos alimentares. Este punto ha abierto una perspectiva de mercado para los alimentos de origen artesanal conforme trataremos mas adelante. Un otro aspecto es la inserción económica de ese contingente de la población en edad activa (entre los 14 y 55 años) que que se sustentava de la actividad agrícola y hoy vive en el medio urbano en condiciones de pobreza absoluta y marginalidad. Queremos colocar en debate que el municipio, como parte integrante del Estado y como *"referente territorial para la prestación de los servicios, requiere que los recursos en manos del Estado central (...) sean objeto de una reforma fiscal"* (Molne, 2000). Nos interesa ir más allá de la discusión de conceptos tradicionales de crecimiento al discutir nuevas formas de empleo y renta en el campo, que tiendan a reducir el proceso de la migración para las areas marginales de las ciudades y que permitan poner a las personas, a los ciudadanos – su salud, su bienestar, su educación y sus chances de inclusión social y económica- en el centro del debate.

Calculase que en una ciudad de porte medio, 20% de su capacidad de inversión dentro de la propia ciudad son de recursos oriundos del sector público (municipio, Estado o Federación). Los demás 80 % son provenientes de la iniciativa privada, que en muchos casos es de origen rural (Molne, 2000). Más allá de la discusión de las competencias de los municipios, el proceso 'todo es ciudad' propone una nueva forma de encarar los hechos, que posibilite y estimule la cooperación para que el poder local, en el papel de articulador, para poder estimular que la renta generada en los municipios vuelva a las ciudades a travez de las inversiones privadas con la consecuente mejora en la calidad de vida, pues el espacio geográfico es un *contínuom* donde se desarrollan de forma única e interactiva relaciones económicas, sociales y ambientales dentro de las actividades urbanas y rurales: El espacio rural no es diferente del espacio urbano y por tanto las políticas sectoriales no podrán promover el desarrollo sustentado de las ciudades si no se dan las condiciones para la conversión en ciudades globales.

Las ciudades son hoy mucho más complejas que antes de la globalización entrar en el cotidiano de ellas. Hoy en día la población se moviliza por diversos factores que huyen de la competencia municipal, como la violencia, la exclusión del medio rural y el desempleo y la

marginalidad urbana. Problemas de transportes de masa, tránsito, medio ambiente, emprendimientos inmobiliarios son importantes en la actual coyuntura, mas no son primordiales, en este sentido solo será posible conquistar autonomia local si hay capacidad de mobilización y masa crítica. Nickson (1995), al comparar las transferencias de recursos de los estados y gobiernos centrales para los municipios en America Latina y algunos países desarrollados, constata cómo es necesario que la descentralización se efective en America Latina si deseamos tener capacidad de gobernar las ciudades y no apenas de administrarlas. En ese sentido, la descentralización, antes de más nada, es una conquista del ejercicio de poder local, y no apenas el resultado de una delegación de poder de las instancias superiores del Estado.

Asistimos sin duda alguna, a una diferenciación impuesta desde afuera. Lo peor de este proceso es que no podemos escribir el futuro del mismo, apenas podemos señalar alternativas a su camino. Si antes la consolidación urbana tardaba 30 a 50 años, hoy podemos decir que los tiempos son otros. La urbanización de los países desarrollados, como los de la Unión Europea ha sido bien diferente de la urbanización que sufren nuestras ciudades en America Latina. Las ciudades, precisam ajustar la sociedad a la globalización. Las ciudades precisam de una radiografía no apenas de la coyuntura económica y política por las cuales atraviesan, El conflicto de globalizar la sociedad, caracterizada por tradiciones, cultura e historia diferenciados de sus ciudadanos, es el desafío que se plantea hoy el desarrollo sustentable de las ciudades pudiendo ser más rápido y mejor en aquellas ciudades que sean capaces de asimilar las mudanzas de rumbo que fatalmente nos impone la economía global.

Una de las pocas armas de que disponen los estados nacionales, las provincias o departamentos y los municipios para defenderse de la globalización es la descentralización. Según el presidente del Banco Mundial, James Wolfensohn, (Carta, 1999) *“juntas, la globalización y la descentralización pueden revolucionar el panorama del desarrollo humano o llevar al caos y aumentar el sufrimiento humano”*. Esto es, la transferencia del poder de decisión política y económica (junto con la transferencias de competencias) para los poderes locales, sería una solución a medio plazo para los problemas que aquejan las ciudades y una formula optimista de ganar la batalla del desarrollo sustentado.

Desde que bien conducida, la descentralización puede resultar en gobiernos locales más eficientes y sensibles a las demandas de la sociedad, con más exigencias de responsabilidad colectiva y colocando a las personas -su salud, su bienestar, su educación y las oportunidades de inclusión económica y social- en el centro del debate de desarrollo. Este proceso de promoción del desarrollo municipal requiere una nueva gestión que sea al mismo tiempo participativa y que incorpore un enfoque territorial. Schejtman (1999) propone que esa gestión promueva: i) cambios en el aparato público para favorecer la articulación urbano-rural; ii) el fortalecimiento de la organización de la población (urbana y rural); iii) la interacción de los agentes público de distinto nivel.

En síntesis, las consecuencias del modelo de desarrollo vigente en la mayor parte de los países de la America Latina afectan primordialmente a las ciudades. La inclusión del medio rural como espacio de planificación de las actividades económicas y como lugar para vivir, permite ampliar la perspectiva de actuación de los gobiernos locales.

## EL 'NUEVO RURAL' Y SU RELACIÓN CON EL DESARROLLO SUSTENTADO DE LAS CIUDADES

Extensos y pormenorizados estudios han venido publicándose en el Brasil para analizar el fenómeno del 'nuevo rural'<sup>4</sup>. Conviene para los objetivos de este trabajo apropiarnos de algunos puntos detectados que pueden servir de telón de fondo. En primer lugar, debe señalarse que además de las actividades tradicionales son anunciadas otras (nuevas actividades agrícolas y actividades no-agricolas) que componen el nuevo rural. Él es así llamado, no apenas por que presenta actividades novedosas, y sí porque estas actividades fueron ocupando importancia económica dentro de la familia y transformadas en actividades alternativas de empleo y renta.

Segundo, que existen en el medio rural grupos de actividades que decorren de la estructura fundiaria vigente y de la capacidad emprendedora con un estoque de conocimientos adquiridos durante el proceso de modernización agrícola que el medio rural vivió durante más de dos décadas en el Brasil, con sus secuelas de éxodo rural-urbano.

Tercero, que el proceso de modificación del medio rural para el nuevo rural en el Brasil se ha venido dando al margen de cualquier proceso de planificación del medio rural originado en el sector urbano, esto quiere decir que el papel proactivo del poder público local fue despertando posteriormente a la constatación del fenómeno. Podemos constatar todavía, que ha sido más una resultante del desarrollo de las actividades no-agricolas y urbanas de los que viven en el medio rural, que una posible propuesta de conjunción de intereses.

Por eso resulta satisfactorio explicar la transformación rural a través del desarrollo urbano, siendo así, podemos verificar que Graziano da Silva y Del Grossi (2000) al analizar informaciones intercensitarias para el Brasil constataron que durante toda la década de los años 90 la renta agrícola de las personas ocupadas en el medio rural brasileño había permanecido estático e incluso disminuyó si comparado con el resultado de la renta no-agrícola, que decorre de varias actividades en el sector rural, muchas con características urbanas. Por otro lado, pudieron constatar también que al comparar la renta percibida por las personas residentes en el medio rural, estas fueron inferiores a la renta de familias urbanas ocupadas.

Finalmente, que el medio rural brasileño ya se há convertido también en un lugar de residencia, al encontrarse personas residentes en el medio rural que no están necesariamente ocupados o no están ocupadas en actividades agrícolas propiamente dichas.

## EL PROBLEMA DE LA RENTA EN LA AGRICULTURA<sup>5</sup>

En análisis que procuran apuntar alternativas económicas que propicien una mejora de la renta a los pequeños agricultores<sup>6</sup>, la mayoría de los estudios utilizan las *commodities*, como punto de referencia de análisis, por la importancia económica (valor bruto de la

<sup>4</sup> Según Graziano da Silva e Del Grossi (2000), el "Novo Rural" se componen de tres grandes grupos de actividades: a) agropecuaria moderna que produce *commodities* vinculadas a las agroindustrias; b) 'nuevas' actividades agropecuarias, volcadas para nichos de mercado; y, c) actividades no-agricolas vinculadas a la parcimonia, habitación, tercerización de servicios e industrias.

<sup>5</sup> Los ítems 4, 5 y 6 fueron elaborados con base en la disertación: PLAN de GESTIÓN para el DESARROLLO de las AGROINDUSTRIAS ALIMENTICIAS FAMILIARES RURALES de LONDRINA-PR, presentada por el primer autor en la Maestría en Dirección y Gestión Pública Local, en el Centro de Estudios Municipales y de Cooperación Internacional – CEMCI, en 1999 (Motta, 1999).

<sup>6</sup> Agricultores familiares, en este texto, son considerados aquellos que independientemente de mantener la pose de la tierra exploten áreas relativamente pequeñas, residen en el inmueble o próximo a él y utilizan preponderantemente mano de obra familiar. La gestión de las actividades es familiar.

producción, área de cultivo y mano de obra ocupada) de esas explotaciones, sugiriendo posteriormente otros caminos alternativos. Las *commodities*, de forma general, vienen presentando reducción en sus márgenes, debido básicamente a la constante tendencia de queda de los precios en el mercado internacional. Eso ha obligado a los agricultores acompañar la tendencia mundial, buscando mejoras de productividad, por la incorporación de innovaciones y ampliación creciente de escala con el objetivo de reducir los costos de producción.

Cómo este proceso há afectado el municipio? Una de las consecuencias de ese proceso es la marginalización de un gran contingente de agricultores en el campo y en las ciudades. Algunos por falta de información, otros porque no tienen condiciones mínimas para adaptarse a las nuevas exigencias que el mercado internacional impone a la agricultura. En otras palabras, es un modelo que concentra (capital, tierra, servicios, etc) y excluye o marginaliza contingentes cada vez más grandes de agricultores y trabajadores. La incesante búsqueda de ventajas comparativas a través de escalas mayores y la reducción de costos a través de tecnologías que economizan mano de obra, han eliminado agricultores, principalmente familiares del sector agrícola. Ese proceso há provocado la emigración de regiones enteras y promovido la ocupación desordenada de otras, con profundas consecuencias de naturaleza política, social, ambiental y económica para todas ellas (Bonanno et. al. , 1997).

Las consecuencias más perceptibles de ese proceso de desarrollo, se refleja en la creciente pobreza en el campo, en las periferias de las ciudades y en la degradación de los recursos naturales. Las decisiones de la agricultura en la región siempre pertenecieron a esferas superiores al municipio, tratándose como un asunto de macroeconomía. Las políticas públicas que procuraron intervenir en ese proceso, vía de regla, trataron dar soluciones compensatorias o de forma asistencialista. Para Schejtman (1999) *"La heterogeneidad estructural del agro, las características de los mercados rurales<sup>7</sup>, las diferencias en materia de potencialidades y de restricciones que caracterizan a los distintos espacios rurales, y las particularidades de sus vinculos con núcleos urbanos de distinto tipo, plantean la necesidad de aplicar un enfoque territorial del desarrollo rural"*. Para eso es fundamental desarrollar nueva capacidad de gestión local, promoviendo y organizando la participación social que propicie mudanzas institucionales, entre las cuales la descentralización de las políticas públicas.

Durante mucho tiempo, la práctica de políticas agrícolas compensatorias en el Brasil dejaron consecuencias muy serias en el deficit público. Por otro lado, la práctica de políticas asistenciales, o bien subsidiando el uso de prácticas racionales de manejo del suelo, o bien dando el acceso a la habitación tampoco ayudó a resolver los problemas de la población rural. En un período reciente han empezado a surgir iniciativas que intentan introducir o instaurar una nueva visión de desarrollo rural, incorporando conceptos sistémicos como el de cadena productiva<sup>8</sup> y de integración de los espacios rural-urbano, generando nuevas oportunidades emprendedoras y de ocupación. Entre las iniciativas están, como se hizo referencia, las "nuevas" actividades agropecuarias, las actividades no-agricolas emprendidas especialmente por los agricultores familiares; las que tratan de la agregación de valor a los productos primarios por la integración vertical de la etapa de transformación y comercialización no hecha, hasta entonces, por ellos. Esas iniciativas procuran tratar los problemas de la agricultura familiar de forma sistémica, en una visión interdisciplinar que, por eso mismo, requiere la efectiva participación del poder público local. Es así, por que los mecanismos de mercado

---

<sup>7</sup> Según el autor esos mercados involucran: trabajo, crédito, productos, insumos e información.

<sup>8</sup> **Cadena productiva** - la agropecuaria tiene antes de ella el subsector de insumos, máquinas y equipos, y posterior a ella le siguen los subsectores de transformación, distribución (mayorista y minorista) y el consumidor.

impiden que gran parte de los agricultores familiares tengan acceso a los principales factores de producción, en especial del crédito, tecnologías, informaciones e insumos y, cuando tienen acceso, los costos inviabilizan su uso o expone el productor a un grado de riesgo que el no puede asumir. La verificación de esos factores solamente puede darse en el ámbito local y su superación requiere de políticas públicas específicas (locales) para superarlos.

Enfím, considerando el hecho de que los procesos migratorios campo-ciudad van a continuar: el desafío es desarrollar políticas que favorezcan el desarrollo equilibrado en todo el territorio, tanto de aquellos que permanecen en el medio rural, como de aquellos que migran para las ciudades. En esse orden de ideas, debe considerarse que la creciente migración de los miembros de la familia con el objetivo de incorporar más renta a la unidad familiar en el campo se constituye generalmente en el principal canal de acceso a las informaciones e innovaciones del medio urbano.

Según Graziano da Silva & Del Grossi (2000) estas familias constituyen la llamada unidad familiar pluriactiva, o sea con distintas fuentes de renta, rural y/o urbana. Para el año de 1998 fue constatado en el Brasil, que 21% de los domicilios situados en el medio rural y 50% de los urbanos (con por lo menos un miembro de la familia ocupado en actividades agrícolas) son afectados positivamente por la pluriactividad. Qué nos demuestran los datos? que frente a una posible disminución del empleo agrícola como ocurrió en el pasado, debido a la mecanización de sus actividades, se ha verificado una tendencia de mantenimiento de la población rural debido al crecimiento de las ocupaciones rurales no-agrícolas, cuya renta superaba ya, en 1998 la renta agrícola en el medio rural de Brasil.

## DESAFIOS PARA LA PROMOCIÓN DE RENTA EN LA AGRICULTURA FAMILIAR

En grandes líneas y de acuerdo con especialistas<sup>9</sup> sobre el tema, es posible promover incremento de renta de los agricultores familiares y con eso contribuir al desarrollo rural, a través de las siguientes líneas de acción:

- a) Diferenciación de productos para agregación de valor;
- b) Introducción de actividades no-agrícolas ;
- c) Inclusión de nuevas explotaciones de mayor valor agregado en los sistemas de producción tradicionales – volcadas para nichos de mercado, como piscicultura, horticultura floricultura, pequeños animales, etc;
- d) Modernización tecnológica de los sistemas productivos basados en *commodities*;
- e) Programas de soporte de la renta agrícola, que incluyen políticas sociales como la previdencia social (jubilaciones).

Esas alternativas no son excluyentes, por lo contrario deben complementarse entre sí. Hasta porque no sería viable que todos los agricultores y los órganos de apoyo del municipio adoptasen una única estrategia. Las alternativas pueden ser desarrolladas con distintos niveles de enfoque, conforme a las características locales de cada región.

Se destaca que para agregar renta a las actividades agrícolas es necesario considerar otros aspectos que involucran los demás sectores de las cadenas productivas del agronegocio, tales como la infraestructura, el sistema tributario, el cambio y, principalmente, el mercado consumidor. A seguir se hacen breves comentarios sobre los ítems a e b, enfocando la agroindustrialización artesanal de alimentos como alternativa de agregación de renta a la agricultura familiar, en el contexto de las actividades no-agrícolas del nuevo rural.

<sup>9</sup> Farina & Lazzarini (1997), Jank & Lazzarini (1999), Wedekin (1997), Carvalho et. al. (1998), Lacki (1996) entre otros



## EL NUEVO RURAL Y LA DIFERENCIACIÓN DE PRODUCTOS ALIMENTICIOS

Estudios recientes<sup>10</sup> identifican cambios en las actividades del medio rural además de la producción de *commodities*. Crece la importancia de explotaciones no convencionales, direccionadas a segmentos específicos del mercado, y de actividades no-agrícolas, típicamente urbanas. Entre esas nuevas actividades agropecuarias, no convencionales, se incluyen productos y servicios que originalmente ya ocupaban un espacio en la unidad productiva, pero que no tenían importancia mercantil (Graziano da Silva & Del Grossi, 2000).

Schejtman (1999), informa que las ocupaciones rurales no-agrícola, en América Latina, ya en los años ochenta *"había crecido a ritmos significativamente mayores que el empleo propiamente agrícola (...) en 12 países aumenta más rápidamente que el empleo total y en ocho países aumenta incluso más rápidamente que el empleo urbano"*. El mismo autor concluye que esas ocupaciones permiten diversificar las fuentes y estabilizar los ingresos, resaltando que el nivel de información de la persona y la calidad de la infraestructura del territorio son determinantes para mejorar el nivel de esas ocupaciones. Así, la existencia de infraestructura y de servicios en el medio rural, atrae segmentos de la población urbana para el campo en busca de locales de diversión, turismo y moradia, aumentando el consumo de los productos artesanales. En el sentido inverso, la existencia de mercado para los productos de esas actividades está permitiendo integrar producciones artesanales de pequeña escala y calidad diferenciada, en circuitos de distribución y comercialización modernos de los centros urbanos.

Analizando los datos de 1998 de la población rural en el Brasil, Graziano da Silva & Del Grossi (2000), verificaron que *"la agricultura pasa a responder por parte del tiempo de ocupación y de la renta de esas familias (...) consecuencia de esa tendencia decreciente de la renta agrícola, se observa una creciente importancia de las actividades y rentas no-agrícolas"*. Dada la intensidad de esse fenómeno, la renta no-agrícola ya ultrapasa la renta agrícola de las familias rurales en el Brasil.

El espacio rural pasa a tener un abanico cada vez mayor de actividades, además de aquellas tradicionales de producción y criación. Eso le há conferido una magnitud que va más allá de la agropecuaria. En él pueden estar conviviendo en una misma región la producción de: *commodities*, productos diferenciados para nichos de mercado o actividades no-agrícolas relacionadas al esparcimiento, turismo o a la agroindustria familiar de base rural. Frecuentemente esas actividades presentan interfaces, como es el caso del turismo y de la producción artesanal, hecho que puede ocurrir de forma espontanea o ser construido a partir de iniciativas de desarrollo local apoyadas por la municipalidad.

El espacio rural, en este enfoque, es multifuncional, según Albuquerque (1.997), por detras de esa propuesta subyace que el desarrollo rural, no puede ser visto únicamente como sinónimo de desarrollo agrario, ya que en el medio rural deben promoverse igualmente otras iniciativas. En ellas se incluyen el procesamiento industrial de productos primarios, la artesanía, la protección del medio ambiente, el turismo (rural, agroturismo, ecológico y de aventura), la protección del patrimonio cultural y paisagístico y el correspondiente desarrollo de los (esos o otros) servicios aledaños. Desde ahí que las políticas para el nuevo rural deben incorporar dimensiones como la habitacional, provendo infraestructura semejante a la urbana.

En ultima instancia, el nivel de desarrollo de los factores como el mercado de trabajo, de capital, de productos, de insumos y de información vienen a determinar el desarrollo de las ocupaciones no-agrícolas y es donde se da la interface urbano-rural. Por esa razón la existencia de la ciudad y su fortalecimiento es factor de desarrollo de la agricultura familiar y del espacio

<sup>10</sup> Schneider, 1995; Graziano da Silva et al., 1997; Graziano da Silva, 1997; Graziano da Silva, 1998; Couto, 1998 entre otros

rural. La ciudad es un importante centro difusor de tecnologías donde los mercados de esos factores funcionan de forma más perfecta, además de constituirse en centro de consumo para los productos del medio rural, conforme ya fuera señalado por Schejtman (1999).

## **LA DIFERENCIACIÓN ARTESANAL DE ALIMENTOS**

Entre los productos rurales que han ampliado su mercado se encuentran aquellos destinados para extractos diferenciados del mercado de entre los cuales, los alimentos agroindustrializados artesanalmente ocupan lugar de destaque. Las políticas de apoyo a su producción y comercialización es una línea de acción que propone agregar valor a los productos rurales (agrícolas o no) a través de su diferenciación y con eso mejorar los ingresos de las unidades productivas. Las iniciativas en ese campo alcanzan desde un simple procesamiento primario (limpieza, clasificación y embalaje) hasta el procesamiento industrial con intensa agregación de tecnología, incorporación de marca y atributos específicos (Vieira, 1998).

Los atributos de un producto diferenciado comprende un abanico enorme de posibilidades, son factores, entre otros, inherentes al proceso de producción que les otorgan atributos y que determinado segmento consumidor valoriza, caso de los productos orgánicos. en ese sentido la certificación de procedencia (denominación de origen controlada) constituye un hecho reciente, en nuestros países, en el sentido de caracterizar productos agropecuarios, *in natura* o procesados. Debe destacarse que parte significativa de la población urbana de muchos municipios presenta raíces rurales e que, portanto, constituye-se en un segmento importante de consumidores desses produtos, conforme já assinalado. Las oportunidades para esos productos también se relacionan con los recientes cambios en los hábitos de consumo y en las estrategias de la industria de alimentación, que vienen consolidando nuevos nichos de consumidores. La industria artesanal de alimentos, que es predominantemente familiar e rural, agrega renda a esas unidades, también, porque reduce las pérdidas desde la cosecha en el campo hasta el consumidor y la intermediación en el proceso de comercialización del producto (Lacki, 1996). Además de esos aspectos, se consideran otros relacionados con la reducción y diversificación de riesgos de las actividades de producción, la posibilidad de huir de las variaciones estacionales de precios y aprovechar oportunidades del mercado (Nogar & Posada, 1996).

En conclusión, el incremento de valor al producto primario por el procesamiento y, eventualmente, la comercialización, no es la única alternativa para la generación de renta al sector agropecuario, pero con seguridad presenta características importantes y se muestra válida para una parte de los agricultores que pueden ocupar espacio en nichos de mercado y con eso registrar ingresos más remuneradores a sus actividades rurales. Esa es una de las formas de adaptación que los agricultores, especialmente los familiares, vienen encontrando para hacer frente a las crisis de diferentes orígenes que amenazan frecuentemente su permanencia y reproducción en el medio rural (Baudel Wanderley, et. al., 1996).

## **DESAFIOS PARA EL PROCESAMIENTO Y LA COMERCIALIZACIÓN DE ALIMENTOS EN LA AGRICULTURA FAMILIAR**

Las nuevas modalidades de comercialización y estructuras de los mercados han llevado a muchos analistas y formuladores de políticas públicas a considerar a las pequeñas empresas

como alternativas viables y eficientes; gracias a sus estructuras desburocratizadas, su flexibilidad productiva, su potencialidad en la creación de puestos de trabajo y en la dinamización de la economía local y a su capacidad de adaptación funcional a las necesidades innovativas tanto a corto cuanto a medio plazo. Es en este contexto que se insiere la agroindustria artesanal de alimentos.

Las micro y pequeñas empresas, no obstante, presentan algunos puntos frágiles que comprometen su actuación competitiva: se caracterizan por una escasa capacidad para la gestión estratégica y administrativa; ellas no han desarrollado una estructura productiva y sobretodo comercial eficiente, especialmente en relación a las posibilidades relacionadas con mercados más complejos; no tienen la misma facilidad que las grandes empresas para conseguir crédito e informaciones esenciales para su emprendimiento.

En el caso específico de la producción de alimentos, la oferta confronta con un elevado número de variables no controladas por los agricultores familiares individualmente, lo que se traduce en una situación de riesgo permanente para ellos, sea del punto de vista productivo, donde la presencia de factores físicos o biológicos adversos pueden influenciar negativamente, sea porque comercialmente trabajan con precios que registran niveles importantes de oscilación entre siembra y cosecha.

El Cuadro 01 presenta un resumen de los problemas centrales de la agricultura familiar, cuando se trata de la transformación de sus productos alimenticios. Ellos fueron individualizados en seis grupos para efecto de presentación, a pesar de estar interrelacionados entre sí.

**Cuadro 01 - Desafíos que enfrentan los agricultores familiares para adoptar el processamiento y la comercialización de la suya producción.**

PROBLEMA	MOTIVACIONES / CAUSAS
1. Escasa formación emprendedora	Aversión al riesgo Desarticulación de las acciones organizacionales de la cadena Falta de capital de inversión
2. Bajo nivel de adopción de tecnologías	Escasa disponibilidad de capital Sistemas de producción ineficientes / ineficaces Escasa coordinación de las estructuras técnicas y productivas
3. Sistemas de comercialización ineficientes	Sistema arcaico con muchas pérdidas Desinformación sobre exigencias y patrones de calidad de los distintos canales de comercialización
4. Dificultad de acceso al crédito	Despreparo de las instituciones de crédito para evaluar y seguir proyectos de pequeño porte / Burocracia Carencia de orientación integral a los agricultores Imposibilidad de ofrecer garantías aos agentes de crédito Ausencia de linhas de crédito con perfil adecuado
5. Complejidad de la legislación y de los procesos burocráticos	Muchas leyes independientes unas de las otras (sanitarias, tributarias y ambientales) Desarticulación en las acciones organizacionales
6. Restringido acceso a las informaciones	Bajo nivel de instrucción y de organización de los agricultores Restricciones de capital y de escala Baja capacidad de gestión

Fuente: Motter, 1999.

Los problemas presentados anteriormente afectan de forma diferente a los diversos tipos de agricultores familiares existentes, por eso una política de apoyo a las iniciativas de agregación de renta a travez de la agroindustrialización, requiere el establecimiento de criterios de selección para los beneficiados. Esos criterios deben incluir un determinado segmento de agricultores cuyos factores de selección puedan dar garantía de establecer un sistema de

características homogéneas que faciliten el diseño, la implantación y el seguimiento de las políticas de apoyo. Un factor fundamental es la evaluación del perfil actual o potencial del emprendedor familiar, sin el cual se reducen las posibilidades de de suceso de la política municipal, por la dependencia que se crea con los mecanismos de apoyo adoptados. en última instancia, lo que se propone es una política local que promueva , en el tiempo, la emancipación económica de esas familias emprendedoras.

## PROPUESTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LOCALES PARA EL DESARROLLO DE LA AGROINDUSTRIA ARTESANAL DE ALIMENTOS

Conforme subrayado en las secciones anteriores, la solución para el problema de la renta en la agricultura familiar puede ser buscada a travez de diferentes estrategias. La propuesta que se presenta a seguir pretende apoyar la integración vertical (por las manos de los priopios agricultores) de la etapa de procesamiento de los alimentos, para agregar valor a sus productos y, con eso, contribuir para la mejoría de la renta. Además de los referenciales teoricos, el rol que se atribuye a seguir a los gobiernos locales tiene como referencia práctica los siguientes programas:

- *Programa de Verticalización de la Pequeña Producción Agrícola del Distrito Federal - PROVE*, que ha sido extinguido, pero que dejó, por su pioneirismo e innovación, muchas lecciones a los gobiernos locales que buscan fundamentar políticas similares <sup>11</sup>;
- *Programa de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar - PRONAF-Agroindústria*<sup>12</sup>, en el ámbito federal y;
- *Programa Fábrica del Agricultor*<sup>13</sup>, en el estado de Paraná,

Los dos últimos tienen su formulación reciente y tratan exclusivamente de apoyar a las iniciativas locales de apoyo a la agroindustria familiar de base rural.

El municipio deve contar con un marco normativo mínimo, en especial para disciplinar la cuestión sanitaria de los alimentos producidos y comercializados en él; debe articular los esfuerzos presentes en su territorio para garantizar mejoras en la infraestructura municipal. La existencia de programas oficiales, nacionales o provinciales, de apoyo a los agricultores familiares y a la agroindustrialización de sus productos, colocan al municipio el desafío de ser el patrocinador estratégico de la operacionalización de estos programas.

Entretanto, el papel principal que se espera que el municipio ejerza es la articulación de todos los agentes locales alrededor del objetivo común de hacer la promoción del desarrollo de su gente, en este caso, a travez de la agroindustrialización artesanal de alimentos. Solamente en una segunda etapa el municipio debe desarrollar sus mecanismos complementarios de promoción y fomento de la agroindustria artesanal. Para eso es fundamental un inventario de lo que vienen haciendo las instituciones que actúan en el municipio con la agroindustria de alimentos y la agricultura familiar; así como sistematizar las informaciones y privilegiar espacios de negociación entre los actores. A propósito de este asunto, regularmente existe un gran espacio de negociación para ser ocupado que la municipalidad a travez del establecimiento de la lideranza en el proceso<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Distrito Federal (1999); Distrito Federal (1996), Marques, et. al. (1997) y Carvalho et. al., (1998)

<sup>12</sup> Brasil, (1996) y Silva, (1998)

<sup>13</sup> Paraná (1999a) y Paraná (1999b)

<sup>14</sup> El esfuerzo del gobierno municipal debe dirigirse para la construcción de una institucionalidad capaz de responder a la planificación del desarrollo integrado del municipio (urbano e rural).

A seguir se describen algunos componentes que, se fueran desenvueltos de forma integrada, pueden contribuir con el desarrollo y sustentación de una propuesta de esa naturaleza. Además, las posibilidades de suceso aumentan en la medida que son logrados éxitos en la organización de los agricultores, esfuerzo que debe estar presentes en todas las etapas.

Coordinar la negociación para involucrar los agentes locales - es común existir en el territorio muchas de las capacidades y habilidades necesarias, más común es que ellas se encuentren dispersas en las instituciones que actúan en el municipio. En ese sentido se configura un espacio para la negociación de alianzas entre los agentes locales, ya que ninguno de ellos tiene condiciones de realizar un proyecto de esa naturaleza por sí propio.

Iniciar un programa de capacitación de técnicos y emprendedores - articular los actuales y construir nuevos mecanismos de formación y capacitación en los aspectos económicos, comerciales, sanitarios, organizacionales y legales de los emprendimientos agroindustriales, buscando congrega los entes públicos, privados y las ONG's. La capacitación más de que conferir habilidades técnicas, debe formar emprendedores con el máximo de autonomía posible en relación al Estado, con capacidad de gestión de las variables inherentes a la actividad.

Construcción e puesta en marcha de una ventanilla única para trámite de documentos e atendimento a los emprendedores - La gestión integrada de las actividades, a través de una ventanilla y trámite único, permite que cada emprendedor tenga un único proyecto y, con eso, reciba un acompañamiento integral. Debe ser elaborado un flujo unificado para trámite de documentos, involucrando todas las instituciones, además de capacitar a los técnicos y funcionarios administrativos para orientar a los agricultores y para rellenar los documentos. Para eso la oficina del proyecto, en la municipalidad, debe funcionar como ventanilla única, de entrada, acompañamiento y seguimiento sobre la situación de los procesos.

Negociar la articulación de las líneas de crédito y el acceso de los emprendedores a los recursos - En el sentido de resolver el desencuentro entre la oferta y la demanda, se propone la construcción de mecanismos que potencialicen el uso de los recursos de crédito disponibles en el municipio o acciones para aumentar la su disponibilidad. Una característica frecuente a todos esos mecanismos de apoyo, es que la priorización en el uso de los recursos ocurre a nivel de consejos municipales, que deben ser articulados en el sentido de componer una estrategia común de desarrollo municipal, donde la agroindustria sea parte del proceso.

Adoptar la asistencia técnica integral a los emprendedores - La implantación de una asistencia técnica coordinada, garantizando a los agricultores el acceso a una 'consulta integral' puede determinar la viabilidad técnica y económica de las propuestas de emprendimiento, inclusive como pré-evaluación y garantía para la concesión de créditos. Esa consulta puede ser viabilizada en la medida en que sea adoptado, entre las instituciones, un catastro común de emprendedores. Así es posible un proceso de seguimiento y evaluación de cada propuesta en el tiempo. La operacionalización de ese proceso se viabiliza en la medida en que sea implantada la 'ventanilla única' para trámite de documentos.

Estructurar un sistema integrado de informaciones - La información adecuada en la hora cierta es un poderoso diferencial para ser y continuar siendo competitivo en el mercado, tanto a nivel personal cuanto empresarial. Por eso debe haber un esfuerzo de las distintas entidades para compartir sus bases de informaciones a cambio de acceso a todas ellas. Puede ser el embrión de una red local de negocios, integrada a otras redes externas a la región. Una red de informaciones comerciales puede favorecer la participación de los agricultores en rondas de negocios, exposiciones, muestras de productos, ferias; que les ayudará a identificar y calificar mejor la demanda del mercado.

Desarrollar un plan de marketing para la implementación de la política y para los productos - Para garantizar un mínimo de coherencia y consistencia entre las acciones del municipio, de los agricultores familiares y de las organizaciones involucradas con relación a los productos y al mercado local. El plan deberá prever mecanismos de comunicación de la coordinación para los distintos públicos: dirigentes de organizaciones, técnicos, agricultores y consumidores. La municipalidad podrá, por ejemplo, ajustar la oferta de espacios públicos para la comercialización de esos productos, en un primer momento, en cuanto los emprendimientos no estuvieren funcionando plenamente. El municipio debe negociar la inserción de los productos en las redes de supermercados de la ciudad, puede abrir las puertas de los mercados institucionales locales, especialmente los públicos (hospitales, guarderías, merienda escolar, asilos, etc). Debe también coordinar las acciones para que los emprendedores tengan asesoría para concebir marcas, rótulos y envoltura de los productos. Sumado a la propaganda, esos procedimientos deben servir de apelo de comunicación con los consumidores.

Construir mecanismos de acceso a los equipos, máquinas e insumos - Con las características y volúmenes demandados por esas pequeñas industrias. Al inicio del proceso debe haber un esfuerzo de los agentes locales para viabilizar alternativas que atiendan esa necesidad, garantizando con eso la operación de las unidades y la calidad de los alimentos. En un segundo momento la adquisición de esos ítemes a través de asociaciones de los agricultores resuelve buena parte de los problemas apuntados.

Desarrollar soluciones tecnológicas para edificar las plantas procesadoras - Para atender los requisitos técnicos y legales, para disminuir el costo final de la obra. Pueden ser desarrollados modelos de plantas, comprendiendo algunas tecnologías y materiales de construcción más baratos y comunes en el municipio. Así, será posible la práctica de elevados patrones tecnológicos y sanitarios en la producción de alimentos artesanales en todas las unidades, independiente del tamaño.

La agroindustria familiar de base rural presenta las características de las nuevas formas de producción, que se basan en pequeñas empresas y en productos diferenciados y de calidad. Todavía, para que desarrollen todo su potencial es fundamental la existencia de servicios esenciales y de un entorno territorial propicio. Lo ideal es que el municipio pueda contar con un consejo municipal de desarrollo rural, que podrá desempeñar el papel de instancia superior en la definición de estrategias de desarrollo donde la agroindustria familiar debe ser incluida. La producción familiar de alimentos es una nueva actividad en un medio rural que pasa por crecientes mudanzas. Ya se hace presente en muchos municipios y tiene potencial de crecimiento, sea porque hay mercado para productos artesanales, sea porque hay emprendedores dispuestos a invertir. Los mayores trabas son la burocracia, desconexión de los servicios y ausencia de crédito adecuado, aspectos para los cuales una política municipal de apoyo a las agroindustrias artesanales debe contribuir en la solución. En suma, ellas representan un camino para el desarrollo local y un modo de enfrentar la crisis económica y la retracción del mercado de trabajo.

Muchos municipios en el Brasil ofrecen todas las condiciones para que la pluriactividad esté presente de forma más importante, particularmente en la agricultura familiar. No podemos confirmar lo mismo para el resto de Latinoamérica, dada la heterogeneidad estructural del medio rural y donde los niveles de ocupación, capacitación y vulnerabilidad social estrangulan iniciativas de crecimiento sustentable. La pluriactividad basada en la agricultura familiar está presente en el origen de gran parte de los distritos industriales especializados, que representan la forma más virtuosa del desarrollo integrado de industrias en un territorio, articulando actividades urbanas e rurales. Ellos están presentes en

muchas regiones desarrolladas de Europa, como el Norte de Italia. El desafío del municipio es construir las condiciones adecuadas para que esas pequeñas agroindustrias puedan constituirse en la semilla de un proceso de desarrollo más amplio y, con el tiempo, vengán a articularse en red, potencializándose.

## A MODO DE SÍNTESES

Conforme destacado la descentralización debe ser buscada como forma de las comunidades locales contraponerse a las fuerza que la globalización impone. A los gobiernos locales se le colocan nuevos desafíos, entre los cuales el de planificar el desarrollo sustentado a partir de las fuerzas intrínsecas al municipio. Más allá de la discusión y pormenorización de las competencias que los municipios han obtenido históricamente para gestionar el territorio en cada uno de los países latinoamericanos, para obtener suceso en ese proceso se hace necesario la aplicación de un enfoque sistémico del territorio que integre los espacios urbano y rural en todas sus dimensiones (sociales, económicas, políticas, etc.) del municipio.

El espacio rural adquiere, en la perspectiva aquí propuesta, un carácter multifuncional. Significa decir que más allá del papel histórico de producir materias primas, alimentos, energía y fibras, en él crecen en importancia otras dimensiones fundamentales para la manutención de la calidad de vida. El espacio rural ha pasado a ser relevante desde el punto de vista de la preservación ambiental, como local de esparcimiento, como local de morada, además de presentar ventajas particulares para el desarrollo de actividades agroindustriales.

En síntesis, el medio rural ha diversificado su papel y con eso amplía la oferta de trabajo y de renta, contribuyendo a la mejora de la calidad de vida de una parcela de la población que hasta entonces se veía obligada a emigrar para las ciudades.

Es una tendencia verificada en el Brasil y ese proceso puede ser acelerado en la medida que los gobiernos locales adopten políticas que amplíen y refuerzen el nuevo papel del medio rural. En ese sentido las acciones volcadas para mejorar la infraestructura (energía, saneamiento básico, salud, educación, habitación, comunicación y transporte entre otros) presentan importancia estratégica, no solamente como forma de transferencia de la calidad de vida que existe en el espacio urbano para el medio rural, integrando así ambas poblaciones, pues todo es ciudad; sino también, promoviendo la reducción de las desigualdades sociales que tanto anhelamos.

Finalmente, con la mejora de la infraestructura y la diversificación de las actividades del medio rural, la presión migratoria tiende a disminuir, las familias no tienen más necesidad de ir hasta los centros urbanos para disfrutar de un padrón de vida digno. La multiinserción de los miembros de la familia en el mercado de trabajo, que hemos llamado de familia pluriactiva, ha permitido la ocupación y la garantía de renta durante todo el año, amenizando los ciclos agrícolas y consecuentemente dando una estabilidad económica y social que antes no existía. La producción artesanal de alimentos se insiere en ese contexto, buscando políticas locales de apoyo para su desarrollo, además de atender la demanda por ese tipo de producto de parte significativa de la población urbana que presenta hábitos de consumo vinculados al medio rural. La propuesta de actuación política de los gobiernos municipales aquí presentada es una alternativa que busca articular las acciones de los actores locales, optimizando y suministrando los servicios e insumos necesarios a las actividades e, integrándolos en el enfoque de cadena de producción de esos alimentos. Es el desafío impuesto por la globalización para oponer a la pobreza y olvido a los que ha sido sometido el medio rural, una calidad de vida tan o más completa que en el medio urbano.

**BIBLIOGRAFIA**

- AGENCIA Asociated Press. **Pobreza afecta a 220 millones de latinoamericanos**. Santiago de Chile. Disponível em <http://www.yahoo.com.ch>. Acesso em: 17 ago. 2000.
- ALBUQUERQUE, F. **Metodologia para el desarrollo económico local**. Santiago de Chile: CEPAL/ILPES, 1997. 51p.
- ALFONSIN, B. M. Uma cidade democratica em tempo de Globalização: texto para discussão da revisão do **Plano diretor de Porto Alegre 1995-2000**. Disponível em <http://web-site.portoalegre.com.br>. Acesso em agosto de 2.000.
- BAUDEL WANDERLEY, M. de N. et al. coord. **Agricultura familiar y modernidad: seninário internacional**. Campinas: Instituto de Filosofia y Ciencias Humanas, Universidad de Campinas, 1996. 95 p. (Síntese)
- BIRD - INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT- WORLD BANK, Local. **22. annual report**. (World Development Report-WDR, sep 1999).
- BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Brasília, DF. **PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Brasília, 1996. 37p. (documento referencial – mimeo)
- BONANNO, A., et al. **Globalización e localización: elementos para entender a reestruturación dos espaços rurais**. 1997. 22 p. (mimeo)
- CARTA de apresentação assinada pelo presidente James Wolfensohn. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 09 set.1999.
- CARVALHO, J. L. H. et al. **Agricultura cidadã: a agricultura no Distrito Federal (1995/98), novas formas de intervenção do Estado para un novo modelo de desenvolvimento rural**. Brasília : Secretaria de Agricultura do Distrito Federal, 1998. 87p.
- CEPAL, Local. **Informe anual de 1998**. Santiago de Chile, 1999.
- COUTO, A.T. Artesanato: una estratégia de sobrevivência da agricultura familiar? In: Anais da SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, Brasília-DF, 1998. Anais... Brasília, 1998. v.2 p.909-923.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Agricultura, Brasília, DF. **PROVE: Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal** [on line]. Brasília, 1999. Disponível: [www.prove.gov.br/](http://www.prove.gov.br/) [capturado em maio/99].
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Agricultura, Brasília, DF. **PROVE: o gosto da inclusão social Brasília Rural**, v. 2, n. 2, 1996. 16p.
- FARINA, E.M.M.Q.; LAZZARINI, S. G. A pequena produção e o agribusiness. **Folha de São Paulo**, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M. **O novo rural brasileiro**. Disponível em: <http://www.bnaf.org.br/palest11.htm>. Acesso en: 12 jul. 2000.
- GRAZIANO da SILVA, J. Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro. In SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL - SOBER, Brasília-DF. **Anais...** Brasília, 1998. v.1 p. 117-143.
- GRAZIANO da SILVA, J. et al., O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, v.7, n.1, 1997. p 43-8.
- GRAZIANO da SILVA, J. et. al. O emprego rural e a mercantilización do espaço agrário. **São Paulo en Perspectiva**, v. 11, n. 2, 1997.
- JANK, M. S.; LAZZARINI, S. G. Commodities: margens apertadas. **Agroanalysis**, v. 18, n. 5, 1998. p. 28-29.
- LACKI, P. **Rentabilidad en la agricultura: con más subsídios o con más profesionalismo?** Santiago – Chile : Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 1996. 21 p.



- MOLNE, C. V. **Gobiernos municipales y desarrollo local em Iberoamerica**. Granada, Espanha: UIM, 2000. 11p. (UIM. Serie Sintesis, 6).
- MOTTER, A. A., **Plan de gestión para el desarrollo de las agroindustrias alimenticias familiares rurales de Londrina-PR**, disertación de conclusión del curso de Maestría en Dirección y Gestión Pública Local, en el Centro de Estudios Municipales y de Cooperación Internacional - CEMCI, Granada-ES, 1999, 165p.
- NICKSON, L. **Local government in Latin American**. Washington, 1995. Lynne Rienner Publisher.
- NOGAR, G.; POSADAS, M. G. El ámbito local como escenario y motor del desarrollo - Agroindustrias, integración vertical y espacio rural. **Revista EURE**, v. 22, n. 66, 1996. p. 27-43.
- PARANÁ. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado, Curitiba, PR. Programa **Fábrica do Agricultor**: documento para debate. Curitiba, 1999a. 118p.
- PARANÁ. Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Estado, Curitiba, PR. Programa **Fábrica do Agricultor**: resumo executivo. Curitiba, 1999b. 33p. (versão preliminar - mimeo)
- SCHEJTMAN, A. Las dimensiones urbanas em el desarrollo rural. **Revista de la CEPAL**. n. 67, p. 15-32, 1999
- SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no RS: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, v. 16, n. 1, 1995. p. 105-129.
- SILVA, J. B. da. **Agroindústria (1998-2002): integração, agroindustrialização e comercialização da produção da agricultura familiar**. Brasília : PRONAF, 1998. 48p. (documento referencial)
- VIEIRA, L. F. Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, n. 1, 1998.
- WEDEKIN, I. Agregación de valores e rentabilidade na agropecuária. **Agroanalysis**, v. 17, n. 5, maio de 1997, 20-22p.





Direção Regional Sul  
Agências de Cooperação Técnica na Argentina,  
Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai

# PROCODER II

PROGRAMA COOPERATIVO DE DESENVOLVIMENTO  
RURAL DOS PAÍSES DO CONE SUL

O PROCODER é um programa coordenado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura IICA, que objetiva estabelecer mecanismos eficazes de captação, adaptação e intercâmbio conceitual e técnico em temas de interesse em desenvolvimento rural sustentável. Nasceu em 1992, por uma decisão dos Governos dos cinco países, e encontra-se em sua segunda fase de implementação.

Ele congrega instituições públicas de cinco países do Cone Sul, identificadas pela missão comum de atuarem, sob diversas formas e estratégias, em programas de desenvolvimento rural.

Dele participam todas as organizações públicas e privadas, além de profissionais, que têm interesse em compartilhar conhecimentos e experiências nessa temática, contribuindo para uma real integração regional em benefício das populações rurais e do meio ambiente.

Para informações contatar:

Telefone: 55-61-342-1596

Fax: 55-61-343-2060

E-mail: [procoder@iica.org.br](mailto:procoder@iica.org.br)

Homepage: <http://www.iica.org.br:90/procoder>

## ARGENTINA



INDAP INIA

## CHILE



INDAP INIA

## PARAGUAI



DEAG FDC

## BRASIL



BANCO DO NORDESTE  
PCPR/PI PCPR/PE -  
PCPR/RN NEAD -  
EMATER/MG  
EMATER/PR IAPAR  
EPAGRI/SC

## URUGUAI



JUNAGRA - PRONAPPA



**OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA**  
**“OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS (ORNAs)”**

**ROTEIRO DE VISITA A CASOS LOCAIS**

**18/04/2000**

**ROTEIRO 1**

**VISITA 1 – TURISMO RURAL**

- **Local:** *Pesqueiro Campaner*  
*Distrito de São Martinho - Rolândia/PR – Tel. 9972.0707*  
*(distância de Londrina: 33 km)*
  
- **Área total da propriedade:** 96,00ha *(propriedade da família Campaner)*  
**Área do pesqueiro:** 14,52ha *(propriedade de Djalma Campaner)*
  
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1993
  - Área total de lâmina d'água: 20.000m<sup>2</sup>
  - Número de tanques: 1
  - Espécies cultivadas:
    - *Tilápia, Pacú, Tambaqui, Bagre Africano e Carpas (Húngara, Capim e Prateada)*
  - Número de postos de trabalho:
    - 4 *(mão-de-obra familiar)*
    - *(mão-de-obra contratada)*
  - Número médio de visitantes/ finais de semana: 50
  - Outras atividades no estabelecimento:
    - *soja e trigo*
    - *área para recreação (aluguel do Bosque para excursões e churrascos)*
    - *Bar e restaurante*
  
- **Breve histórico do empreendimento:**

*A família Campaner reside há cerca de 50 anos na propriedade, tendo construído há 27 anos a represa que hoje abriga as atividades do pesqueiro. O filho Djalma assumiu as atividades do pesqueiro e continua cultivando 39 ha de soja e trigo na propriedade do pai. Responde ainda pela Tesouraria da Associação Rolandense de Aqüicultores. Futuramente pretende ampliar na propriedade as atividades voltadas para o lazer, construindo Salão de Festas e Camping, além de explorar cavalos para passeios, adquirir pedalinhos para passeio no lago e construir chalés para Pousada e uma trilha ecológica na área de reserva nativa.*

**VISITA 2 – TURISMO RURAL**

- **Local:** **Vila Rural da Paz**  
Distrito de São Martinho - Rolândia/PR – Tel. 240.1234  
(distância de Londrina: 47km)
- **Características gerais:**
  - Ano de instalação: 1997
  - Número de lotes: 34
  - População: 168 habitantes

<b>Faixa etária</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Total</b>
<b>Até 13 anos</b>	28	24	52
<b>13 – 21 anos</b>	23	16	39
<b>Mais de 21 anos</b>	40	37	77
<b>TOTAL</b>	<b>91</b>	<b>77</b>	<b>168</b>

- **Área por lote:** 5000 m<sup>2</sup>
- **Área das residências:** 44 m<sup>2</sup>
- Ocupações predominantes entre os vileiros: diaristas e mensalistas em atividades agrícolas e não-agrícolas (restaurantes, lojas de móveis, etc.), empregadas domésticas.
- Produtos agrícolas explorados: café, fruticultura, horticultura, pequenos animais
- **Breve histórico:**  
Instalada a 500m do Distrito de São Martinho, a Vila Rural da Paz recebeu predominantemente trabalhadores rurais temporários residentes na periferia do município e do Distrito. Em 1998 foi criada a AMOVIRP- Associação de Moradores da Vila Rural da Paz presidida pelo Sro Astério Gomes Santana Neto.

**VISITA 3 – AGROINDÚSTRIA RURAL**

- **Local:** **Frios Maram**  
Sítio Santa Maria - Distrito de São Martinho - Rolândia/PR – Tel. 240.1202  
(distância de Londrina: 50 km)
- **Proprietários:** Família Locatelli
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1989
  - Produtos: lingüiça, salame e defumados
  - Número de postos de trabalho:
    - 8 (mão-de-obra familiar)
    - 9 (mão-de-obra contratada)
  - Principal fonte de matéria-prima: produção própria
  - Principais mercados: Rolândia, Araongas e Londrina
  - Área do estabelecimento rural: 72,60 ha

- Outras atividades no estabelecimento: cana-de-açúcar, café, leite, soja e milho. Aproveita os resíduos dos dejetos dos suínos para a alimentação do rebanho leiteiro.
- **Breve histórico do empreendimento:**  
Tradicionalis cafeicultores, os Locatelli iniciaram o abate de suínos para a venda da carne, ampliando posteriormente o negócio para a produção de embutidos e defumados. Hoje a empresa conta com postos de venda em Londrina, Araongas e Rolândia, distribuindo os produtos com frota própria e terceirizada..

#### VISITA 4 – GASTRONOMIA RURAL

- **Local:** **Restaurante “Porco no Tacho”**  
Patrimônio Heimtal - Londrina/PR – Tel. 9105.8833  
(distância de 10 km do centro da cidade)
- **Proprietário:** Reinhold Júlio Strass
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1997
  - Principais fontes de matéria-prima: A carne (bovina e suína) consumidas no restaurante são adquiridas em abatedouro inspecionado. Na propriedade funciona uma unidade, com inspeção municipal (SIM), onde é processada a carne suína.
  - Número de postos de trabalho:

Dias da Semana	Mão-de-obra		
	Familiar	Contratada	Total
Quarta	4	8	12
Quinta	4	15	19
Domingo	4	13	17

- **Área do estabelecimento rural:** 10 ha
  - Outras atividades no estabelecimento: não-agricolas: locação de 03 campos de futebol - agrícolas: viticultura e horticultura
- **Breve histórico do empreendimento:**  
Filho de família pioneira na localidade, o jovem Júlio buscou após a conclusão do curso de Técnico em Agropecuária diversificar as atividade agrícolas na propriedade do pai, implantando a viticultura e a horticultura. Pouco satisfeito com os resultados obtidos, identifica melhores perspectivas de negócios em uma nova atividade: a locação de campos de futebol. Os resultados positivos animaram a família, que partindo da experiência adquirida com a “costela assada e cerveja” oferecida aos “boleiros”, busca agora atender um público mais amplo instalando o Restaurante com pratos típicos.

- **Cardápio:**
  - Bebidas
  - Comidas: Porco no tacho, costela assada, lingüiça de porco caseira, arroz, feijão com defumados, mandioca cozida, farofa quente, cabotiã (kibebé), tutu de feijão, picles (pepino, cenoura, cebola e couve-flor), saladas (tomate, repolho, alface e almeirão), pururuca.
  - Sobremesas: doce de abóbora, mamão em calda e pudim caseiro.

## ROTEIRO 2

### VISITA 1 – AGROINDÚSTRIA RURAL NOVAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

- **Local:** *Vida da Terra Agroindústria Ltda.*  
*Chácara do Sol - Distrito do Espírito Santo - Londrina/PR – Tel. 321.1974*  
*(distância de 13 km do centro da cidade)*
- **Proprietários:** Gilson Ribeiro e Rose Kikuchi
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1997
  - Produtos: conservas de minimilho e gengibre; balas de gengibre; conservas de bambú e rabanete; desidratados de gengibre e laranja; compota de queijo; moyashi e cogumelo.
  - Número de postos de trabalho: 2 (mão-de-obra familiar)  
1 (mão-de-obra contratada)
  - Principais fontes de matéria-prima: maior parte é adquirida no mercado.
  - Principais mercados: feira e sacolão
  - Área do estabelecimento rural: 0,50 ha (própria)  
0,50 ha (arrendada)
  - Observação: A agroindústria está constituída formalmente e seus produtos registrados no Ministério da Agricultura o que lhe permite livre comercialização nacional e internacional.

### VISITA 2 – SERVIÇOS AUXILIARES PARA A AGRICULTURA

- **Local:** **Serralheria Kariya**  
Distrito do Espírito Santo - Londrina/PR – Tel. 339.1735  
(distância de 9 km do centro da cidade)
- **Proprietários:** Wilson e Jorge Kariya



- **Características gerais:**

- Ano de início das atividades: 1995
- Serviços: fábrica de estufas agrícolas, serviços de serralheria em geral
- Número de funcionários: 3
- Área do estabelecimento rural: 12,10 ha
- Outras atividades no estabelecimento: suinocultura (produção de matrizes), fruticultura (caqui, poncã), horticultura (pimentão, berinjela, tomate, etc.), produção de adubo orgânico.

- **Breve histórico do empreendimento:**

Residente há 38 anos na propriedade, a família Kariya sempre teve suas atividades concentradas na produção agrícola. Após a conclusão de seus cursos superiores, os filhos passam a conduzir diferentes atividades na propriedade, seguindo suas áreas de formação ou suas habilidades naturais. Assim, constituem “unidades de negócios” de horticultura/fruticultura, produção de matrizes de suínos e industrial, gerando 10 postos de trabalho permanentes. Na unidade industrial aproveitam a experiência pessoal de um deles, buscando posicionar-se em um mercado potencial para a região.

### VISITA 3 – AGROINDÚSTRIA RURAL E LAZER

- **Local: Thomaseila Alimentos e Salão de Bailes Thomaseila**

Chácara Tomazela Distrito de Espírito Santo - Londrina/PR – Tel. 399.1045  
(distância de 10 km do centro da cidade)

- **Proprietários:** Márcio, Mário e Mauro Thomasella

- **Breve histórico dos empreendimentos:**

Agregar valor aos seus produtos agrícolas era o desejo dos Thomazella, cuja família há mais de 50 anos reside na propriedade. Pouco satisfeitos com os resultados do cultivo de grãos, optam pela mandioca. Os bons resultados obtidos motivaram a ampliação da área plantada que alcança hoje 10 ha. Já o Salão de Baile tem origem no final da adolescência dos irmãos Thomazella, quando estes conjugavam o trabalho na propriedade com a animação de festas em diferentes locais da região, alugando e operando equipamentos de som. Recentemente construíram na propriedade um salão próprio, onde hoje realizam dois bailes mensais. Hoje 4 famílias residem na propriedade, sendo que duas delas dependem exclusivamente da renda do estabelecimento, uma vez que 3 adultos desenvolvem outras atividades externas.

- **Características gerais:**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>THOMAZELLA ALIMENTOS</b>	<b>SALÃO DE BAILES THOMAZELLA</b>
Início das atividades	1995	1985
Produto/Serviço	Mandioca pré-processada e embalada	Promoção de bailes
Nº de postos de trabalho		
= familiar	6	8
= contratada	eventual	4

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>THOMAZELLA ALIMENTOS</b>	<b>SALÃO DE BAILES THOMAZELLA</b>
Principais fontes de matéria-prima	Produção própria	
Principal mercados	Supermercados SuperMuffato	
Produção	2500 kg/mês	
Nº médio de freqüentadores/baile		400
Área do estabelecimento rural		14,00 ha

## VISITA 4 – TURISMO RURAL

- **Local:** **Pesque Pague e Restaurante Bom Peixe**  
Patrimônio de Heimtal - Londrina/PR – Tel. 326-4703  
(distância de 10 km do centro da cidade)
- **Proprietário:** Lauro Clivati
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1994
  - Área total de lâmina d'água: 16.000 m<sup>2</sup>
  - Número de tanques: 8
  - Espécies cultivadas: Pacú; Tilápia; Carpa e Piauçú.
  - Número de postos de trabalho: 2 (mão-de-obra familiar)  
4 (mão-de-obra contratada em finais de semana)
  - Número médio de visitantes/finais de semana: 350
  - Área do estabelecimento rural: 16 ha
  - Outras atividades no estabelecimento: café; soja e trigo
- **Breve histórico do empreendimento:**

Aproveitando-se dos recursos naturais disponíveis, da proximidade da rodovia e da cidade de Londrina, a família iniciou a construção de tanques para exploração comercial no sistema pesque pague. Na seqüência abriram uma lanchonete a qual atualmente funciona também como restaurante, servindo inclusive para festas e confraternizações.

## VISITA 5 – GASTRONOMIA RURAL

- **Local:** **Restaurante “Porco no Tacho”**  
**Vide Roteiro 1 - Visita 4**

## ROTEIRO 3

### VISITA 1 – TURISMO RURAL

- **Local:** **Pousada Rancho Cascata**  
Patrimônio “Usina Três Bocas” - Londrina/PR – Tel. 9991.4761  
(distância de 15km do centro da cidade)
- **Proprietário:** Jomar Murakami
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1994
  - Serviços oferecidos: alojamento, churrasqueiras, toboágua, salão de festa, lanchonete, videokê, pesca esportiva e piscina térmica
  - Número de postos de trabalho: 3 (mão-de-obra familiar)  
1 (mão-de-obra contratada)
  - Nº de leitos para hospedagem: 90
  - Número médio de visitantes/finais de semana: 200
  - Área do estabelecimento rural: 12 ha
  - Outras atividades no estabelecimento: criação de cavalos, ovelhas e periquitos australianos.
- **Breve histórico do empreendimento:**

Bancário aposentado, o Srº Jomar adquiriu a propriedade há 6 anos, buscando conjugar uma nova fonte de renda com um estilo de vida menos atribulado. No decorrer destes anos foi gradativamente construindo novas instalações e adaptando as já existentes, visando atender principalmente a demanda de áreas de lazer de grupos de amigos ligados à empresas, igrejas, grandes famílias, etc.

### VISITA 2 – AGROINDÚSTRIA RURAL

- **Local:** **G.S Alimentos**  
Sítio São Benedito - Patrimônio “Usina 3 Bocas”  
Londrina/PR – Tel. 9996.7136  
(distância de 20 km do centro da cidade)
- **Proprietários:** Luís Carlos Silva e Benedito Aparecido Gomes
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1992
  - Produtos: mandioca, couve e cebolinha embaladas.
  - Processamento realizado: embalagem comum e à vácuo de mandioca descascada, corte e embalagem de couve e cebolinha.
  - Número de postos de trabalho: 3 (mão-de-obra familiar)  
20 (mão-de-obra contratada)
  - Principal fonte de matéria-prima: 70% produção própria - 30% terceiros

- Principais mercados: Supermercados Muffato e Carrefour
- Área do estabelecimento rural: 74,81 ha (55,6 ha arrendados)

- **Breve histórico do empreendimento:**

Os proprietários possuem áreas de terras distintas e são sócios no negócio de mandioca descascada e das hortaliças cortadas e embaladas. Há seis meses iniciaram a embalagem de mandioca a vácuo, estando no momento construindo um barracão para abrigar o aumento da produção. Em virtude da expansão da demanda por produtos embalados, planejam embalar várias hortaliças numa mesma bandeja.

### VISITA 3 – NOVAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

- **Local:** **Sítio Mirantro**  
Patrimônio “Usina 3 Bocas” - Londrina/PR – Tel. 399.5066  
(distância de 18 km do centro da cidade)
- **Proprietário:** Lilian Azevedo Miranda e Dionísio Miranda
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1986
  - Produtos: mandioca descascada, frutas e hortaliças orgânicas
  - Número de postos de trabalho: 1 (mão-de-obra familiar)  
11 (mão-de-obra contratada)
  - Principais mercados: Supermercados Viscardi, Musamar e Carrefour
  - Área do estabelecimento rural: 16,94 ha

- **Breve histórico do empreendimento:**

Buscando concretizar um ideal de vida, os proprietários (ele Eng. Agrônomo e Professor Universitário, ela Bióloga) mudaram-se para o estabelecimento em 1986, iniciando a produção de milho verde, cará e batata-doce que eram comercializados no Ceasa. Hoje estão ampliando a capacidade de processamento da mandioca através da construção de um barracão, que deverá ser utilizado também para o processamento dos demais produtos produzidos no estabelecimento. Buscam também certificar a produção orgânica da mandioca, hortaliças e frutas (limão, abacate, tangerina).

### VISITA 4 – SERVIÇOS AUXILIARES PARA AGRICULTURA

- **Local:** **Barion Transportes**  
Parque Ouro Verde - Londrina/PR - Tel. 9996.6944
- **Proprietário:** Marcelino Souza Torres
- **Características gerais:**
  - Ano de início das atividades: 1996
  - Serviços: aluguel de colheitadeiras e de caminhões para transporte de colheitadeiras, tratores e implementos

- **Número de máquinas: 2 colheitadeiras e 2 caminhões**
- **Principais regiões de atuação: estado do MS, regiões Norte e Oeste do Paraná**
  
- **Breve histórico do empreendimento:**

Fundada em 1976 a Barion Transportes contava em 1985 com 20 colheitadeiras e 1 caminhão o qual realizava exclusivamente o transporte de suas máquinas. Naquele ano, com a morte do Srº Barion e de seu filho em acidente automobilístico, a empresa é dividida entre as duas viúvas. Ao casar-se com a antiga nora do fundador, o Srº Marcelino assume a empresa passando a administrar 7 colheitadeiras e o caminhão. A partir de 1998 decide reduzir a frota de colheitadeiras para adquirir um caminhão destinado à prestação de serviços e ainda investir no mercado imobiliário. Hoje, o Srº Marcelino aponta como principal restrição à renovação da frota da empresa a ausência de crédito para aquisição de colheitadeiras, dado que não é proprietário de terras.

## **VISITA 5 – GASTRONOMIA RURAL**

- **Local: Restaurante “Porco no Tacho”**  
**Vide Roteiro 1 - Visita 4**



## EM QUÊ CONSISTE O FAMILIAR DA AGRICULTUA FAMILIAR?

**Maria José Carneiro<sup>1</sup>**

O debate sobre a agricultura familiar no Brasil nos chama a atenção para, ao menos, dois problemas que necessitam maiores investimentos dos estudiosos do assunto. Um deles diz respeito à dificuldade em se articular o modelo construído como definidor da agricultura familiar e a realidade da qual se está tratando. Aqui encontramos duas alternativas. Não é raro que se atribua a essa construção abstrata o status de realidade ou, no caminho inverso, que se tome uma determinada realidade, normalmente aquela que se está estudando, como modelo ou expressão do que se entende por agricultura familiar. Ambas abordagens acabam dificultando ainda mais a já complicada tarefa de se trabalhar comparativamente e dar conta da heterogeneidade das formas através das quais a agricultura familiar se expressa no país.

Sobre esta questão é válido lembrar Weber quando este nos ensina que os modelos classificatórios, ou as tipologias, não se referem à realidade empírica imediata mas que, nem por isso, deixam de ser construídos em conformidade com esta realidade, encontrando nas relações sociais a matéria prima para essas construções abstratas. Nestes termos, o modelo não pode jamais ser reduzido a um conjunto de relações sociais observáveis em uma realidade dada (Lévi-Strauss, 1970). É necessário buscar, portanto, o significado dos fatos e das relações sociais (de trabalho, por exemplo) no contexto em que se expressam e na sua relação com a totalidade que os envolvem já que, em se tratando de sistemas, cada parte não pode ser entendida isoladamente da outra.

A abordagem e interpretação da realidade pressupõe, portanto, a escolha de uma estruturação teórica que irá definir os princípios de articulação entre os componentes do sistema, ou seja, a maneira como abordaremos um tal grupo, uma dada sociedade. Não há uma estruturação mais *verdadeira* que outra, tratam-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar, ou a menosprezar, determinados aspectos da realidade. As classificações e as definições que lhes seguem são frutos, portanto de um determinado olhar e, como tal, são expressão de determinados interesses sobre o social já que informam, normalmente, práticas políticas ou propostas de intervenção. Aceitar a relatividade ideológica de uma classificação tipológica ou de um modelo (entendido aqui também como conceito) não significa, porém, abolir o rigor teórico-metodológico mas, sim, atentar para os limites do conhecimento sobre a realidade.

Esta chamada teórica é importante quando estamos tratando das mudanças ou transformações em curso no meio rural e, especificamente das que dizem respeito à atividade não agrícola e sua relação com a agricultura familiar. Em relação a esse tema, a maior ou menor flexibilidade do modelo de agricultura familiar está associada também à noção de pluriatividade. Podemos perguntar, por exemplo, até que ponto o exercício da atividade extra-agrícola, por si só, seria suficiente para qualificar o fenômeno da pluriatividade entendido como expressão da secundarização da atividade se, historicamente, essa é uma prática recorrente em várias regiões do país? Mas voltaremos a esse assunto mais tarde.

O segundo problema que identifico diz respeito à unidade de análise quando nos referimos à agricultura familiar. Como essa noção se refere de imediato a um setor da economia, a **agricultura**, é comum que as análises se voltem para a dinâmica de produção, ou seja, que se detenham nos fatores reconhecidos como da esfera do econômico e que interferem

---

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia pela E.H.E.S.S., Paris; Professora adjunto IV do CPDA/UFRRJ; bolsista do CNPq (mjcarneiro@altermex.com.br)

de maneira mais visível na produção tais como: a mão de obra utilizada, a área plantada, a relação com o mercado e a ação da tecnologia sobre esse conjunto de fatores. É interessante observar que, nessas análises, o adjetivo “familiar” só é acionado para caracterizar a equipe de trabalho. O caráter familiar da chamada “agricultura familiar” se reduz, assim, ao “trabalho familiar” em oposição ao que é entendido como “não familiar”, ou seja, o trabalho assalariado.

A discussão então passa para a quantificação máxima possível de trabalho assalariado, dentro da unidade de produção agrícola, de maneira a não descaracterizá-la como “familiar”. Nestes termos, uma questão qualitativa, de caráter conceptual, passa a ser tratada como a uma questão quantitativa. Aqui caberiam várias perguntas que uma abordagem meramente quantitativa não apresenta resposta satisfatória. Por exemplo: uma exploração agrícola que utiliza mão de obra contrata, assalariada, apenas nos períodos de colheita pode ser considerada uma unidade de produção familiar? Ou, de outro lado, uma exploração agrícola em que alguns dos membros da família recorrem ao trabalho assalariado e com esse rendimento (às vezes melhor remunerado que o trabalho agrícola) contratam mão de obra extra-familiar para realizar o trabalho que eles próprios não estão realizando perderia o seu caráter familiar? Uma unidade de produção sustentada na atividade do casal cujos filhos exerçam atividade extra-agrícola<sup>2</sup>, assalariada ou não, seria considerada uma exploração pluriativa ou só seriam pluriativas as unidades em que o chefe da unidade de produção exerça, ele próprio, atividade fora da exploração agrícola? Bem, poderíamos continuar enumerando uma séria de questões cujas respostas não seriam satisfatoriamente respondida da perspectiva unicamente quantitativa, ou seja, em termos de horas de trabalho dedicado fora da unidade de produção familiar ou em termos de número de braços extra-familiar contratados.

Primeiramente é necessário definirmos a nossa unidade de análise quando o objeto de estudo é a dinâmica da agricultura familiar para então centrarmos na discussão da questão correlata, ou seja, do caráter familiar da agricultura familiar.

## A FAMÍLIA COMO UNIVERSO DE OBSERVAÇÃO

O pressuposto aqui é o de que o núcleo familiar é o que dá sentido de orientação (e de referência) às relações sociais travadas pelos membros de uma família de agricultores, dentro ou fora dos limites físicos da unidade produtiva e da unidade doméstica. Em outras palavras, é no fato de encontrarmos uma família que responde tanto pela organização técnica da produção como pela execução das atividades e, sobretudo, pelo destino a ser dado aos seus resultados, que reside a especificidade da exploração familiar, seja ela agrícola ou não. Aqui não nos interessa, em termos conceituais, entrarmos na querela infundável sobre o caráter capitalista ou não capitalista da unidade de produção familiar. Isso, basicamente por dois motivos: primeiro porque, entendemos e temos vários exemplos históricos e atuais disso, que uma empresa capitalista pode se enquadrar perfeitamente nos padrões da organização familiar, seja qual for a sua definição, sem que por isso abandone sua racionalidade capitalista; em segundo lugar, mas não menos importante, temos de considerar o aspecto extremamente restritivo e limitante, para a compreensão da dinâmica de qualquer unidade de produção, da perspectiva dualista centrada na oposição capitalista versus não capitalista. Sem querer me aprofundar nesse debate<sup>3</sup> gostaria apenas de criticar o caráter generalizador e homogeneizador dessa

<sup>2</sup> Estou utilizando a expressão extra-agrícola no sentido de caracterizar uma atividade exercida fora dos limites da unidade de produção familiar, podendo ser agrícola ou não.

<sup>3</sup> A bibliografia sobre esse tema é bastante extensa, cabendo indicar, como ponto de partida, os textos de Neves, 1993; Abramovay, 1992; Moreira, 1997 e 1998; Lamarche, 1993.



abordagem que acaba por incluir em apenas dois rótulos, que de tão amplos se tornam imprecisos, uma diversidade enorme de formas de unidade de produção cujas lógicas reprodutivas não seriam satisfatoriamente identificadas e explicadas simplesmente por essa classificação.

Voltando à questão da definição da unidade de análise ao tratarmos da agricultura familiar, gostaria de ressaltar que o recorte, a meu ver, deve privilegiar a família, entendida aqui como uma unidade que sustenta uma rede de relações sociais diversificadas que não podem ser reduzidas às relações de trabalho. Aqui, encontro na bibliografia uma das maiores dificuldades de compreensão da dinâmica de reprodução (social e econômica) da chamada agricultura familiar. Geralmente as análises se restringem aos componentes econômicos dessas relações e acabam por igualar a exploração familiar a qualquer outra: a sua dinâmica é apreendida sob a ótica do mercado – maior ou menor integração ao mercado – e sua especificidade fica reduzida ao emprego da mão de obra familiar (e conseqüentemente à não remuneração do trabalho) e ao tamanho limitado da sua capacidade produtiva, o que se expressa na utilização do adjetivo “pequeno” muitas vezes associado à expressão “agricultura familiar” entendido também, não raro, como sinônimo de “não capitalista”.

Como dissemos acima, a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que, geralmente, não são levadas em conta nas análises. Nestes termos, cabe chamar a atenção para a especificidade estruturante da unidade de produção familiar. Trata-se da inter-relação entre os domínios do parentesco e do trabalho. É dessa inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem apreender a lógica de atuação dos indivíduos seja na unidade familiar ou na de produção. Aqui é importante enfatizar que o significado da dinâmica das relações familiares não pode ser buscado de maneira isolada seja no sistema de parentesco, na racionalidade econômica ou na divisão do trabalho.

A dificuldade de se separar, em termos analíticos, os princípios que orientam as relações de trabalho e os laços de afetividade ou de solidariedade que conformam as unidades familiares já foi assinalada por diversos autores.<sup>4</sup> A tendência a se reduzir as relações de trabalho aos laços de parentesco é bastante comum nas análises que privilegiam a unidade de produção como foco de observação e de compreensão, o que resulta, normalmente, na busca da funcionalidade econômica dos laços de parentesco, como se um sistema de relações pudesse ser reduzido à lógica do outro. É bom lembrar que, limitar todos os demais princípios e regras que orientam a prática social à racionalidade econômica, resulta na redução da capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do universo familiar (Neves, 1993). Na intenção de evitar esse reducionismo, cabe ao pesquisador elaborar a distinção analítica entre essas duas esferas do social (a do econômico e a do parentesco) e buscar, simultaneamente, a lógica que os une no interior do grupo doméstico, sem diluir as diferenças entre o que é de um e de outro.

É importante, além disso, lembrar que a noção de família também inclui um processo de individuação que pode negar, romper, modificar e, até mesmo recriar, valores num espaço de negociação e de tensões. É importante, portanto, que o núcleo familiar não seja percebido como uma estrutura rígida e cristalizada – de indivíduos e valores – sob a orientação autoritária e inquestionável de um chefe. A família apresenta uma estrutura flexível, plástica, passível de incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. Em suma, aceitar esta noção de família e reconhecer a idéia de dinâmica é fundamental para se evitar o risco de

---

<sup>4</sup> S.J. Yanagisako reconhece a organização social e a unidade de produção como duas esferas sociais independentes no interior da unidade familiar que obedecem a princípios de organização distintos (Family and household. The analysis of domestic groups. Am. Rev. Anthropol. 1979:161-205).

estabelecermos classificações rígidas, de base morfológica, que perdem justamente a capacidade de entender a inserção das unidades familiares na economia e na sociedade, captando a sua flexibilidade e vulnerabilidade. Para tanto, essa dinâmica não pode ser entendida como determinada, exclusivamente, por um conjunto de condições externas à unidade familiar sejam essas de ordem econômica, cultural, social ou política

Cabe também registrar que a unidade familiar não se limita ao grupo de pessoas formado por laços de aliança ou de consangüinidade; ela deve ser percebida também como um valor (próximo a um “sentimento de identidade”) que integra seus membros, dando sentido às suas relações e informando as estratégias coletivas e individuais. Portanto, para entendermos a dinâmica de reprodução da agricultura familiar é fundamental que se direcione o olhar também para os indivíduos e os valores que orientam as suas ações e projetos dentro e fora da família. Do mesmo modo, é imprescindível identificar e reconhecer os princípios de coesão e de dispersão (de conflito e de tensão) que atuam no interior do grupo familiar. Nestes termos, falar de estratégias familiares não significa reconhecer nem uma função préexistente às relações sociais, nem a existência de um padrão de comportamento coletivo que se sobreporia, de forma harmoniosa, aos indivíduos a fim de salvaguardar os interesses do grupo.

Enfim, a escolha da família como universo de observação nos permite reconhecer as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco (se filho/a, esposa ou marido) e da produção. Em um contexto de mudança, será possível, por exemplo, identificar a influência dos valores familiares sobre o comportamento dos indivíduos em suas práticas econômicas dentro e fora da família. Por outro lado, a análise microsociológica da família nos permitirá esclarecer a multiplicidade de papéis exercidos por seus membros e as tensões resultantes de seus objetivos opostos.

## **O CARÁTER FAMILIAR DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Como argumentamos até aqui, é necessário levar em conta a dinâmica interna da unidade familiar para apreendermos o espaço de autonomia dessa unidade na formulação das estratégias reprodutivas e na articulação com as condições externas. No entanto, é importante enfatizar que a idéia de autonomia não implica a formulação consciente das estratégias a serem implementadas pelo grupo familiar nem a independência em relação às condições internas. Mas, diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre trabalho e parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social. É nessa qualidade que reconhecemos o caráter familiar dessa forma de organização social da agricultura e é nesse contexto que o recurso à práticas pluriativas deve ser entendido.

A unidade familiar, entendida como entidade plástica e mutante, tem a capacidade de elaborar estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais. No entanto, cabe enfatizar que esses rearranjos que, não raro, dialogam com a tradição – rejeitando-a ou revalorizando-a – não se limitam ao plano das relações observáveis empiricamente como também, repito, não são frutos de uma deliberação individual ou necessariamente consciente. Novos valores podem ser formulados ou antigos valores serem resgatados (como a revalorização do vida rural e da natureza ou como a noção de liberdade associada ao trabalho por conta própria, por exemplo) na busca de respostas a crises familiares. Em outras palavras, fatores de ordem cultural, e até mesmo subjetiva, interferem diretamente na trajetória econômica dessas unidades produtivas. É nesse sentido que indicamos a relevância de se privilegiar a unidade familiar como universo de análise em detrimento da unidade de produção. Nesses termos, o

caráter familiar da exploração familiar não residiria apenas no tipo de relações de trabalho acionadas na produção (e no seu peso quantitativo) mas na integração desse fator com um conjunto de variáveis (não quantificáveis) de ordem cultural e social que tornam uma dada unidade produtiva específica.

Em síntese, enfatizamos que a análise das unidades familiares de produção agrícola deve contemplar dois aspectos: de um lado as relações entre os indivíduos e, de outro, os valores que dão sentido a essas relações, já que, como toda relação social, as relações familiares (seja na esfera do parentesco seja na da produção) incluem uma parte ideal, de pensamento ou de representação, que informa as atitudes e comportamentos (Godelier, 1984 e Moreira, 1997).

Portanto, para a compreensão da dinâmica de reprodução das unidades familiares, sejam elas exclusivamente agrícolas ou não, torna-se necessário levar em conta a diversidade de interesses em jogo decorrente das diferentes posições ocupadas por seu membros na hierarquia familiar (filhos, esposa, pai) e da atribuição de gênero, nas diferentes esferas das relações sociais. Por exemplo, o significado da atividade extra agrícola exercida por algum membro da família muda substantivamente se este é um jovem ou se é o próprio chefe da exploração agrícola. Essa questão fica bem mais evidente quando lidamos com as práticas de transmissão do patrimônio familiar.

Geralmente responsável pela manutenção e ampliação (quando possível) da propriedade familiar, o pai fica também responsável pela elaboração de estratégias de transmissão da herança que afetam diretamente as trajetórias individuais na medida em que lhe é permitido, através regras costumeiras, excluir e privilegiar herdeiros. Como parte da ordem simbólica, a terra tem significados que transcendem o seu valor econômico e sua transmissão de uma geração a outra reflete a hierarquia familiar e consolida relações desiguais entre os indivíduos, particularmente as posições diferenciadas entre os gêneros.

Apesar da igualdade estabelecida pela Constituição brasileira no que se refere ao direito à herança do patrimônio familiar pelos filhos, as regras culturais (os códigos costumeiros) modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo – a família. Essa prática é comum entre agricultores que têm suas estratégias reprodutivas centradas na manutenção da integridade do patrimônio. Esse fenômeno, observado entre agricultores de origem colonial italiana, no sul do país, não é exclusivo do Brasil, ao contrário, a literatura especializada é extensa e analisa a situação de diversos países ou de regiões dentro dos países, sobretudo os da Europa.<sup>5</sup>

Nesses termos a especificidade atribuídas às explorações agrícolas pelo seu caráter familiar exige que se leve em consideração fatores e variáveis que não se restringem ao funcionamento econômico das mesmas. Para entendermos as estratégias traçadas pelas famílias para garantirem sua reprodução social é importante que se compreenda, por exemplo, as regras de transmissão do patrimônio familiar, em particular a terra, as estratégias matrimoniais e as posições diferenciadas dos seus membros na estrutura familiar e na sociedade. Se levarmos em conta, por exemplo, que, além dos bens materiais outras tipo de bens, simbólicos, são transmitidos de uma geração a outra, iremos observar o papel chave desempenhado pela mulher na dinâmica dessas famílias, não apenas como elemento da produção, do trabalho, mas como elemento da reprodução: como guardiãs e transmissoras privilegiadas de valores .

A passagem dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições específicas de cada família, ou

<sup>5</sup> A bibliografia sobre esse assunto é extensa, destacaria Salitot, G. Augustins e R. Bonnain, P. Lamaison e E. Claverie, G. Ravis-Giordani, entre outros.

seja, com os instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis de maneira a encontrar a melhor solução dentro de um determinado contexto sócio-econômico. Muitas vezes complementadas por alianças matrimoniais, a herança e a sucessão do chefe da unidade de produção agrícola constituem momentos críticos da reprodução social de famílias camponesas.

Sustentados pelo “valor família”, essas regras recebem a legitimidade (com maior ou menor conflito) dos envolvidos na transação. Podemos adiantar que, no contexto da agricultura familiar, onde a mulher está inserida em uma estrutura familiar que integra ao mesmo tempo as relações de parentesco e de produção, o trabalho da mulher é geralmente qualificado como uma “ajuda”, ou seja, não é visto como “trabalho”. Isto porque, o trabalho feminino em um contexto dominado pela ideologia patriarcal, encontra-se subordinado às regras do contrato conjugal e, portanto, é entendido como parte do sistema de obrigações recíprocas que se estabelece entre os cônjuges, o que impede ou dificulta a formalização jurídica de um contrato de trabalho (Lagrange e Caniou, 1987). Quando casada a mulher passa a dever várias obrigações ao marido e, entre elas, participar dos trabalhos da lavoura. Entendemos, então, porque na legislação em vigor anterior à Constituição de 1988, o poder de gestão da unidade produtiva não podia ser atribuído à esposa: isto seria contrário ao direito matrimonial que instituiu o marido como chefe de família e responsável exclusivo dos bens comuns e da manutenção familiar<sup>6</sup>.

Com a nova Constituição (1988), os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal passam a ser exercidos igualmente pelo homem e pela mulher, sendo mesmo reconhecida como entidade familiar a união estável, ou seja não formalizada, entre homem e a mulher. Além disso, a mulher passa a ter direito ao título de domínio e à concessão de uso da terra, independente de seu estado civil, tanto na área urbana como na rural (CFEMEA, 1994). No entanto, resta saber até que ponto a forças dessa leis se impõem às práticas derivadas da tradição cultural sustentada, por sua vez, por formas de organização social e econômica que lhes são contrárias.

Nesta direção é possível afirmar que o acesso da mulher à terra, seja por herança, seja pelo processo de reforma agrária depende tanto da posição específica da mulher no processo produtivo quanto dos valores que sustentam essa posição. Se os direitos legais são importantes como uma condição para a igualdade de condições entre os gêneros, eles não são suficientes. Pesquisas da FAO e de especialistas no assunto têm revelado que o acesso limitado à terra continua sendo um dos principais obstáculos à participação integral da mulher no desenvolvimento rural e, conseqüentemente, na melhoria das condições de vida não só da mulher como das crianças.<sup>7</sup> Essa situação tem reflexos diretos nos programas de reforma agrária onde não há mecanismos explícitos de inclusão da mulher. Isso se revela no baixo índice de mulher titular de lote em assentamentos no Brasil, onde a concessão conjunta de terra ao casal é uma mera opção: apenas 12,6 % são beneficiárias diretas, segundo o Primeiro Censo de Reforma Agrária. Essa realidade contrasta radicalmente com a de outros países latino americanos como o Chile (43%) e o Equador (49%), por exemplo, onde há dispositivos legais que favorecem a mulher ou dão prioridade à titulação conjunta de casais, como revela a pesquisa realizada por Carmen Diana Deere e Magdalena León.<sup>8</sup>

<sup>6</sup> Para uma análise da situação francesa ver Caniou, J. *Agricultrices: nouveaux droits, nouvelle négation professionnelle*. Trabalho apresentado na Mesa redonda: *Rapports sociaux de sexe: problématiques, méthodologies, champs d'analyse*. CNRS, IRESCO, Paris, novembro, 1987)

<sup>7</sup> Galan, Beatriz, B. “Aspectos jurídicos en el acceso de la mujer rural a la tierra en Cuba, Honduras, Nicaragua y Republica Dominicana”. FAO, Roma, 1998. Ver também “The Beijing Declaration and Platform for Action”, Beijing, 1995.

<sup>8</sup> Cf. Deere, C.D. e León, M. *Género, Propiedad e Empoderamiento: Tierra, Estado y Mercado en América Latina*. Bogotá: Tercer Mundo Ed., 2000.

## AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS

Eleger a unidade familiar, ou o grupo doméstico, como unidade de observação, levando em conta esse conjunto de fatores que identificamos como o caráter familiar da agricultura familiar revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações recentes no campo brasileiro, particularmente a mudança dos padrões de comportamento no interior da família agrícola e sua relação com o aumento das atividades não-agrícolas.

Pesquisas recentes realizadas no sul do país têm revelado um dado, até então, pouco conhecido da realidade rural brasileira e pouco analisado: a masculinização e envelhecimento da população rural.<sup>9</sup> Centrada no estudo dos padrões sucessórios dominantes na região oeste de Santa Catarina a pesquisa estabelece uma relação entre a intensidade do êxodo juvenil feminino e a alocação do poder no interior da família. A exclusão da mulher dos mecanismos de distribuição e transmissão da herança associada à ausência de espaços de participação feminina em atividades econômicas e à situação de subordinação da mulher na hierarquia familiar têm levado as moças a buscarem alternativas de emprego fora da propriedade familiar e da localidade de origem. Essa observação vem na mesma direção do fenômeno constatado na França entre agricultores da região dos Alpes.<sup>10</sup>

Ainda que os progressos da sociedade francesa quanto à igualdade na relação entre os gêneros sejam bem mais evidentes do que no Brasil, no que diz respeito à sociedade camponesa observamos uma realidade semelhante à encontrada pela pesquisa coordenada por Ricardo Abramovay. A individualização da força de trabalho no meio rural possibilitou às mulheres se reconhecerem enquanto indivíduos e se distinguirem do conjunto da família. Mas, esse processo não levou à autonomia econômica da mulher e nem mesmo o seu reconhecimento como trabalhadora no interior da unidade familiar. Os papéis desempenhados pela mulher permanecem fundamentalmente definidos a partir de sua posição como esposa. Mesmo que ela exerça uma atividade produtiva específica que resulte em rendimentos próprios, esses não são apropriados individualmente por ela mas incorporado ao conjunto da renda familiar. Na organização familiar em que há uma íntima relação entre unidade doméstica e unidade de produção cabe ao homem, na posição de chefe e mantenedor da família e da unidade produtiva, controlar os recursos familiares, em muitos casos a renda da mulher passa a ser controlada também pelo marido, ainda que indiretamente. Isso porque o direito conjugal permanece predominando sobre as relações de trabalho, tornando-se um obstáculo à construção da identidade profissional feminina dentro da unidade de exploração familiar.

A resistência das mulheres em se submeterem à relação de dependência ao marido e o ritmo de trabalho da lavoura são, sem dúvida, causas do celibato masculino entre os agricultores franceses, sobretudo aqueles que investiram no modelo de produtivista com base na mão-de-obra familiar. As exigências de alta produtividade associadas ao número reduzido de trabalhadores (normalmente limitado ao casal) e à situação de subordinação da mulher têm sido responsável pela forte resistência das mulheres em se casarem com agricultor.<sup>11</sup> Para evitar o celibato os jovens sucessores tentam modificar o padrão de produção de suas propriedades de maneira a diminuir o ritmo de trabalho, e assim liberar a mulher do trabalho gratuito na lavoura, como também a abrir espaço à atividades remuneradas próprias à mulher no interior da propriedade. Encontramos aqui a tendência ao recurso à

<sup>9</sup> Abramovay, R (coord.) e outros. "Juventude e Agricultura Familiar: desafios dos novos padrões sucessórios". Unesco/FAO, 1998.

<sup>10</sup> Cf. Carneiro, M.J. Camponeses, Agricultores e Pluriatividade. Rio de Janeiro, Ed. Contra Capa, 1998.

<sup>11</sup> Esse fenômeno que começa a ser observado, recentemente, em algumas regiões do Brasil, como o oeste catarinense, é antigo na França. Bourdieu já havia se ocupado dele na década de 60. (Cf. Bourdieu, P. Célibat et condition paysanne. *Révue Etudes Rurales*, 1962.

pluriatividade ou ao exercício de atividades não-agrícolas, o que tem sido estimulado por projetos de desenvolvimento local e de apoio à agricultura pelo governo francês.

Voltando à realidade brasileira, aqui também tem sido observada um o êxodo rural feminino, maior do que o masculino, muitas vezes estimulado até pelos pais, o que, contraditoriamente, contribui para o agravamento das condições de continuidade da agricultura familiar, já que os rapazes começam a encontrar dificuldades em construir o seu próprio núcleo familiar. Justamente por não ser considerada socialmente apta para desenvolver a atividade agrícola, a mulher é, em várias regiões do país, excluída ou menosprezada no processo de transmissão da propriedade. Assim, somando esse fator à situação descrita anteriormente – de subordinação da mulher na estrutura familiar e na sociedade local, de não reconhecimento e valorização de sua contribuição na esfera produtiva e reprodutiva, de ausência de alternativas – a permanência da mulher na atividade agrícola passa a receber forte resistência.

Uma constatação importante aponta para os efeitos do processo de individualização no interior da família camponesa. O salário como forma de remuneração do trabalho fora da agricultura acaba por se tornar um elemento de ruptura da identidade entre família e unidade de produção. Ao se tornar uma referência também no universo doméstico, a remuneração individualizada do trabalho acaba por minar os princípios fundados, até então, no parentesco e sustentados na reciprocidade e na dívida moral. Primeiramente os filhos, e principalmente as filhas, não se sentem mais estimulados a permanecerem trabalhando com e para a família na medida em que a renda obtida pela unidade de produção camponesa é indivisa, ou seja, não se remunera individualmente a mão-de-obra familiar; por outro lado, a renda agrícola não seria suficiente para pagar um salário individual equivalente ao do mercado de trabalho.

Entende-se, assim, porque apesar do forte conteúdo patriarcal da família camponesa, a agricultura não é mais vista pelos jovens como uma mera continuação da atividade paterna (Abramovay, 1998) Ou seja, ser agricultor não mais é uma decorrência imediata dos laços de afiliação. Não se é agricultor apenas porque se nasce filho de agricultor mas, cada vez mais, por opção (ou por falta de opção). Esta “liberdade de escolha” expressa muitas vezes pelos próprios pais, é um valor que passa a orientar a atitude dos jovens e a elaboração de suas estratégias profissionais. Estabelece-se, então, as condições para a construção de um projeto modernizador, individualizante, centrado nas escolhas individuais. Abre-se espaço também para a expressão de conflitos familiares, até então latentes, que passam a ser objeto de negociação no interior do grupo familiar.

Encontramos aí a origem de um dos grandes problemas que atingem a exploração familiar: a falta de sucessor para o chefe da unidade. Essa tendência tem sido mais grave quanto mais precárias forem as condições de produção da propriedade (Abramovay, 1998). Se medidas de estímulo à permanência da população jovem no campo não forem tomadas correremos o risco de nossos campos virarem, à imagem de países europeus, um grande asilo de aposentados.<sup>12</sup> Na França, onde esse fenômeno já atingiu proporções bem mais preocupantes, e há mais tempo, o governo vem elaborando políticas de apoio à instalação de jovens agricultores e, sobretudo, favorecido a ampliação de projetos de desenvolvimento local sustentado na diversificação das atividades econômicas e na articulação inter-setorial, como é o caso do recentemente instalado “Contrato Territorial de Exploração”.

---

<sup>12</sup> Em pesquisa realizada pelo DESER no sudoeste do Paraná, constatou-se que em 28 municípios, metade dos chefes de estabelecimentos entrevistados tem mais de 45 anos e apenas 18% menos de 35 anos; na pesquisa realizada no oeste catarinense, esses dados são mais contundentes – 56,60% dos entrevistados tinham mais de 45 anos e apenas 11,32% menos de 35 anos, o que em termos da configuração de nossa pirâmide etária assume relevância ainda maior em comparação com o mesmo fenômeno na França.

No entanto, o movimento de esvaziamento do campo no Brasil, na atual conjuntura, não parece ser unidirecional nem linear nas suas idealizações. Pesquisa realizada entre jovens de localidades rurais do estado do Rio de Janeiro e do estado do Rio Grande do Sul,<sup>13</sup> revelou uma complexidade nas características desse êxodo que merece ser mencionada. A intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, somada ao desemprego e ao aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabaram por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 20 anos. Há de se levar em conta também as dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural são bem maiores tanto em termos de competição por um lugar no mercado de trabalho como em termos dos arranjos para a sobrevivência. Cientes dessa realidade, os jovens rurais passam a reconhecer as vantagens em morar no campo mas, desde que lhes sejam garantido o acesso a um conjunto de bens, simbólicos e materiais, semelhantes aos disponíveis nos centros urbanos, principalmente: lazer, estudo e trabalho.

O desejo de romper com o estilo de vida rural é também neutralizado, em algumas situações, pela valorização urbana da vida no campo, sobretudo em locais de forte vocação turística. Mas, a permanência no campo não pressupõe mais assumir a atividade agrícola e, nesse sentido, ela será tão mais freqüente quanto maiores forem as alternativas de trabalho e de sociabilidade nas localidades rurais. Esse movimento, ainda em fase embrionária em algumas regiões, aponta para uma mudança radical nas condições de continuidade da agricultura familiar: a ruptura na associação entre terra-família-agricultura. A terra deixando, aos poucos, de ser meio de produção para se transformar em um bem de consumo, passa a ocupar outro lugar nas preocupações e nos projetos da juventude rural de origem agrícola, podendo tanto ser utilizada como capital inicial de outros investimentos como base para exploração de serviços turísticos.

É possível que, se forem dadas aos jovens as condições para o desenvolvimento de atividades alternativas à agricultura e ampliadas e melhoradas as condições de acesso aos bens (materiais e simbólicos) por eles valorizados, a vida no campo passe a oferecer alternativas bem mais atraentes. Nesta direção apontam as justificativas e idealizações sobre a permanência ou não na atividade agrícola e os projetos para o futuro apresentados pelos jovens. A valorização da atividade agrícola, quando existe, é acompanhada pelo desejo de nela permanecer desde que as condições de trabalho não sejam mais tão desgastantes e sem retorno financeiro como têm sido.

Enfim, cabe lembrar que as perspectivas de vida que se apresentam à população rural na sociedade contemporânea estão diretamente associadas à intensificação da comunicação entre universos culturais distintos, num contexto de diluição das fronteiras entre o “urbano” e o “rural”. No entanto, as possibilidades de explorar outras fontes de rendimentos não são independentes dos saberes acumulados socialmente e da extensão redes de relações sociais que, cada vez mais, se estendem para além dos limites físicos das localidades.

A título de ilustração do que acabamos de descrever, cabe mencionar um exemplo ocorrido na região dos Alpes franceses.

Como consequência da crise da superprodução de leite e da política de desestímulo a essa atividade, vários agricultores se viram ameaçados de perderem a sua função social e econômica. Em um movimento de resistência às políticas que estimulavam o encerramento das unidades produtivas consideradas “inviáveis” e de rejeição à transformação em “jardineiros da natureza”, esses produtores foram levados a diversificar suas fontes de renda, estimulados em

---

<sup>13</sup> Cf. Carneiro, M.J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In Teixeira da Silva, F.C., Santos, R., Costa, L.F.C. (orgs.) “Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares”, R.J., Ed. Campus, 1998.

grande parte pelo turismo que não só ampliou o mercado de trabalho, sobretudo para os jovens, como também estimulou a mercantilização de produtos “da fazenda”.

Neste contexto um grupo das esposas desses pequenos pecuaristas criou uma associação voltada para a produção de um tipo de queijo que já havia deixado de ser produzido nas montanhas. Dos mais velhos, resgataram a antiga receita do queijo que passou a ser vendido com o rótulo de “natural” e de “receita tradicional”. Com a permissão do governo passaram a utilizar a produção de leite que excedia à cota de suas fazendas e, assim, criaram um sistema de produção coletivo envolvendo uma rede de mulheres e incluindo até mesmo um fabricante de queijo de um cidade vizinha, finalizando com a comercialização do produto nas estações de esqui e em lojas de “produtos naturais”. Além de contribuir para aumentar a renda familiar, essa atividade estimulou o convívio social entre os vizinhos, fortaleceu os laços de solidariedade local e reforçou o sentimento de pertencimento à aldeia contribuindo, assim, para a permanência da população no campo e para a manutenção da atividade agrícola.

Em uma outra localidade, na região serrana do Rio de Janeiro, a expansão da exploração turística abriu novas possibilidades de trabalho para o conjunto da mão-de-obra familiar, como pedreiro, jardineiro, caseiro, garçon, cozinheira, empregada doméstica..., o que contribui para o aumento da renda e para uma visível melhoria das condições de vida de parte da população rural.<sup>14</sup> Uma das conseqüências observadas é a tendência à diminuição do ritmo da migração dos jovens para as grandes cidades na medida em que as condições no campo tornaram-se mais atraentes devido a possibilidade de um salário, de benefícios sociais garantidos com a carteira assinada e de diversificação de fontes de renda.

Como expressão desse novo movimento, a residência “modernizada” passa a ser o símbolo da nova condição social, tomando mais importância que anteriormente, quando a atividade agrícola era a fonte exclusiva de renda. Assim, a casa vai, pouco a pouco, se transformando e assumindo características definidas como “urbanas”, num processo longo, e talvez interminável, de reformas. Externamente, a antena parabólica e a fachada azulejada com esquadrias de alumínio são as marcas de distinção que sugerem a adoção dos novos padrões. Internamente, o conjunto de estofados, os móveis da sala de jantar e os aparelhos eletrodomésticos complementam a distinção para aqueles que “melhoraram de vida”.

Porém, do outro lado do mesmo processo, a agricultura se revela cada mais como incapaz de manter os membros da família, perdendo para as atividades não-agrícolas, melhor remuneradas. Informados por essa avaliação, pequenos proprietários sem condições de investir em alternativas mais rentáveis são levados a vender suas propriedades, que são transformadas em sítios de lazer, e a se assalariarem nas funções de jardineiro ou de caseiro, muitas vezes na sua ex-propriedade.

## CONCLUSÃO

No que nos interessa particularmente nesta apresentação caberia enfatizar que o significado das atividades não-agrícolas deverá ser buscado na posição que elas ocupam no conjunto das estratégias familiares de reprodução social e, sobretudo, o contexto sócio-econômico em que se insere.

Nesse sentido, não podemos falar das atividades não-agrícolas como um fenômeno único e homogêneo, da mesma maneira que seria inadequado se referir ao pluriativo como uma nova categoria social no meio rural. Existem diferentes possibilidades de se associar a

<sup>14</sup> Cf. Teixeira, V.L. “Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Rio de Janeiro”. Dissertação de Mestrado, UFRRJ/CPDA, 1998.



atividade não agrícola no interior da unidade familiar agrícola que implicam uma diversidade de significados para a reprodução social da família. A pluriatividade, nesta perspectiva é uma noção que designa um processo social plural, o que significa reconhecer processos pluriativos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar. Esta percepção da pluriatividade como um processo social nos capacita a perceber a coexistência de processos sociais distintos, e até mesmo contraditórios, definidos pelo *campo de possibilidade* de realização dos projetos familiares. Por *campo de possibilidade* entende-se o espaço para formulação e implementação de projetos, no caso, definido pela combinação das condições sócio-econômicas e fatores peculiares às unidades familiares, tais como: o capital cultural, o capital material, a fase do desenvolvimento do grupo doméstico, composição etária e sexual dos membros da unidade familiar e posição dos indivíduos que desenvolvem a atividade não agrícola na hierarquia familiar.

Nesses termos falar em agricultura familiar na atual conjuntura requer incorporar a complexidade das relações sociais que definem e redefinem a família. Nesta perspectiva, torna-se necessário redefinir também o universo de observação, privilegiando-se a família, como unidade social, e não apenas como unidade de produção como normalmente tem sido considerada quando o assunto é a agricultura familiar.

## BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo e CAMARANO, A. ***Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos***. Manuscrito apresentado na XXI Reunião Anual da ANPOCS, Caxambu, 1998.
- ABRAMOVAY, Ricardo (coord). ***Juventude e Agricultura Familiar; desafios dos novos padrões sucessórios***. Brasília, Unesco, 1998.
- DEERE, C.D. e LEÓN, M. ***Género, Propiedad e Empoderamiento: Tierra, Estado y Mercado en América Latina***, Bogotá: Tercer Mundo Ed., 2000.
- CARNEIRO, Maria José. ***Camponeses Agricultores e Pluriatividade***. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1998;
- CARNEIRO, Maria José. ***O ideal rurbano: relação campo-cidade no imaginário de jovens rurais***. In Teixeira da Silva, F.C.; Santos, R.; Costa, L.F.C. (orgs.) ***Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares***. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1998.
- GALAN, Beatriz, B. ***Aspectos jurídicos en el acceso de la mujer rural a la tierra en Cuba***. Honduras, Nicaragua y Republica Dominicana". FAO, Roma, 1998.
- GODELIER, Maurice. ***L'idéal et le matériel***. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1984;
- LAMARCHE, Hugues (org.) ***A agricultura familiar; comparação internacional***. Campinas, Ed. UNICAMP, 1993.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. ***Antropologia Estrutural***. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.
- MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. IN: Ferreira, A. D. D. e Brandenburg, A. (orgs.) ***Para pensar Outra Agricultura***, Curitiba, Ed. da UFPR, 1998.
- MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas. ***Estudos, Sociedade e Agricultura***, nº 8, abril 1997.
- NEVES, Delma. Agricultura familiar, artimanhas da classificação. ***À Margem. Revista de Ciências Humanas***. Ano 1, Nº 3, Niterói. 1993.
- TEIXEIRA, Vanessa. ***Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro***., Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1998.



## O NOVO RURAL BRASILEIRO\*

*José Graziano da Silva\*\*  
Mauro Eduardo Del Grossi\*\*\**

O espaço rural vem passando por profundas transformações, quer seja no avanço da modernização agrícola<sup>1</sup>, quer no avanço de novas atividades no seu interior.

O processo de modernização da agricultura brasileira continuou seu curso nos anos 80 e 90. A partir do impulso das políticas keynesianas do pós-guerra e com a integração da agricultura com outros setores da economia, a produtividade agrícola aumentou consideravelmente em quase todo o mundo. Conseqüentemente, a produtividade do trabalho agrícola também experimentou substancial acréscimo, a tal ponto que as tarefas antes de responsabilidade de toda a família passaram a ter caráter mais individualizado.

O avanço da modernização das atividades agropecuárias, via de regra, está associado à integração da unidade produtiva às redes de produção, cada vez mais especializadas, visando atender “nichos” ou segmentos de mercados.

Nos países mais desenvolvidos observa-se a emergência de um novo paradigma técnico-produtivo, também chamado pós-industrial, demarcado pela elevação do conteúdo tecnológico e pela redução no tamanho das plantas industriais, e conseqüente queda relativa dos empregos no setor industrial da economia. Assiste-se ainda a proliferação de empresas prestadoras de serviços técnico-produtivos especializados por toda a economia<sup>2</sup>.

Essas transformações já têm surtido efeito sobre as áreas rurais, não somente com a elevação contínua da produtividade do trabalho nas tarefas agropecuárias, mas também com a emergência de agências prestadoras dos mais diversos serviços especializados, como preparo do solo, colheita, pulverizações, inseminações, entre tantas outras tarefas<sup>3</sup>.

Todas essas operações agropecuárias, que antigamente faziam parte do dia-a-dia dos estabelecimentos rurais, estão progressivamente sendo atendidas por agências especializadas naquelas atividades. Veja-se, por exemplo, a importância da terceirização das atividades agrícolas no Brasil, constatada por Laurenti<sup>4</sup>.

Em função das mudanças nas unidades produtivas agropecuárias duas grandes transformações ocorrem:

- a) nova divisão do trabalho no interior das unidades familiares, liberando alguns membros das famílias para se ocuparem em outras atividades, alheias a sua unidade produtiva;
- b) os membros da família que já conduziam individualmente a atividade agrícola têm o seu tempo de trabalho reduzido, de tal sorte a possibilitar a combinação da produção agrícola na sua unidade com outra atividade externa, agrícola ou não.

Essas famílias, que combinam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas, vieram a ser conhecidas como pluriativas, já que exerciam mais de uma atividade econômica. Também derivados das mesmas transformações, os agricultores com essas atividades vieram a ser

\* Esse texto é parte de uma pesquisa mais ampla denominada Projeto Rurbano ([www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br)) que conta com o apoio da FAPESP e do PRONEX/CNPq-FINEP.

\*\* Professor Titular de Economia Agrícola do IE/Unicamp, e-mail: [graziano@eco.unicamp.br](mailto:graziano@eco.unicamp.br)

\*\*\* Doutor em Economia pelo IE/Unicamp e Pesquisador do IAPAR-PR, e-mail: [delgross@pr.gov.br](mailto:delgross@pr.gov.br)

<sup>1</sup> Agrícola no sentido genérico do termo e é referente ao conjunto das atividades agrícola, pecuária, pesca e de extração vegetal.

<sup>2</sup> Tais mudanças já são sentidas no Brasil, particularmente com a queda do emprego industrial e o crescimento do setor terciário. Apesar das empresas prestadoras de serviços tecnológicos e produtivos também crescerem, o grande contingente dos trabalhadores do setor terciário está ocupado em serviços pessoais. Para maiores detalhes veja Pochmann, M., 1998.

<sup>3</sup> Arnalte A., E. 1989.

<sup>4</sup> Laurenti, A.C. 1996.

conhecidos como *part-time farmers*, pois não dedicavam mais todo o seu tempo de trabalho às atividades agrícolas dos seus estabelecimentos. A diferença entre os termos está na unidade de análise: o primeiro diz respeito às famílias e seus membros; enquanto que o segundo diz respeito ao estabelecimento agropecuário, observando-se o tempo dedicado ao estabelecimento pelas pessoas envolvidas nas suas atividades agropecuárias.

As diversas modalidades de pluriatividade antepõem questões de várias ordens, pois muitas vezes associam o estatuto de conta-própria com o de empregado numa mesma pessoa, resultando num tipo difícil de classificar, tanto do ponto de vista profissional como social<sup>5</sup>.

No padrão fordista de organização do trabalho a atividade fora da unidade de produção era considerada como uma etapa do processo de proletarização. As transformações mais gerais da economia, particularmente a flexibilização do processo de trabalho industrial, facilitaram o crescimento da mão-de-obra pluriativa, que também interessa à indústria por ser mais econômica. A pluriatividade tornou-se permanente nas unidades familiares rurais, tendo em vista o novo ambiente social e econômico existente<sup>6</sup>.

Em paralelo a essas transformações, o espaço rural tem sido foco de valorização para fins não-agrícolas. Tanto as indústrias novas como as tradicionais vêm procurando transferir suas plantas para as áreas rurais, como forma de minimizar custos (proximidade da matéria-prima, mão-de-obra menos onerosa e não sindicalizada, impostos etc.) ou externalidades negativas (poluição, fuga dos congestionamentos etc.).

A procura pelas áreas rurais não é exclusividade das indústrias. Há também uma nova onda de valorização do espaço rural, capitaneados por questões ecológicas, preservação da cultura "country", lazer, turismo ou para moradia. Observa-se em todo o mundo uma preocupação crescente com a preservação ambiental que estimulou novo filão do turismo: o ecológico. A nova forma de valorização do espaço vem a remodelar as atividades ali existentes, em função da preservação ambiental e do atendimento aos turistas.

Na valorização da cultura "country" é simbólica o crescimento das festas de peões pelo interior brasileiro. A atividade de turismo rural também está se expandindo, o que se reflete no número ascendente de fazendas-hotéis e pousadas rurais.

O espaço rural também está sendo cada vez mais demandado como espaço para lazer. Na última década, milhares de pesque-pagues proliferaram pelo interior. Nestes, a produção de peixes propriamente dita não é a maior fonte de renda, mas sim os serviços prestados nos pesqueiros, visando populações urbanas de rendas média e baixa. Também observa-se a expansão das construções rurais para segunda moradia das famílias urbanas de rendas média e alta, em chácaras e sítios de lazer no interior do Brasil.

Por fim, as dificuldades crescentes de ingressar no mercado de trabalho urbano e de aquisição da casa própria, simultaneamente com o avanço das facilidades nos meios de transporte, têm feito com que o meio rural seja uma opção de moradia cada vez mais interessante para boa parte da população de baixa renda.

De forma geral, é possível sintetizar os fenômenos promotores da pluriatividade<sup>7</sup>:

- a) "desmonte" das unidades produtivas, no sentido de que muitas atividades internas à unidade produtiva passaram a ser executados por terceiros, contratados para executar as mais diversas atividades do processo produtivo<sup>8</sup>;

---

<sup>5</sup> Mingione, E. e Pugliese, E. 1987.

<sup>6</sup> Abramoway, R. 1992.

<sup>7</sup> Graziano da Silva, 1998. Projeto Rurbano apresentado à FAPESP. (não publicado)

<sup>8</sup> Friedland, W. e Pugliese, E. 1989.

- b) decorrente do anterior, crescimento do emprego qualificado no meio rural, especialmente de profissões técnicas agropecuárias e de profissões tipicamente urbanas como de administradores, de motoristas, de contadores ou de outros profissionais vinculados às atividades não-agrícolas<sup>9</sup>;
- c) especialização produtiva crescente das unidades agropecuárias, permitindo o aparecimento de novos produtos e mercados, como animais jovens, animais exóticos, frutas frescas e flores, entre muitos outros<sup>10</sup>;
- d) formação de redes vinculando fornecedores de insumos, prestadores de serviços, agricultores, agroindústrias e empresas de distribuição<sup>11</sup>;
- e) melhoria de infra-estrutura social e de lazer rurais, além de maiores facilidades de transporte e meios de comunicação, possibilitando maiores chances de acesso aos bens públicos, como a previdência, o saneamento básico, a assistência médica e a educação<sup>12</sup>.

Os estudos internacionais<sup>13</sup> sobre o tema ganharam novo fôlego a partir de 1975<sup>13</sup> quando nas discussões da reforma da PAC (Política Agrícola Comum da Comunidade Européia), a pluriatividade passou a ser vista como alternativa para fixar populações no meio rural, além de ser uma boa forma de organização rural para reduzir a produção agrícola européia.

As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos das atividades não-agrícolas, na sua maioria monetizadas<sup>14</sup>, e de acesso aos bens públicos pelas populações rurais, tem amenizado as migrações e levaram a maior fixação da população no campo em vários países. Além dos fatores de expulsão da população do campo estarem se arrefecendo, também os fatores de atração da população rural para as cidades tem seu poder reduzido, devido a redução na geração de novos empregos nos centros urbanos<sup>15</sup>.

Contudo, o avanço da pluriatividade não é espacialmente homogêneo, como já mostrava Etxezarreta<sup>16</sup>: *quanto mais desenvolvidos os municípios, maiores as possibilidades dos agricultores em complementarem suas rendas*. Isso explica porque a pluriatividade é mais freqüente onde há processos de industrialização difusa, como ocorre na região conhecida por Terceira Itália<sup>17</sup>. Saraceno<sup>18</sup> explica para o caso italiano:

*A pequena agricultura é parte de um todo, de um sistema, em que a agroindústria e a pluriatividade são fundamentais. São três sistemas interconectados: cadeias agroindustriais, industrialização difusa e prestação de serviços. Eles não funcionam como centros urbanos típicos, mas também não são áreas rurais de agricultura.*

O grande problema é que ainda hoje as políticas agrícolas e agrárias são desenhadas para agricultores “full time”, ou seja, para as famílias que dedicam todo o seu tempo às atividades agrícolas internas ao seu estabelecimento. O não alargamento das diretrizes de políticas públicas impede o acesso dos pluriativos às políticas para o setor, e conseqüentemente com a omissão do poder público para com esse segmento crescente de agricultores<sup>19</sup>.

<sup>9</sup> Blakely, E. e Bradshaw, T. 1985.

<sup>10</sup> Graziano da Silva, J.; Balsadi, O.V. e Del Grossi, M.E. 1997.

<sup>11</sup> Green, R. e Santos, R.R. 1991.

<sup>12</sup> Barlett, P. 1986. Ver também Carneiro, M.J. 1995.

<sup>13</sup> Um dos trabalhos que tornou-se um marco no tema foi o relatório das pesquisas do grupo de Arklenton em 1987.

<sup>14</sup> Fuller, A. 1990.

<sup>15</sup> Gordillo de Anda, G. 1997.

<sup>16</sup> Leone, E. 1994.

<sup>17</sup> Etxezarreta, M. 1995.

<sup>18</sup> A primeira Itália é representada pela região industrial do norte e a segunda pela região ao sul e ilhas;

<sup>19</sup> Saraceno, R. 1997.

<sup>20</sup> Gasson, R. 1988.

## AS DINÂMICAS ECONÔMICAS

Várias dinâmicas econômicas estão agindo no meio rural no sentido de incrementar a pluriatividade. Para Klein<sup>20</sup> o grande crescimento das ocupações rurais não-agrícolas nos países latino-americanos se deveu, por um lado, à própria queda no nível de emprego nas atividades agrícolas, o que obrigou a população rural a buscar outras formas de ocupação; e por outro lado, pela extensão e ampliação dos mercados de bens e serviços para os setores rurais. Ambos os fatores citados são resultados da própria reestruturação da agricultura. A generalização do dinheiro como forma de pagamento da força de trabalho gera maiores possibilidades de desenvolvimento de atividades comerciais para atender à demanda de bens de consumo. E, a medida que os países vão-se desenvolvendo, estendem para as áreas rurais seus serviços públicos, em particular os serviços de educação e de saúde, assim como cresce o emprego público ligado à administração.

Weller<sup>21</sup> examinando a geração de ocupações rurais não-agrícolas em países centro-americanos, observou que algumas atividades rurais não-agropecuárias, bem como a demanda de mão-de-obra para elas dependem diretamente do desenvolvimento da agricultura, enquanto outras são relativa ou totalmente independentes do setor. A partir daí o autor identificou cinco dinâmicas distintas que impulsionam a geração da oferta e demanda nos mercados de trabalho rural não agropecuário, as quais obviamente não são excludentes entre si. Três delas vinculam-se diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- a) as atividades econômicas derivadas da produção direta de bens e serviços agropecuários ou indireta à sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Essa dinâmica pode ainda ser subdividida em:
  - a.1) as atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários;
  - a.2) as atividades agroindustriais derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários;
  - a.3) os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, bem como o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos;
- b) atividades derivadas do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural ou urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista etc.);
- c) atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente do setor camponês, denominando setor de refúgio, englobando-se aí tanto o trabalho a domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não.

É oportuno antes de prosseguir, contrapor os resultados das ocupações rurais não-agrícolas com essas dinâmicas, embora não seja possível fazer uma identificação nítida entre o setor de atividade com as dinâmicas acima, visto que um setor pode estar presente em uma ou várias dinâmicas. De qualquer forma pode-se afirmar que na dinâmica "a" estariam mais diretamente envolvidos os setores não-agrícolas do Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Comércio Ambulante, Indústria de Madeiras, Transportes e Assistência técnica de

<sup>20</sup> Klein, E. 1992.

<sup>21</sup> Weller, J. 1997.

veículos. Na dinâmica “b” estariam os Estabelecimentos de Ensino, Comércio de Alimentos, Alfaiataria, Transportes e Assistência técnica de veículos. A dinâmica “c” estaria mais relacionada com o Emprego Doméstico, Construção Civil, Alfaiataria, Comércio Ambulante e Transportes.

As outras duas dinâmicas arroladas por Weller não se vinculam diretamente às atividades agropecuárias, a saber:

- d) consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc.; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias;
- e) serviços públicos nas zonas rurais.

Para essas duas dinâmicas, pode-se identificar os setores de Atividade do Emprego Doméstico e Restaurantes para a dinâmica “d” e os setores Estabelecimento de Ensino e Administração Municipal para a dinâmica “e”.

Nata-se que as dinâmicas identificadas por Weller são basicamente as sugeridas por Klein. Graziano da Silva e Del Grossi<sup>22</sup> porém acreditam que elas são suficientes para explicar adequadamente a evolução das ocupações rurais não-agrícolas em regiões tipicamente agrícolas com estrutura agrária bi-modal, onde convivem grandes fazendas assentadas no trabalho assalariado e pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalho rurais e urbanos bastante diferenciados. No caso brasileiro pode-se encontrar também as mesmas cinco dinâmicas identificadas anteriormente, mas nas regiões onde o processo de modernização conservadora dos nossos campos foi mais intensa, a população rural agrícola já é relativamente pequena e as cidades muito grandes. Assim, em função da importância que adquire em algumas regiões mais urbanizadas do País, Graziano da Silva e Del Grossi destacam também três outras dinâmicas não relacionadas diretamente às atividades agropecuárias:

- f) demanda da população rural não-agrícola de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio) bem como os serviços a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.);
- g) demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica;
- h) demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação.

As três últimas dinâmicas Graziano da Silva e Del Grossi chamaram de *imobiliárias*. São dinâmicas de origem tipicamente urbanas impulsadas muito mais pelo crescimento das cidades da região. Ou seja, nestes casos, a dinâmica da geração dos empregos rurais não-agrícolas vem basicamente de impulsos gerados pelos setores urbanos que lhe são adjacentes. No caso de países como o Brasil, que possui em praticamente todas as suas regiões grandes aglomerados urbanos, essas demandas geradas pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o desenvolvimento rural de uma dada região.

Os mesmos autores ainda destacam outra dinâmica mais recente na economia brasileira:

- i) as novas atividades agrícolas que resultam em grande parte da busca do rural como áreas de lazer e preservação ambiental pela população dos grandes centros urbanos,

---

<sup>22</sup> Graziano da Silva, J. e Del Grossi, M.E. 1998.

como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de animais para fins ornamentais, produção de mudas ornamentais, etc.

As novas atividades são, no fundo, o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, associados a produtos animais e vegetais não tradicionalmente destinados a alimentação e vestuário. Em geral sua origem vem de atividades de fundo de quintais, *hobbies* pessoais ou pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais, etc.), que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Muitas destas atividades, antes pouco valorizadas e dispersas, passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo, na maioria dos casos, não apenas transformações agro-industriais, mas também serviços pessoais e produtivos relativamente complexos e sofisticados nos ramos da distribuição, comunicações e embalagens.

Assim, apesar de serem também atividades agropecuárias em última instância, a forma da organização de sua produção e principalmente, o seu circuito de realização assentado em nichos específicos de mercados, recomenda-se que elas sejam tratadas de forma separada da dinâmica que engloba a produção agropecuária *strictu sensu*. E por constituírem também demanda derivada do consumo final das populações urbanas, estariam mais próximas da dinâmica “d”, já mencionada.

Os setores que estariam mais intimamente ligados a essas dinâmicas seriam a Construção Civil, Emprego Doméstico e Comércio de Alimentos para a dinâmica “f”. Na dinâmica “g” devem estar mais presentes os setores Construção Civil, Comércio de Alimentos e Transporte. Na dinâmica “h” os setores mais associados devem ser a Construção Civil, Indústria de Alimentos, Indústria de Transformação e Transporte.

Os setores não-agrícolas que estariam mais envolvidos com a dinâmica “i” seriam a Construção Civil, Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Restaurantes e Transportes. Infelizmente os dados das PNADs não fornecem todos os elementos para a adequada identificação com as dinâmicas, remetendo assim o estudo das dinâmicas impulsionadoras das atividades não-agrícolas no meio rural para novas pesquisas.

## O NOVO RURAL

A partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas geradoras de atividades rurais não-agrícolas, e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos. Esse “Novo Rural” como vem o temos denominado, pode ser também resumido em três grandes grupos de atividades:

- a) um agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

O termo “novas” foi colocado entre aspas porque muitas dessas atividades, na verdade, são seculares no país, mas não tinham até recentemente importância econômica. Tal valorização também ocorre com as atividades rurais não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades



decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de “nichos de mercado” muito específicos para sua inserção econômica.

A Figura 1 que apresentamos a seguir procura ilustrar essa situação que acabamos de descrever: um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os “neururais” (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que temos denominados “sem-sem” (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).

Nesse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Isso significa basicamente que as atividades agropecuárias já não respondem pela maior parte da renda da nossa população rural nesse final de século.

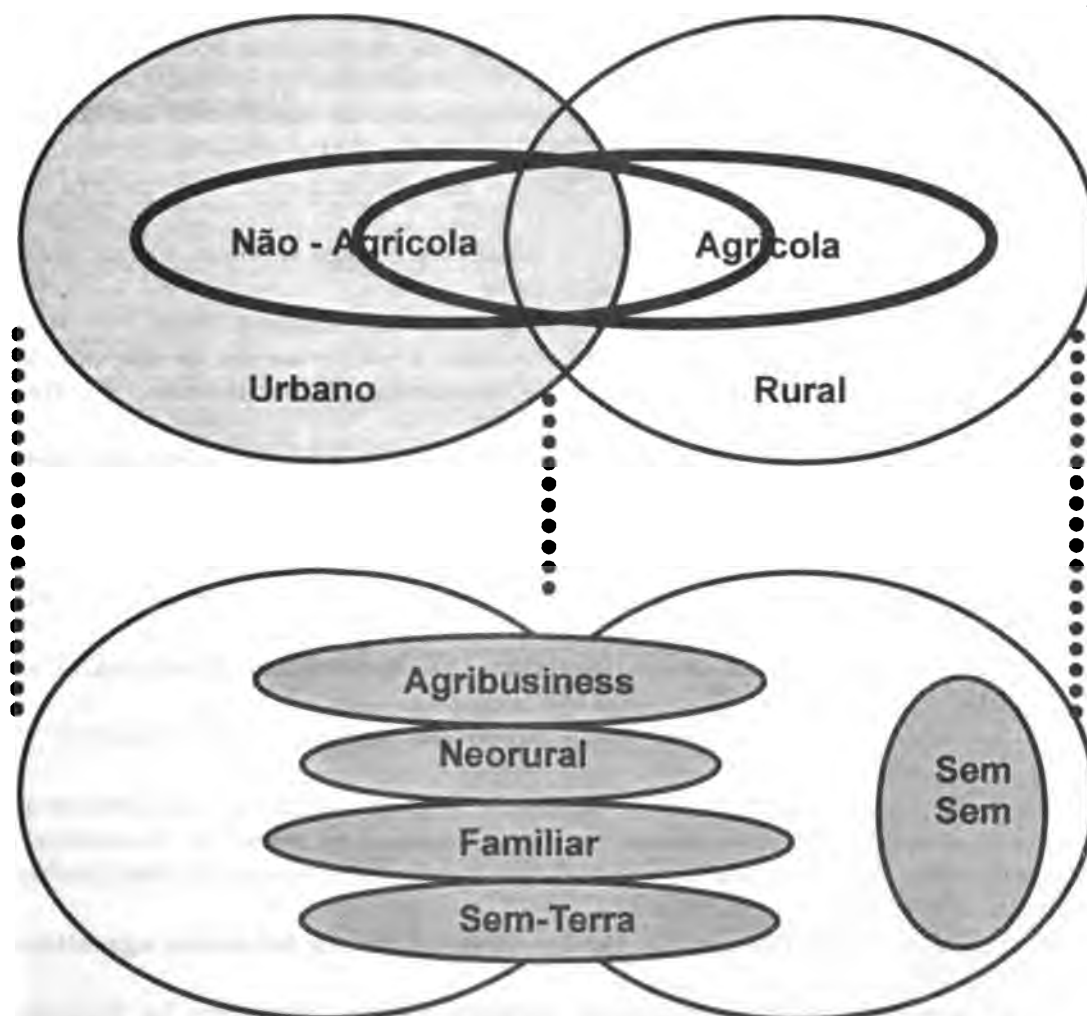


Figura 1: Novas relações e atividades no mundo rural.

**BIBLIOGRAFIA**

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo – SP. ANPOCS/HUCITEC. 1992.
- ARKLETON RESEARCH. **Cambio rural en Europa: programa de investigación sobre las estructuras agrarias y la pluriactividad**. Madrid, Ministério da Agricultura, 1987.
- ARNALTE A., E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del processo productivo. Madrid. **Revista de Economía**, **66**: 101-117. 1989.
- BARLETT, P. Part-time farming: saving the farm ou saving the life-style? **Rural Sociology**, **51**(3):289-313. 1986.
- BLAKELY, E. e BRADASHAW, T. América rural: um novo contexto. **Agricultura y Sociedad**, nº 36-37. 1985.
- CAMPANHOLA, C. e J.GRAZIANO DA SILVA. **O Novo Rural Brasileiro: Uma Análise Nacional e Regional**. Campinas, EMBRAPA/UNICAMP. 2000. (4 volumes).
- CARNEIRO, M.J. Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar? **Anais do XVII Encontro Nacional do PIPSA** (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura). Porto Alegre, RS. p. 50-58, 1995.
- DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-95**. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 1999. 221 p. (Tese de doutorado).
- FRIEDLAND, W. e PUGLIESE, E. Class formation and decomposition in modern capitalist agriculture. **Sociologia Ruralis**, **29**: 149-165. 1989.
- FULLER, A. From part-time to pluriactivity: a decade of change in rural europe. **Journal of Rural Studies**, Great Britain, **6**(4):361-373. 1990.
- GASSON, R. **The economics of part-time farming**. Longman, England. 1988.
- GORDILLO DE ANDA, G. Reestruturación institucional y revalorización de los vinculo rural-urbano. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M.E. **A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro**. Seminário Internacional Campo-Cidade. PARANÁ/PNUD. Curitiba – PR. 1998. (versão ampliada, não publicado)
- GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. Revista da Fundação SEADE, São Paulo – SP. **11**(2):50-64. 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas, IE/UNICAMP.
- GRAZIANO DA SILVA, José.. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP. 1999 (2ª edição)
- GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97 In. **Anais do XXVII Encontro Nacional De Economia**, 1999 , Belém - PA, Niterói - RJ ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia , 1999 , v. I , n. , p. 207 –227.
- GREEN, R. e SANTOS, R.R. **Economía de red y reestruturación del sector agroalimentario**. Paris, INRA, 1991.
- KLEIN, E. **El empleo rural no agrícola en America Latina**. Seminario La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI. PREALC/OIT. Santiago – Chile, 1992. 22p. (não publicado)

- LAURENTI, A.C. **A terceirização na agricultura – a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola paranaense**. Instituto de Economia, UNICAMP. 1996. 245 p. (Tese de Doutorado)
- LEONE, E. **Pobreza e trabalho no Brasil: análise das condições de vida e ocupação das famílias agrícolas no anos 80**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. 1994 (Tese de Doutorado)
- ETXEZARRETA, M. et al. **La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitarias**. Ministério da Agricultura, Madrid. Espanha. 1995.
- MINGIONE, E. e PUGLIESE, E. A difícil delimitação do urbano e do rural. **Revista de Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, 22:83-99. 1987.
- POCHMANN, M. **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90: uma análise regional**. CESIT, Instituto de Economia, UNICAMP, 1998. 26p. (não publicado)
- SARACENO, R. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an European experience. **Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado**, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- WELLEr, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centro-americano. **Revista de la CEPAL**, 62: 75-90, 1997.



# POLÍTICAS NÃO-AGRÍCOLAS PARA O NOVO RURAL BRASILEIRO

José Graziano da Silva\*

## INTRODUÇÃO

Infelizmente, as diferenças entre rural e urbano no que diz respeito ao acesso a alguns bens e serviços fundamentais, são ainda muito grandes no Brasil. Os dados da Tabela 1 mostram que não se trata das condições para o chamado “acesso à modernidade”, como o telefone por exemplo; estamos falando de carências básicas como não dispor de água potável (mais da metade dos domicílios rurais brasileiros não tem filtro de água!), e ser analfabeto (quase um terço das pessoas com 10 anos ou mais residentes na zona rural!). E esses são valores médios; se estratificarmos a população por renda, veremos que entre os mais pobres essas proporções aumentam ainda mais. Ou seja, podemos dizer que a grande maioria dos pobres residentes nas zonas rurais brasileiras – e de modo especial no Nordeste – ainda não tem acesso aos bens públicos fundamentais como energia elétrica, saúde, educação e até mesmo água potável. E não existem no país programas específicos para o meio rural destinados a estreitar essa lacuna com os residentes urbanos no que diz respeito ao acesso a esses bens básicos.

Não é portanto de estranhar que acreditem que para alcançar a cidadania é preciso mudar para a cidade mais próxima. Mas, como infelizmente essas pequenas e médias cidades que são contíguas aos espaços rurais não urbanizados tampouco tem essas condições para oferecer ao migrante rural, estão dadas as condições necessárias e suficientes para que ele empreenda a segunda etapa de sua migração em busca das grandes cidades do Centro-Sul do país. E aí é uma estória que já conhecemos.

**Tabela 1 Domicílios Particulares Permanentes que tem acesso a alguns serviços e bens básicos e Taxa de Analfabetismo (%): Brasil e Nordeste, 1996.**

Item/Bem	Brasil		Nordeste	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Esgotamento Sanitário	96,1	62,0	88,4	39,7
Coleta lixo	87,5	12,0	72,9	7,3
Iluminação Elétrica	98,7	66,9	97,4	52,3
Telefone	30,3	4,5	20,0	2,2
Filtro de água	61,5	43,3	64,0	41,8
Geladeira	86,4	43,2	69,5	22,0
Rádio	91,9	83,9	86,5	78,1
Televisão	91,3	54,3	83,7	38,5
Analfabetos 10 anos ou +	10,0	29,3	19,2	42,3

Fonte: PNAD 1996, Síntese de indicadores (IBGE, Rio de Janeiro, 1997).

Apresentaremos a seguir um conjunto de cinco “novas políticas” que nos parecem fundamentais para o desenvolvimento do novo rural brasileiro. O termo “novas políticas” está entre aspas porque muitas das propostas aqui apresentadas, longe de serem idéias realmente

\* Professor Titular de Economia Agrícola do IE-UNICAMP e consultor da Fundação Sead. E-mail: graziano@eco.unicamp.br

novas, representam apenas uma re-orientação das atuais políticas públicas no sentido de tratar o rural brasileiro não apenas como o somatório de um conjunto de atividades agropecuárias.

## **POLÍTICAS DE “DESPRIVATIZAÇÃO” DO ESPAÇO RURAL**

Os espaços rurais predominantemente agropecuários, especialmente onde predominam ainda grandes fazendas, continuam a expulsar seus desempregados para as periferias dos centros urbanos. A explicação para isso é simples: os espaços rurais exclusivamente agrícolas são áreas já inteiramente apropriadas de forma privada. Assim, quando um trabalhador rural é despedido de uma fazenda, por exemplo, tem que arrumar uma outra para morar<sup>1</sup> ou mudar-se para a cidade mais próxima. Essa migração rural-urbana para as pequenas cidades do nosso interior é, geralmente, o primeiro passo de uma longa caminhada sem volta rumo à periferia dos grandes centros urbanos do país. Isso coloca a necessidade de desprivatizar os espaços rurais exclusivamente agropecuários no país, criando povoados e vilas rurais urbanizados, por exemplo, como uma forma de impedir esse esvaziamento dos nossos campos.

Leone (1995), analisando as dificuldades de inserção na vida urbana das famílias que dependem da atividade agrícola com base em tabulações especiais da PNAD de 1990, concluiu que a atividade agrícola não proporciona um nível de vida compatível com a vida urbana. As cidades brasileiras consideradas pequenas e médias naquele ano abrigavam 82% das famílias com residência urbana cujo chefe tem como ocupação principal atividades agrícolas. Basicamente, elas combinavam as ocupações agrícolas do chefe com atividades não agrícolas de baixa remuneração dos demais membros, especialmente no setor serviços tais como serventes da construção civil, empregada doméstica, etc. O resultado final era uma renda ainda insuficiente ainda para tirá-las da pobreza em que viviam no campo.

Essa situação decorre, em parte, do baixo nível de qualificação dessa mão-de-obra que migra das zonas rurais, a grande maioria das quais sem um mínimo de escolaridade. Programas de alfabetização rural massivos e de requalificação profissional para atividades não agrícolas são, pois, parte fundamental dessas políticas para o novo rural brasileiro.

Mas, o fundamental é a própria inexistência nesse pequenos núcleos urbanos de uma demanda por ocupações que possibilitem melhor remuneração. Ou seja, é a própria estagnação econômica dessas economias locais a causa última dos baixos níveis de renda e do baixo nível de qualificação de seus moradores. Pouco adianta os povoados rurais se eles não possuírem economias locais suficientemente dinâmicas para gerarem mercados de trabalhos e de produtos capazes de gerarem uma renda compatível com as necessidades básicas dos cidadãos que aí habitam. O que estamos querendo enfatizar é que o desenvolvimento rural depende fortemente do dinamismo das economias locais (urbanas, suburbanas, etc.) do seu entorno e não pode ser reduzido à sua dimensão exclusivamente agropecuária, por mais moderna que esta seja<sup>2</sup>.

A “desprivatização” de parcelas dos espaços rurais permitiria também impulsionar usos não agrícolas do solo, criando novas áreas de lazer (no entorno das áreas de preservação ambiental, rios e represas, por exemplo) e de moradia. A casa própria nas zonas rurais pode vir a significar além da residência, também uma alternativa de desenvolver atividades de

<sup>1</sup> Na maioria das vezes a moradia é legalmente vinculada ao emprego rural de modo que uma vez rompido o contrato de trabalho, cessa a permissão de uso do imóvel onde o empregado reside.

<sup>2</sup> Sobre a importância do conceito de economia local para o desenvolvimento rural ver Kageyama, (1998).

subsistência e auto-construção, gerando ocupação para os membros mais idosos (ou mais jovens) da família que são os que geralmente tem maior dificuldade de conseguir trabalho.

Hespanha e Alves (1995), analisando a importância da auto-construção nas aldeias portuguesas, ressaltam que o sucesso das famílias rurais pobres em construir a sua residência própria baseia-se fundamentalmente na possibilidade de redução dos custos e na capacidade de gerar poupanças não monetárias, duas condições que só se tornam possíveis em economias locais baseadas em relações de troca que não sejam exclusivamente monetárias. Assim, desde a obtenção do terreno, a troca de dias de trabalho, o recrutamento de ajudas especializadas, empréstimo de ferramentas, máquinas e equipamentos e até mesmo a obtenção de alguns materiais utilizados (areia, madeira, tijolos, etc.), fazem com que o processo de auto-construção nas zonas rurais – um verdadeiro trabalho de castores, segundo os autores citados – seja em geral bem sucedido. Eles propõem “algumas medidas aparentemente pouco dispendiosas – como a infraestruturização de zonas destinadas à construção, a simplificação e clarificação dos procedimentos burocráticos e o financiamento da aquisição pelas famílias de menores rendimentos, de terrenos e materiais - que permitiriam de certo aliviar a enorme privação das famílias durante o processo de auto-construção”, especialmente entre os recém casados que não podem contar com a ajuda dos pais (p.150).

Dentre as políticas de “desprivatização do rural”, não devemos menosprezar a do lazer, uma “nova” função que vem se tornando cada dia mais importante no país, através de formas variadas de turismo em áreas rurais que vem se desenvolvendo sem nenhum amparo das políticas públicas existentes para o setor (Graziano da Silva, Vilarinho & Dale, 1998). Aqui o papel das prefeituras é fundamental, não apenas para criar a infra-estrutura necessária aos atrativos naturais já existentes no município, como também de estimular a auto-organização dos moradores locais para que possam oferecer uma ampla gama de serviços tais como pousadas, chalés, pesque-pagues, restaurantes típicos, etc.

Não devemos esquecer também que a grande maioria das formas de lazer dos brasileiros são desenvolvidas dentro de casa, com destaque para o uso do rádio e da televisão (Marcelino, 1997). Desde logo, portanto, a melhoria da infra-estrutura de telecomunicações nas áreas rurais é fundamental, não apenas para que se possa modernizar as atividades produtivas que aí se desenvolvem, mas para proporcionar conforto e lazer para as famílias que já residem no campo, evitando sua migração para áreas urbanas, como também para estimular a proliferação de casas de campo e outras formas de segunda residência nas zonas rurais.

Nada disso, entretanto, diminui a necessidade de realizarmos uma verdadeira reforma agrária no país. Mas, como argumentaremos no próximo capítulo, no final do século XX a nossa reforma agrária não precisa ter mais um caráter estritamente agrícola, especialmente na região Centro-Sul do país. É preciso aí uma reforma agrária diferente para que o “novo rural” possa vir também a ajudar a equacionar o nosso excedente populacional até que se complete a nossa “transição demográfica” recém iniciada, que reduzirá substancialmente a pressão atual dos jovens para ingressar nos mercados de trabalho.

## **POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO DO MEIO RURAL**

O relatório-síntese do Grupo Temático Educação, Saúde e Habitação do Fórum Nacional da Agricultura<sup>3</sup> concluiu que “o escasso apoio oficial e a desarticulação entre as ações

<sup>3</sup> Paulinelli, A. (coord.). Grupo temático Educação, Saúde e Habitação do Fórum Nacional de Agricultura: propostas de política pública. *Agroanalysis*, Rio de Janeiro. 17(10):18-19 (outubro)

existentes são consideradas as principais razões que impedem um mínimo de qualidade de vida para o trabalhador no meio rural, promovendo o êxodo e suas conhecidas conseqüências. Vários grupos temáticos que tratam de cadeias produtivas concluem, em seus diagnósticos, que a má qualidade da mão-de-obra e a não fixação do homem no campo constituem fatores limitantes do desenvolvimento de suas atividades econômicas”.

E propõem “a participação efetiva do Estado como incentivador do desenvolvimento através da criação do Programa Nacional de Cidadania no Meio Rural (PNCMR), que terá como principal objetivo a coordenação das ações públicas e privadas, através da integração entre os agentes que tratam da questão social no meio rural”.

“Espera-se assim, conseguir maior eficácia nas várias iniciativas já existentes no país, mediante a difusão e troca de experiências em ações bem sucedidas, como as Escolas Família Agrícola, que adotam pedagogia própria e são gerenciadas pela própria comunidade; os programas de tecnologia apropriada para construções rurais e saneamento, utilizando recursos naturais de cada região; o projeto Vilas Rurais do Paraná, o Programa Mobilização de Comunidades do Serviço Voluntário de Ação Social (Servas); o Programa de Saúde da Família e os Consórcios Inter-municipais de Saúde de Minas Gerais, o Grupo de Integração de Risco do Pará, o Programa Agente Comunitário de Saúde, o Projeto Segurança e Saúde do Trabalhador rural de São Paulo e o Programa Comunidade Solidária, entre outros”.

Vários pesquisadores têm demonstrado também que as possibilidades de acesso aos serviços públicos básicos (especialmente água encanada, luz elétrica e esgoto) constituem uma das grandes diferenças entre os pobres com residência urbana e os pobres com residência rural, especialmente nos pequenos e médios municípios da região Nordeste.

Castro (1992), por exemplo, após uma análise exaustiva dos programas de assentamento rural em que o BNDES esteve envolvido nos anos 70 e 80, concluiu que o caminho mais direto para elevar o padrão de vida da população rural brasileira “é o de se expandir os serviços sociais básicos nas pequenas e médias cidades do interior. (Quando possível e oportuno, abrir frentes de trabalho para aumentar a dotação de capital básico para estas populações). Essa forma de salário indireto, custeada por recursos fiscais atua imediatamente na elevação do nível de vida dessa população, e viabiliza, no longo prazo, a implementação de processos dinâmicos de geração de emprego e renda.” (p.193).

Segundo esse autor, “podemos apresentar o problema que estamos tratando da seguinte forma: em primeiro lugar, a população rural volta-se para o espaço urbano – basicamente para as pequenas e médias cidades do interior; em segundo lugar, estas cidades são o primeiro passo do processo migratório e esse papel está fortemente associado à escassez de oportunidades para a população migrante e ao seu baixo padrão de vida. Por último deve ser ressaltado que, na medida em que parcela significativa da população miserável se encontra em torno dessas localidades, ainda existe um considerável espaço de atuação por parte do Estado objetivando melhorar as condições de vida nessas pequenas cidades. Uma ação desse tipo atuaria no sentido de evitar os passos sucessivos de fluxo migratório e de, principalmente, reforçar a pequena produção que, como vimos, tem sua estratégia de vida em parte condicionada pela condições urbanas” (p.196).

Castro conclui sua tese argumentando que se o objetivo perseguido for o de aumentar a produção de alimentos e matérias primas, devemos pensar em uma política agrícola envolvendo crédito rural, preços mínimos, extensão rural, pesquisa tecnológica, etc. Se o objetivo for o de aumentar o número de produtores agrícolas, devemos pensar em uma política agrária atuando nos determinantes do preço da terra, na expansão ordenada da fronteira agrícola e na reordenação fundiária através da reforma agrária, sem esquecer de articular com essas políticas ações de assistência técnica no seu sentido mais amplo. Mas, “se



objetivamos elevar o padrão de vida da população rural, devemos procurar um caminho mais simples e mais eficaz, no curto prazo, reforçando os investimentos sociais nas pequenas e médias cidades do interior, deixando para um segundo momento a estruturação de mecanismos dinâmicos de geração de emprego e renda. Acreditamos ainda que a elevação do padrão de vida dessa população é condição necessária para a viabilização dos esquemas mencionados em uma etapa posterior, na medida em que a distância entre o nível técnico-cultural desse grupo e as tecnologias difundidas pelo modo de produção capitalista tendem a aumentar” (p. 197-8).

## POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE RENDA E OCUPAÇÕES NÃO-AGRÍCOLAS

Como bem destaca Islam (1997), o crescimento dos empregos rurais não agrícolas (ERNA) pode estar associado tanto a um setor agrícola dinâmico como a um estagnado. Algumas vezes, o emprego não-agrícola é uma saída para uma agricultura improdutivo mais do que uma resposta a uma expansão da agricultura. Nesse caso diz o autor que os trabalhadores estão sendo *empurrados* para o setor não-agrícola e não *puxados* pela dinâmica de oportunidades dos setores não-agrícolas. É interessante observar que esse autor, como muitos outros, associa invariavelmente a ação dos ERNA com atividades de pequena escala no melhor estilo do “*small is beautiful*”. Por isso as suas propostas de políticas específicas enfatizam sempre a promoção de microempresas industriais e comerciais capazes de gerar ocupações por conta própria. Daí o destaque para ampliar a infra-estrutura existente nas zonas rurais e melhorar o nível educacional das pessoas aí residentes.

Islam distingue dois grandes grupos de políticas que afetam o desempenho dos setores não-agrícolas (SRNAs). Primeiro, as políticas econômicas no seu sentido mais amplo, onde destaca a comercial, a de exportações, a fiscal, a industrial e a trabalhista. Segundo, aquelas políticas dirigidas especificamente para o setor rural não-agrícola, onde inclui todos programas destinados a prover assistência creditícia e financeira e outros serviços que “ajudem a reduzir a discriminação e o desincentivo que sofrem as atividades rurais de pequena escala”.

O autor citado reconhece também a importância do *emprego direto* por parte do setor público no rural não-agrícola através de a) frentes de trabalho de obras públicas; b) descentralização administrativa e governanças locais; c) expansão dos serviços públicos de saúde, educação e planejamento familiar. Na sua opinião, se os governos locais tiverem poder de decisão política e recursos financeiros adequados e vontade política, eles podem promover o crescimento e a vitalidade dos SRNAs. (p.33).

Na apresentação anterior (GRAZIANO DA SILVA & DEL GROSSI – O Novo Rural Brasileiro) identificamos no caso brasileiro nove dinâmicas relevantes para a geração dos ORNA, sendo que apenas três delas estão fortemente relacionadas com o desenvolvimento da própria agricultura. Outras três resultaram de demandas tipicamente imobiliárias ligadas ao laser, busca de residência e de terras para uso não agrícolas.

## POLÍTICAS SOCIAIS COMPENSATÓRIAS ATIVAS

É evidente que a geração de ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro nem sempre dará conta de propiciar um nível de renda satisfatório para todas as famílias rurais de uma região. Haverá sempre aquelas que, seja pela posição em que se encontram do seu ciclo de vida, seja pelas condições materiais que dispõem, não conseguirão obter uma renda mínima

que garanta a sua sobrevivência em condições dignas. Para esses casos não resta outra alternativa que propiciar transferências de fundos públicos, seja na forma de aposentadoria e pensões (no caso dos mais idosos), seja na forma de bolsa-escola para os mais jovens.

Delgado (1995) destaca a importância da mudança constitucional de 1988 que introduziu mudanças na Lei de Custeio da Previdência em 1991, elevando o piso de benefício da aposentadoria rural de 0,5 para um salário mínimo e permitiu a redução do limite de idade (60 anos para homens e 55 anos para mulheres), além de abrir a possibilidade para aposentadoria simultânea do casal. Segundo Delgado, “o programa de seguridade social rural (...) representa hoje o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural. É ainda um forte auxílio indireto à unidade familiar e possibilita sua sustentação social, algo que em outros países se realiza no âmbito da política agrícola (vide M.C.E. e sua Política Agrícola Comum)”.

“A elevação do gasto na Previdência Social Rural de cerca de US\$ 1,8 bilhão em 1988 para algo em torno de US\$ 4 bilhões atualmente e a correspondente incidência social focalizada deste gasto é algo inteiramente inédito em termos de seguridade social contemporânea: representa uma fonte de subsistência apreciável para famílias rurais e residentes micro-urbanos, cuja sobrevivência sócio econômica estaria fortemente comprometida, a depender do desempenho específico da política agrícola no período”.

“Por outro lado, o número absoluto de benefícios é também expressivo se considerarmos o indicador de famílias rurais do Censo Demográfico de 1991– cerca de 7,8 milhões, sendo muito provável que a cobertura dos ‘benefícios de duração continuada’ (aposentadorias, pensões e as rendas mensais vitalícias) atenda cerca de 2/3 dessas famílias”(p.222).

Em relatório de pesquisa posterior, coordenado pelo mesmo autor (Delgado, 1997), verifica-se que o número de benefícios rurais de duração continuada passou de 4 milhões em 1991 a um valor médio de US\$44,00 cada, para 6,4 milhões em 1995, com um valor médio de US\$ 103,40, mais que o dobro do anterior. Segundo as estimativas aí apresentadas o valor dos benefícios rurais contínuos representava em 1991, cerca de 18% da renda média domiciliar rural no conjunto do país, atingindo quase 28% na região Nordeste.

Segundo o relatório, “os estados da região nordeste apresentam os mais altos índices de cobertura da população de idosos e inválidos. As aposentadorias desses grupos sociais, somadas às pensões por morte de titulares desses benefícios correspondem hoje, nos estados do nordeste a um componente da renda domiciliar da maior relevância, não apenas como seguro social, como também enquanto vetor para sustentação da renda rural. Como proporção desta, a renda dos inativos rurais representa hoje entre 1/3 a 50% do fluxo total de rendimentos familiares no meio rural”.

“Os resultados preliminares da pesquisa indicam que esse duplo papel de seguro social e sustentação da renda rural incide de maneira diferenciada de conformidade com determinados critérios socioeconômicos destacáveis. Assim, há incidências proporcionalmente mais favoráveis para pessoas residentes em ‘pequenos municípios’, regiões (ou Estados) economicamente mais pobres; idosos do sexo feminino e economias agrícolas relativamente mais débeis. Em linhas gerais, o atendimento universalizado que o sistema previdenciário oferece sob a forma de benefício padrão, atinge de maneira claramente diferenciada os pólos de maior vulnerabilidade econômica”.(p.61).

Uma amostra dos pagamentos locais da previdência social em 15 estados permitiu ao autor concluir também, que há uma clara tendência de concentração dos benefícios e beneficiários do sistema nos espaços rural e micro-urbano contíguos composto de municípios de até 50 mil habitantes, que concentram 2/3 dos beneficiários não havendo portanto, uma substancial migração dos mesmos para os grandes centros urbanos do país.

O relatório corrobora também as conclusões de Kageyama e Graziano da Silva (1995) de que o maior crescimento dos potenciais beneficiários da Previdência Rural estão entre os que menos tem condições de pagar, ou mais especificamente, entre os trabalhadores por conta própria, que é a camada mais pobre da população rural do Nordeste. Por isso, o sistema de financiamento público da Previdência Rural não pode assentar-se nos tradicionais mecanismos de auto-financiamento (tipo os sistemas de bases correntes das receitas e despesas dos ativos/inativos ou da capitalização das contribuições individuais), nem pode prescindir das fontes específicas a ela vinculadas. Fica claro, portanto, que a Previdência Rural tem que ser encarada como uma política social compensatória que opera uma redistribuição de renda implícita na regra constitucional que estabeleceu a sua universalização, conclui o relatório (p.62).

Dados que dispomos de outras fontes confirmam a importância das transferências do sistema previdenciário na formação da renda das famílias rurais. Um recente diagnóstico do município de Blumenau (SC) encontrou que em 17% dos estabelecimentos rurais da amostra, mais de 2/3 da renda familiar provêm de aposentadorias e pensões (Deser, 1997). O nosso recente trabalho sobre pluriatividade na agricultura brasileira indica que cerca de 10% das 4,29 milhões de famílias rurais sem acesso à terra da PNAD de 1995 tinham nas aposentadorias e pensões praticamente a sua única fonte de renda monetária (Del Grossi & Graziano da Silva, 1998). E dados ainda não divulgados do Projeto Rurbano mostram que entre as famílias exclusivamente agrícolas com acesso à terra cujo chefe declarou trabalhar por conta própria – que seriam os famosos produtores familiares puros na terminologia clássica – os rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões representavam 20% da renda monetária domiciliar média, proporção essa que aumentava para 1/3 nos empreendimentos muito pequenos (com menos de 2 ha).<sup>4</sup>

O que mais impressiona, entretanto, não são os dados de cobertura da Previdência Rural, nem a magnitude da sua contribuição na formação da renda dos domicílios rurais, especialmente no Nordeste. É a constatação de que tudo isso ocorreu como que por acaso. Mais do que isso: ocorreu a despeito da ação do poder público, que teve sempre uma prática de restringir burocraticamente a concessão dos benefícios permanentes, como aposentadorias e pensões, com vistas a reduzir o déficit do Programa de Previdência Rural, apesar do direito assegurado constitucionalmente.

Ou seja, a Previdência Rural nunca foi pensada no Brasil como uma política ativa, destinada a reduzir os níveis de pobreza nas zonas rurais desfavorecidas através de programas de aposentadoria precoce, por exemplo, que vimos advogando para as regiões semi-áridas do “miolão” do Nordeste brasileiro.

## REORDENAMENTO INSTITUCIONAL

Merecem especial atenção, primeiro, as novas formas de propriedade comunitária que estão surgindo no espaço rural (como por exemplo, as áreas de reserva ecológica em

---

<sup>4</sup> Não utilizamos ainda dados sobre rendas das famílias rurais para os anos 90, por não ter encontrado até o momento uma metodologia para corrigir a subestimação nas rendas variáveis das Pnads, especialmente aquelas de origem agrícola, em função da forma como a pergunta é formulada ao declarante, obrigando-o a realizar várias operações aritméticas, além de estimações dos custos de produção passado, para conseguir dar uma resposta que pudesse ser considerada como aproximadamente correta. Para maiores detalhes veja-se o Manual de Entrevista da Pesquisa Básica: Pnad de 1995, quesito 53, p. 218-9. Ai pede-se que as pessoas com rendimento variável em dinheiro informe o valor médio de remuneração bruto (no caso do empregado) ou retirada no caso de conta própria ou empregador. "Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento, como, por exemplo, pagamento de empregados, matéria prima, energia elétrica, telefone, etc.

condomínio<sup>5</sup>) e as tentativas das prefeituras de criar novos instrumentos que lhes permitam expandir a sua ação para além dos perímetros urbanos, como por exemplo, a municipalização do Imposto Territorial Rural, a obrigatoriedade de Planos Diretores de Uso do Solo também para as áreas rurais e a criação de uma legislação sobre o uso das águas do município, gestão dos programas das bacias hidrográficas, etc.

Nesse particular a implementação do ICMS ecológico, previsto na Constituição desde 1998, pode vir a alterar substancialmente o papel dos órgãos estaduais de proteção ao meio ambiente e especialmente das prefeituras municipais na preservação ambiental, tornando-as agentes florestais ativos. Uma das possibilidades é estimular os proprietários rurais a criarem Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), com decretos que definem áreas de interesse ambiental, protegidas em caráter perpétuo, por decisão voluntária de seus detentores. “Não há restrição de tamanho de uma RPPN, mas a prioridade é para glebas vizinhas a parques nacionais que possam de alguma forma funcionar como cinturão de segurança ou corredor genético para a fauna regional. Ao registrar uma RPPN o produtor não perde a posse da terra. Pode inclusive vendê-la: o compromisso vai junto com a escritura. A vantagem é a isenção do ITR correspondente à área protegida e à prioridade na concessão de crédito agrícola em bancos oficiais. A RPPN assegura também o direito de obter recursos junto ao Fundo nacional do meio Ambiente e o apoio para combater caça, pesca, fogo e desmatamento na propriedade. Apesar desses incentivos, existem apenas 11 RPPN no país com área total inferior a 350 mil hectares”. Mas, o estado do Paraná, na esteira da implantação do ICMS ecológico, conseguiu registrar 74 RPPN em 1997 – o que lhe valeu o prêmio Henry Ford de Conservação – e espera dobrar esse número em 1998, perfazendo 30 mil hectares protegidos.<sup>6</sup>

Segundo, é preciso tratar como parte desse reordenamento institucional, a questão da dissociação entre local de moradia e de trabalho na zona rural com vistas à implantação de uma política de habitação rural que não venha a financiar novamente os mesmos grandes fazendeiros de sempre que retêm suas terras nas periferias das cidades à espera de valorização imobiliária. Assim, além das tradicionais políticas de incentivo ao uso agrícola das terras tanto por parte do produtor direto, como por terceiros (via arrendamento e parceria), seria fundamental criarmos políticas para estimular o uso não-agrícola do solo rural, como por exemplo um programa de habitações rurais onde os inquilinos não fossem necessariamente trabalhadores rurais das fazendas onde residem.

O Programa “Vilas Rurais” do Governo do Estado do Paraná é um passo importante nessa direção, apesar das limitações da sua própria concepção (Lerner, 1996), uma vez que se destina fundamentalmente a fixar a mão de obra volante de uma determinada localidade (Ribeiro, coord., 1997). Na visita que alguns participantes do encontro “Campo e Cidade – Elos de Vida Urbano-Rurais” fizeram as Vilas Rurais na região de Campo Mourão (PR), tivemos oportunidade de apontar alguns reparos quanto à instalação e o funcionamento desses núcleos, considerados pelo governo Jaime Lerner como “a verdadeira reforma agrária”. Por exemplo, o Programa da Vila Rural esgota-se depois desta pronta e habitada, justamente por ser um núcleo tão pequeno “que não oferece escala para a promoção de políticas públicas, como por exemplo, programas de requalificação profissional”<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> É o caso do Protocolo de Araguari (MG), onde cafeicultores adquiriram uma área de reserva contígua de 145 hectares fora de suas propriedades para cumprirem a legislação ambiental que exige a manutenção de 20% como preservação. “Nenhuma lei diz que sim, mas também nenhuma diz que não” se pode considerar a reserva como áreas externas à propriedade diz o promotor e os técnicos do Instituto Estadual de Florestas do estado, que avaliaram o acordo. Ver a respeito: Silva (1998).

<sup>6</sup> Atalho Verde: ICMS ecológico incentiva preservação. *Globo Rural*, março de 1998, p.54.

<sup>7</sup> Reparos e Elogios as Vilas Rurais. *Gazeta Mercantil*, Caderno Paraná. 13/03/98, p.D-5

Pior que isso: a orientação dos executores do programa é para impedir o desenvolvimento de atividades não agrícolas nos lotes, justamente o que poderia permitir aos seus moradores – que já não são mais agricultores, mas simples bóias frias sazonais – melhorarem sua renda. No caso da agricultura do Norte do Paraná, onde predomina a produção de grãos como milho e soja, sem escala ninguém consegue viver com a renda que obtém da atividade agrícola. No caso de não existir oferta de empregos não-agrícolas nas proximidades, as vila rurais deveriam ser suficientemente grandes para possibilitar a criação no seu interior de demandas de bens e serviços que pudessem ser gerados ali mesmo, de modo que os moradores pudessem dispor de outras fontes de renda. Em uma vila rural maior, a demanda por produtos e serviços poderia justificar investimentos em outras atividades não-agrícolas, como a implantação de atividades como padarias, confecções, casas comerciais, entre outras.

A cessão do uso de terras em comodato é uma outra forma jurídica que organizações não governamentais (ex. Caritas no Vale do Jequitinhonha) e algumas prefeituras do interior de Minas Gerais e de São Paulo vem utilizando para possibilitar o acesso de pequenos produtores às áreas e benfeitorias (especialmente as casas de moradia) de fazendas que por restrições legais não são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

Outro exemplo é Dracena-SP, onde a prefeitura implementou em 1994 o Programa “Volta ao Campo” através do qual 1500 casas de fazendas vazias, situadas no entorno urbano, foram cedidas em comodato a trabalhadores rurais e urbanos, com o aval do Sindicato Patronal Rural e do próprio Sindicato de Trabalhadores Rurais do município.

Para se ter uma idéia do potencial que isso pode representar, um levantamento recente realizado pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, mostrou que das 466 mil moradias existentes nas 277 mil unidades de produção agropecuária do estado, apenas 360 mil estavam habitadas em 1997. A diferença (106 mil) corresponde a pouco menos do que todo o programa habitacional do atual Governo do estado que pretende construir 128 mil novas unidades residenciais entre 1994 e 1998.<sup>8</sup> Também no Nordeste, o número de moradias abandonadas é muito grande segundo informações que pudemos obter em viagens pela região. E pior: em função da crise que atinge as áreas de cana-de-açúcar da Zona da Mata dos estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco, os usineiros em dificuldades financeiras estão derrubando as casas de suas fazendas para evitar que elas sejam ocupadas pelos empregados que estão sendo despedidos, para evitar que eles venham a ser beneficiados pela legislação trabalhista no caso de falência das usinas. Estima-se que somente em Alagoas em 1996, cerca de 40 mil casas foram derrubadas por essa razão.

Outro exemplo é o que ocorre com muitas agroindústrias que se encontram localizadas em áreas que, geralmente, já possuem uma infra-estrutura mínima (estradas) e alguns dos serviços básicos essenciais (água potável e luz elétrica), necessitando da implantação de outros (tais como esgoto, coleta de lixo, etc.). Com o intuito de repassar esses custos, observa-se a busca de “parcerias” entre a iniciativa privada e as prefeituras locais para a construção de casas populares nas periferias das cidades do interior, visando alojar a mão-de-obra permanente que necessitam<sup>9</sup>.

Finalmente, em terceiro lugar, não devemos nos esquecer ainda entre as políticas de ordenamento institucional a necessária diretriz de buscar novas formas de participação dos

<sup>8</sup> Amaral, Carlos. Censo revela que minifúndio predomina em São Paulo. *O Estado de São Paulo*, edição de 3/11/97, p. A-11.

<sup>9</sup> A *Gazeta Mercantil* de 19/5/97 (“Falta Mão-de-Obra para a Cana”) traz a declaração com um usineiro paulista que doou 53 hectares de terras para a instalação de uma vila rural no Paraná para assentar 80 famílias de trabalhadores em lotes de 0.5 há num programa de parceria com o Governo do Estado para fazer frente a escassez de mão-de-obra na região durante a safra. Segundo o empresário, essa situação é reflexo do êxodo rural provocado pelo fim da cafeicultura e pela decadência da cultura do algodão no estado, o que levou os trabalhadores rurais a migrarem para a região metropolitana de Curitiba.

beneficiários que lhes permita evoluir do atual relacionamento individualizado dos beneficiários com os agentes executores das políticas públicas para formas associativas e/ou comunitárias. Aqui o que está em jogo é a própria estrutura de intervenção do poder público. As desejadas, mas nunca implementadas, políticas de descentralização e de participação impõem uma completa reestruturação das esferas de competência dos poderes municipal, estadual e federal, tanto no setor agrícola e do abastecimento, como também nas questões relativas ao meio ambiente e fundiário.<sup>10</sup>

Vale a pena dizer que o enfrentamento tanto da questão ambiental como também da questão agrária numa sociedade complexa como a brasileira, reforça a necessidade dessas políticas públicas formuladas e implementadas “de baixo para a cima”, que busquem um “consenso obrigado” (para usar a expressão consagrada pelos neocorporativistas) entre as representações de interesses privados organizados e o poder público, nos seus distintos níveis de atuação, desde o local até o internacional.

Essa mudança na forma de fazer políticas decorrente da introdução das políticas agrária e ambiental no centro das preocupações do poder público nas suas distintas esferas, acentua o contraste com o modo de formular as políticas agrícolas, que tem de ser necessariamente implementadas “de cima para baixo” porque afeta os parâmetros de mercados globais, como o de produtos, de crédito e de trabalho, diferentemente das políticas ambientais e agrárias, que afetam fundamentalmente mercados locais. No caso de países que ainda têm regiões carentes de implementar políticas agrícolas de modernização, o contraste é ainda maior, levando a uma dissociação quase completa entre a sua formulação e das demais políticas de desenvolvimento do mundo rural.<sup>11</sup>

Isso nos leva a pensar que no caso brasileiro será inevitável uma reestruturação dos atuais ministérios da Agricultura e Abastecimento e da Reforma Agrária, seja pela sua não funcionalidade atual decorrente do perfil setorial de que se originam, seja pela necessidade de implementar novas políticas para o desenvolvimento do novo rural brasileiro. Mas este é um tema para outra oportunidade.

## CONCLUSÃO

Apesar de todas as mudanças estruturais anteriormente descritas pelas quais vem passando o mundo rural, as políticas a ele dirigidas continuam a ser direcionadas basicamente para reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). Não se tem levado em conta, por exemplo, o fato de que as zonas rurais tem necessidades novas típicas de uma sociedade urbana moderna, como por exemplo, a de estabelecer um zoneamento para definir áreas industriais, de moradia e de preservação ambiental, além das áreas exclusivamente agrícolas e pecuárias.

Nos anos 90 o mundo rural vem sendo valorizado cada vez mais como produtor de “bens não tangíveis” tais como a paisagem e o lazer, ao lado dos tradicionais produtos agropecuários e de “novos” produtos agrícolas, como a criação de animais exóticos, cultivo de flores raras, etc. Ou seja, além de um espaço de preservação ambiental, o rural começa a ser visto pelos formuladores de políticas públicas também como uma oportunidade de gerar novas

<sup>10</sup> Ver a respeito os artigos da coletânea editada por Graziano da Silva & Sottili.(1997).

<sup>11</sup> É como mostra o caso dos países do Mediterrâneo no contexto da Política Comum Européia. Ver a respeito: Moyano.(1998).

formas de ocupação e renda para segmentos da população que aí vivem e que, em geral, não tem a qualificação necessária para se inserirem nos setores urbanos em expansão.

As ligações entre os setores rurais não-agrícolas (SRNAs)<sup>12</sup> e o setor agrícola já vem sendo bem exploradas na literatura; todavia, o mesmo não se pode dizer das relações entre os diversos setores rurais não-agrícolas e seus congêneres urbanos. É sabido, por exemplo, que um crescimento na renda agrícola provê um crescimento do mercado de bens de consumo e insumos agrícolas. A modernização da agricultura, por exemplo, ao estimular o uso de equipamentos mecânicos para cultivo e para irrigação, gera oportunidade para que se estabeleçam serviços locais de manutenção e reparação, bem como estimula a criação de mercados secundários de aluguel e venda dessas máquinas.

Mas, o impacto das rendas agrícolas sobre os SRNAs depende entre outras variáveis de como está distribuída essa renda agrícola. Numa região de grandes propriedades por exemplo, a renda agrícola tende a se concentrar, seja do ponto de vista da sua distribuição pessoal, seja do ponto de vista da sua distribuição espacial, dificultando a geração de atividades não-agrícolas nos mercados locais. Ou seja, não é sempre que uma região de agricultura moderna desenvolve também seus SRNAs. Uma agricultura dinâmica pode prover empregos para os trabalhadores sem terra e mesmo para os pequenos produtores marginais e, ao mesmo tempo, estimular o aparecimento de mercados não-agrícolas, tanto de insumos como de bens de consumo final. Mas, quando a agricultura local é estagnada, as atividades que respondem pela maior parte da ocupação não-agrícola são a indústria doméstica rural, as olarias e uma miscelânea de outras atividades de baixa produtividade e baixa renda. Nestes casos, a parcela das rendas não-agrícolas e do emprego nos domicílios rurais declinam a medida que cresce o tamanho da propriedade e o nível de renda das famílias.

O que queremos dizer é que também é possível desenvolver os SRNAs sem gerar desenvolvimento rural, na medida em que esse depende fundamentalmente tanto do dinamismo das economias locais urbanas e suburbanas, como também da própria distribuição da renda (agrícola e não agrícola) e da propriedade agrária na região. Não basta, portanto, deixar que a “mão invisível dos mercados” direcione o crescimento dos SRNAs. É fundamental que o Estado assuma o seu papel no novo mundo rural que se descortina, disciplinando, estimulando ou coibindo ações, tendo em vista o meio ambiente e, principalmente, o bem estar das populações aí residentes.

Para isso, argumentamos, é necessário criar um novo conjunto de políticas não agrícolas para impulsionar o desenvolvimento rural. Trata-se, em última instância, de criar condições para que se possa alcançar a cidadania no meio rural sem necessidade de migrar para as cidades, estendendo ao morador da zona rural as mesmas possibilidades que encontraria nos centros urbanos.

No caso brasileiro, cinco grupos de políticas são fundamentais para o desenvolvimento do novo rural, a saber:

- a) políticas de **“desprivatização” do espaço rural** tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;
- b) **políticas de urbanização do meio rural** visando a criação de infra-estrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;

---

<sup>12</sup> Que incluem não apenas as atividades fora da fazenda tais como comércio, transportes, construção, manufaturas (tanto a doméstica como a indústria rural de pequena escala) e serviços de vários tipos mas também cobre as rendas recebidas pela população residente nas zonas rurais que trabalham nas cidades próximas e as remessas dos membros da família que vivem em áreas urbanas mais distantes.

- c) **políticas de geração de renda e ocupações não-agrícolas**, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a re-qualificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo; para isso é fundamental que se crie um sistema de crédito desvinculado do sistema financeiro tradicional na base de "Bancos do Povo", crédito rotativo de ONGs, cooperativas de crédito, etc.;
- d) **políticas sociais compensatórias ativas**, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;
- e) **um re-ordenamento político-institucional** que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país.

Mas, antes de mais nada é preciso **remover o viés urbano e agrícola das atuais políticas públicas**, sem o quê o desenvolvimento do novo rural brasileiro estará comprometido.

Uma breve revisão da literatura nos permitiu detectar um grande viés urbano nas políticas públicas para o meio rural, possivelmente fruto do esforço de industrialização perseguido há décadas. E no caso específico das políticas agrícolas, pode-se perceber um forte viés produtivista, resultado sem dúvida dos diagnósticos de insuficiência da expansão da oferta agrícola de alimentos e matérias primas para suprir as demandas dessa mesma industrialização, que resultou na terapia da Revolução Verde do Pós-Guerra.

Os países desenvolvidos vêm dando passos importantes no sentido de criar novos instrumentos que visem a sustentação da renda das famílias rurais desvinculados das suas políticas agrícolas, bem como introduzir outros objetivos além da auto-suficiência alimentar. Nesse sentido, a reforma de 1992 da Política Agrária Comum da Comunidade Européia representou um significativo avanço no sentido de tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtiva. A eleição da preservação do território no seu sentido amplo (ecológico e social) e do reflorestamento como diretrizes centrais representou uma possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas rurais da comunidade (Bonete, 1994).

Essas novas políticas vão no sentido de estimular a pluriatividade das famílias rurais, a diversificação das unidades de produção para atividades não-agrícolas, e a substituição dos subsídios aos preços dos produtos agrícolas por pagamentos compensatórios diretos aos pequenos produtores de regiões desfavorecidas como por exemplo, áreas de montanhas ou desérticas, que se transformam assim em verdadeiros "guardiães da Natureza" (Baptista, 1997).

Infelizmente, o Brasil não possui ainda nenhum programa que estimule a pluriatividade no meio rural e muito menos programas de incentivo a atividades não-agrícolas ou pagamentos diretos a famílias rurais que habitam regiões desfavorecidas. O que mais se aproxima disso é o PROGER Rural, criado como parte do Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), que fora instituído no ano anterior com a motivação primordial de promover medidas com vistas à geração de emprego e renda de forma articulada com as ações do Programa de Combate à Fome e à Miséria. Infelizmente, o PROGER foi vinculado ao sistema financeiro tradicional, resultando, daí, suas principais restrições atuais: alto custo dos empréstimos e dificuldade dos mutuários em oferecer as garantias exigidas.



Lamentavelmente, quando da institucionalização do PROGER Rural, em maio de 1995, esqueceu-se da primeira parte da principal diretriz geral do PROGER de “estimular a geração de emprego e renda mediante a criação de novas unidades produtivas”, ficando-se apenas com a parte do “fomento às já existentes”. Ou seja, o PROGER Rural foi reduzido em sua concepção a mais um programa de apoio às atividades agrícolas, ou dela derivadas, similar ao Pronaf. Isso talvez explique por que na avaliação piloto do programa realizada no Espírito Santo, “do ponto de vista da geração de emprego, o resultado da amostra do PROGER Rural revelou um resultado muito discreto, pronunciando-se apenas alguma alteração mais relevante na contratação de assalariados temporários” por parte dos seus beneficiários (IBASE, 1997).

No caso brasileiro, pode-se dizer que as políticas públicas não só não estimulam o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, como se pode encontrar ainda várias restrições a elas que só podem ser atribuídas aos vieses urbano e agrícola com que as políticas rurais vêm sendo implementadas no país. Pela sua importância merecem destaque:

- a) módulo rural, que seria a área mínima capaz de prover a subsistência e o progresso social de uma família quando explorada dentro da tecnologia agrícola usual;
- b) restrição às atividades não-agrícolas em programas de assentamentos de famílias rurais de âmbito federal e estadual (como no caso do programa das Vilas Rurais no Paraná);
- c) exclusão desde 1978 da classificação de chácaras de recreio no Cadastro de imóveis rurais para efeito de incidência do Imposto Territorial Rural;
- d) falta de legislação específica para disciplinar as construções em loteamentos rurais e áreas de lazer e recreação;
- e) conflitos entre a legislação ambiental e a exploração de novas atividades agrícolas e criação de animais silvestres e das atividades não-agrícolas de lazer e de turismo rural, como no caso dos pesque-pagues, das fazendas-hotel, etc.;
- f) conflitos entre a legislação sanitária e a indústria doméstica rural;
- g) inexistência de uma política de incentivo à habitação rural;
- h) restrições no acesso ao crédito rural do Pronaf por parte de pequenos agricultores que possuem mais de 20% da sua renda total proveniente de atividades não-agrícolas;
- i) restrições burocráticas à concessão de benefícios permanentes tais como pensões e aposentadorias a trabalhadores rurais, especialmente quando já existe outro beneficiário na família;
- j) restrições aos domicílios rurais que não são de produtores agrícolas nos programas de eletrificação rural.

A propósito deste último, o “Dossiê Eletrificação Rural”,<sup>13</sup> recentemente publicado, permite ilustrar alguns desses vieses urbanos e agrícolas a que estamos nos referindo. Na principal reportagem do Dossiê, Alencar<sup>14</sup> estima que aproximadamente dois terços das propriedades rurais brasileiras continuam sem energia elétrica em 1985 (“no Cone Sul, só o Paraguai é pior!”). Em primeiro lugar, o padrão trifásico assentado em postes de cimento, usado nas cidades brasileiras, é o mesmo implantado nas áreas rurais e custa R\$ 7.120,00 por km. Nos países desenvolvidos, o padrão utilizado nas zonas rurais é o monofásico assentado em postes de madeira e sai por R\$ 762,00 por km, quase dez vezes menos. O custo no Mato Grosso do Sul, que também adota padrão trifásico, é de R\$ 24.000 por km. Pernambuco é o único estado brasileiro a bancar a eletrificação rural com o sistema monofásico e já no fim

<sup>13</sup> Relatório Especial do jornal Gazeta Mercantil de 22/05/98.

<sup>14</sup> Alencar, José Roberto (1998). Os equívocos que mantêm o campo apagado. In Dossiê Eletrificação Rural, Relatório especial da Gazeta Mercantil de 22/05/98.

deste ano estará mais claro do que São Paulo, segundo os dados apresentados por Raposo<sup>15</sup>. Mas também usa poste de cimento por falta da existência de uma usina de tratamento de madeira na região, o que poderia reduzir em 40% o custo de R\$ 1.200,00 por km das redes, segundo estimativas da própria concessionária estadual de distribuição de energia elétrica, a CELPE.

Segundo Alencar, há uma grande discriminação contra as moradias rurais: “as da cidade têm linha grátis até a porta da rua, as da roça têm de pagar – só Pernambuco assume o ônus, por ordem do governador Arraes; Mato Grosso do Sul começa a imitá-lo; e São Paulo, teoricamente, faz de graça para quem se prova pobre rural”. De acordo com o repórter, a eletrificação rural não avança no Brasil por conta de vários “enganos”, apesar de haver recursos relativamente baratos disponíveis para isso de um empréstimo do BID (juros de 3,5% ao ano e 30 anos para pagar com 4,5 de carência). Um desses enganos “foi do tradutor que confundiu *rural* com *farm* e limitou a força (energia) às fazendas. Descuido capaz de falir a mais rica cooperativa: condena o fator de carga da rede. Se é só para fazendas (*farm*) que usam energia em horários parecidos, a linha será dimensionada para esses picos e ficará ociosa o resto do tempo, quando podia estar dando lucro e conforto aos vizinhos vilarejos rurais, de hábitos e horários variados. Pensa que corrigiram essa tradução? Neca !. (...) O programa Luz da Terra – desenvolvido pela USP, bancado pelo BNDES e mal tocado pelo Governo e concessionárias paulistas, privadas ou estatais, insiste no ‘produtor rural’. E São Paulo continua mais escuro do que o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e logo, Pernambuco completa Alencar com justa indignação.

Resumindo, podemos dizer que para que possamos arrancar o nosso meio rural da idade das trevas onde se encontra – ou se preferirem outra metáfora: para que possamos levar luz ao novo rural brasileiro – é preciso impulsionar novas políticas sem os viéses agrícola e urbano que caracterizaram a intervenção do poder público no passado recente.

## BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, J. R. Os equívocos que mantêm o campo apagado. In: Dossiê Eletrificação Rural, Relatório especial da **Gazeta Mercantil** de 22/05/98.
- AMARAL, C. Censo revela que minifúndio predomina em São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, edição de 3/11/97, p.A-11.
- BAPTISTA, F. Agricultura e capitalismo na Europa do Sul. In: Shiki, S., J. Graziano da Silva e A. Ortega (orgs.) **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia, UFU/CNPq, 1997, pp. 45-74.
- BONETE PERALES, R. **Condicionamientos internos y externos de la PAC: eleccion, mantenimiento y abandono de la protección via precios**. Madrid, Min. Agricultura, 1994, 482 p. (Série Estudios).
- CASTRO, M. H. M. **Reforma agrária e pequena produção**. Campinas, IE/UNICAMP, 1992, 205 p. (dat., Tese de Doutorado).
- DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. In: Aguiar, D. E Pinho, J. B. (eds). **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília, SOBER, 1998, pp. 635-646.
- DELGADO, G. **Agricultura familiar e política agrícola no Brasil**. In: Ramos e Reydon (orgs), op.cit., 1995, pp. 199-220.

<sup>15</sup> Raposo, P. (1998). Pernambuco é a Grande exceção. In: Dossiê Eletrificação Rural, Relatório especial da **Gazeta Mercantil** de 22/05/98.

- \_\_\_\_\_. (Coord.) **Providência rural: relatório de avaliação**. Brasília, Projeto IPEA/MPAS, 1997 (dat.)
- DESER. **Diagnóstico do desenvolvimento rural de Blumenau**. Curitiba, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. 1997 (dat). 47+anexos.
- GRAZIANO DA SILVA, J. e SOTTILI, R. **Espaço rural: políticas públicas**. São Paulo, Secretaria Agrária Nacional do PT, 1997, 58 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J., VILARINHO, J. C. E DALE, P. O Turismo em áreas rurais: suas potencialidades e limitações no Brasil. In: Almeida, J; Riedl, M. e Froelich, J. (orgs). **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Santa Maria, FAPERGS/CAPES/CNPq, 1998, pp. 11-48.
- HESPANHA, P. e ALVES A. I. A construção da habitação em meio rural: um domínio da Sociedade-Providência. **Revista de Ciências Sociais**, Lisboa. 42:125-154, maio, 1995.
- IBASE. **Projeto piloto para avaliação do PROGER, PROGER RURAL E PRONAF do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (Espírito Santo)**. Relatório Final dos Estudos. Ministério do Trabalho, Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. 3 vol. Dez. 1997.
- ISLAM, N. **The Nonfarm Sector and Rural Development: Review of Issues and Evidence**. Washington, IFPRI. 1997. (Discussion Paper, 22).
- KAGEYAMA, A. e GRAZIANO DA SILVA, J. Previdência Social: Avanços e recuos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, 33 (1): 7-22. 1995.
- LEONE, Eugênia. **Famílias Agrícolas no Meio Urbano: inserção nas cidades das famílias que continuam vinculadas à Agricultura**. In: Ramos e Reydon (orgs.). 1995, pp 151-172.
- LERNER, J. Programa Vila Rurais. **Revista Agroanalysis**, Rio de Janeiro, 16(3), março, 1996.
- MARCELLINO, N., org. **Políticas públicas setoriais de lazer – O papel das prefeituras**. Campinas, Ed. Autores Associados. 1997
- MOYANO, E. **Agriculture and a Rural Development: Elements to debate**. Cordoba, IESA-CSIC, 1998, 4 p. (dat.).
- PAULINELLI, A. (coord.). Grupo temático Educação, Saúde e Habitação do Fórum Nacional de Agricultura: propostas de política pública. **Revista Agroanalysis**, Rio de Janeiro. 17 (10): 18-19, outubro 1997.
- RAPOSO, P. **Pernambuco é a Grande exceção**. In: Dossiê Eletrificação Rural, Relatório especial da Gazeta Mercantil de 20/05/98.
- RIBEIRO, M., (coord.) **Avaliação Participativa do Programa Vilas Rurais**. Curitiba, FEPEAGRO/IPARDES, 1997, 118 p.



## EL EMPLEO RURAL NO AGRICOLA Y LOS PROYECTOS COMO POLITICA RURAL\*

**Alexander Schejtman\*\***

**Thomas Reardon\*\*\***

### INTRODUCCIÓN

El presente documento no tiene otra pretensión que la de abrir un espacio de discusión sobre los términos en que deben incorporarse las consideraciones sobre el empleo rural no agrícola en los diagnósticos y en el diseño de los programas y proyectos de desarrollo rural. Partimos por ello, con una breve referencia a lo que las investigaciones sobre el tema han revelado respecto a su importancia en las actividades e ingresos de las familias rurales, sin entrar en mayores detalles pues se trata de un tema abordado abundantemente en las diversas intervenciones de este Seminario.

Establecida la presencia del ERNA destacamos la importancia creciente que tienen los proyectos como expresión principal de las políticas de desarrollo rural posteriores a las reformas estructurales con la consiguiente reducción de recursos e instrumentos que constituían hasta un pasado reciente los mecanismos de intervención del Estado en el ámbito rural. Admitida la importancia instrumental de los proyectos pasamos a distinguir entre aquellos con objetivos acotados y los de espectro más amplio, de modo de diferenciar los términos en que las consideraciones sobre el ERNA deben ser incorporadas en uno y otro caso, desarrollando con mayor detalle los proyectos de transformación productiva del espacio rural y los de alivio de pobreza rural.

Examinado en términos generales las alternativas de incorporación del ERNA en los proyectos, se procede a describir la forma en que algunos de sus componentes han sido, en el pasado, parte de estrategias exitosas de desarrollo rural y a delinear lo que podríamos considerar proyectos de desarrollo rural de "nueva generación", que toman en cuenta lo que la investigación sobre el ERNA ha mostrado y lo que algunas experiencias de desarrollo rural exitosas sugieren, describiendo proyectos de reciente formulación o cambios de contenido de proyectos actualmente en desarrollo.

### EL ERNA MAGNITUD Y SIGNIFICADO

A nuestro entender, el primero de los trabajos destinados a examinar la magnitud y características del ERNA en América Latina es el elaborado por Klein (1992) para la OIT (PREALC) en el que se muestra que, en los ochenta y en casi todos los países, dicho empleo habría crecido a ritmos significativamente mayores que el propiamente agrícola; en efecto, mientras éste último lo hiciera al 0.8% anual, el primero habría crecido al 3.4 con una composición similar a la las del mercado de trabajo urbano no agrícola, en cuanto a la importancia relativa de cada sector de actividad.

\* Presentado en el Seminario sobre "Desarrollo del Empleo Rural No Agrícola" - BID-CEPAL-FAO-RIMISP - Santiago, Chile, 6-8 Septiembre 1999.

\*\* FAO/RLC

\*\*\* Michigan State University and FAO/RLC

Informaciones más recientes para varios países no hacen sino confirmar las tendencias mencionadas: Da Silva (1998) para Brasil señala que, que: mientras el ERNA en los ochenta creció al 1.2%, en la primera mitad de los noventa casi triplica dicha (3.5%); por contraste, la PEA ocupada en actividades agrícolas, que crecía en los ochenta en cerca del 1%, cae en los noventa a una tasa del 4.5%; Escobal (1996), para el Perú estima que cerca de un tercio de los jornales de los hogares rurales son empleados en actividades no agropecuarias; De Janvry, Gordillo y Sadoulet (1997) en un estudio muestral sobre hogares en el sector reformado (ejidal) de México estimaron que para las unidades menores de 2 Has. el ingreso de actividades extraparcelarias llegaba al 82% del total y para las más grandes a casi al 45%, con cerca de la mitad de salarios y de microempresas; para El Salvador, el Banco Mundial (1977) estimó que aproximadamente el 36% de la PEA rural está empleada en actividades no agrícolas, cifra que es casi el doble de la registrada para mediados de los setenta; para el Ecuador Lanjouw (1998) señala que a mediados de los noventa, más del 40% del ingreso de los hogares rurales se derivaba de actividades no agrícolas, en las que las microempresas tenían una importante participación.

En síntesis, los diversos estudios revelan que el ERNA: tiene un peso importante y creciente en la absorción de fuerza de trabajo rural y en los ingresos de los hogares rurales; que la estructura ocupacional por sectores, corresponde, grosso modo, a la de los empleos urbanos aunque a niveles de productividad más bajos en promedio; que constituye, para algunos hogares, un mecanismo de superación de la pobreza que la sola actividad agrícola no ofrece; que permite estabilizar los ingresos compensando la estacionalidad de la producción y del empleo agrícola; que permite diversificar las fuentes de ingreso reduciendo los efectos de los riesgos inherentes a la agricultura; que las mayores y mejores oportunidades se dan en áreas de relativo mayor dinamismo del desarrollo agrícola; y que el acceso a mejores opciones de ERNA está fuertemente correlacionado con los niveles de educación, con el desarrollo de infraestructura (energía, caminos, teléfonos) y con el género<sup>1</sup> pues los hombres acceden a actividades mejor remuneradas que las mujeres (ver Reardon y Berdegue 1999)

Debe enfatizarse desde ya que la insistencia sobre la importancia del ERNA no debe interpretarse como que el énfasis en las actividades agrícolas deba reducirse pues, tratándose de proyectos de desarrollo rural, la actividad agrícola constituye, casi sin excepción, el eje de dichos proyectos y de una parte importante de los encadenamientos que se derivan tanto de sus demandas de insumos y medios de producción como de los encadenamientos hacia adelante en la fase post-cosecha y en los derivados de los ingresos de los propios agricultores; basta pensar en este sentido lo que ocurre con buena parte de las actividades no agrícolas en las comunas cantones o municipios rurales cuando la actividad agrícola pierde dinamismo o hace crisis.

## **LOS PROYECTOS EN LAS POLÍTICAS DE DESARROLLO RURAL**

Bajo la denominación de proyectos de desarrollo rural surgieron, en los setenta los llamados proyectos de desarrollo rural integrado (DRI) que con pocas excepciones tuvieron una corta existencia y magros resultados, tal vez por haber intentado abordar simultáneamente múltiples actividades y no una secuencia de maduración progresiva, y haberse gestado prematuramente, con estrategias planificadas centralmente, escasa capacidad de gestión y de participación local, más que por cuestiones intrínsecas a su concepción. En su reemplazo, nos

---

<sup>1</sup> En relación a la pobreza cabe agregar que la educación de las mujeres y su acceso a opciones de ERNA reducen los niveles de fertilidad acercado la deseada a la real

encontramos con una vasta gama de programas con objetivos acotados, como los orientados a elevar la producción de determinados rubros vinculados a la seguridad alimentaria de los hogares rurales; a la diversificación de la producción e incorporación de productos no tradicionales, hasta programas en que el énfasis está puesto en las cuestiones ambientales, como los de agroforestería y los agrosilvopastoriles; o por contraste, con un número importante de iniciativas enfocadas a los sistemas agropecuarios y, a los sistemas, complejos o cadenas agroalimentarias aunque sin vínculo directo con los temas de pobreza pero sí con los de competitividad.

La preocupación por estrategias destinadas a incrementar la competitividad del agro y de contribuir de alivio de pobreza rural han adquirido creciente prioridad en las agendas de gobiernos y de organismos internacionales de asistencia y de financiamiento e incluso en las de investigación tecnológica y se observa que con el relativo desmantelamiento de muchos de los instrumentos con que, para bien o para mal, contaban los gobiernos para el impulso del desarrollo rural, los proyectos de campo se han ido convirtiendo en la expresión concreta de la política de desarrollo rural y/o de alivio de pobreza. En su aplicación, dichos proyectos de campo, incluso en los programas de cobertura nacional encaminados a los propósitos indicados se expresan en conjuntos de actividades localizadas en espacios determinados con potencialidades y restricciones específicas cuya suma conforma el programa nacional por lo que es en relación a dichos espacios que deben plantearse los componentes específicos de las estrategias generales. Y es en relación a dichos espacios que están referidos los comentarios que siguen.

## **EL ERNA Y LOS TIPOS DE PROYECTOS RURALES**

Los términos en que el ERNA debe ser incorporado a los diagnósticos y diseños de los proyectos dependerán por una parte del tipo de proyecto de que se trate y por otra de los recursos contemplados para su implementación. En los proyectos destinados a objetivos altamente específicos como el incremento a la producción de determinados cultivos vía incorporación de nuevas tecnologías, en los de recuperación de suelos o en los que cubren alguna de las fases posteriores a la producción pudiera parecer que no caben consideraciones sobre el ERNA. Hay sin embargo algunas razones por las cuales aún cuando los objetivos y acciones del proyecto no están orientadas a incidir sobre este tipo de empleo, es conveniente que el diagnóstico examine los efectos que dicho tipo de empleo puede tener sobre el propio objetivo del proyecto. Por otra parte, como se destaca más adelante al comentar la experiencia de PROLESUR proyectos que parten con objetivos acotados o una estrecha focalización pueden evolucionar hacia proyectos de desarrollo rural más complejos.

### **a) Proyectos con objetivos específicos**

En términos generales es posible imaginar por lo menos cuatro tipos de situaciones en que las consideraciones sobre las características del ERNA pueden incidir sobre la mayor o menor viabilidad del objetivo específico:

- i. una primera situación es la que tiene que ver con la competencia por fuerza de trabajo entre las demandas de la opción productiva o tecnológica propuesta y las oportunidades de empleo rural no agrícola pues si los niveles de remuneración de la segunda opción superan el ingreso neto por jornada de la propuesta, ésta no sería optada o sería abandonada.

Un estudio reciente destinado a evaluar los efectos sobre los ingresos de las familias de pequeños productores de las políticas de transferencia tecnológica concluye que “Los servicios de extensión en Chile tuvieron efectos significativos en incrementar la producción agrícola pero no se tradujeron en incrementos del ingreso (entre otras razones A.S.) por una reducción en el trabajo extraparculario debido a la intensificación de la producción en la parcela” (López 1998) (*inglés en el original*) Aunque dichas conclusiones han generado controversias, no es menos cierto que apuntan a un posible problema que los diagnósticos, aún en proyectos acotados debieran considerar

- ii. una segunda situación es aquella en que una opción de ingreso complementaria a la de la actividad agrícola puede constituir una fuente de financiamiento que permita optar a mejores alternativas de producción agropecuaria dada la precariedad de los mercados financieros rurales o constituir un mecanismo de autoseguro para adoptar innovaciones;

En la producción de tomates en el valle de Ica (Perú) se observa una peculiar forma de acceso a financiamiento por parte de los pequeños productores que trabajan como asalariados de la agroindustria en sus propias tierras para financiar, con los salarios, su propia producción en la parte no arrendada de sus tierras. Aunque no se trata estrictamente de trabajo no agrícola, no es difícil suponer que de existir opciones en dicho ámbito, éstas habrían jugado el mismo papel que el trabajo para la agroindustria (Figueroa, 1995). Como se destaca más adelante en el caso de PROLESUR los ingresos de las actividades de construcción y de las migraciones financiaron compras de tierras y diversificación de cultivos.

- iii. una tercera situación es aquella en que se desea impulsar actividades forestales de recuperación de suelos degradados o de protección de reservas que, por su propia naturaleza tienen largos procesos de maduración para convertirse en fuentes regulares de ingreso y cuya viabilidad podría asegurarse al abrir opciones de empleo no agrícolas generadoras de ingreso durante el período de maduración de las inversiones señaladas;

En Talamanca (Costa Rica) la Asociación San Migueleña de Desarrollo y conservación, constituida por pequeños propietarios desarrolló un enfoque para manejo del bosque con tecnologías de bajo impacto para la extracción de madera y producción de carbón. El interés externo generado por este enfoque indujo a la asociación a desarrollar un proyecto de ecoturismo que a pasado a constituir una fuente complementaria de cierta importancia respecto a los ingresos derivados del bosque\*

\* Entrevista de uno de los autores L. Rodríguez Gómez, Director de investigación y desarrollo de la Asociación

- iv. finalmente una cuarta situación es aquella que tiene que ver con la ruptura de algunos cuellos de botella en los encadenamientos de la



producción agrícola hacia adelante o hacia atrás que pueden ser satisfechas con empleo de fuerza de trabajo local.

A mediados de los años setenta, una cooperativa de campesinos del pueblo de Salinas en el departamento de Bolívar (Ecuador) dedicada durante largo tiempo a la producción de queso fresco, entre otras actividades, recibió asistencia de técnica de los suizos (COTESU) en la producción de una variedad de quesos finos de demanda creciente los que pasaron a distribuirse tanto en locales de la propia cooperativa como en los principales supermercados. La cooperativa, por su parte, se ha convertido desde entonces en una importante escuela de quesería. (H. Valencia, 1996)

A mediados de los años setenta, una cooperativa de campesinos del pueblo de Salinas, en el departamento de Bolívar (Ecuador) dedicada durante largo tiempo a la producción de queso fresco, entre otras actividades, recibió asistencia de técnica de los suizos (COTESU) en la producción de una variedad de quesos finos de demanda creciente los que pasaron a distribuirse tanto en locales de la propia cooperativa como en los principales supermercados. La cooperativa, por su parte, se ha convertido desde entonces en una importante escuela de quesería. (H. Valencia, 1996)

#### **b) Proyectos de espectro amplio**

En los proyectos de objetivos más ambiciosos como los que plantean la transformación productiva del espacio rural y/o el alivio de la pobreza, las consideraciones sobre el ERNA deberían tener una presencia significativa y explícita en el diagnóstico y en las acciones contempladas en el proyecto tanto por la magnitud que éste ha ido adquiriendo como por su peso en los niveles de ingreso de las familias rurales. El diagnóstico debe incluir un examen del uso actual de las capacidades locales entiendo por tales los activos de distinta naturaleza que controlan las familias rurales del área (las tierras de distinta vocación y bajo distintas formas de acceso; la estructura productiva (qué y cómo se producen los principales productos) la oferta educacional y de otros servicios a los que acceden las familias, la estructura ocupacional; la tipología de unidades productivas; las distintas formas de organización o asociación de la población; la existencia de infraestructura productiva y social, la existencia y características de los mercados locales (de productos e insumos, de financiamiento, de información, de tecnología, etc.).

Cuando se trata de transformación productiva (o de reconversión como lo proponen muchas de las estrategias recientes a partir de la apertura y globalización) el diseño de la estrategia supone un contrapunto entre las capacidades locales y los incentivos u oportunidades. Por incentivo se entiende al estímulo para realizar una determinada actividad (producir determinado bien o servicio, emplearse, migrar) y supone un balance entre la rentabilidad (ganancia o precio esperado) y el riesgo involucrado en asumirla y por capacidad, a tener las condiciones requeridas para su materialización, que depende de los activos que poseen o controlan las familias (tierra, educación, recursos financieros, información, etc.). En términos genéricos, los proyectos apuntan a crear capacidad para aprovechar las oportunidades existentes o a crear incentivos u oportunidades de aprovechamiento de las capacidades existentes pero subutilizadas.

El punto de partida de los diagnósticos lo constituye el análisis de las oportunidades o incentivos que son fundamentalmente las demandas interna y externa por los productos de las unidades existentes y por las "capacidades" de la fuerza de trabajo local así como el de las posibilidades de expansión de dichas demandas y/o de las demandas por calidades con mayor

valor agregado de los productos que actualmente se producen y/o de las de nuevos bienes susceptibles de ser producidos, dada la vocación de los recursos naturales y otros activos bajo control de los hogares. Existe más de una experiencia en que se impulsa una determinada actividad sólo porque las tierras son aptas, porque existe la tecnología y se supone que el producto tiene un mayor valor que el producto tradicional pero si el mercado no ha sido asegurado, lo que se obtiene son costos agregados y no valor agregado.

Establecidos los mercados potenciales corresponde examinar la disponibilidad y el acceso a las tecnologías requeridas para su producción así como las necesidades de capacitación para su empleo, elementos indispensables para pasar de los cultivos tradicionales a otros de mayor valor y orientados a mercados más exigentes. De existir condiciones para su adopción, corresponde establecer los requerimientos de financiamiento e infraestructura de modo de determinar el tipo y monto de las inversiones requeridas tanto para el capital físico, el financiero y el de formación de capital humano y las formas de organización que resulten funcionales a los objetivos (cooperativas, empresas asociativas, contratos con terceros etc.) En otras palabras se trata de pasar de una economía en que se busca vender lo que se produce a una en que se produce lo que se vende “de una cultura de la producción a una cultura de los agronegocios” (INDAP 1999).

Cuando los proyectos tienen como objetivo central o como uno de los objetivos principales, el alivio de la pobreza rural un componente importante del diagnóstico es el establecimiento de lo que Sen denomina el “mapa de derechos de intercambio” (*exchange entitlement mapping*) de las familias rurales, derechos que se basan en el intercambio de bienes que se poseen por otros bienes, de lo que se produce con los recursos propios o que se controlan, de la propia fuerza de trabajo empleada o de las transferencias recibidas (pag 2). Los estudios sobre estrategias de sobrevivencia de las familias rurales pobres que estuvieron en boga hasta un pasado reciente constituyen una forma de abordar el tipo de diagnóstico propuesto por Sen. Es a partir del activo con mayores posibilidades de generar dichos derechos que puede focalizarse la propuesta, de modo que en el proceso de profundización o dominio de la actividad en cuestión, la organización vaya identificando acciones complementarias en un proceso incremental e iterativo cuya amplitud y dinamismo dependerán de la fortaleza que vaya adquiriendo su organización.

## **HONDURAS: PROGRAMA DE DESARROLLO RURAL DEL SUR DEL LEMPIRA (PROLESUR)**

La evolución experimentada por el (PROLESUR) ilustra de modo revelador varios de los vínculos entre el Desarrollo Rural y el empleo rural no agrícola.

El Proyecto se inicia en 1994 como un programa destinado a elevar la producción de granos básicos y a asegurar la sustentabilidad ambiental en sus áreas de aplicación. Avanzado el primer tercio de actividades del proyecto y logrados resultados de cierta significación en los rendimientos del maíz que conducen a superar el autoconsumo y a generar algunos excedentes, empiezan a surgir las posibilidades de ampliar las actividades no sólo al ámbito estrictamente agrícola y pecuario como ocurre con la diversificación hacia la horticultura y la crianza sino hacia actividades de ERNA en micro-agroindustrias dedicadas a la producción de quesos y al procesamiento de las hortalizas. Los excedentes de maíz inducen a su vez a la fabricación de silos y otros productos de hojalatería así como a la fabricación de ladrillos para satisfacer las demandas de construcción derivadas de los mayores ingresos traídos o enviados por los migrantes.

El objetivo inicial del proyecto fue el de elevar los rendimientos del maíz y la reducción del daño ambiental derivado del pastoreo extensivo. Los logros en ambos objetivos condujeron, en pleno desarrollo de la primera fase del proyecto a la necesidad de reducir los cuellos de botella derivados de los excedentes de la producción de maíz y más adelante hacia la diversificación de los ingresos

El desarrollo de la horticultura constituyó uno de los caminos del proceso de diversificación y dio lugar al procesamiento artesanal de los productos obtenidos; la fabricación de silos se derivó de la necesidad de almacenaje de los excedentes del maíz que junto a la fabricación de quesos constituyeron el conjunto de empleos no agrícolas vinculados a la producción agropecuaria. Por otra parte, la demanda por construcción de viviendas en los núcleos urbanos del área del proyecto, dan lugar a la fabricación de ladrillos y tejas y de otros complementos

Las fuentes de demanda para el incremento de la producción hortícola y de productos lácteos fueron el resultado del aumento de los ingresos de la producción y de la migración y el consiguiente mejoramiento en los patrones de consumo hacia productos de mayor elasticidad de ingreso (ley de Bennet), a los que se fue sumando la demanda del mercado salvadoreño muy próximo al área del proyecto.

La demanda por construcción fue estimulada por la reinversión de los ingresos de los migrantes, dando lugar a un cierto crecimiento de los núcleos urbanos del área del proyecto. La fabricación de silos y otros productos de los talleres locales fueron también estimulados por el desarrollo de la construcción.

Las inversiones relacionadas con el objetivo inicial partieron por la irrigación orientada hacia la diversificación de cultivos y hacia el desarrollo de capital físico y organizacional para la intensificación de la actividad pecuaria. Avanzada la primera fase y establecidas las nuevas demandas, se incorporaron actividades de capacitación orientadas a mejorar los conocimientos en materia de construcción y en materia de producción de silos y otros productos de hojalatería.

Avanzada la primera fase del proyecto la decisión explícita de ampliar sus actividades hacia empleos no agrícolas surgen de la necesidad de agregar valor tanto a los productos agrícolas como pecuarios a través de su procesamiento y ya en la segunda fase, hacia mejorar, bajando costos, la provisión de materiales y ampliar la gama de productos (baldes, regaderas anuales y complementos para la construcción) de las manufacturas en los talleres del área.

El impulso del ERNA supuso inversiones orientadas específicamente a dicho propósito constituidas por la asistencia técnica y por cursos semestrales en escuelas técnicas nocturnas, e incluso cursos introductorios en las escuelas públicas del área en relación al procesamiento de los productos hortícolas y de los productos pecuarios así como de las técnicas de construcción, además de impulsar la organización de tipo cooperativo para la compra de los materiales requeridos por las nuevas manufacturas.

El avance logrado en la primera fase y el esperado para la segunda dependerán con lo que ocurra en los mercados hacia los cuales está orientada la producción de bienes y servicios, por el momento la expansión del propio mercado local y la demanda todavía insatisfecha del mercado de El Salvador permiten un razonable crecimiento de dichos bienes y servicios. Cabe especular sin embargo que dicha producción se verá sometida a la competencia de importaciones desde El Salvador cuando caminos y puentes hayan mejorado salvo que, la producción de PROLESUR una vez fortalecidos los mecanismos de comercialización adecuada la calidad y sanidad de sus productos a las demandas de mercados mas exigentes, haya logrado encontrar nichos de mercado para algunos de los productos específicos del área.

La experiencia de PROLESUR resulta ilustrativa en un proceso que partiendo con objetivos acotados, a partir de su dominio y profundización reincorporando en una secuencia interactiva otras actividades derivadas de los encadenamientos de la producción hacia adelante (agroprocesamiento) o hacia atrás (silos y otros productos mecánicos), así como de los derivados del consumo (construcción, servicios hortalizas y quesos).

## PROYECTOS DE "NUEVA GENERACIÓN"

De algún modo, la creciente evidencia generada por los estudios sobre la dinámica del empleo rural en varios países de la Región ha contribuido a la percepción, por parte de los responsables del diseño de las políticas, de que lo rural involucra un universo que iba más allá de las actividades agropecuarias por lo que las propuestas nacionales o los programas de desarrollo y alivio de pobreza rural, han venido incorporado en ellos no sólo al empleo rural no agropecuario, sino incluso a los pequeños núcleos urbanos de regiones de base agrícola como parte del espacio a considerar en las propuestas. Hemos denominado de "nueva generación" entre comillas a falta de otro término sin pretender que se trata de algo radicalmente nuevo y con el sólo ánimo de destacar los intentos de ampliar el espectro del universo considerado. Con dicho ánimo, no se incorpora la totalidad de las propuestas sino sólo las referencias a sus componentes o alcances relacionados con los temas que aquí se abordan

### a) El programa PRONAF

El programa PRONAF CIUDADANIA en Brasil orientado al alivio de pobreza de las familias rurales define sus objetivos en los siguientes términos "...los beneficiarios de este programa no serán solo aquellos que se dedican o se dedicaron, aunque precariamente, a actividades agropecuarias, pesqueras, extractivas o mineras (como ladrilleras, canteras, caleras, etc.) sino inclusive aquellas familias que tengan capacidad potencial de desarrollar actividades de procesamiento, de transformación o de comercialización de productos oriundos del área rural, así como de prestación de servicios para la población rural o para los pequeños núcleos urbanos (núcleos con menos de 5000 habitantes) como feriantes, costureras, zapateros, peluqueros, talleres mecánicos, de electrodomésticos, de equipamientos agrícolas, de vehículos de transporte de personas o de carga, y que se enmarquen dentro de los criterios de elegibilidad del PRONAF. (en portugués en el original).

### b) Novo mundo rural

El proyecto presentado por el Presidente Cardoso para el desarrollo rural, y que corresponde a lo que hemos denominado proyectos de transformación productiva del espacio rural se planteaban los siguientes objetivos (en itálica la traducción textual):

- i. Formular e implementar políticas diferenciadas "*...el campo y las pequeñas ciudades que hacen parte de este universo, contiene una diversidad de situaciones que requieren de conjuntos igualmente diferenciados de políticas..... aún cuando la meta sea la misma: erradicar la miseria, combatir la pobreza .....*"
- ii. Incorporar opciones de empleo rural no agrícola, reconociendo implícitamente el mayor dinamismo de este en la última década "*.....deberá articularse un conjunto de iniciativas capaces de permitir nel desenvolvimiento simultáneo y complementario de actividades agrícolas o no agrícolas, pero todas, de alguna forma asociadas al mundo rural....En resumen en este nuevo mundo rural, la agricultura es fundamental más no es todo*"
- iii. Considerar a los pequeños grupos urbanos como parte de una nueva aproximación al desarrollo rural "*...se trata finalmente de buscar un nuevo modo de promover el*

*desarrollo que contribuya a la mejoría de la calidad de vida de las pequeñas ciudades y favorezca el surgimiento de comunidades (rurales) más sustentables...."*

En síntesis se trata de ".....una estrategia de acción en el campo, que supera la actual división compartimentada entre política fundiaria, promoción de la agricultura familiar, modernización de infraestructura física y de acceso a servicios sociales básicos. Esta es una innovación de largo alcance sintonizada con el nuevo mundo rural cuyo advenimiento ayuda a prefigurar el Brasil del siglo XXI"

### **c) PROLOCAL**

El Ecuador, con asistencia de FAO y del Banco mundial está formulando un proyecto de alivio de pobreza rural con la intención de cubrir alrededor de 110 cantones con mayor incidencia de pobreza rural (de los 202 que conforman el país) los componentes del proyecto estarían constituidos por: (1) el establecimiento de un sistema de formación en gestión para el desarrollo local sustentable; (2) la estructuración de un sistema financiero rural, operado por intermediarios locales; (3) el fortalecimiento de instituciones locales en planificación para el desarrollo sustentable; (4) el apoyo a subproyectos integradores de desarrollo local sustentable.

La propuesta plantea un marco que integre de modo coherente y en un espacio determinado los componentes indicados más arriba, dicho marco (que está implícito en la propuesta) considera de modo explícito los términos en que serán incorporadas la dimensión espacial, la sectorial, la temporal y la social, referida a la población objetivo del proyecto:

La dimensión espacial incluirá tanto el espacio agrícola propiamente tal como el (o los) núcleo(s) urbano(s) de el (o los) cantón (es) que conforman un módulo de aplicación del proyecto (o unidad de aplicación integral de los componentes del PROLOCAL) entendiendo por tal el espacio geográfico de ejercicio de la "planificación local participativa" y de "fortalecimiento de la institucionalidad local" planteada por la propuesta original, se trata por lo tanto de definir el espacio al que dicha institucionalidad estará referida.

Para efectos de lo anterior se plantea estructurar de forma modular el ámbito espacial del proyecto; cada módulo estaría conformado por un determinado espacio agrícola y por un núcleo urbano seleccionado a partir del grado relativo de interacción que tengan con el los pequeños productores agrícolas y las familias rurales sin tierra (y/o las familias pobres).

La dimensión del módulo y su eje ordenador (cuenca, carretera, mercado etc.) se determinará en términos pragmáticos, sin perjuicio de la conveniencia de buscar la mayor coincidencia posible con las divisiones administrativas y cierta homogeneidad agroecológica, aún cuando lo anterior pudiera resultar mas difícil cuando los cantones que conforman el módulo cubran diversos pisos agroecológicos como sucede con frecuencia.

La dimensión sectorial supone incluir no sólo al sector de "agricultura ampliada" (que, en rigor corresponde a fortalecimiento de cadenas productivas) sino el conjunto de las diversas formas de empleo rural no agrícola presentes en el espacio seleccionado, dada la enorme importancia de dicho empleo en el ingreso de las familias rurales y en la superación, por algunas, de las limitaciones impuestas por las opciones de empleo agrícola, como lo revelan recientes análisis de las encuestas de hogares y los datos de PRONADER.

La dimensión social o población objetivo. El documento plantea la necesidad de formular políticas diferenciadas dado el alto grado de heterogeneidad de la población objetivo del programa. Lo anterior supone la construcción de alguna tipología de familias rurales en función de los objetivos, los recursos y la capacidad de gestión de los eventuales responsables de implementar las políticas diferenciadas. Como lo sugieren los datos de PRONADER, (cuya población es semejante a la de PROLOCAL) habría una relación inversa entre la superficie disponible y el peso relativo del ingreso no agrícola y una positiva entre la primera y el acceso a tecnología y crédito. Lo anterior sugeriría que el acceso a tierras de cultivo (sobre todo si se

dispone de algún criterio para su homogeneización y estimación del potencial) sería una buena alternativa para la construcción tipológica pues permitiría distinguir entre unidades actual o potencialmente excedentarias de las que requieren de alternativas distintas a la agrícola como empleo principal de su fuerza de trabajo, además de los pobladores urbanos sin tierra.

**La dimensión temporal.** El proyecto tiene planteado un horizonte de diez años en tres etapas, aunque el horizonte de diez años parece razonable, dada la característica lenta maduración de procesos de desarrollo rural con alivio de pobreza; en este sentido es preciso tener presente, desde el inicio el carácter crítico de la primera fase que es la que determinará, previo seguimiento y evaluación sistemática, la validez de los instrumentos empleados de modo de evitar la experimentación en las fases siguientes. Por otra parte, debe considerarse el tiempo necesario para que la institucionalidad generada por el proyecto no dependa de la duración de éste sino que haya sido debidamente integrada a la institucionalidad local y nacional mas permanente.

#### **d) Transformación productiva del espacio rural del Estado de Michoacan**

El gobierno del Estado solicitó la FAO el apoyo técnico a los equipos locales para la formulación de un proyecto de transformación productiva del espacio rural que se enmarcara en el Plan de Desarrollo del Estado y en el programa nacional Alianza para el Campo. En lo que sigue, se mencionan algunos aspectos pertinentes a la temática que nos preocupa

Como lo destaca el Plan de Desarrollo: "... las actividades rurales son de capital importancia en términos demográficos, sociales y económicos.." Aún habita en el medio rural la tercera parte de la población del Estado y las actividades sectoriales ocupan algo más de dicho porcentaje de la población económicamente activa. Asimismo, en las zonas y poblados rurales se genera un elevado número de empleos no agrícolas y las actividades sectoriales impulsan un amplio espectro de actividades productivas (comercialización, transporte, abastecimiento de insumos, transformación agroindustrial, entre otras) que tienen o pueden llegar a tener intensos efectos multiplicadores sobre la generación de ingresos y empleos, incluso en el ámbito urbano<sup>2</sup>.

De esta manera, una amplia mayoría de los municipios del Estado reconocen una base económica claramente agropecuaria o forestal y por lo tanto, los niveles de actividad y el bienestar de sus poblaciones resultan directamente afectados por el dinamismo de las actividades productivas rurales.

En ese contexto general, la reconversión y modernización de la agricultura debe ser visualizada desde una perspectiva que haga compatibles objetivos de carácter técnico-económico (productividad, eficiencia, competitividad) con objetivos de empleo e ingresos y con otros más relacionados con la ocupación del territorio nacional y la sustentabilidad del desarrollo. En otras palabras, la estrategia debe ir más allá de la propia actividad productiva sectorial proyectándose hacia la valorización del espacio rural; hacia el fortalecimiento de un conjunto de núcleos urbanos intermedios que puedan apoyar dicho desarrollo productivo.

Lo anterior aparece explícitamente reconocido en el Plan de Desarrollo al señalar la necesidad de:.. "Impulsar la infraestructura económica y social en algunas poblaciones (de modo de) ..contar con un conjunto de 28 poblaciones medias en el Estado que fortalezcan los vínculos de complementariedad (con el agro)."

De un total de cerca de 9.700 localidades, casi siete mil tienen menos de 100 habitantes y sólo 39 superan la cifra de los diez mil, incluidas las tres ciudades con más de cien mil habitantes. Por ello resulta pertinente el planteamiento del Plan de Desarrollo Integral del

---

<sup>2</sup> Estudios recientes revelan que por cada empleo en los distritos de riego del Noroeste se generan cuatro empleos en las actividades éxtraparcelarias.

Estado en el sentido de señalar la necesidad de contar con un mínimo de poblaciones medias en el Estado que fortalezcan los vínculos de complementariedad y cuyo número será necesario precisar en función de la estrategia de Transformación.

La primera fase del proyecto se inicia con la elaboración, al nivel de gran visión, de la estrategia de transformación productiva del sector rural cubriendo los sectores agrícola, pecuario, pesquero, forestal y de asentamientos humanos, culmina con dejar establecidas las condiciones para iniciar las actividades de la Transformación Productiva del Sector Rural del Estado.

El plan de los asentamientos humanos, está encaminado a establecer los lineamientos para el reordenamiento espacial de las actividades productivas en los municipios rurales y la definición de los núcleos urbanos intermedios destinados a constituirse en centros integrados de servicios para dichas actividades. En la fase siguiente, se procederá al diseño y puesta en marcha de los centros integrados de servicios en los núcleos urbanos intermedios seleccionados y un conjunto no menor a 8 empresas demostrativas de los procesos de producción integrados contemplados en la estrategia; y la puesta en marcha de una red interactiva (intranet) entre los consejos estatal, regional y municipal los núcleos intermedios y las agencias del gobierno en Morelia.

**e) CHILE. Preparación de un proyecto de desarrollo rural para comunidades y pequeños productores pobres de la IX Región.**

El proyecto se inscribe en la estrategia gubernamental para las zonas rurales pobres. El Gobierno nacional ha puesto en marcha políticas activas de descentralización regional y local y, en una acción interinstitucional de los Ministerios sociales y de desarrollo productivo, se ha elaborado un Programa de Desarrollo de Zonas de Pobreza Rural que apunta a la “generación de oportunidades económico-productivas de carácter sustentable en las zonas de pobreza rural, orientadas especialmente al mejoramiento de los ingresos de su población en condiciones de pobreza, que se traduzcan en un desarrollo económico mas equilibrado y equitativo; y en la generación de empleos de calidad para su población, sea a través del trabajo asalariado, como de diversas formas de pequeña producción tanto agrícola como extra-agrícola”<sup>3</sup>

Sin entrar en los detalles de su formulación baste mencionar que el proyecto plantea establecer:

- i. Un conjunto de políticas y de instrumentos flexibles referidos al desarrollo local de actividades agropecuarias, forestales y de generación de empleo rural no agrícola, con su factibilidad comprobada, susceptibles de ser reproducidas y aplicadas en otras zonas de pobreza rural .
- ii. Una propuesta de coordinación y de ajuste institucional en el ámbito local, compartida por las instituciones y organismos, orientada a mejorar la oferta de servicios para los pobres del campo y que incorporará las Municipalidades a las tareas de desarrollo rural.
- iii. Un grupo de trabajo multidisciplinario e interinstitucional capacitado para ejecutar el proyecto junto a los beneficiarios del proyecto, debidamente capacitados. Un documento de proyecto a nivel de factibilidad con componentes concensuados entre las autoridades nacionales y provinciales, municipios y beneficiarios; listo para optar a financiamiento nacional o internacional y que podrá ser ejecutado inmediatamente.

---

<sup>3</sup> “Programa de desarrollo de zonas de pobreza rural”. Plan de acción 1998 – 2000 aprobado por los Comités de Ministros Social y de Desarrollo Productivo. Gobierno de Chile. Enero 1998.

- iv. Un sistema de información computacional en funcionamiento gracias al desarrollo de una actividad piloto que instale en determinados municipios, centros integrados de información y servicios para los productores rurales.

## LA RENOVACIÓN INSTITUCIONAL Y LOS PROYECTOS DE “NUEVA GENERACIÓN”

La ampliación a escala nacional de los proyectos locales de “nueva generación” supone impulsar la conformación de una matriz institucional coherente con el desarrollo de la economía rural-local en una estrategia que integrando las dimensiones espaciales, sectoriales, sociales y temporales permita elevar la competitividad y asegurar la equidad y el alivio de la pobreza rural.

Los procesos de descentralización y de desconcentración de recursos, que han pasado a formar parte de las políticas de la mayoría de los países de la región constituyen un primer paso en la dirección de los cambios institucionales requeridos, sin embargo, se advierten, desde ya, ciertos riesgos y limitaciones en las prácticas corrientes que es necesario prever y corregir, respectivamente, entre ellos:

- la ausencia o la insuficiencia de mecanismos que permitan integrar las demandas locales en el marco de los objetivos y estrategias nacionales;
- la insuficiencia de los recursos (financieros, humanos y materiales) coherentes con la delegación de responsabilidades;
- la ausencia de mecanismos de generación de recursos propios para la implementación de programas de cofinanciamiento;
- la presencia a nivel local de paralelismos funcionarios del gobierno local y la administración central con tareas semejantes;
- la persistencia de relaciones paternalistas hacia los sectores mas vulnerables;
- la apropiación por elites locales de la definición de los objetivos y los recursos destinados al desarrollo local; y
- la reproducción a escala local de la compartimentación de las funciones públicas propia de los órganos de nivel central

Los arreglos administrativos tradicionales para abordar los diversos elementos que hacen al desarrollo rural entendido en los términos aquí señalados aparecen dispersos en una multiplicidad de agencias públicas: ministerios de agricultura, de salud, de educación, de obras públicas, de bienestar social, amén de una serie de instancias autónomas o semi autónomas como fondos sociales, institutos agrarios etc. y las posibilidades de coordinación raras veces trascienden las reuniones de comités *ad hoc* sin efectos sustantivos en el terreno. En último término, esta dispersión de responsabilidades en materias que a nivel local tendrían innegables potencialidades sinérgicas terminan, como en lo que atañe a la necesidad de incidir en los diversos determinantes de la pobreza rural, en una especie de *tierra de nadie* pues, como se indicara, las familias rurales en general, y las pobres en particular se ven forzados a buscar más de una opción de empleo e ingresos para su fuerza de trabajo.

Parece razonable suponer que bajo determinadas condiciones el nivel al que sería posible abordar el desarrollo rural en sus dimensiones espacial y multisectorial es el de los gobiernos locales, como lo revela el incipiente desarrollo de los planes municipales que, de manera progresiva, han ido superando la tradición de concentrar sus actividades en el aseo y ornato de los núcleos urbanos de cantones y municipios para incorporar responsabilidades en el ámbito de la educación y la salud y con preocupaciones crecientes por el desarrollo de proyectos productivos que consideran incluso al entorno agropecuario.



Es en relación a dichos planes que las actividades de los ministerios sectoriales u otras agencias especializadas pueden contribuir a la complementariedad de sus acciones, incluso cuando algunos proyectos involucran a más de una localidad pues no son excepcionales los acuerdos entre gobiernos locales en torno a una microcuenca, a una carretera u otro elemento integrador. La creación de fondos concursables, de mecanismos de cofinanciamiento constituyen instrumentos que permiten hacer converger las estrategias nacionales con los programas locales sin que sea necesaria la coordinación a nivel central.

En la medida en que los planes no se reduzcan a un mero ejercicio de técnicos o consultores, para cumplir con las formalidades de la obtención de recursos del presupuesto nacional y surjan de procesos de consulta, con los diversos sectores de la comunidad local, constituyen tanto instrumentos que permitirían la movilización de los recursos locales, la transparencia en el uso de los fondos y el rendimiento de cuentas sobre bases informadas; dichos planes orientados a mejorar las condiciones de vida de la población rural, pueden llegar a constituir instrumentos para el desarrollo de "aprendizaje adaptativo", entendiéndose por tal a la *"habilidad de entender las tendencias prevalecientes, de identificar correctamente las oportunidades y las amenazas de adquirir información útil y oportuna, de implementar soluciones coherentes con las restricciones impuestas por los precios de mercado, por las posibilidades políticas y las normas cívicas y de moldear las instituciones que afectan la performance económica"*.

Las ventajas de la gestión local a las que se ha hecho referencia se ven, sin embargo limitadas si no están estrechamente vinculadas a los niveles regionales y nacionales, sobre todo en un contexto de apertura y globalización pues la posibilidad de aprovechar internamente la presencia de economías de escala y la necesidad de percibir oportunidades de mercado que trascienden el horizonte local sólo son posibles cuando dichos vínculos están estructurados y las comunicaciones entre ellos son suficientemente fluidas.

## BIBLIOGRAFIA

- ALEM R., Julio. (1994) "Producción Agroindustria Campesina en la Provincia Esteban Arce" en: **Agroindustria y Pequeña Agricultura** en SCHEJTMAN, A. y TORANZO R.C. (eds). FAO – ILDIS (pag. 219-242).
- BORJA, J., 1987. **Descentralización de Estado, movimientos sociales y gestión local**. ICI, FLACSO, CLACSO, Santiago de Chile.
- BNDES (2000) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar - PRONAF**.
- BORJA, J., (1987). **Descentralización de Estado, movimientos sociales y gestión local**. ICI, FLACSO, CLACSO, Santiago de Chile.
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. (1992). **Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado**. Cuadro VIII-2 Tasa Global de Fecundidad No Deseada según Zona de Residencia y Educación en Países Seleccionados de América Latina. (Pág. 190).
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado**. 1992. Fortalecimiento de las Finanzas Públicas. Cuadro IV-2 América Latina Estimación de la Capacidad Redistributiva de algunos Sistemas Tributarios.

- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado**. 1992. Recuadro IV-2 Limitaciones de las Políticas de Gasto Social. (Pág. 100).
- CEPAL, Comisión Económica para América Latina y el Caribe. 1992. **Equidad y Transformación Productiva: Un Enfoque Integrado**. Cuadro VIII-2 Tasa Global de Fecundidad No Deseada según Zona de Residencia y Educación en Países Seleccionados de América Latina. (Pág. 190).
- CHÁVEZ, Arturo. (1995). Migración de retorno y modernización. En **DEBATE AGRARIO Análisis y Alternativas** (N° 21), Centro Peruano de estudios Sociales. Mayo, Lima, Perú.
- GORDILLO DE ANDA, G., 1997. **"The Reconstruction of Rural Institutions"**, FAO, Rome ([www.fao.org](http://www.fao.org))
- GORDILLO DE ANDA, G., 2000. **La Movilización Social como Medio de Producción**. Santiago, Chile ([www.rlc.fao.org](http://www.rlc.fao.org))
- LÓPEZ, Ramón. 1998. "Determinants of Rural Poverty in Chile: Evaluating the Role of Public Extension/Credit Programs and Other Factors", en: **Rural Poverty in Latin America: Analytics, New Empirical Evidence and Policy**. The University of Maryland, College Park. The World Bank. (Part II. Case Studies, Chapter 9)
- LOPEZ, Ramón y ROMANO, Claudia. 1998. Rural Poverty in Honduras: Asset Distribution and Liquidity Constraints en: **Rural Poverty in Latin America: Analytics, New Empirical Evidence and Policy**. University of Maryland, College Park. The World Bank.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO - MA; SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR; DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA RURAL - DIER. PRONAF AGROINDUSTRIA. **Integração e Comercialização da Produção da Agricultura Familiar - 1998 - 2002**. Brasília, Setembro de 1998. Brasil.
- NORTH, D.C. (1990) **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge University Press.
- PANIAGUA V., Alberto. 1994. **Análisis Complementarios del Proyecto de Desarrollo del Corredor Puno - Cusco**. Informe Final. FIDA /PERU.
- PÉREZ, C., 1991. **"National Systems of Innovation, Competitiveness and Technology"**, SPRU, Universidad de Sussex, Reino Unido e Instituto de Ingeniería, Venezuela, febrero.
- REARDON, Thomas y BERDEGUÉ, Julio. Michigan State University y FAO/RLC, y RIMISP respectivamente. **Empleo Rural no Agrícola en América Latina**. Dic. 1999.
- REARDON, Thomas y BERDEGUÉ, Julio. (1999). Michigan State University y FAO/RLC, y RIMISP respectivamente. **Empleo Rural no Agrícola en América Latina**. Dic. 1999. Documento presentado para el Seminario "Desarrollo del Empleo Rural No Agrícola", auspiciado por el BID, CEPAL, FAO y RIMISP. Santiago, Chile, 6-8 de septiembre de 1999.
- SEN, A. (1982) **"Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation"** Clarendon Press Oxford.
- VALENCIA, H. (1996), **"La Industria lechera en el Ecuador"**, Agroindustria y pequeña agricultura: estudios de casos del Ecuador (LC/L.976), CEPAL, Santiago de Chile.

## ÍNDICE DE AUTORES

- Biasi, C. A. F. pg 71  
Carneiro, M. J. pg 153  
Castillo Lacay, M. pg 125  
Del Grossi, M. E. pg 35, 113, 165  
Dirven, M. pg 55  
Doretto, M. pg 113  
Graziano da Silva, J. pg 35, 165, 175  
Guimarães, C. V. R. M. pg 105  
Gusi, L. D. pg 81  
Laurenti, A. C. pg 1, 113  
Melão, I. B. pg 75  
Motter, A. A. pg 125  
Reardon, T. pg 191  
Schejtman, A. pg 191  
Zanchet, M. S. pg 75





ISBN 85-88184-01-X



9 788588 184015